

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
PROGRAMA DE MESTRADO

**A DEMOCRACIA NAS SOCIEDADES  
DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO  
Interação e deliberação política no ciberespaço**

Rodrigo Fernandes das Neves

Florianópolis  
2007

RODRIGO FERNANDES DAS NEVES

**A DEMOCRACIA NAS SOCIEDADES DA INFORMAÇÃO  
E DO CONHECIMENTO**  
**Interação e deliberação política no ciberespaço**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em  
Direito da Universidade Federal de Santa Catarina  
(UFSC), para a obtenção do título de Mestre em Direito,  
na área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aires José Rover

Florianópolis

2007

RODRIGO FERNANDES DAS NEVES

**A DEMOCRACIA NAS SOCIEDADES  
DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO  
Interação e deliberação política no ciberespaço**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração: Relações Internacionais.

Aprovada em 18 de dezembro de 2007.

---

Prof. Dr. Aires José Rover  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Marcos Washowicz  
Universidade Federal da Santa Catarina

---

Prof. Dr. Álvaro Borges de Oliveira  
Universidade do Vale do Itajaí

*Aos meus pais, Talma e Gumercindo  
Aos irmãos, Silvia Regina e Júnior,  
À Charlene e ao nosso filho Romeu.*

## AGRADECIMENTOS

Às Universidades Federais de Santa Catarina (UFSC) e do Acre (UFAC), por terem possibilitado avançar importantes passos na difícil caminhada do conhecimento.

Ao Professor Dr. Aires José Rover, orientador e amigo, que muito contribuiu para melhoria e adequada direção do trabalho.

À Procuradoria-geral do Estado do Acre, pela compreensão quando necessária.

Ao meu amigo Marcus Vinícius Xavier de Oliveira, cujas conversas e sugestões durante o curso foram essenciais para escolha do tema.

Ao Professor Dr. Fabio Morales, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre, pelas contribuições a presente pesquisa.

À equipe da Procuradoria de Meio-Ambiente: Roberta, Jacqueline, do Carmo, Lene e Erivânia, por proporcionarem tranquilidade no andamento das atividades profissionais.

À minha família, pela paciência, apoio e compreensão inabaláveis em todo o período da pesquisa.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que mais essa importante etapa da minha vida fosse cumprida.

*Para além do discurso retórico da metáfora, da hipérbole e da futurologia desconexa, há oportunidade de uma agenda de políticas públicas radicais na esfera da e-democracia. E-democracia não deve ser concebida como a panacéia para todas as falhas da política democrática e da comunicação social. Mas ela mantém a esperança de contribuir para o desenvolvimento de dois projetos históricos incompletos: a Internet e a democracia.*

Stephen Coleman

## RESUMO

A observação da prática cotidiana de formulação de políticas públicas e normas legais demonstra uma baixa participação popular, com conseqüências negativas quanto à eficácia e à legitimidade de tais atividades estatais. As circunstâncias sociais, econômicas e históricas desse processo são temas de discussão na presente dissertação, de maneira a analisar a democracia nas sociedades da informação e do conhecimento, bem como o papel que as novas tecnologias podem exercer em tal contexto. Com esse objetivo, inicia-se descrevendo a transição da modernidade para a pós-modernidade e o conseqüente surgimento de novas sociedades que se caracterizam pela individualização das biografias, pela fragmentação social e pelo surgimento de novas identidades, fundadas em estruturas que seguem o padrão das redes. Além desses fatores, destaca-se o novo papel do Estado-nação, questionando-se sobre a sua eventual perda de poder e os desafios à sua soberania que são exercidos pelas redes de fluxos globais. Constatando-se modificações nas sociedades e nos Estados, debate-se sobre a necessidade de as instituições democráticas acompanharem o processo, sob pena de se incapacitarem em lidar com a complexidade das sociedades pós-modernas ou permitirem descolamentos entre as opções dos representantes políticos e a vontade de seus representados. Na seqüência, discorre-se sobre o surgimento de uma nova cultura virtual e de relações políticas mediadas no ciberespaço, bem como a forma que a governança eletrônica assume com objetivo de viabilizar um ideal de democracia digital. Diante de tal perspectiva, verifica-se se a criação de espaços públicos virtuais tem o potencial de reforçar e aprofundar os sistemas democráticos tradicionais por meio da integração de novos canais de comunicações aos ciclos de produção de políticas públicas e de normas legais, destacando-se experiências práticas que podem servir de parâmetros para estabelecimento de perspectivas futuras. Busca-se determinar, em síntese, se há possibilidade de ampliação do debate e da deliberação política no ciberespaço e se a interação entre administradores públicos, representantes políticos e cidadãos pode favorecer a coesão social e se contrapor à tendência geral de fragmentação social e perda da capacidade de ação coletiva.

Palavras-chave: Democracia; Pós-Modernidade; TICs; Sociedades da Informação e do Conhecimento; e-Participação; Espaço Público Virtual.

## ABSTRACT

The observation of the everyday practice of the formulation of public policies and legal norms demonstrates a low popular participation, with negative consequences on the effectiveness as well as on the lawfulness of such state activities. The social, economic and historical circumstances of this process are the themes of discussion in this very dissertation, in order to analyze the democracy in the information and knowledge societies, and the role that the new technologies can have in such context. With this objective, it starts out by describing the transition of modernity to the post-modernity and the consequent appearance of new societies which are characterized by the individualization of biographies, by the social fragmentation, and by the coming out of new identities, based on structures that follow the web patterns. Besides these factors, it has been highlighted the role of the Nation-state, questioning about its eventual loss of power and the challenges to its sovereignty, which are carried out by the flux of global web. By verifying modifications in the societies and in the States, the necessity that there is for the democratic institutions to accompany the process, otherwise, they cannot deal with the complexity of post-modern societies or enable the rupture between the options of political representatives and the will of those who are represented, has been debated. Flowing up, it is tackled the appearance of a new virtual culture and political relations which take place in the cyberspace, and the way that the electronic governance takes hold aiming at enabling an ideal of digital democracy. Before such perspective, it is verified if the creation of virtual public spaces has the potential of reinforcing and deepening the traditionally democratic systems by integrating new channels of communication to the cycles of production of public policies and legal norms, bringing out practical experiences that may be used as parameters to the establishment of future perspectives. It has been aimed at, in synthesis, the possibility of amplifying such debate and the liberation of policies in the cyberspace and if the interaction between public administrators, political representatives and the common citizens may enable social cohesion and contrapose the general trend of social fragmentation and the loss of capability of collective action.

Key-words: Democracy; Post-Modernity; ICTs; Information and Knowledge Societies; e-Participation; Virtual Public Sphere.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placa de comemoração da criação do navegador <i>Mosaic</i> (Universidade de Illinois). .....	41
Figura 2 - Penetração da Internet por Região do Mundo. ....	42
Figura 3 - Entendendo a dinâmica de uma economia do conhecimento: três dimensões com seus três termos de interação de primeira ordem. ....	44
Figura 4- Situando a e-democracia em um contexto centrado no cidadão. ....	154
Figura 5 – Os padrões de integração de tráfego de informações em rede. ....	168
Figura 6 - Três Modelos da Supervia da Informação. ....	170
Figura 7 - Três níveis para fortalecimento das relações com o cidadão. ....	172
Figura 8 - Índice de e-governança 2005. ....	177
Figura 9 - Índice de e-participação 2005. 25 principais países. ....	178
Figura 10 - Sítio central de fóruns de discussão sob responsabilidade do governo do Reino Unido. ....	181
Figura 11 - Reprodução da página principal da iniciativa <i>Digital Dialogues</i> (RU). ....	184
Figura 12 - Reprodução do portal do Governo Eletrônico Federal (Brasil). ....	190

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais grupos de interação na governança eletrônica. ....	153
Quadro 2 - Tipologia de Democracia Eletrônica proposta por Martin Hagen. ....	156
Quadro 3 - Tipologia de e-Democracia proposta por Bellamy, Hoff, Horrocks e Tops. ....	158
Quadro 4 - Modelos de democracia eletrônica de Subirats. ....	160
Quadro 5 - Tipos de democracia eletrônica propostos por Jan van Dijk. ....	164

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Proporção de Domicílios com Acesso à Internet no Brasil (dados 2006). ....	188
Tabela 2 - Serviços de Governo Eletrônico utilizados no Brasil. ....	189
Tabela 3 - Evolução da Implantação da Urna Eletrônica no Brasil até sua Utilização Universal. ....	192

## LISTA DE ABREVIATURAS

CCT – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Brasil)  
CERN – *Organisation Européenne pour la Recherche Nucléaire* (Organização Européia para pesquisa nuclear – UE)  
CMC – Comunicação Mediada por Computador  
CSE – Conferência dos Economistas Socialistas  
DCA – *Department of Constitutional Affairs* (departamento de questões constitucionais - RU)  
DVD – *Digital Versatile Disc* (disco digital versátil)  
EUA – Estados Unidos da América  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IP – *Internet Protocol* (protocolo de Internet)  
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil)  
NIC - *National Intelligence Council* (Conselho Nacional de Inteligência - EUA)  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PC – *Personal Computer* (Computador Pessoal)  
RU – Reino Unido  
SECOP – Seminário Nacional de Informática Pública  
TCU – Tribunal de Contas da União (Brasil)  
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral (Brasil)  
UE – União Européia  
UNB – Universidade de Brasília  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1 TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS</b>	<b>8</b>
<b>1.1 Condição pós-moderna</b>	<b>9</b>
1.1.1 Considerações iniciais	9
1.1.2 A primeira modernidade	12
1.1.3 A pós-modernidade	18
<b>1.2 Sociedades da informação e do conhecimento</b>	<b>28</b>
1.2.1 Considerações iniciais	28
1.2.2 O advento da sociedade em rede	31
1.2.3 Economia e trabalho nas sociedades em rede: uma aproximação	43
1.2.4 O limiar de uma nova ordem	56
<b>2 DEMOCRACIA NA ERA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>58</b>
<b>2.1 A estrutura-ação das relações sociais no espaço público contemporâneo</b>	<b>60</b>
2.1.1 Considerações iniciais	60
2.1.2 Riscos e incertezas na nova realidade reflexiva e fluida	61
2.1.3 Articulação de interesses comuns na pós-modernidade	69
2.1.4 Ideais emancipatórios das novas identidades	88
<b>2.2 Sistemas democráticos no Estado-nação em crise</b>	<b>96</b>
2.2.1 Considerações iniciais	96
2.2.2 Fim do Estado-nação?	98
2.2.3 Limites das democracias liberais	108
<b>3 OPORTUNIDADES DEMOCRÁTICAS NO ESPAÇO PÚBLICO VIRTUAL</b>	<b>128</b>
<b>3.1 Contexto institucional, cultural e tecnológico da democracia digital</b>	<b>129</b>
3.1.1 Considerações iniciais	129
3.1.2 Relações políticas no ciberespaço	132
3.1.3 Governança eletrônica e e-democracia: estruturas e estratégias	150
<b>3.2 A prática da democracia digital</b>	<b>175</b>
3.2.1 Considerações iniciais	175
3.2.2 Lições de experiências concretas	176
3.2.3 O futuro da democracia na Internet	195
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>205</b>

## INTRODUÇÃO

Em diversas partes do mundo, pessoas envolvidas na construção de normas legais e políticas públicas regularmente se deparam com a pouca participação popular em tal processo, o que geralmente ocorre como consequência tanto da incapacidade dos próprios governos em envolver os cidadãos na tarefa quanto da dificuldade das pessoas se engajarem em questões coletivas. Esse contexto resulta em políticas desenhadas em gabinetes que, ao desconhecer a realidade social que irá regular ou proteger, muitas vezes carecem de legitimidade, mesmo quando resultantes de debates de entre os representantes eleitos.

Nesse contexto, os Estados pouco fazem para fortalecer ações direcionadas à implantação de projetos que garantam a participação popular, principalmente porque em geral não há o questionamento se os processos políticos que patrocinam podem, de alguma forma, complementados ou aprofundados. Tal situação é ainda mais contrastante quando se considera o imenso e rápido desenvolvimento de novas possibilidades de interação e comunicação proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação – TICs.

Esta dissertação propõe-se, assim, a verificar a possibilidade de aprofundamento da democracia por meio das TICs, abordando, para isso, dentre outros temas, as dinâmicas social, cultural, política e econômica contemporâneas, as novas formas de articulação social sobre questões políticas, o papel atual do Estado na formulação das leis e políticas públicas, a situação das democracias representativas, a formulação de um novo tecido social no ciberespaço e as inovadoras experiências de práticas de governança eletrônica. Visa-se, como o próprio título antecipa, analisar aquilo que se constitui na forma mais completa e paradoxalmente imperfeita que o homem encontrou para ordenar as questões públicas: a democracia. Entretanto, uma vez que se pode preencher toda uma biblioteca só com os livros escritos sobre o tema, o que poderia justificar essa nova pesquisa?

Primeiramente, deve ser destacado que a democracia, como fruto que é de uma determinada ordem social, segue uma dinâmica variável que é influenciada, principalmente, pelas alterações históricas fundamentais de cada sociedade, constatação que permite apresentar o primeiro recorte do tema: diante da revolução informacional das últimas décadas – baseada em tecnologias digitais de comunicação – o que há de diferente no cenário das relações humanas que possa determinar a necessidade de uma (renovada) análise da democracia? A premissa assumida, recorrendo à teoria proposta por Manuel Castells, é que a

nova forma de organização em rede das sociedades globalizadas representa uma substancial novidade, o que justifica a problematização formulada nesta pesquisa.

Em tais termos, limita-se a presente análise à democracia na forma, real ou potencial, que ela assume, ou pode assumir, nas sociedades da informação e do conhecimento. Dentro desse marco, um dos questionamentos mais instigantes que se apresenta é sobre a possibilidade de aperfeiçoamento dos sistemas democráticos e de suas instituições valendo-se da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), com objetivo de construção de um novo espaço público participativo e deliberativo que sustente o aprofundamento e a expansão da democracia.

Sobre tal indagação, a hipótese inicial é de que a política tradicional e a democracia representativa são atualmente insuficientes para responder às demandas que se apresentam, em razão de uma fragmentada estrutura social e cultural e da dissolução contínua da capacidade humana de articulação coletiva. Nesse contexto, cogita-se que as novas tecnologias oferecem a base material sobre a qual as sociedades podem modificar radicalmente as instituições e os processos político-democráticos tradicionais em benefício de um sistema mais inclusivo, plural e com o potencial de reavivar o perdido interesse dos cidadãos pelas questões públicas.

Para confirmar ou não esta hipótese, entende-se como variáveis essenciais ao estudo a contextualização histórica da sociedade contemporânea e da condição pós-moderna que lhe caracteriza, assim como da sociedade que dela surge e que baseia suas relações de poder, entre outros fatores, na detenção da informação e na concepção e manutenção do conhecimento. Integram-se a esse rol de variáveis as próprias TICs – que se constituem em instrumento da revolução informacional em curso; as novas dinâmicas sociais – que são marcadas pela fragmentação das identidades e pelo estabelecimento de inseguranças generalizadas; e o Estado-nação – o qual se encontra desafiado por uma rede de fluxos de poder sobre o qual não tem governabilidade e que lhe permitem apenas uma limitada influência sobre seu território e população. Além disso, outras variáveis são agregadas ao raciocínio proposto, a exemplo dos sistemas democráticos representativos vinculados a instituições modernas; e o ciberespaço, no qual se desenvolve uma “cultura da virtualidade real” e de onde surge um universo apropriado para a democracia digital.

Há uma gama de possibilidades de interação entre as variáveis acima mencionadas. Pode-se verificar, por exemplo, a forma como o ciberespaço induz e/ou é induzido pelas sociedades da informação e do conhecimento, assim como a relação entre as novas identidades e o processo histórico contemporâneo representado pela condição pós-moderna. A

discussão mais importante para o trabalho, contudo, é aquela que busca entender a articulação entre os sistemas democráticos representativos e o Estado-nação em crise, assim como o uso que este pode fazer das TICs para se relegitimar como ator confiável para ordenação das questões públicas.

Nesse sentido, em diversas partes do mundo o Estado-nação tem desenvolvido políticas públicas para expansão do chamado governo eletrônico, na maioria das vezes limitando-se apenas em transpor seus serviços tradicionais para o meio digital. Todavia, deve-se ter em conta que o contexto econômico, social e político característico das sociedades da informação e do conhecimento indica a necessidade de construção de *novos serviços* que permitam e estimulem o resgate da capacidade de articulação em torno de valores compartilhados, assim como *novas instituições* que funcionem como ponte à participação consciente e autônoma do cidadão livre *de fato*. Não obstante as TICs terem, nesse contexto, o *potencial* de “desespecializar”, horizontalizar e democratizar a política – favorecendo o resgate da civilidade na esfera pública – é de se indagar se as instituições políticas democráticas estão caminhando nesse sentido.

Deve-se considerar, ainda, que as modificações sociais das últimas décadas impactam fundamentalmente as instituições democráticas. Por outro lado, em tais momentos de transição, pequenas alterações de rumos na origem representam desvios significativos ao longo da caminhada. Este estudo se mostra importante, portanto, na perspectiva em que pode contribuir para a ampliação do debate sobre o tema, chamando atenção quanto ao fato de que as ações e projetos democráticos contemporâneos devem seguir em direção ao fortalecimento do sistema e não a tímidas iniciativas, que levem à perda completa de legitimidade do sistema pela insuficiência das instituições (por se fazer pouco), ou a uma perigosa aventura baseada em metáforas e hipérboles desconexas sobre a e-democracia (sob risco de desestruturação dos avanços democráticos já alcançados).

Com esse objetivo, serão enunciadas algumas das principais construções teóricas sobre a história social contemporânea, descrevendo-se algumas características da Era da Informação, bem como serão analisadas as conseqüências, para a participação política do cidadão, da generalizada sensação de insegurança social e pessoal, fenômeno ligado à individualização das biografias e ao surgimento das novas identidades. Serão reunidos, assim, conhecimentos multidisciplinares que auxiliem na compreensão sobre a forma como os indivíduos atuam politicamente na atualidade. Nesta mesma direção, propõe-se verificar a possibilidade de utilização das TICs como forma de pressão legítima sobre o sistema político tradicional contemporâneo, arrolando-se experiências práticas de aplicação das novas

tecnologias nos sistemas democráticos e, a partir das lições decorrentes, indicar sugestões básicas para criação de um espaço público virtual aberto e livre, examinando os riscos e oportunidades decorrentes dessas alterações e estabelecendo perspectivas futuras para o tema.

As indagações e hipóteses apresentadas são formuladas a partir de um universo teórico que serve de embasamento à interpretação das informações colhidas. A base do estudo, assim, é dada pela proposição da existência de uma “Era da Informação”, onde a sociedade se organiza em rede e o fluxo de informação e conhecimento é fonte de poder e controle, conforme propõe Manuel Castells. Em tal perspectiva, o desvio do poder geograficamente localizado para uma rede de fluxos globais representa uma tendência de esvaziamento das instituições políticas e perda de legitimidade dos Estados.

Assim, a criação de pontes entre os espaços locais, de tempo cronológico, e os espaços de fluxos, de tempos intemporais, é o grande desafio que é colocado para as sociedades, sob pena de uma perigosa ruptura do diálogo em caso de insucesso. Nessa perspectiva, Bauman ressalta que a Política – com P maiúsculo – é a única maneira de se resolver os complexos problemas coletivos da pós-modernidade. Assim, *uma das formas* de criação daquelas pontes, e também de novos espaços de exercício da civilidade, decorre justamente da integração das tecnologias de comunicação às instituições responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas, bem como aos processos legislativos em todos os níveis estatais.

Como se trata de um tema complexo, que permeia transversalmente o tecido social, a pesquisa recorre a uma série de proposições secundárias, como a questão da fragmentação social, do surgimento de novas identidades que se organizam, entre outros, em torno da etnia, religião e sexualidade, e de considerações acerca dos riscos em se colocar em questão princípios básicos da democracia, a exemplo da regra da maioria e das eleições.

Vinculado a esses temas, percebe-se que há a formação, por meio da Internet, de um novo canal de comunicação flexível que permite o fluxo de informações em múltiplas direções, o qual altera estruturalmente as relações sociais. Isso ocorre na medida em que a realidade é sempre mediada por uma interface de significados simbólicos (e, portanto, as culturas são processos de comunicação), fazendo com que a Internet se insira profundamente nos processos de organização social e cultural. Como dito, isso impacta, também, o Estado e os sistemas democráticos, mas o modelo a ser institucionalmente seguido é algo ainda dependente de um amplo debate em cada sociedade, considerando-se que cada uma possui forma própria e característica de lidar com as tecnologias, seja na sua produção ou no seu uso. Considere-se na análise, ainda, que o acesso aos meios necessários para uma participação ativa dos cidadãos nas questões públicas possui níveis extremamente díspares ao longo do

globo, indicando o surgimento de uma dupla exclusão de grande parcela da população mundial: a impossibilidade de adquirir bens/serviços e a falta de acesso aos meios que permitem fazer parte do novo ciberespaço social.

Assim, um dos fatores preponderantes deste trabalho, por configurar um instrumento sobre o qual se constroem significados culturais nas sociedades em rede, é a questão do acesso às TICs, as quais, para efeito desse estudo, são conceituadas como o desenvolvimento, a implementação e a administração de sistemas de informação baseados em aplicações de computadores. Por sua vez, são consideradas como sociedades da informação e do conhecimento aquelas onde há predominância de um novo paradigma tecnológico, o qual passa a ter papel causal na ordem social, cultural e econômica, bem como vem oferecer o suporte para uma primazia da informação, da comunicação e do conhecimento como fatores de poder e controle. A democracia digital, por seu turno, refere-se ao uso das TICs, como a Internet, com o objetivo de reforçar os processos democráticos, oferecer serviços públicos e informações, assim como fomentar a participação ampla e plural dos cidadãos na ordem política por meio do ciberespaço. Este, com base em Pierre Lévy, pode ser conceituado como um espaço de comunicação que é constituído pela interconexão mundial dos computadores, ou seja, é um domínio caracterizado pelo uso do espectro eletrônico e eletromagnético para armazenar, modificar e compartilhar dados por meio de sistemas em redes. Finalmente, a proposição da existência de uma cultura da “virtualidade real” é decorrente da constatação de que toda realidade é percebida virtualmente, pois a humanidade tem contato com mundo somente por meio de símbolos e, portanto, as relações existentes no ciberespaço são virtuais, mas também reais, porque estruturam e concebem o tecido social.

Metodologicamente falando, o trabalho segue o procedimento monográfico, fazendo uso, eminentemente, da técnica de pesquisa baseada na revisão bibliográfica, com aplicação do método hipotético-dedutivo. Há, portanto, uma revisão da literatura sobre as transformações sociais e econômicas contemporâneas, sobre indagações quanto à condição de crise do Estado e dos sistemas democráticos representativos e, principalmente em língua estrangeira, sobre a democracia digital, sua tipologia, modelos e futuríveis. Nesse sentido, por meio de uma estrutura de raciocínio que segue do geral para o particular, busca-se verificar, em conclusão, a validade da hipótese apresentada inicialmente. Com essas considerações, propõe-se desenvolver o tema agregando e inter-relacionando cada uma das variáveis mencionadas em uma articulação dialética entre as diversas correntes teóricas tratadas, de maneira que a topografia de sua apresentação permita uma visão plausível sobre o tema. Para



esse fim, decidiu-se estruturar o trabalho em três capítulos, cada um deles subdivididos em duas partes que estão estreitamente ligadas e se complementam.

O primeiro capítulo, que objetiva discutir a transição paradigmática das sociedades contemporâneas, apresenta em sua primeira parte uma discussão do que se convencionou chamar de “condição pós-moderna” desse início de século, fazendo-se, para isso, um contraste entre a modernidade “simples” e a complexa ordem pós-moderna. Na segunda parte, discorre-se sobre a constituição das sociedades da informação e do conhecimento, a história das TICs e sua utilização como base instrumental da Era da Informação, da economia fundada no conhecimento e da nova estrutura laboral, decorrentes da organização mundial em redes de fluxos.

Já no segundo capítulo, busca-se descrever a dinâmica e o contexto sociais e institucionais em que se inserem propostas de expansão da participação democrática. A primeira parte intenciona relacionar uma literatura que descreva a forma de ação dos indivíduos no espaço público, o que somente é possível pela abordagem sobre, dentre outras coisas, os riscos e incertezas onipresentes nas relações sociais deste início de século, que têm alterado substancialmente a maneira com que os interesses comuns são articulados. Nesse sentido, as novas identidades, que buscam resistir ou propor projetos para a humanidade, têm um papel de grande importância, razão pela qual se dedicou um subitem específico para o tema. Já na segunda parte, objetiva-se abordar a situação dos sistemas democráticos representativos inseridos em uma estrutura capitaneada por uma instituição em crise: o Estado-nação. São analisadas proposições que indicam a tendência de enfraquecimento do Estado, para verificar até que ponto ele perde poder e influência na Rede Global. Em complemento, investiga-se sobre os limites e os impasses da democracia representativa, apresentando-se, ao final, as perspectivas para o tema, já apontando para a questão principal do terceiro capítulo: a democracia digital.

No terceiro e último capítulo reflete-se sobre as oportunidades de democratização do espaço público por meio da introdução de propostas inovadoras de participação política no ciberespaço. A descrição e conceituação de uma “virtualidade real” objetiva estabelecer o contexto para se entender a forma como as pessoas agem politicamente no ciberespaço e a evolução desse debate cívico em sociedades cada vez mais baseadas nas vontades e ações dos indivíduos. Na seqüência, conceituando-se a governança eletrônica, indica-se uma de suas derivações, a e-democracia, sobre a qual são apresentadas classificações e tipologias, indicando-se as possíveis aplicações tecnológicas que lhe possam dar suporte. Na segunda parte do último capítulo, são buscadas na prática algumas lições que podem auxiliar na

verificação da hipótese, utilizando-se como referência o Reino Unido, tido como o estado-da-arte na implementação da e-democracia. Em contraste, sintetiza-se as iniciativas do Brasil, que se situa em uma posição intermediária de utilização das TICs em sistemas de e-participação. Por fim, com auxílio principalmente das considerações de Stephen Coleman, descreve-se alguns futuríveis da democracia na Internet.

Diante de todas essas considerações, a partir de uma ampla contextualização da participação política nas sociedades da informação e do conhecimento, pretende-se contribuir para o debate sobre a democracia digital no país. Para tanto, são apresentadas análises que podem dispor aos administradores públicos e aos representantes políticos informações destinadas a auxiliar no desenho, estruturação e execução de políticas públicas que integrem, aos projetos de governança eletrônica, inovadores serviços de participação na administração pública. Isso exige que sejam garantidos, aos cidadãos, o desenvolvimento de capacidades e habilidades para que os mesmos possam lidar com o conhecimento, bem como o acesso aos meios físicos para integração à grande Rede. Essas, aliás, são condições essenciais para uma ampla e efetiva inserção da democracia brasileira na Era da Informação, em benefício de políticas públicas e normas legais que estejam em verdadeira sintonia com a vontade e o interesse dos cidadãos.

# 1 TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Esta primeira parte do trabalho será dedicada a estabelecer as bases teóricas que determinarão a perspectiva pela qual os temas em estudo serão observados e descritos posteriormente. A apresentação dos conhecimentos é, de toda forma, eminentemente descritiva e, não por acaso, está ancorada em estudos sociológicos que buscam analisar os fenômenos contemporâneos, uma vez que, nas situações de transição paradigmática, são de especial importância os filósofos e os sociólogos. São eles que submergem aos pontos mais profundos dos mecanismos de mudanças, bem como analisam o tema a partir de uma perspectiva macro, de forma que se tenha “uma visão panorâmica tanto da trama quanto da dinâmica da nova organização social”, possibilitando “a apreensão cada vez mais acurada da realidade característica deste novo milênio”<sup>1</sup>. Justamente a partir dessas visões, muitas vezes fragmentadas e divergentes, é que devem ser formadas as bases da compreensão das sociedades e das estruturas institucionais que regulam as relações humanas, sua cultura e organização – e, portanto, do que significa a democracia neste contexto.

Dessa maneira, procura-se neste capítulo estabelecer uma seqüência argumentativa de natureza crítica – ou seja, que busca identificar os interesses subjacentes às transformações sociais e novos padrões tecnológicos – que guie a pesquisa em direção a uma compreensão mais abrangente da democracia. Para que isso ocorra de forma compreensiva, o primeiro capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira há uma articulação de questões que buscam demonstrar a transição da modernidade para uma nova “condição pós-moderna”, como preparativo para se evidenciar, na segunda parte, a existência de novas sociedades que se caracterizam pela manipulação da informação e do conhecimento, o que altera a forma como a política é exercida hoje em dia.

Em cada uma dessas duas partes são descritas teorias que foram confrontadas ou agregadas, em um mosaico que se entendeu imprescindível a um maior aprofundamento do tema da democracia nas sociedades contemporâneas. Dessa maneira, a partir das várias proposições colacionadas, vê-se que as sociedades informacionais necessitam de fato observar

---

<sup>1</sup>NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. **A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade**. Disponível em: <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932004000100010 & lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100010&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de out. 2007.

as potencialidades dos sistemas democráticos a partir das novas ferramentas disponibilizadas pelas tecnologias da informação e do conhecimento (TICs).

Pretende-se, em síntese, que, ao final deste capítulo, fique evidente que existem profundos processos de transformações sociais baseados no *conhecimento*, os mecanismos de funcionamento que sustentam essa transição, bem como a compreensão de que todas essas questões resultam em impactos significativos, para o bem e para o mal, às democracias contemporâneas.

## 1.1 Condição pós-moderna

### 1.1.1 Considerações iniciais

É comum hoje falar-se sobre o fim e o começo de muitas coisas. Alguns dizem ter-se chegado ao *fim da história*, enquanto outros alardeiam a superação da própria modernidade. Há os que sustentam que se inicia uma *nova fase* da modernidade, que acaba ganhando muitos e diversos nomes: modernidade *liquida*, modernidade *leve*, modernidade *reflexiva*, modernidade *fluida*, modernidade *tardia*; há outros, ainda, que acreditam estar-se abrindo as portas de um verdadeiro começo de *nova era*: pós-fordista, informacional, enfim, *pós-moderna*.

Há os que identificam esse sentimento de transformação e início de novos tempos como uma característica de *fim de século*, algo que já ocorreu em outros momentos semelhantes e que justificaria parcialmente a tendência a essas interpretações de “transição histórica”. Contudo, ainda que se considere essa pontual propensão, as razões para tanta discussão sobre um novo momento histórico são decorrentes, verdadeiramente, de alterações fundamentais das relações sociais e econômicas, e não apenas fruto de uma percepção abstrata<sup>2</sup>. De fato, qualquer detida e honesta análise detectará modificações substanciais, tanto na economia quanto na cultura e na sociedade, em quase a totalidade do globo, ainda que as conclusões quanto às causas e conseqüências do fenômeno possam divergir.

---

<sup>2</sup>Cf. GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP. 1995. p. 73; e SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. p. 41.

Nesse sentido, há uma pergunta comumente reiterada: diante das evidentes transformações, caminha-se para o fim da modernidade? Tal questionamento tem gerado polêmicas exaltadas e uma miríade de livros, onde são apresentadas opiniões muito bem fundamentadas tanto pelos que são favoráveis quanto pelos que são desfavoráveis à proposição implícita na pergunta. Diante dessa constatação, seria pretensioso respondê-la por inteiro neste trabalho, o que não impede, entretanto, uma escavação de construções teóricas em busca de uma compreensão holística da questão – o que determina a necessária consideração sobre o tema da “pós-modernidade”.

A utilização do termo “pós-moderno”, de toda sorte, é bastante polêmica e acaba exigindo, a cada trabalho, uma conceituação particular para sua compreensão, ante a diversidade de sentidos que recaem sobre a palavra. Ainda que, justamente por essa diversidade, o termo seja insuficiente e incompleto, ele acabou sendo utilizado largamente por autores de variadas áreas e em uma infinidade de obras, inclusive por aqueles que o criticam – talvez pela simples da inexistência de algo mais adequado.

Nesse sentido, Souza Santos faz lembrar que, “como todas as transições são simultaneamente semi-invisíveis e semicegas”, torna-se difícil dar um nome à situação contemporânea, o que talvez tenha permitido que o termo “pós-moderno” se tornasse tão popular. “Mas, por esta mesma razão, este termo é autêntico na sua inadequação”<sup>3</sup>. De fato, Souza Santos utiliza-o regularmente, a exemplo de Giddens, Bauman, entre outros. Fredric Jameson, por exemplo, chega a afirmar que

com relação ao *pós-modernismo*, não procurei sistematizar um uso ou impor um significado convenientemente conciso e coerente, uma vez que esse conceito não só é contestado, mas é também intrinsecamente conflitante e contraditório. Vou argumentar que, por bem ou por mal, não podemos *não* usá-lo<sup>4</sup>.

Com essas considerações – tendo por referência Jean-Françoise Lyotard – adota-se o termo “condição pós-moderna” para designar a situação contemporânea, a qual deve sempre ser vista sob uma perspectiva transitória, até que o distanciamento histórico permita uma melhor classificação. De toda sorte, é importante deixar claro, desde logo, que há uma divergência fundamental entre os que os que se posicionam a favor e contra o projeto iluminista “ou, em termos pós-modernos, o logocentrismo ocidental”, como afirmam Daniel Brito e Tânia Ribeiro, que complementam o raciocínio afirmado que

---

<sup>3</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.49.

<sup>4</sup>JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2006, p.25.

na disputa entre os que defendem a retomada do projeto da modernidade e aqueles que já sentem a presença da pós-modernidade, talvez somente a certeza da crise e da necessidade de se criar, ou reanimar, mecanismos de interpretação e atuação para a realidade atual constituem uma preocupação comum aos homens modernos, pois ainda é obscura e conturbada a decisão legada aos que se preocupam com o futuro das sociedades. E o que se ressalta dessa discussão, mais do que o posicionamento a favor ou contra estas duas interpretações, é a possibilidade de apropriar-se de ambos os discursos para uma possível leitura da realidade atual [...]<sup>5</sup>.

Essas considerações são importantes para que fique claro que alguns pressupostos adotados neste trabalho não estão isentos de questionamentos e, portanto, deve-se sempre fazer uma leitura dos textos de maneira a não aceitá-los de forma dogmática, mas como *propostas* de análise da realidade contemporânea. Além do mais, há menção, neste trabalho, de autores que sustentam posição em ambos os lados do espectro mencionado acima, o que pode parecer incoerente à primeira vista. Entretanto, entende-se que diversas idéias dos dois campos são complementares e até mesmo congruentes em certo nível. Portanto, salvo quando forem inevitavelmente incompatíveis, serão acomodados os posicionamentos, em benefício de uma visão equilibrada sobre o tema.

De qualquer maneira, e ultrapassada a questão terminológica, diante da constatação de que de fato se passa por um momento de transição e de que a compreensão histórica é necessária para o desenvolvimento da construção teórica proposta, torna-se obrigatória uma abordagem inicial que contemple uma descrição do processo. Por essa razão, será apresentada uma síntese de algumas das principais proposições acadêmicas que buscam conceituar e interpretar o mundo pós-moderno, indicando a perspectiva que guiará a abordagem do tema da democracia nos demais capítulos, não sem antes discorrer breves considerações sobre a própria modernidade.

Assim, para efeito deste trabalho, compreende-se o atual momento histórico como caracterizado por uma “condição pós-moderna”, simbolizando as transformações contemporâneas e oferecendo as bases para as novas estruturas do mercado, do trabalho e da sociedade, o que permitirá a compreensão dos obstáculos e oportunidades democráticas que se apresentam. Ao final dessa primeira etapa, portanto, pretende-se apresentar alguns elementos fundamentais que permitam o ingresso no tema do trabalho propriamente dito, qual seja, a descrição e interpretação das novas formas de participação democrática nas sociedades da informação e do conhecimento, bem como a indicação das conseqüências para as instituições envolvidas e o potencial democrático das novas tecnologias digitais.

---

<sup>5</sup>BRITO, Daniel; RIBEIRO, Tânia. **A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social**. Disponível em: <[www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/836/4356/file/09.pdf](http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/836/4356/file/09.pdf)>. Acesso em: 3 de mar. 2007.

### 1.1.2 A primeira modernidade

Não obstante as divergências já mencionadas quanto à superação da modernidade, os autores, independentemente da posição teórica, ideológica ou filosófica, em geral concordam que as alterações nas relações humanas recentes determinam uma peculiaridade histórica. Diferem, contudo, na interpretação do grau de profundidade das mudanças, as conseqüências dos fenômenos e o seu posicionamento na estrutura histórica das sociedades. Para uns, tais modificações significam a superação da Era Moderna propriamente dita, enquanto para outros indicam apenas sua nova fase. Tais posicionamentos são de extrema importância quando se pretende estabelecer futuríveis, pois as fronteiras conceituais determinam a direção da transição.

Em todo caso, serão utilizados no trabalho, como sinônimos, variados termos, tais como “modernidade sólida”, “primeira modernidade” e “modernidade simples”, sempre para indicar um *primeiro* momento/fase da modernidade, cujas características principais serão em seguida apresentadas. Dessa maneira, a discussão acerca da condição pós-moderna que se pretende travar passa, necessariamente, pela conceituação da própria modernidade, uma vez que a idéia de pós-modernidade contém em si a essência do que pretende superar (a modernidade). A argumentação inicia-se, conseqüentemente, com esse ponto.

#### 1.1.2.1 Modernidade: a história do tempo

É correto dizer, de início, que a modernidade, além de vinculada à idéia de liberdade e autonomia, está ligada a uma percepção particular de *tempo* que, baseada numa idéia cristã de progressão *linear* e *irreversível*, opõe-se a uma idéia anterior de tempo *natural*, *cíclico*, característico de um tempo antigo<sup>6</sup>. Essa idéia de progresso é elemento determinante para formação da concepção contemporânea de modernidade. Como ressalta Krishan Kumar:

Deve estar evidente o quanto do que entendemos como modernidade está contido na filosofia cristã da história. Nela, o tempo é retirado da esfera natural e inteiramente

---

<sup>6</sup>KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.81.

humanizado (mesmo que sob orientação divina). Ele é mostrado como linear e irreversível, ao contrário dos ciclos e recorrências do pensamento antigo<sup>7</sup>.

Bauman sustenta que, antes da modernidade, o modo como se compreendia essas coisas que hoje se tende a chamar de "espaço" e "tempo" era tão satisfatório quanto preciso, quase imperceptível e tido por imutável. Foi assim que “a história do tempo começou com a modernidade. De fato, ela é, talvez mais que qualquer coisa, *a história do tempo*: a modernidade é o tempo em que o tempo tem uma história”<sup>8</sup>. Isso porque, anteriormente, na Idade Média,

condicionada pelo *contemptus mundi*, os termos *modernus*, *novus* e palavras deles derivadas tinham significados depreciativos, e não temporais. Para o ouvido medieval, o termo *modernitas* tendia a ter um significado abusivo, depreciativo. Tudo que era novo, não consagrado pelo tempo e pela tradição, era visto com suspeita [...] O valor pertencia exclusivamente ao que era antigo [...] *Antiquitas* era sinônimo de conceitos tais como *auctoritas* (autoridade), *gravitas* (dignidade), *majestas* (grandeza). No mundo medieval, a originalidade de pensamento de nada valia e o plágio não era considerado como pecado<sup>9</sup>.

Assim, ao se buscar o momento histórico determinante do início da modernidade, comumente é lembrado o período de transição da Idade Média para a Moderna, que é a Renascença. Kumar sustenta, contudo, que a Renascença não representa exatamente o termo inicial da modernidade, pois, ainda que tenha conseguido libertar-se da percepção natural e cíclica do tempo, recuperado conhecimentos clássicos da Era Antiga e ultrapassado o obscurantismo da Idade Média, *nada criou de novo*<sup>10</sup>.

Na verdade, a história, até o século XVIII, era um manancial de exemplos uniformes e imutáveis, em uma noção atemporal do conhecimento. A Renascença foi, assim, apenas uma preparação para o Iluminismo, este sim o ponto de inflexão da nova era ao recuperar a idéia cristã de progressão do tempo e secularizou-a. Essa constatação não diminui a importância das práticas medievais desenvolvidas em Roma, por exemplo, onde os padres mantinham um registro anual dos dias de festa – *fasti*. Eram eles que anunciavam o início de cada mês, o *calendae*, de acordo com a posição da lua, bem como anotavam os principais eventos do ano nos *annals*, celebrando-os a cada *saeculum*<sup>11</sup>. Ao contrário, verifica-se que essa percepção cristã foi trabalhada na Renascença e consolidada pelo Iluminismo – com a conseqüente adoção de noções positivistas de progresso, ou seja,

<sup>7</sup>Idem, ibidem.

<sup>8</sup>BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.128-129.

<sup>9</sup>Idem, p.84.

<sup>10</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.85.

<sup>11</sup>BORST, Arno. **The Ordering of Time**. Chicago: University of Chicago, 1994, p.16.



não foi no vigor da Alta Idade Média, nem na explosão criativa da Renascença, tampouco na Revolução Científica do século XVII, mas sim na Idade da Razão, na segunda metade do século XVIII, mais de duzentos anos depois de o monge romano e erudito Cassiodorus traçar a primeira distinção entre os *antiqui* e os *moderni*, que nasceu a idéia de modernidade<sup>12</sup>.

Portanto, um novo mundo surgia na segunda metade do século XVIII – alia a modernidade começava verdadeiramente a tomar corpo. Nessa época, os intelectuais já não se consideravam mais cópias menores dos antigos filósofos e, ao contrário, proclamavam o rompimento completo com o passado e o estabelecimento de um novo começo baseado em princípios originais que tivessem âncora unicamente na *racionalidade humana*<sup>13</sup>.

Ressalte-se que, desde seu começo, a modernidade buscou o rompimento com a Era Antiga, com o obscurantismo da Idade Média e com a *tradição*, conceituando-se esta como a cola que une ordens sociais pré-modernas, uma ligação à memória coletiva mantida por guardiões e que envolve um ritual, o que Anthony Giddens chama de *verdade formular*.<sup>14</sup> Todo esse processo teve por resultado mais conhecido a primeira revolução moderna da história: a Francesa. Ela representou o início *simbólico* da modernidade, bem como moldou sua forma e consciência características<sup>15</sup>.

Foi assim que a modernidade, paradoxalmente, também criou sua própria tradição, a “tradição do novo”, pois produziu uma interminável série de mudanças de estilos e de modas que acabou por estabelecer um culto às *inovações sem fim*<sup>16</sup>. É, como afirma Giddens, “a adoção da tradição como sendo em si uma decisão de estilo de vida”<sup>17</sup>.

Por outro lado, nas palavras de Souza Santos, a modernidade se desenvolveu com base em pilares caracterizados por dois princípios gerais: o da *regulação* e o da *emancipação*, sempre tendo como preponderância a racionalidade instrumental. O primeiro pilar refere-se aos princípios do Estado, do Mercado e da Comunidade, formulados, respectivamente, por Hobbes, Locke (Smith) e Rousseau, enquanto o segundo vincula-se às três lógicas da racionalidade de Weber: estético-expressiva, moral-prática, e cognitivo-instrumental. A forma de articulação desses princípios e suas variantes criam uma inter-relação complexa e, muitas vezes, até mesmo contraditória<sup>18</sup>.

<sup>12</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.96.

<sup>13</sup>Idem, p.90-91.

<sup>14</sup>GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.80-81.

<sup>15</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.93.

<sup>16</sup>Idem, p.111.

<sup>17</sup>GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.99.

<sup>18</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.50.

A modernidade, dessa forma, caracteriza-se por uma forma específica de articulação da relação tempo-espço, tendo por base os pensamentos do Iluminismo, porém muito fortemente relacionada com o desenvolvimento do *Capitalismo*. As alterações radicais dessa articulação, nas últimas quatro décadas, fez surgir um novo paradigma e uma nova Era, conhecida de forma genérica como a já falada “pós-modernidade”. Para compreender esse contexto, necessário se faz a apresentação das características da *primeira modernidade* – e quais as alterações fundamentais que determinam a percepção de transição paradigmática predominante na atualidade.

### 1.1.2.2 A modernidade simples

O primeiro estágio da modernidade, que durou desde a segunda metade do século XVIII até há cerca de quatro décadas, pode ser chamada de “simples”, em contraste com a nova condição humana de complexas relações em redes globais. Segundo Bauman,

essa parte da história, que agora chega ao fim, poderia ser chamada, na falta de nome melhor, de era do *hardware*, ou modernidade pesada - a modernidade obcecada pelo volume, uma modernidade do tipo "quanto maior, melhor", "tamanho é poder, volume é sucesso" [...] A modernidade pesada foi a era da conquista territorial<sup>19</sup>.

Essa primeira modernidade possui uma imagem bastante característica fixada na memória coletiva, simbolicamente representada pelas chaminés fumegantes de imensas fábricas ou, como mais apropriadamente descreveu Jeremy Rifkin, pelo “cheiro pungente de combustível queimando, a visão das chaminés industriais escurecendo o céu, e sons contínuos de máquinas sibilando, para refazer o mundo físico a nossa própria imagem”<sup>20</sup>.

Quanto a esse aspecto, não se pode desprezar que, no mundo de hoje, há pessoas e até mesmo países vivendo em épocas diferentes, com características que os referenciam tanto como pré-modernos, modernos ou ainda pós-modernos. Por isso, existem ainda lugares onde não há fábricas e mesmo os empregos da modernidade *simples* ainda não chegaram, onde seres humanos não têm sequer acesso aos benefícios *básicos* das conquistas modernas, como alívio da fome pelo aumento da produtividade agrícola ou melhoria da saúde pelos avanços do

<sup>19</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., p.132.

<sup>20</sup>RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**: transição de mercados convencionais para *Networks* e o nascimento de uma nova economia. São Paulo: Pearson Education, 2001, p.45.

saneamento básico e da medicina. Por essa razão, quando se indica, neste trabalho, o tempo *passado* dos verbos referentes à primeira modernidade, cuida-se de opção metodológica, que não despreza aquele aspecto humano prático e lamentavelmente comum. Apenas segue-se a perspectiva da teoria de base em relação à Era da Informação, que vem se apresentar, para efeito de análise, como sendo a forma dominante da civilização no futuro.

De qualquer forma, é certo que a modernidade simples dominou o panorama cultural, social e econômico dos últimos dois séculos. O *auge* do paradigma moderno (representado pelo correspondente sucesso do Capitalismo) deu-se nas três décadas que sucederam a Segunda Grande Guerra, justamente no período em que a construção de uma epistemologia pós-moderna dava seus primeiros passos.

A título ilustrativo da situação vivida naquele período, lembra-se que, de uma perspectiva literária (sempre representativa dos pensamentos dominantes em dado momento histórico), aquele momento de grande pujança econômica acabou por produzir dois livros que podem ser descritos como característicos da modernidade sólida: “Admirável Mundo Novo” e “1984”, de Huxley e Orwell, respectivamente. Como ressalta Bauman, o pesadelo que liga as duas obras – e algo socialmente compartilhado em seu tempo – era a previsão de “ausência do controle das próprias vidas”. É uma concepção que diz muito sobre a época, pois se evidencia que os escritores daquelas obras não podiam imaginar um mundo sem “mesas de controle”, uma ordem central que controlasse e ordenasse tudo<sup>21</sup>.

Esse fantasma da primeira modernidade decorria, principalmente, do fato de que o mundo era dominado pelos administradores das empresas capitalistas, cuja visão alimentava a formação do mundo e do discurso dominante, de forma que a tal ordem e regulação terminava por se sobrepor à totalidade da experiência vivida<sup>22</sup>. Ainda que existisse naquele tempo uma limitação ao controle total, pois o capital ainda estava fixado ao solo tanto quanto os seus trabalhadores, esse obstáculo ainda seria superado pelas mãos das novas tecnologias, libertando totalmente o capital das amarras físicas e das normas locais<sup>23</sup>, como será visto posteriormente.

Naquele contexto, o uso do nome de Ford, mais especificamente do termo “fordismo”, para caracterizar uma forma específica de ordem social e econômica, parece ser bastante apropriado. Isso não somente pela citada extrapolação, à vida privada, das normas capitalistas – das quais a fábrica fordista era um ícone – mas também porque Ford tinha a evidente

---

<sup>21</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., p.65.

<sup>22</sup>Idem, p.68.

<sup>23</sup>Idem, p.70.

intenção em atar o capital ao trabalho em uma espécie de casamento divino: os trabalhadores precisavam do emprego, o capital dependia dos empregados para produção e crescimento. É por essa razão que os sindicatos podiam se fortalecer e representar interesses que eram “comuns” às classes que os formavam. Como será mostrado mais à frente, uma nova estrutura surgente alterou as bases dessa relação por meio da torção e do controle do *tempo*.

Pelas razões acima expostas, o “fordismo” foi resultado não apenas da execução e do uso de uma nova tecnologia, mas também uma sistemática de novas técnicas sociais e científicas destinadas à organização da produção, incluindo a normatização das relações entre a administração e trabalhadores, compartilhando seus códigos com a vida privada das pessoas<sup>24</sup>. Foi uma verdadeira síntese da fusão entre princípios da modernidade e do Capitalismo. Em resumo, o fordismo – símbolo da modernidade simples – constituiu-se em um modelo de industrialização, acumulação e regulação que constituía uma

combinação de formas de ajustes das expectativas e do comportamento contraditório dos agentes individuais aos princípios coletivos do regime de acumulação [...] O paradigma industrial incluía o princípio tailorista da racionalização, juntamente com a constante mecanização. Essa "racionalização" baseava-se na separação dos aspectos intelectual e manual do trabalho [...] o conhecimento social sistematizado a partir de cima e incorporado ao maquinário pelos projetistas. Quando Taylor e os engenheiros tailoristas introduziram esses princípios no começo do século XX, seu objetivo explícito era forçar o controle da administração sobre os trabalhadores<sup>25</sup>.

Além disso, aquele foi um tempo em que as pessoas, a partir de sua posição social, tinham uma biografia pré-concebida, com pouca chance de alterações significativas. Como afirma Bauman, a classe e o gênero pesavam sobre as possibilidades de escolha do indivíduo, e escapar dessa projeção não era muito mais fácil que contestar a “cadeia divina do ser” da Era pré-moderna<sup>26</sup> - ou seja, impunham-se biografias padronizadas. Ulrich Beck traz interessante metáfora para exemplificar a situação:

Na imagem da sociedade industrial clássica, as maneiras coletivas de viver são compreendidas de uma forma que se assemelha às bonecas russas que se encaixam uma dentro da outra. A classe supõe a família nuclear, que presume os papéis dos sexos, que presume a divisão do trabalho entre homens e mulheres, que presume o casamento.<sup>27</sup>

<sup>24</sup>CLARKE, Simon. **The crisis of fordism or the crisis of social democracy?** [S.I]: Telos, 1990. p. 80. *Apud*: KUMAR, Krishan. Op. cit., p.72.

<sup>25</sup>LIPIETZ, Alain. The Next Transformation. In: CANGIANI, Michele (Org.). **The Milano Papers: Essays in Societal Alternatives**. Montreal: Black Rose, p. 1996-1997. *Apud*: BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., p. 67-68.

<sup>26</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., p.42.

<sup>27</sup>BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social Moderna**. São Paulo: UNESP. 1995, p.25.

Além disso, essa estrutura social moderna facilitava a percepção do trabalho como uma missão *metafísica* de melhoria do “país” e da “sociedade”, tendo uma característica de centralidade que lhe era atribuída pelos valores dominantes na Era do capitalismo pesado<sup>28</sup>. Por essas razões, a primeira modernidade se caracterizava pela idéia de um avanço em linha *reta e contínua*, um planejamento progressivo em direção a uma nova sociedade, “justa e boa”, que estaria no fim do caminho. Existiria uma espécie de “prêmio” por todo o esforço coletivo – algo que, entretanto, já não é mais vislumbrado na modernidade tardia contemporânea<sup>29</sup>.

O paradigma criado pela modernidade objetivava um desenvolvimento equilibrado entre o pilar da regulação e da emancipação por meio da racionalização completa da vida coletiva e individual, cujos propósitos tão vastos, retrospectivamente falando, já antecipavam seu fracasso diante do inevitável déficit em relação às expectativas.<sup>30</sup> Como resultado da racionalização dos processos emancipatórios na modernidade simples pode-se citar sua absorção pelo pilar regulatório. Souza Santos expressa esta opinião ao afirmar que, no seu entendimento,

o que mais nitidamente caracteriza a condição sócio-cultural deste fim de século [XX] é a absorção do pilar da emancipação pelo da regulação, fruto da gestão reconstrutiva dos défices e dos excessos da modernidade confiada à ciência moderna e, em segundo lugar, ao direito moderno<sup>31</sup>.

Nesse sentido, a *reflexão* daqueles princípios sobre estruturas da modernidade, ou seja, os efeitos colaterais resultantes dos avanços desses princípios incidindo sobre a própria modernidade resultam no que Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash chamam de “modernidade reflexiva”, o que será melhor desenvolvido no segundo capítulo. A modernidade simples, portanto, criou problemas que sua epistemologia, instituições e ciências são incapazes de resolver, em um novo contexto que pode ser referenciado como pós-modernidade.

### 1.1.3 A pós-modernidade

---

<sup>28</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., p.160.

<sup>29</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., p.86.

<sup>30</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.50.

<sup>31</sup>Idem, p.55.

### 1.1.3.1 Uma nova era?

Tendo-se mencionado, sinteticamente, as principais características da modernidade simples, torna-se possível contrastar a situação contemporânea de maneira a contextualizar o pensamento intitulado, genericamente, de “pós-modernidade”. Dentro desse imenso guarda-chuva que é a “pós-modernidade” há imensas diferenças teóricas que dificultam a sistematização do tema. Assim, a maneira como o mesmo é apresentado a seguir é apenas uma das formas possíveis de abordagem, sendo estruturado, entretanto, tendo por referência algumas das principais correntes sociológicas atuais.

Assim, é de se afirmar, mais uma vez, que nas últimas décadas ocorreu um movimento em que a importância da situação geográfica do conhecimento acabou por ser fulminada – já que a informação pode estar em qualquer lugar, a qualquer momento. A fragmentação do espaço/tempo é levada ao extremo, seja na criação de *comunidades*, na produção de *bens*, na prestação de *serviços*, na produção *cultural* ou na participação *política*.

Essa percepção leva a certos questionamentos inevitáveis: tantas modificações estruturais e radicais não determinariam o fim da modernidade? A profundidade das alterações não configuraria o início de um tempo “pós-moderno”? Existe, em verdade, uma idéia generalizada de que não há mais, como havia na modernidade simples, uma força que oriente e controle, de maneira centralizada, a forma e o significado da sociedade – uma ausência de mesa de controle que desmistifica Huxley e Orwell. Hoje se percebe que há simplesmente um fluxo aleatório de acontecimentos, sem norte e direção,<sup>32</sup> o que levou alguns, inclusive, a decretar o fim da história<sup>33</sup>. Ter-se-ia alcançado, portanto, uma nova Era ou trata-se apenas da revitalização dos fundamentos da própria modernidade, cujos princípios foram perdidos e agora resgatados?

Essas perguntas ocorrem hoje, principalmente, porque as pessoas se permitiram romper com a “tradição do novo” da modernidade simples e também com a própria idéia de tempo, agora instantâneo e paradoxalmente intemporal, na busca de uma síntese do velho e do novo, do longe e do perto, o que torna evidente a característica ambivalente da (pós) modernidade. Em qualquer caso, o que não há de se negar é uma profunda transformação das “sociedades industriais” em direção ao que se considera como “sociedades informacionais”.

---

<sup>32</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.113.

<sup>33</sup>Cf. FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Parece razoável dizer que esse novo tempo merece, de fato, um nome diferente. Como dito no início deste Capítulo, ele pode ser simplesmente “modernidade”, “modernidade tardia”, “modernidade líquida”, “modernidade reflexiva” ou ainda “pós-moderno” ou qualquer outro<sup>34</sup>. O que se deve levar em consideração é a nova situação das sociedades, impactadas por um importantíssimo elemento diferenciador entre as épocas - as *tecnologias de informação e comunicação* – (TICs). Elas propiciaram o instrumental para uma mudança geral na visão da organização humana, apresentando-se para a história como uma nova condição de desenvolvimento das sociedades.

Nesse contexto, onde as TICs exercem papel fundamental, estas podem ser vistas tanto como uma ampliação da capacidade e do poder humanos quanto uma supressão do indivíduo nas redes de informação<sup>35</sup>. Bauman, por exemplo, diz tratarem-se, essas tecnologias de comunicação, de “uma estreita fenda na parede, não de um portal”<sup>36</sup>, no que parecer ser uma visão pessimista das possibilidades democráticas decorrentes.

Em tal sentido, muitos pós-modernistas sustentam que a democracia não pode se basear em uma idéia “essencialista” de um agente racional unitário e universal da teoria clássica da primeira modernidade, mas deve aceitar a pluralidade de possibilidades e identidades diferenciadas que constituem os indivíduos, abandonando, por exemplo, o Estado Nacional como única arena da política<sup>37</sup>. Assim, a pós-modernidade alardeia a necessidade de *libertação de organizações e instituições permanentes* existentes na *rígida estrutura do Estado-nação*, defendendo redes frouxamente ligadas, que inventem suas próprias vidas e descubram seus próprios meios de expressá-las<sup>38</sup>. É a idéia da total desconstrução para um novo rearranjo de nosso universo cognitivo e estético, uma nova epistemologia que garanta a emancipação e a justiça.

Essa concepção de *desconstrução*, em geral contida na idéia de pós-modernidade, vincula-se, na verdade, mais fortemente aos chamados *pós-estruturalistas*, que pregam a necessidade de reconhecimento do fim das “metanarrativas”, que são os grandes esquemas histórico-filosóficos de progresso da modernidade e que tentam explicar genericamente as regras que regem as sociedades. Os intelectuais vinculados à idéia pós-moderna compreendem, a partir desse ponto de vista, que não têm, os filósofos, o papel de estabelecer regras absolutas para a sociedade, mas sim de agir como intérpretes de costumes e culturas

---

<sup>34</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.123.

<sup>35</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.138.

<sup>36</sup>BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a, p.79.

<sup>37</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.142.

<sup>38</sup>Idem, p.147.

específicas<sup>39</sup>. Os pós-estruturalistas, todavia, não aceitam ser definidos como pós-modernistas, em um curioso fenômeno onde o pós-modernismo engloba poucos membros que assumem explicitamente a posição<sup>40</sup>.

De toda sorte, assim é o mundo pós-moderno: um presente eterno, sem origem, destino, passado ou futuro, onde tudo é temporário e mutável ou tem o caráter de formas locais de conhecimento e experiência.<sup>41</sup> Para nomear esse novo tempo escolheu-se, nesta pesquisa, o termo “condição pós-moderna” – com inspiração em Lyotard, mas não necessariamente vinculado às suas considerações teóricas – como expressão de uma visão intermediária quanto a uma simples nova fase da modernidade e a visão de uma Era completamente nova, reconhecendo-se, entretanto, as intensas mudanças nas estruturas da modernidade decorrentes, principalmente quanto à difusão das tecnologias de informação e comunicação por todos os campos da vida humana.

Com a aspiração de trazer um panorama sociológico desse processo, que permita um melhor entendimento do que se intitulará posteriormente como sociedades da informação e do conhecimento, a seguir serão apresentadas algumas construções teóricas sobre a pós-modernidade.

### **1.1.3.2 Algumas teorias sociais do “pós-”**

Tem-se como ponto de partida desta pesquisa a aceitação de que a humanidade vive uma etapa muito específica e transitória de sua organização. Nesse sentido, diversas teorias sociológicas têm procurado explicar os acontecimentos atuais, e a algumas delas serão feitas referências mais adiante. É importante a compreensão histórica que se pode alcançar, porque auxilia o entendimento das raízes da “crise da modernidade”, de forma a basear posterior compreensão das dificuldades e potencialidade democráticas desse novo tempo. Apresenta-se, portanto, uma síntese de algumas tendências teóricas sociológicas sobre o mundo contemporâneo, como a percepção dos fenômenos atuais como uma “sociedade da informação” e como resultado de modificações estruturais no capitalismo, que corresponderia a uma teoria “pós-fordista”.

---

<sup>39</sup>Idem, p.151.

<sup>40</sup>Idem, p.143.

<sup>41</sup>Idem, p.157.



Essas duas teorias reconhecem o papel fundamental das tecnologias de informação e comunicação, destacando, contudo, sua condição técnico-instrumental, ou seja, de sua caracterização como pano de fundo de modificações determinadas por outros movimentos como, por exemplo, a própria reestruturação do capitalismo e novas formas de articulação social. Segue-se, dessa maneira, uma breve exposição descritiva das citadas concepções.

### 1.1.3.2.1 Sociedade da informação

Esta formulação, derivada das idéias do “pós-industrialismo”, tem por base os escritos de autores como Alvin Tofler e Daniel Bell, dentre outros, que mantêm, em suas formulações, a fé no Iluminismo, na racionalidade e no progresso, em uma visão ainda “moderna” que pode ser caracterizada como “otimista” da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs). A teoria da sociedade da informação é, portanto, um desdobramento de pensamentos originados ainda na década de 1960, sustentando a plausibilidade do potencial emancipador trazido pela propagação da informação e do conhecimento.

De acordo com Daniel Bell, o que gerou a sociedade pós-industrial – informacional – foi a convergência explosiva de computador e telecomunicações, que acabou com a antiga distinção entre processamento e disseminação de conhecimentos<sup>42</sup>. Seus estudos se basearam nas percepções de uma transição de indústrias manufatureiras para indústrias de serviços, a predominância das indústrias de ciência e tecnologia e a movimentação do poder para as elites tecnocráticas<sup>43</sup>. Pela teoria, as sociedades do passado foram basicamente limitadas pelo espaço e pelo tempo e a coesão somente fora possível por meio de uma *autoridade* burocrática e política central que tivesse por base um *território*, assim como por meio de apropriação homogênea da história e das tradições<sup>44</sup>. Essa apropriação e essa homogeneização teriam viabilizado a gênese dos Estados constitucionais contemporâneos, bem como determinaram sua inicial legitimação perante a sociedade.

---

<sup>42</sup>BELL, Daniel. The Social Framework of the Information Society. In: FORESTER, T. (Org). **The Microelectronics Revolution**. Oxford: Basil Blackwell, 1980, p. 500-549. *Apud*: KUMAR, Krishan. Op. cit., p.22.

<sup>43</sup>STRINGER, Gary. **Conceptual Issues in Cyberspace**. Disponível em: <<http://www.services.ex.ac.uk/cmit/modules/cyberspace/webct/ch03.html>>. Acesso em: 13 de out. 2007.

<sup>44</sup>BELL, Daniel. *Apud*: KUMAR, Krishan. Op cit, p.23.

Também vinculado à corrente teórica, Yoneji Masuda sustentou que a tecnologia da comunicação por computadores tornaria possível dispensar a política e o governo centralizados. Em seu lugar, surgiria uma democracia participativa e sistemas de "administração local pelos cidadãos", formulação esta que determina a sua identificação com a teoria da "sociedade da informação". Sua construção teórica sustenta que a nova sociedade informacional deve construir-se com base na libertação da poluição, na simbiose com a natureza e na economia de recursos naturais. Afirma, em síntese, que a sociedade da informação pode evitar o controle sobre a sociedade, por permitir decisões coletivas voluntárias que evitariam o fantasma do Estado automatizado Orweliano<sup>45</sup>.

Contudo, parece ter havido uma percepção demasiada otimista desses autores com relação aos poderes reinantes, pois, ao contrário do que parecem imaginar os formuladores da teoria, as tecnologias de informação estão sendo aplicadas em uma estrutura política e econômica que confirma e reforça os padrões de dominação existentes<sup>46</sup>, não possibilitando o alcance de todos os benefícios projetados. Por consequência, as sociedades da informação não evoluíram de maneira neutra e isenta, mas moldadas conforme certos interesses sociais e políticos,<sup>47</sup> em um ambiente claramente capitalista e (neo) liberal. Conforme será visto em outro momento, a "desespecialização" dos processos políticos e o estabelecimento de uma nova epistemologia parecem ser o caminho adequado para realinhar esse processo.

Todavia, a estruturação de uma nova teoria desenvolvida por Manuel Castells, igualmente com raízes na teoria pós-industrial, trouxe um novo termo para caracterizar a ordem social contemporânea: "sociedade informacional" – com a afirmação de que o conceito anterior (sociedade *da* informação) não seria suficiente para explicar processos que se aprofundaram exponencialmente com a difusão da Internet e as novas possibilidades de comunicação que hoje se apresentam.

Castells concorda que o capitalismo fornece a matéria-prima desse novo panorama e também que existem possibilidades emancipadoras, mas assim o faz com cautela e com visão crítica necessárias. Ressalta citado autor, por outro lado, que estão dadas as bases de um processo já iniciado de formação de uma nova ordem mundial, cujo denominador comum, presente tanto na teoria do pós-fordismo, como na da sociedade da informação e no pós-modernismo, é a *formação de redes*.

---

<sup>45</sup>MASUDA, Yoneji. **The Information Society as Post-Industrial Society**. Bethesda: World Futures Society, 1981. p.83.

<sup>46</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.44.

<sup>47</sup>Idem, p.46.

Como será posteriormente apresentado, Castells entende estar ocorrendo uma verdadeira revolução tecnológica, caracterizada pela aplicação do conhecimento tanto para geração de conhecimento quanto para criação de novos dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre inovação e seu uso<sup>48</sup>. Afirmar, ainda, que, por influência desse novo sistema de comunicação, mediado por interesses sociais, políticas governamentais e estratégias de negócios, surge uma nova cultura que intitula a “cultura da virtualidade real”<sup>49</sup>.

O mundo, impactado pelas tecnologias de comunicação, passa, portanto, por um processo de mudança semelhante à Revolução Industrial. As empresas não mais são organizadas em hierarquias verticais e rígidas, mas possuem estruturas cada vez mais horizontais e fragmentadas. O mercado financeiro transnacional é totalmente interligado, a ponto de qualquer desequilíbrio em um de seus *nós* ter consequência por toda a rede. Enfim, governos, grupos de interesses, ONGs, mídia, dinheiro, produção e cultura estão interligados em torno de fluxos de informação, formando uma grande rede interdependente<sup>50</sup>. Sob essa perspectiva histórica, a *sociedade em rede* representaria uma transformação qualitativa da experiência humana<sup>51</sup>.

#### 1.1.3.2.2 Pós-fordismo

Ainda na esteira das teorias sociais que buscam explicar as transformações já explicitadas, forte tendência é o movimento conhecido como “pós-fordismo”, cuja compreensão da realidade é influenciada por princípios marxistas, configurando, portanto, uma análise de esquerda quanto aos fenômenos citados<sup>52</sup>. Nesse sentido, primeiramente, é de se dizer que o pós-fordismo é um debate contemporâneo de uma questão clássica: o futuro do capitalismo, sua dinâmica e sobrevivência. Os pós-fordistas, em especial os britânicos, agregados ao movimento chamado "Novos Tempos" (que inclui uma abordagem cultural e social à visão econômica do processo), sustentam que as transformações recentes do

---

<sup>48</sup>CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.69.

<sup>49</sup>Idem, p.415.

<sup>50</sup>*Passim* CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

<sup>51</sup>Idem, p.573.

<sup>52</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.49.

capitalismo sinalizam o fim da produção em massa e, portanto, do “fordismo” como modelo de produção. Com base nos pensamentos de Gramsci, dizem que

da mesma forma que o fordismo representou não só uma forma de organização econômica, mas uma cultura inteira [...] o pós-fordismo, de idêntica maneira, é também símbolo de um desenvolvimento social e cultural muito mais amplo e profundo. [...] A transição, portanto, é de marcar época – não no sentido da transição clássica do feudalismo para o capitalismo, mas tão fundamental e de tão grande alcance como, digamos, a transição, nas fases finais do século XIX, do estágio “empresarial” para o avançado ou organizado do capitalismo<sup>53</sup>.

Entretanto, essa periodicidade do capitalismo recebe críticas da própria esquerda britânica, principalmente daqueles engajados à Conferência dos Economistas Socialistas (CSE) e seu jornal “Capital e Classe”, que rejeita o debate de uma teoria sistêmica do processo histórico, preferindo uma abordagem de natureza aberta para as transformações das classes sociais<sup>54</sup>. Nesse sentido, a título ilustrativo, a CSE se autoconceitua como “uma organização internacional e democrática comprometida com o desenvolvimento de uma crítica materialista do capitalismo, não conformada com a divisão acadêmica convencional entre sujeitos”<sup>55</sup>.

Avançando no tema, parece justificável a escolha da fábrica fordista como elemento com força suficiente para determinar que o tempo histórico possa ser classificado “antes” ou “depois” de sua existência, em razão, principalmente, da extrapolação das suas estruturas de poder de dentro da fábrica para a ordem social como um todo. A fábrica fordista pertence a um tempo que Zygmunt Bauman identifica como “modernidade sólida”, que se caracterizava pela “redução das atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda a espontaneidade e iniciativa individual”<sup>56</sup>.

Entretanto, esse modelo fordista de produção em massa, com base tailorista de organização científica do trabalho, estaria sendo substituído por produções personalizadas e em pequena escala, no que os pós-fordistas chamam de “especialização flexível”. Isso resultaria em um retorno das pessoas para suas casas ou até mesmo uma reorganização

<sup>53</sup>HALL, Stuart; JACQUES, Martin. **New Times: The Changing Face of Politics in the 1990s**. London: Lawrence and Wishart, 1989. *Apud*: KUMAR, Krishan. Op. cit., p.63.

<sup>54</sup>AMIN, Ash. Models, Fantasies and Phantoms of Transition. In: AMIN, Ash (Org.). **Post-Fordism: a reader**. Oxford: Blackwell, 1994, p.3.

<sup>55</sup>Disponível em: <<http://www.cseweb.org.uk/>>. Acesso em 24 fev. 2007. Tradução livre do texto: “The Conference of Socialist Economists (\*CSE\*) is an international, democratic membership organization committed to developing a materialist critique of capitalism, unconstrained by conventional academic divisions between subjects”.

<sup>56</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2001, p.33-34

autônoma do trabalho, trincando princípios que sustentam o sistema capitalista. Assim, tal configuração do trabalho poderia tornar a vida das pessoas mais agradável e mais satisfatória.

Nesse contexto, sustentam os pós-fordistas que as razões que teriam levado àquela mencionada “especialização flexível” seriam uma demanda do mercado por produtos em quantidades e qualidades imprevisíveis, a diversificação do mercado em razão de sua mundialização, o ritmo frenético de transformação tecnológica e a ineficaz rigidez dos sistemas de produção em massa diante da nova economia<sup>57</sup>.

Como exemplo emblemático da ocorrência dessa modificação no modo de produção é sempre citado a organização empresarial da chamada “terceira Itália”, que se desenvolveu nas últimas décadas do século XX. Trata-se de fenômeno ocorrido em uma região específica do norte da Itália, com a proliferação de pequenas indústrias organizadas em rede de produções flexíveis, interligadas e diversificadas, portando alta-tecnologia e fornecendo produtos personalizados para o mercado mundial.

No entanto, parece ser correto afirmar que a "especialização flexível", que é para os pós-fordistas um símbolo da autonomia fragmentária dos novos tempos, também pode ocorrer não somente como decorrência da organização de pequenos empresários, mas também por meio de grandes empresas, ou por elas capitaneada.<sup>58</sup> A característica principal do pós-fordismo, portanto, não seria suficiente para justificar a concepção de superação da Era Moderna. Pode-se dizer que, então, que

o significado político da tese pós-fordista reside, de maneira mais evidente, no fato de que ela é, freqüentemente, usada para sustentar o argumento de que é necessário “repensar” o conceito de socialismo, abandonar muitas das concepções tradicionais do movimento operário e desenvolver uma estratégia para a esquerda apropriada para os “Novos Tempos”<sup>59</sup>.

Há quem afirme, portanto, ser a teoria pós-fordista uma tentativa romântica de buscar uma vitória marxista nas entranhas do capitalismo. Há autores, ainda, sustentando que aquelas mencionadas características determinam a existência de um "capitalismo desorganizado", cuja manifestação de instabilidades e inquietações sugeriria mudanças qualitativas na cultura e na política no futuro. Exemplificam essas mudanças, na economia, com o surgimento de mercados e empresas globais e declínio de empresas nacionais e do Estado-nação; nas relações políticas e industriais, com a fragmentação de classes sociais e declínio de partidos

---

<sup>57</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.212.

<sup>58</sup>Idem, p.214.

<sup>59</sup>HOLLOWAY, John; PELÁEZ, Eloína. **Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico.** Disponível em: < [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2\\_02.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2_02.pdf)>. Acesso em: 13 de out. 2007.

baseados em classe, bem como o surgimento de movimentos baseados em região, etnia, sexo etc; na cultura e ideologia, com a privatização da vida doméstica e de atividades de lazer<sup>60</sup>.

Nesse sentido, Lash e Urry dizem que as grandes modificações no novo cenário social ocorrem “a partir de cima, de baixo e de dentro. Tudo o que é sólido no capitalismo organizado - classe, indústria, cidades, coletividade, nação-estado e mesmo o mundo - se desmancha no ar”<sup>61</sup>. Já os intelectuais vinculados ao movimento inglês de esquerda “Novos Tempos”, entendem que

a globalização em si – a origem de tantas mudanças que estão levando ao pós-fordismo – deve ser interpretada como sendo tanto uma ameaça como uma oportunidade. A globalização ergue a política e a cultura acima do nível provinciano da nação-estado e sugere novas conexões e interdependências entre todos os povos do mundo<sup>62</sup>.

Analisando os diversos argumentos, pode-se afirmar, com base Kumar, que os pós-fordistas confundem, em suas análises, *efeitos* com *causas*, já que o que consideram como fatos *primários* são na verdade produtos *derivados* ou *dependentes* de *processos menos visíveis* e desconsiderados pela teoria<sup>63</sup>. Holloway e Peláez chegam a afirmar que “a ‘esquerda’ aprendeu a ver o futuro como já existente, uma auto-estrada na qual você pode dirigir na esquerda ou na direita, mas da qual é impossível se desviar. O apelo da tese pós-fordista é que faz o derrotismo mais confortável”<sup>64</sup>.

Entretanto, essa crítica em relação à teoria não pode impedir o reconhecimento de que muitas coisas novas evidenciadas pela teoria de fato estão ocorrendo e merecem uma análise adequada<sup>65</sup>. De qualquer forma, sejam quais forem suas deficiências e excessos de uso, a noção de “pós-fordismo” contribuiu para o debate acerca das características e da natureza da sociedade pós-industrial, bem como com a conscientização de que a vida social e cultural pós-moderna é radical e fundamentalmente diferente do modelo que dominou a maioria do século XX<sup>66</sup>.

<sup>60</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.61-64.

<sup>61</sup>LASH, Scott; URRY, John. **The End of Organized Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1987, p. 312-313. *Apud*: KUMAR, Krishan. Op. cit., p.62.

<sup>62</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.65.

<sup>63</sup>Idem, p.65.

<sup>64</sup>HOLLOWAY, John; PELÁEZ, Eloína. **Aprendendo a Curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico**. Disponível em: < [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2\\_02.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2_02.pdf)>. Acesso em: 13 de out. 2007.

<sup>65</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.69.

<sup>66</sup>SLATERRY, Martin. **Key Ideas in Sociology**. London: Nelson Thornes, 2003, p.237.

## 1.2 Sociedades da informação e do conhecimento

### 1.2.1 Considerações iniciais

Instituições mundiais e Estados nacionais vêm reagindo e se posicionando estrategicamente diante das imensas alterações sociais e econômicas descritas anteriormente. A generalidade dos países desenvolvidos, organismos internacionais e blocos econômicos, além de muitos países em desenvolvimento, mantêm políticas ativas para responder às demandas da nova “sociedade da informação e do conhecimento”.

A título de exemplo, cita-se a “carta de princípios” produzida no Congresso Mundial sobre a Sociedade da Informação de 2003, organizado pela ONU e seus organismos especializados, com participação de governos nacionais, do setor privado e de organizações representantes da sociedade civil, onde se declarou:

Construindo a Sociedade da Informação: um desafio mundial no novo milênio. A. Nossa Visão Comum da Sociedade da Informação: 1. Nós, os representantes da população de todo o mundo, em assembleia em Genebra de 10-12 de Dezembro de 2003, na primeira fase da Conferência de Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, declaramos nosso desejo e compromisso de construir uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada ao desenvolvimento, onde todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informação e conhecimento, permitindo que indivíduos, comunidades e populações alcancem todo o potencial em promover seu desenvolvimento sustentável e aumentar sua qualidade de vida, comprometidos com as propostas e princípios da Carta das Nações Unidas e respeitando inteiramente a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>67</sup>.

O título da carta demonstra a importância do tema: é um *desafio mundial* no novo milênio. No início deste Capítulo buscou-se superar a questão terminológica quanto à *pós-modernidade*. Neste ponto, mais uma vez a definição de termo é muito importante, mais especificamente em relação à sociedade da informação. Afinal o que significa o termo? Por

---

<sup>67</sup>ONU. **Building the Information Society**: a global challenge in the new Millennium. Disponível em: <[www.itu.int/dms\\_pub/itu-s/md/03/wsispc3/td/030915/S03-WSISPC3-030915-TD-GEN-0006!R1!PDF-E.pdf](http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsispc3/td/030915/S03-WSISPC3-030915-TD-GEN-0006!R1!PDF-E.pdf)>.

Acesso em: 3 mar. 2007. Tradução livre de: “Building the Information Society: a global challenge in the new millennium. A. Our Common Vision of the Information Society. 1 We, the representatives of the peoples of the world, assembled in Geneva from 10-12 December 2003 for the first phase of the World Summit on the Information Society, declare our common desire and commitment to build a people-centred, inclusive and development-oriented Information Society, where everyone can create, access, utilize and share information and knowledge, enabling individuals, communities and peoples to achieve their full potential in promoting their sustainable development and improving their quality of life, premised on the purposes and principles of the Charter of the United Nations and respecting fully and upholding the Universal Declaration of Human Rights”.

que esse termo e não outro? De fato, essa definição parece ser a primeira questão a ser enfrentada nesta segunda parte do primeiro capítulo.

Diversos termos são possíveis e de fato são utilizados para definir a atual estrutura das sociedades globalizadas: “era tecnocrônica”, “sociedade pós-industrial”, “era da informação”, “aldeia global” e “sociedade do conhecimento”. Portanto, parece razoável ter-se que justificar a decisão de utilização do termo que se apresenta já no título do trabalho: “sociedades da informação e do conhecimento”, com “sociedade” no plural e acrescentando “conhecimento” ao termo mais usualmente utilizado (sociedade da informação).

Conforme visto acima, os governos e as organizações internacionais optaram, preferencialmente, pelo uso do termo “sociedade da informação”, a exemplo da “Cúpula Mundial da *Sociedade da Informação*” vinculada à ONU. Tal termo fora primeiramente cunhado por Daniel Bell em sua obra “O Advento da Sociedade Industrial”, de 1973. Tendo ficado adormecido por muito tempo, ele foi retomado nos anos 90 do século passado como diante do rápido desenvolvimento das novas tecnologias de informação e o conseqüente resgate dos pensamentos de Bell. Em meados daquela década, o termo entrou com força na agenda do “G-7” e nas reuniões da OCDE, além de ter sido adotado pelos EUA e pelo Banco Mundial. Por essa razão, o termo passou a ser vinculado ao movimento “neoliberal”, tido como fortemente centrado no aspecto econômico e, por isso, rejeitado por muitos<sup>68</sup>.

Surgiu nos círculos acadêmicos, como alternativa, mais ou menos na mesma época, o termo “sociedade do conhecimento”, o que foi particularmente adotado pela UNESCO, sob o argumento que ele melhor captura a complexidade e o dinamismo das transformações atuais, por incluir o aspecto de “empoderamento” de setores da sociedade<sup>69</sup>.

Dessa forma, o processo parece ser dominado por duas percepções diferentes: uma que fala sobre sociedade da informação referindo-se a um novo paradigma tecnológico que passa a ter papel causal na ordem social, dirigindo especialmente o desenvolvimento econômico; e uma segunda que sustenta que a tecnologia oferece o suporte para uma predominância da informação, comunicação e conhecimento tanto na economia quanto nas atividades humanas, sendo um fator que não é neutro nem seu curso inexorável, já que o desenvolvimento da tecnologia é determinado por jogos de poder<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup>BURCH, Sally. **The Information Society/The Knowledge Society**. Disponível em <<http://www.vecam.org/article517.html>>. Acesso em: 2 mar. 2007.

<sup>69</sup>BURCH, Sally. **The Information Society/The Knowledge Society**. Disponível em <<http://www.vecam.org/article517.html>>. Acesso em: 2 mar. 2007.

<sup>70</sup>BURCH, Sally. **The Information Society/The Knowledge Society**. Disponível em <<http://www.vecam.org/article517.html>>. Acesso em: 2 mar. 2007.



Castells, por sua vez, prefere falar em “sociedade informacional”. Em seu livro “A Sociedade em Rede”, ele afirma estar estudando

o surgimento de uma nova estrutura social, manifestada sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX [...] No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos [...] Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade<sup>71</sup>.

Um argumento interessante apresentado por Castells é de que uma nova fase da “sociedade *industrial*” indicaria uma “sociedade *informacional*” e não “sociedade da informação”, que seria o mesmo que “sociedade da indústria”. Entretanto, como há uma utilização generalizada do termo, opta-se pelo termo que mais facilmente comunica a idéia subjacente (sociedade da informação).

Em mais uma nuance da questão, há também a possibilidade de utilização da palavra “sociedade” em seu plural, pois, ainda que existam regras básicas mais ou menos uniformes da ordem social informacional em diversos locais do planeta, há a necessidade de se especificar que as mesmas se constituem sociedades diferentes, com características próprias e, portanto, não há que se falar em uma sociedade mundial única. Castells não parece discordar disso, já que afirma que

todas as sociedades são afetadas pelo capitalismo e informacionalismo, e muitas delas (certamente todas as sociedades importantes) já são informacionais, embora de tipos diferentes, em diferentes cenários e com expressões culturais/institucionais específicas. Uma teoria da sociedade informacional, diferente de uma economia global/informacional, deverá estar sempre tão atenta à especificidade histórica/cultural quanto às semelhanças estruturais referentes a um paradigma econômico e tecnológico amplamente compartilhado<sup>72</sup>.

Diante dessas questões, para efeito desse trabalho, adota-se o termo “sociedades da informação *e do conhecimento*” por haver o entendimento de que o mesmo apresenta-se como o mais adequado a significar o tipo complexo da sociedade contemporânea, englobando, portanto, as múltiplas dimensões do objeto. Este entendimento justifica-se, principalmente, em razão de que a palavra “sociedade” em seu plural indica, *a priori*, o respeito e o *reconhecimento das diferenças* substanciais entre sociedades que podem igualmente serem

<sup>71</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.51-54.

<sup>72</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.57.

chamadas de “informativas”, seguindo critério de Castells. Por outro lado, mantém-se o termo sociedades “da informação” por ser o mais largamente utilizado na pesquisa científica da área e, não havendo nenhuma razão mais forte para abandoná-la, ao menos em princípio, parece correto mantê-lo. Além disso, objetivando demonstrar uma percepção mais ampla do processo, que não se restrinja ao aspecto econômico, se aceita o acréscimo da palavra “conhecimento” ao termo, de forma a incluir aspectos sociais, culturais e políticos.

Por último, acredita-se não haver incompatibilidade da indicação de existência de “sociedades de informação e conhecimento” com a construção teórica de Castells (que baseia esta pesquisa), inclusive em relação à sua concepção de “sociedade em rede”, parecendo estar em perfeita sintonia com a visão maior do termo escolhido. Superada a questão, ingressa-se, especificamente, na interdisciplinar análise da “sociedade em rede”, passando-se a descrever seus principais processos, características e estruturas, na visão estabelecida, principalmente, por Manuel Castells.

Em síntese, portanto, as sociedades da informação e do conhecimento são aquelas onde predomina um novo paradigma tecnológico, que passa a ter papel causal na ordem social, cultural e econômica, bem como oferece o suporte para uma primazia da informação, comunicação e conhecimento como fator de poder e controle.

### **1.2.2 O advento da sociedade em rede**

Por tudo quanto foi mencionado até agora, não há dúvidas de que se pode afirmar a ocorrência de uma transição “paradigmática”, cujas características exigem, obrigatoriamente, uma revisão de conceitos acerca de temas como “política”, “Estado”, “mercado” e “sociedade”. Dentre as alternativas teóricas que são oferecidas pelos principais pesquisadores da nova ordem, utiliza-se mais fortemente neste trabalho os posicionamentos de Manuel Castells, que identifica o desenvolvimento de uma “Era da Informação”, afirmando que a tendência dominante de organização humana é o que ele chama de “sociedade em rede”.

A escolha é propositada. Em justificativa, considere-se, exemplificativamente, que algumas críticas às teorias de Anthony Giddens e Ulrich Beck referem-se, principalmente, à ausência de uma investigação empírica profunda. Isso determinaria a impossibilidade de

estabelecimento de postulados gerais, já que uma teoria social exige o uso sistematizado das informações para se identificar movimentos mais amplos e duradouros da sociedade<sup>73</sup>.

É nesse sentido que a trilogia de Castells “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”, em um “enciclopédico” e transdisciplinar trabalho de mais de 1.500 páginas recheadas de centenas de dados estatísticos, mostra-se uma referência teórica de singular clareza e objetividade. Afirmções reiteradas na literatura como “o aumento do desemprego” ou seu duplo “o fim do emprego” são analisadas profundamente pelo cruzamento de diversas fontes estatísticas em todo o mundo, em uma das poucas visões sociológicas que contemplam dados gerais de uma ampla gama de países. Além disso, a obra busca abordar questões que vão da Economia e Trabalho até Política, Estado e Identidade, permitindo uma análise global do processo, exatamente como pretendido para este trabalho. Constitui-se, portanto, uma obra tão larga quanto profunda.

Alguns vêm na estrutura da teoria de Castells, entretanto, um legado marxista, não somente porque o autor constrói o raciocínio primeiramente pelas questões estruturais (sociedade em rede), passando pela apresentação das forças sociais (poder da identidade) para finalmente alcançar temas políticos no terceiro volume (Fim do Milênio), mas também em razão de sua visão holística - talvez a característica mais marcante de sua obra. Aliás, ele próprio destaca a influência do marxismo na sua formação acadêmica, com destaque à época em que lecionou na Universidade de Paris e foi tutelado por Alain Touraine<sup>74</sup>. Castells, assim, entende que, para explicar adequadamente o mundo, as questões sociais, econômicas e políticas devem ser examinadas como elementos inter-relacionados e conectados entre si<sup>75</sup>.

Dessa maneira, seja pela amplitude ou pela consistência teórica e empírica, com suporte em dezenas de outras pesquisas, referida obra demonstra seu potencial para servir de norte a uma busca do entendimento sobre as transformações na sociedade contemporânea, possuindo os requisitos necessários para constituição de uma teoria social adequada a esse estudo. Assim, intenciona-se, a seguir, demonstrar uma nova tendência mundial no estabelecimento de “sociedades da informação e do conhecimento”, um conceito amplo no qual está contida a visão particular de Castells de uma “sociedade em rede”.

De toda sorte, as transformações sociais reiteradamente mencionadas até agora constituem uma verdadeira revolução, cuja origem comum são as tecnologias da

---

<sup>73</sup>COSTA, Sergio. Quase crítica: insuficiência da sociologia da modernização reflexiva. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. v. 16, n. 2, nov. 2004, p.86.

<sup>74</sup>INCE, Martin. **Manuel Castells: life and work**. Disponível em: <[http://www.polity.co.uk/content/BPL\\_Images/Content\\_store/Sample\\_chapter/9780745628486%5C001.pdf](http://www.polity.co.uk/content/BPL_Images/Content_store/Sample_chapter/9780745628486%5C001.pdf)>. Acesso em: 23 de out. 2007.

<sup>75</sup>WEBSTER, Frank. **Theories of the information society**. London: Routledge, 2002, p.98-99.

informação<sup>76</sup>. Nesse sentido, Castells, não obstante aceitar e ressaltar a importância dessas tecnologias, sustenta que se deve ter em conta, desde o início, que elas claramente não *determinam* a sociedade, dado que a tecnologia *é* a sociedade e suas ferramentas não têm como representá-la por inteiro<sup>77</sup>. Da mesma forma, embora a sociedade não determine a tecnologia, ela pode repressar ou promover seu desenvolvimento, principalmente por meio do Estado, já que o mesmo sempre foi o primordial patrocinador do desenvolvimento tecnológico, na medida em que expressa e organiza as forças sociais em um determinado tempo e espaço<sup>78</sup>. Como bem ressaltam Holloway e Pelaéz, a tecnologia “não condiciona a sociedade e não é condicionada por ela. ‘Condicionar’ indica uma relação externa, mas a relação entre sociedade e tecnologia não é externa. Como parte da sociedade, a tecnologia mostra todas as contradições do desenvolvimento social”<sup>79</sup>.

Extrai-se da obra de Castells, assim, a sugestão de que uma nova estrutura social está se manifestando e se tornando visível por meio de uma variedade de novas culturas e instituições, associadas a um surgente modelo de desenvolvimento, o *informalismo*. A percepção dessas alterações parte da perspectiva de que as sociedades se organizam em processos estruturados pela inter-relação histórica entre produção, experiência e poder, cuja dinâmica se mostra em alteração profunda e constante nos últimos tempos<sup>80</sup>.

Nesse novo modo de desenvolvimento, o processamento da informação por meio da tecnologia de geração de conhecimentos é a real fonte de produtividade e de riqueza das sociedades.<sup>81</sup> Sua grande diferenciação em relação a outros modos de desenvolvimento anteriores, que também utilizavam o conhecimento como base, é que, agora, a ação do conhecimento converge para o próprio conhecimento, em um círculo virtuoso, gerando novas tecnologias e também novos conhecimentos. Essa estrutura tem se difundido por toda a ordem social, modelando a esfera de comportamento e comunicação simbólica, determinando o surgimento de novas maneiras de interação, de controle e de transformação social<sup>82</sup>.

O meio decisivo de difusão desse paradigma se deu pelo processo de reestruturação capitalista, para o qual a inovação tecnológica e a modificação das organizações, com foco na flexibilidade e adaptabilidade, foram essenciais para permitir a sua velocidade e eficiência.<sup>83</sup>

<sup>76</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.41.

<sup>77</sup>Idem, p.43.

<sup>78</sup>Idem, p.44-49.

<sup>79</sup>HOLLOWAY, John; PELÁEZ, Eloína. **Aprendendo a Curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico**. Disponível em: < [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2\\_02.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2_02.pdf)>. Acesso em: 13 de out. 2007.

<sup>80</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.51.

<sup>81</sup>Idem, p.53.

<sup>82</sup>Idem, p.54.

<sup>83</sup>Idem, p.55.

Castells sustenta, assim, que, não obstante cada país reagir de forma específica a esse processo, de acordo com suas expressões culturais e institucionais particulares, hoje todas as sociedades são *afetadas* pelo capitalismo e pelo informacionalismo, ainda que estejam apenas *relativamente* integradas ao sistema<sup>84</sup>.

Pelo dito acima, é oportuno mencionar que há teóricos sociais que enfatizam uma mudança sistêmica, invocando a “sociedade da informação”, e outros que sustentam a continuidade do passado como fundamento principal do presente. Castells, aparentemente, tanto afirma haver uma profunda mudança – era da informação, nova economia, nova sociedade – quanto enfatiza o fato de que o capitalismo persiste e que ele é, agora, ainda mais audacioso. O autor, portanto, reconhece a importância do capitalismo para o sistema, ao mesmo tempo em que antevê modificações fundamentais em razão do estabelecimento de uma “sociedade em rede” e que essa característica passa a ser um requisito de toda futura organização social<sup>85</sup>.

De acordo com sua teoria, portanto, o que parece certo é que as tecnologias de informação e comunicação integram o mundo em uma imensa teia, na forma de redes interligadas, onde a comunicação mediada por computadores tem gerado comunidades virtuais que se organizam em torno de identidades primárias, como meio de reconstrução de significados sociais por parte dos indivíduos<sup>86</sup>.

Por outro lado, em contraste, há um significativo número de pessoas que estão excluídas da rede. Elas respondem a essa exclusão da lógica unilateral da dominação estrutural do sistema por meio de um recíproco desligamento. Tal situação gera um perigoso processo de rompimento de comunicação, pois esse desligamento, aliado ao fato de que a reconstrução dos significados (identidade) tem ocorrido, principalmente, com bases étnicas e religiosas, faz com as divergências acabem por desaguar em atos de intolerância, cujos efeitos hoje são bem conhecidos<sup>87</sup>. Dessa maneira, ingressar mais profundamente nessas percepções de Castells significa entender melhor os mecanismos sobre os quais se articula uma nova maneira de se exercer a política e de se produzir democracia, este o tema principal do trabalho.

Todavia, para se avançar na teoria de Castells é necessário, antes de tudo, apresentar mais claramente o que são as tecnologias que servem como instrumento de reestruturação do

---

<sup>84</sup>Idem, p.57.

<sup>85</sup>WEBSTER, Frank. Op. cit., p.100.

<sup>86</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.57.

<sup>87</sup>Idem, p.60.

capitalismo e de difusão dessa nova ordem social cujos contornos acabaram de ser descritos e que serão pormenorizados posteriormente. É o que se propõe para a seqüência.

### 1.2.2.1 Bases tecnológicas da era informacional

A base material das grandes transformações contemporâneas são, sem dúvida, as novas tecnologias, mais especificamente aquelas que modificam a forma com que se produz e comunica o conhecimento. Todavia, qual seria a verdadeira natureza dessa revolução? Castells, citando Stephen J. Gould, afirma que se vive hoje em um dos raros momentos da história em que, após um período de situações estáveis, a humanidade se submete a rápidas transformações, em uma verdadeira *mudança de Era*. As tecnologias que propiciam esse processo são um conjunto convergente de microeletrônica, telecomunicação e optoeletrônica, bem como a engenharia genética e suas aplicações na reprogramação dos códigos de informação da matéria viva<sup>88</sup>. Elas ofereceram o aparato técnico para as transformações no fluxo de capitais e, posteriormente, da expansão de sua lógica à totalidade das relações humanas.

Em um posicionamento radical, porém convincente, Castells chega a dizer que essas profundas alterações na economia, na sociedade, na cultura e no Estado, em seu conjunto, determinam a existência de um *evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial*, tendo a tecnologia exercendo o papel, para essa nova sociedade informacional, semelhante ao que as energias tiveram para a sociedade industrial<sup>89</sup>.

Nesse sentido, não há dúvida de que a economia industrial também já se utilizava da tecnologia e do conhecimento para o desenvolvimento de suas atividades, muito antes da atual revolução informacional. A pesquisa para construção de máquinas mais eficientes e o desenvolvimento de novas formas de organização científica da administração, em busca do aumento de produtividade, por exemplo, eram de fato conhecimentos existentes e praticados na primeira modernidade. Dessa maneira, conforme salienta Castells, o que caracteriza a *atual revolução tecnológica*, e a diferencia essencialmente da revolução *anterior*, é a utilização da informação para geração de dispositivos de processamento e comunicação da informação, em um ciclo de realimentação entre a inovação e seu uso. Mais diretamente falando, hoje a

---

<sup>88</sup>Idem, p.67.

<sup>89</sup>Idem, p.68.

tecnologia gera tecnologia e conhecimento gera conhecimento, em um processo sinérgico que torna a evolução tecnológica extremamente rápida. As tecnologias de informação e comunicação são, assim, processos a serem desenvolvidos e não ferramentas a serem aplicadas, pois os usuários e criadores podem ser os mesmos<sup>90</sup>.

Não há dúvidas, portanto, que ambas as revoluções, industrial e informacional, modificaram os processos por todo o sistema econômico e tecido social, sendo que esta última está diretamente relacionada com a difusão das tecnologias de informação e comunicação contemporâneas. Por tal razão, faz-se necessário apresentar, ainda que sinteticamente, o processo histórico que levou ao aparecimento das TICs que dão suporte à atual revolução informacional.

#### **1.2.2.2 Uma breve história das novas tecnologias de informação e comunicação**

Considerando que o período geralmente aceito como aquele que pode ser rotulado de “pós-moderno” corresponde às últimas quatro décadas, logo se verá que, não por acaso, coincide com a expansão de novas tecnologias desenvolvidas para *processar e transmitir informações*. Uma breve digressão histórica para contextualizar esse período de evolução tecnológica parece ser, portanto, um passo necessário.

A título ilustrativo, tome-se o ano de 1968 como referência. No Brasil, era realizado, pelo médico Euclides Zerbini, o primeiro transplante de coração, o que acontecia exatamente um mês antes da conhecida “Passeata dos Cem Mil”, que se constituiu em uma grande manifestação contra a ditadura militar, um ato de resistência ao regime, realizado no Rio de Janeiro. No final daquele ano, o presidente Costa e Silva decretaria o Ato Institucional nº 5, dando início ao período mais fechado e violento da ditadura iniciada em 1964. A USP deixava de receber, na condição de professor, Manuel Castells, então exilado no Chile após participação nos agitados movimentos estudantis em Paris naquele ano, uma vez que Fernando Henrique Cardoso, que o convidara ao magistério na capital paulista, se tornaria um exilado em razão da intervenção militar na universidade paulista.

Nos Estados Unidos, o presidente Lyndon Johnson, em razão da pressão de movimentos sociais e de olho nas eleições daquele ano, que acabaria por perder para Richard

---

<sup>90</sup>Idem, p.69.

Nixon, assina a Lei de Direitos Civis, apenas uma semana após o assassinato, em Memphis, do líder negro Martin Luther King. A guerra fria, que estava então em seu auge, tinha na tecnologia o seu campo de batalha mais acirrado, ao lado das guerras periféricas e dos jogos geoestratégicos de poder. Havia apenas sete anos desde que a então União Soviética enviara pela primeira vez um homem ao espaço e a chegada americana à lua não demoraria.

Os Estados nacionais já investiam pesadamente em pesquisa e desenvolvimento, tendo seus departamentos militares enormes orçamentos para garantir a dianteira tecnológica, onde cada avanço representava uma batalha vencida na geopolítica mundial. Afinal, a última Grande Guerra havia sido ganha justamente por se ter alcançado uma tecnologia revolucionária: a manipulação do átomo para fins bélicos, até hoje motivo de discórdia e preocupação pelo potencial de destruição da raça humana.

E como estava a evolução da tecnologia de informação e comunicação naquela época? Sintomaticamente, Robert Lloyd, executivo da então recém criada IBM (à época produzindo apenas grandes computadores – os *mainframes*), ao ser questionado sobre o contemporâneo surgimento do “microprocessador”, respondeu: “Mas... para o serve isso?”<sup>91</sup>, pois ao mesmo não fazia sentido produzir equipamentos para uso pessoal. Tal contexto significava que, não obstante a base tecnológica da era informacional já estar parcialmente disponível na década de 60 do século XX, sua utilização como instrumento “revolucionário” era ainda bastante nebulosa e pouco disseminada.

Entretanto, foi naquele ano de 1968 que, em uma histórica apresentação na cidade de São Francisco, na Califórnia, Douglas Carl Engelbart, um dos pioneiros da computação digital, foi ovacionado na primeira demonstração pública de um computador com *mouse*, hipermídia, hipertexto, trabalho cooperativo, vídeo conferência, interface gráfica, processador de texto e correspondência eletrônica (*e-mail*)<sup>92</sup>, ilustrando o que viria a se tornar um padrão dominante. Na verdade, Engelbart fora responsável por desenvolver pesquisas que estabeleceram significativas evoluções na interface computador-humano, concentrando esforços nos ambientes gráficos interativos, estabelecendo, assim, vários métodos de interação com o monitor, a exemplo do mouse, patenteado desde 1964. Foi seu grupo, aliás, que

---

<sup>91</sup>Disponível em: <<http://www.sysprog.net/quothis.html>>. Acesso em: 1 mar. 2007. Tradução livre de “What the hell is [a microprocessor] good for?”.

<sup>92</sup>Disponível em: <<http://page.mi.fu-berlin.de/~encyclop/Engelbart.htm>>. Acesso em 2 mar. 2007.



desenvolveu o sistema *online* chamado NLS, a base tecnológica da supramencionada apresentação<sup>93</sup>.

Aquela apresentação teve grande importância para a difusão de outra tecnologia: foi um dos passos iniciais para a ampla utilização da ARPANet, a rede precursora da Internet, criada e mantida, a partir de 1969, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Aquele evento liderado por Engelbart, que ficou conhecido como “a mãe de todas as demonstrações”<sup>94</sup>, constitui-se como o símbolo do ponto inicial de convergência das tecnologias de *processamento* e de *comunicação* de informações, que viriam a mudar o mundo nas décadas seguintes.

Foi também naquele ano de 1968 que Ted Hoff, trabalhando para a então novata Intel, inventou o microprocessador (porém lançado no mercado somente em 1971), que nada mais é que um computador constituído por um “chip” (*computer-on-a-chip*)<sup>95</sup>. O primeiro “chip” resultou da demanda de uma empresa japonesa fabricante de calculadoras, que acabaria por não utilizar a tecnologia e cujos direitos foram posteriormente comprados pela própria Intel, que vislumbrou o potencial comercial da invenção. Aliás, aquele primeiro e pequeno microprocessador possuía a mesma capacidade do ENIAC de 1946,<sup>96</sup> o primeiro computador eletrônico digital de larga escala (desenvolvido para a II Guerra Mundial com recursos do exército americano), mas que pesava 30 toneladas e ocupava uma área de 167 metros quadrados<sup>97</sup>.

De qualquer forma, havia um forte interesse militar no desenvolvimento daquelas tecnologias, principalmente no contexto da guerra fria que se iniciava, pois os norte-americanos pretendiam desenvolver uma estratégia para manutenção de um sistema de comunicação invulnerável a ataques nucleares. Esta proposta se consubstanciou em uma rede independente de centros de comando e um sistema de trocas de informações por pacotes, que procuram seu próprio caminho para chegar a qualquer ponto da rede – a base do que hoje se chama de Internet. Assim, ainda que se observe que muito da tecnologia necessária para a atual revolução informacional foi desenvolvida como resultado do esforço durante a II Guerra Mundial, deve-se considerar que as mudanças nessa direção aceleraram-se fortemente somente naquela década de 60, não obstante o fato de que o passo decisivo havia sido dado

---

<sup>93</sup>ALLAN, Roy. **A History of the Personal Computer: The people and the technology**. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=FLabRYnGrOcC&printsec=frontcover#PPA42,M1>>. Acesso em: 14 out. 2007.

<sup>94</sup>Disponível em <<http://www.bootstrap.org/chronicle/chronicle.html#2R>>. Acesso em 2 mar. 2007.

<sup>95</sup>Disponível em: <<http://www.ideafinder.com/history/inventors/hoff.htm>>. Acesso em 3 mar. 2007.

<sup>96</sup>Disponível em: <<http://www.ideafinder.com/history/inventions/microprocessor.htm>>. Acesso em 3 mar. 2007.

<sup>97</sup>Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/ENIAC>>. Acesso em 3 mar. 2007.

em 1957, com a invenção do circuito integrado por Jack Kilby e Bob Noyce, ambos da *Texas Instruments*<sup>98</sup>.

Pois foi assim, a partir dessa base histórica, que, em 1975, Ed Roberts desenvolveu, em sua garagem, o “Altair”, a primeira “caixa de computação” ao alcance da população, o qual foi comercializado, inicialmente, por meio da revista *Popular Eletronics*, como um *kit* a ser montado<sup>99</sup>. O sucesso foi rápido e indiscutível e o Altair marcou época como o primeiro computador pessoal popular comercializado em larga escala – estabelecendo a indústria de PC e iniciando a revolução do computador pessoal. Entretanto, o fenômeno não sobreviveu à transição da eletrônica de montagem por *hobbie* e o mercado amador que lhe sucedeu, caracterizado pela facilidade do *plug-and-play* (plugar-e-usar)<sup>100</sup>.

Na verdade, foi a Apple, criada em 1976, que de fato popularizou o computador pessoal e, em 1982, já vendia US\$ 583 milhões em equipamentos. A IBM, perdendo mercado por focar nos grandes computadores, teve que reagir, o que fez lançando seu Computador Pessoal (PC) em 1982, que acabou por se tornar o nome genérico dos microprocessadores<sup>101</sup>. Em mais um lance decisivo, foi apresentado pela Apple, em 1984, o Macintosh, que se constituiu como um passo determinante para a facilitação do uso do computador pela disseminação da utilização do *mouse* e de uma interface gráfica baseada em ícones (cujos princípios haviam sido criados muito anos antes pelos desenvolvedores da Xerox em Palo Alto, Califórnia). Por outro lado, o *software* para “rodar” os PCs surgiu em meados dos anos 1970, a partir do trabalho de William Gates e Paul Allen, que adaptaram a linguagem BASIC para o Altair, fundando, na seqüência, a conhecida Microsoft. Posteriormente, já na década de 90, a miniaturização, a especialização e a queda dos preços dos microprocessadores fizeram com que tais equipamentos se espalhassem por máquinas nas rotinas diárias, de lava-louças a veículos. Foi dessa maneira que o custo médio de processamento saiu de cerca de U\$ 75,00 por cada milhão de operações, em 1960, para menos de um centésimo de centavo de dólar em 1990<sup>102</sup>.

Porém, mesmo com todo o avanço da tecnologia de processamento, a formação de redes mundiais como as conhecemos hoje só se tornou possível com a ampliação da infraestrutura de comunicação que, por sua vez, somente foi concebida e viabilizada econômica e

---

<sup>98</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.77.

<sup>99</sup>Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Altair\\_8800](http://en.wikipedia.org/wiki/Altair_8800)>. Acesso em: 3 mar. 2007.

<sup>100</sup>ALLAN, Roy. **A History of the personal computer**: The people and the technology. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=FLabRYnGrOcC&printsec=frontcover#PPA42,M1>>. Acesso em 14 out. 2007.

<sup>101</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.79.

<sup>102</sup>Idem, p.80.

tecnicamente justamente pela utilização das novas tecnologias disponibilizadas, em mais um exemplo de aplicação da relação sinérgica da revolução em andamento.

Dessa maneira, como já mencionado, a primeira rede de computadores formou-se por meio da ARPANet, que iniciou suas atividades oficialmente em 1º de setembro de 1969. Entretanto, para que os computadores pudessem comunicar-se entre si era necessária a criação de um protocolo padronizado, uma espécie de “tradutor” entre as máquinas. Para tal fim, designou-se o padrão TCP/IP, que conseguiu hegemonia e acabou sendo adotado em todo o mundo, o que prevalece até hoje.

Aliás, em 1978 foi criado o primeiro *modem* para PC (decorrente do esforço pessoal de Ward Christensen e Randy Suessem) o qual permitia a transferência direta de arquivos entre computadores sem passar por um sistema central, ou seja, sem passar pela ARPANet. No ano seguinte, Christensen e Suessem divulgaram livremente seu protocolo objetivando o seu uso público, para que a maior quantidade de pessoas possível pudesse trocar arquivos daquela maneira, em uma espécie de movimento contracultural e que terminou por potencializar e democratizar a ampliação da rede. Essa conjunção de fatores viabilizou, ao final, que qualquer pessoa com conhecimentos tecnológicos e um PC tivesse a alternativa de participar de uma rede horizontal de troca de informações, apesar de que, em 1990, os não-iniciados ainda tinham dificuldade para usar a Internet e os recursos gráficos eram bastante limitados<sup>103</sup>.

Foi então que, naquele ano de 1990, no centro de pesquisas nucleares da Europa (CERN), desenvolveu-se a *Word Wide Web* – WWW (teia mundial) – a partir de um projeto original intitulado ENQUIRE<sup>104</sup>. O CERN criou um formato para documentos flexíveis em hipertexto (HTML), bem como um protocolo de transferência dos mesmos – o HTTP – e, ainda, um formato padronizado de endereços – URL, que ainda hoje são os padrões utilizados e que permitiram, na seqüência, a criação de instrumentos de fácil uso da rede<sup>105</sup>. Houve, portanto, uma sinergia entre os esforços americanos e europeus para desenvolvimento das tecnologias e *softwares* para criação da atual Internet.

Dessa maneira, o formato aberto e flexível da rede tornou-se aplicável a todos os tipos de atividades, em diferentes contextos, locais e culturas, conectando-os eletronicamente. Em pouco tempo foram surgindo os navegadores (*browsers*) que permitiam “surfear” na rede,

---

<sup>103</sup>Idem, p.86-87.

<sup>104</sup>Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Enquire>>. Acesso em: 16 set. 2007.

<sup>105</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.88.

criando uma verdadeira teia mundial.<sup>106</sup> Aliás, o *software* nomeado “*WorldWideWeb*” (posteriormente chamado de Nexus para não confundir com a rede mundial), desenvolvido por Tim Berners-Lee em 1990, é considerado o primeiro navegador de Internet. Porém, a explosão de popularidade da “web” somente ocorreu com a disponibilização do “Mosaic”, desenvolvido no Centro Nacional de Aplicações para Supercomputadores (NCSA), e que teve sua primeira versão apresentada em setembro de 1993<sup>107</sup>.



Figura 1 - Placa de comemoração da criação do navegador *Mosaic* (Universidade de Illinois).

Fonte: Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Mosaic\\_browser\\_plaque\\_ncsa.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Mosaic_browser_plaque_ncsa.jpg)>. Acesso em: 16 out. 2007.

Nos anos seguintes, ocorreria uma verdadeira “guerra” dos “browsers”, principalmente entre o *Netscape*, que saiu na frente, e o *Internet Explorer*, da Microsoft. Esta, já então uma potência tecnológica e econômica, detentora de um virtual monopólio dos sistemas operacionais populares, acabou por dominar quase totalmente o mercado, somente sofrendo relativo abalo com o lançamento do navegador “Firefox” em 2002, hoje utilizado por aproximadamente 35% dos “internautas”<sup>108</sup>.

A Internet, no ano de 2007, alcança cerca de um bilhão e duzentos milhões de pessoas (≈ 17% da população mundial), com crescimento de cerca de 200% nos últimos sete anos<sup>109</sup>,

<sup>106</sup>Idem, p.89.

<sup>107</sup>Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Web\\_browser](http://en.wikipedia.org/wiki/Web_browser)>. Acesso em 3 mar. 2007.

<sup>108</sup>Disponível em: <[http://www.w3schools.com/browsers/browsers\\_stats.asp](http://www.w3schools.com/browsers/browsers_stats.asp)>. Acesso em 14 out. 2007.

<sup>109</sup>Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em 3 mar. 2007.

um aumento tão grande quanto desigualmente distribuído pelo globo. Enquanto a taxa de penetração da Internet na América do Norte já alcança o índice de 70%, a África permanece em irrisórios 5%. É uma realidade sobre a qual devem ser lançados pensamentos para uma reflexão sobre seu mecanismo e conseqüências.

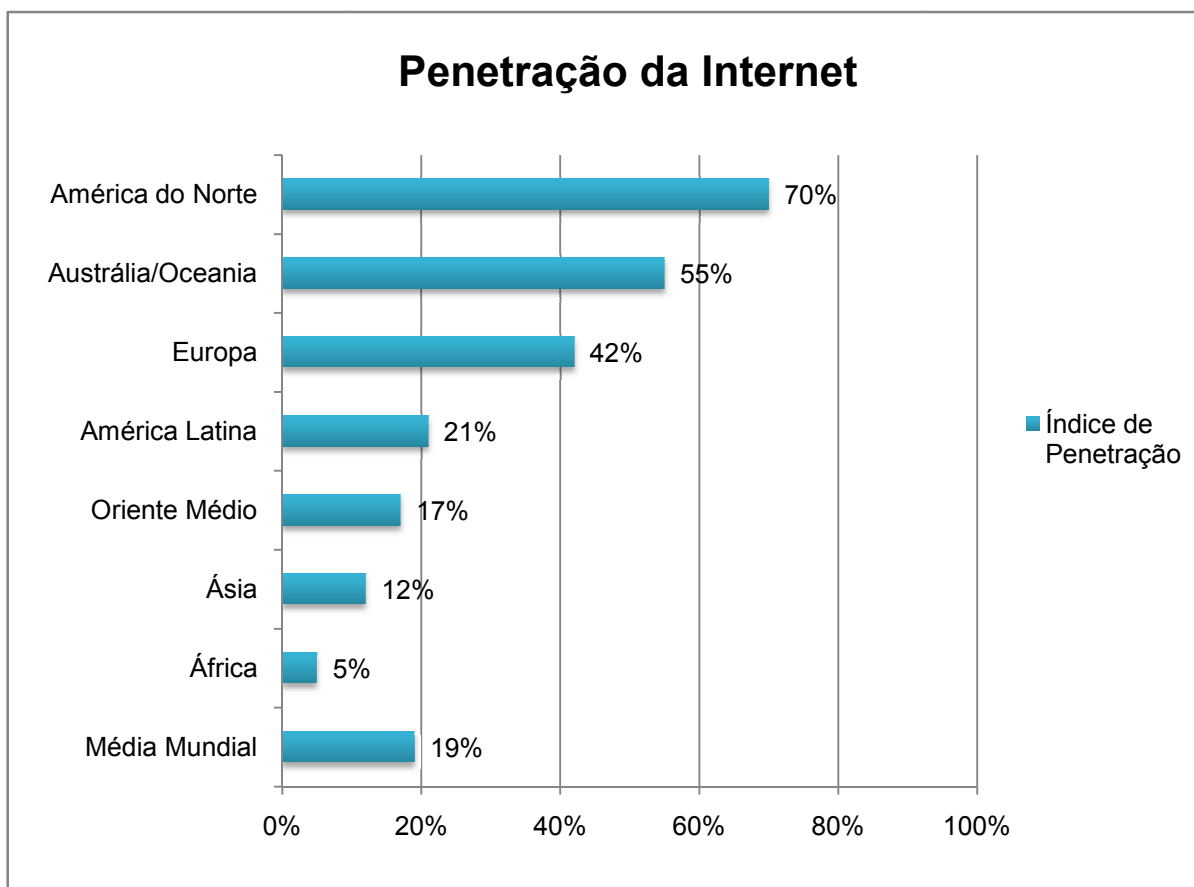


Figura 2 - Penetração da Internet por Região do Mundo.

Fonte: Internet World Stats. Disponível em <[www.internetworldstats.com](http://www.internetworldstats.com)>. Acesso em 23 out. 2007.

Por tudo quanto mencionado até o momento, o que se deve manter em mente é que o processo de transformação tecnológica, como uma dinâmica interna da sociedade, gerou alterações substanciais na economia, na cultura, na política e nos mais variados aspectos das relações sociais. A característica dessas relações segue o padrão de redes, onde há uma inter-relação e interdependência entre os diversos pontos da teia, de maneira que sua forma de articulação é a característica dominante no mundo contemporâneo. As conseqüências mais evidentes para a economia e o trabalho serão expostas na seqüência, tendo em vista que são importantes esferas que determinam diversos aspectos dos sistemas políticos e democráticos.

### 1.2.3 Economia e trabalho nas sociedades informacionais: uma aproximação

#### 1.2.3.1 A nova economia em rede baseada no conhecimento

Cuida-se, aqui, de referência ao que os economistas evolucionários chamam de “economia baseada no conhecimento”. É uma metáfora que vem gerando um grande número de perguntas ainda não respondidas: seria essa economia mera conseqüência retórica do otimismo em relação aos impactos potenciais das TICs e da Internet? O que diferenciaria a economia baseada no conhecimento da economia de mercado ou da economia política? Loet Leydesdorff argumenta que, de fato, pode ser esperada uma dinâmica econômica diferente em relação aos padrões dominantes até a década de 1990. Diz o sociólogo e filósofo das comunicações que a organização sistemática da produção e do controle do conhecimento resulta em um mecanismo adicional organizado em três eixos (*triple helix*) que, de uma perspectiva dos sistemas complexos e da teoria da evolução, cria a expectativa de geração de uma base de conhecimento dentro do sistema, modificando-o, portanto, estruturalmente<sup>110</sup>.

Mas de que forma algo efêmero como o *conhecimento* pode ser base para a economia? Alguns economistas, diante deste questionamento, posicionam-se de forma contrária à metáfora, ressaltando que ela faz crer uma completa mudança da economia que não corresponderia à realidade. Além disso, alertam que a diferenciação entre informação e conhecimento deveria ser feita com mais cuidado para codificação de processos de uma nova economia. Todavia, não se pode negar, sinteticamente falando, que a dinâmica baseada no conhecimento tem o potencial de coordenar um mecanismo qualitativamente diferente das dinâmicas até hoje prevalentes nas economias de mercado<sup>111</sup> e, portanto, por essa razão, cria condições que permitem se falar em uma *economia do conhecimento*.

---

<sup>110</sup>LEYDESDORFF, Loet. The Knowledge Based and the Triple Helix Model. In: DOLFSMA, Wilfred; SOET, Luc. **Understanding the Dynamics of a Knowledge Economy**. Edward Elgard: Cheltenham, 2006a. p. 42.

<sup>111</sup>Idem, p.43.

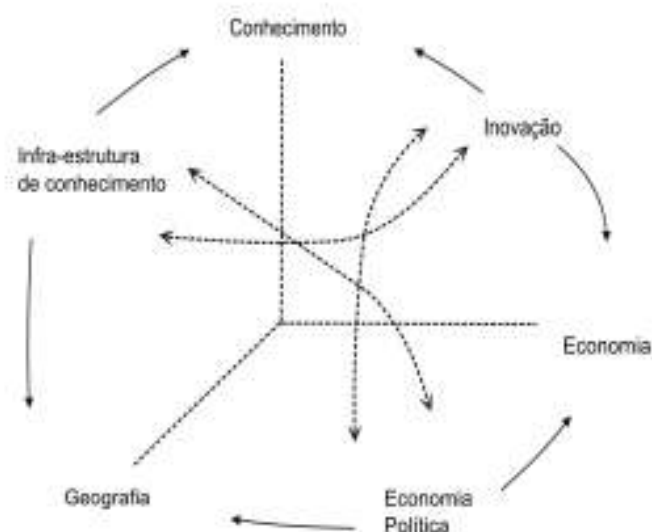


Figura 3 - Entendendo a dinâmica de uma economia do conhecimento: três dimensões com seus três termos de interação de primeira ordem.

Fonte: Adaptado de LEYDESDORFF, Loet. *The Knowledge Based and the Triple Helix Model*. In: DOLFSMA, Wilfred; SOET, Luc. **Understanding the Dynamics of a Knowledge Economy**. Edward Elgard: Cheltenham, 2006a, p.46.

Naquela perspectiva, resta ainda responder: qual o mecanismo que de fato diferencia a economia política e a de mercado de uma economia baseada no conhecimento? Sistemas políticos e de mercado podem ser analisados como decorrentes de diferentes subdinâmicas do sistema social. Os mercados, assim, buscam superar os obstáculos do sistema, enquanto os sistemas políticos tentam regular os mercados. A tese apresentada por Leydesdorff, entretanto, inclui uma terceira subdinâmica para o sistema social: a percepção de que as inovações tecnológicas tiram a histórica dinâmica de equilíbrio do mercado<sup>112</sup>.

As proposições teóricas de Castells parecem corroborar essa visão ao estabelecer que, de fato, uma nova economia – informacional e global – teria emergido nas últimas décadas, organizando-se em uma ampla rede econômica e financeira mundial que aplica conhecimento, administração e tecnologia no próprio conhecimento, administração e tecnologia. Afirma o espanhol que “uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX”, chamando-a “de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação”<sup>113</sup>.

<sup>112</sup>LEYDESDORFF, Loet. **The Knowledge-Based Economy**: modeled, measured, simulated. Universal: Boca Raton, 2006b, p.1.

<sup>113</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.119-121.

É de se ressaltar que a Comissão da União Européia segue a mesma linha de raciocínio, o que é representado em relatório sobre a situação da pesquisa vinculada à produção no Velho Continente, onde se afirmou que “nos últimos anos do século XX entramos em uma sociedade baseada no conhecimento. O desenvolvimento econômico e social dependerá essencialmente do conhecimento em suas diferentes formas, na produção, aquisição e uso do conhecimento”<sup>114</sup>.

Entretanto, Castells expressa um questionamento que o inquietou durante suas pesquisas: em uma aparente contradição, no mesmo período em que a revolução da tecnologia teve início, observou-se uma tendência de diminuição da taxa de crescimento da produtividade, o que poderia indicar não haver diferença, na questão da produtividade, entre a era “industrial” e a “informacional”. O autor pondera que, normalmente, há uma defasagem temporal entre a inovação tecnológica e a produtividade da economia, já que a difusão dos novos processos nas instituições e culturas precisa induzir primeiramente mudanças fundamentais antes da intensificação da produtividade. Isso faz com que a modificação do paradigma tecnológico iniciada nos anos 1970 somente se consolidasse na década de 1990, o que justificaria a misteriosa desaceleração da produtividade no período – conclusão esta reforçada pela constatação de que as estatísticas do período se demonstraram cada vez menos adequadas à nova situação, por insuficiência metodológica<sup>115</sup>. Sustenta o autor, assim, que

então, talvez, afinal de contas, a produtividade não estivesse desaparecendo nas décadas de 1980 e 1990, mas pudesse estar aumentando por vias parcialmente obscuras em círculos de expansão. A tecnologia e o gerenciamento da tecnologia, envolvendo mudanças organizacionais, pareciam estar se difundindo a partir da produção da tecnologia da informação, telecomunicações e serviços financeiros [...] <sup>116</sup>.

Nessa perspectiva, o extraordinário crescimento da produtividade na indústria de computadores hoje em dia – o que foi identificado nas pesquisas de Castells - deve ser interpretado como uma tendência predominante na nova economia. Essa afirmação é importante a partir da perspectiva de que, enquanto a produtividade é a fonte de riqueza das

---

<sup>114</sup> UNIÃO EUROPÉIA. Comissão da União Européia. **Towards a European Research Area**. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/research/era/pdf/com2000-6-en.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2007. Tradução Livre de: “In the final years of the XXth century we entered a knowledge-based society. Economic and social development will depend essentially on knowledge in its different forms, on the production, acquisition and use of knowledge”.

<sup>115</sup>Idem, p.126-131.

<sup>116</sup>Idem, p.132.



nações, a lucratividade e a competitividade são os determinantes para a inovação tecnológica<sup>117</sup>.

Contudo, essa proposta de inclusão do conhecimento como fator fundamental para produtividade e riqueza somente é realizável por aqueles que tenham a capacidade de codificar o significado das informações – ou seja, os que conseguem deter o conhecimento. A ocorrência deste posicionamento estratégico depende de se *considerar as perspectivas potenciais* e se *descartar* ou *reter* certos sentidos das informações, o que constitui duas dimensões de uma codificação que permite, por exemplo, comercializar o conhecimento adquirido – demonstrando-se que o sistema baseado no conhecimento parece operar em ciclos recursivos que se tornam cada vez mais seletivos<sup>118</sup>.

Nesse sentido, uma vez articuladas as dimensões da infra-estrutura e da inovação do conhecimento, a variável da expansão geográfica é agregada ao sistema. Isso porque a busca por novos mercados determinaram um grande aumento do comércio e do investimento – o que de fato ocorreu nas últimas duas décadas do século XX – representando o motor de crescimento no mundo todo. Entretanto, para que isso fosse possível, o capital precisou de imensa mobilidade e uma capacidade informacional muito grande<sup>119</sup>, o que confirma os ciclos recursivos da economia baseada no conhecimento mencionados acima.

Dessa forma, a interação das três subdinâmicas mencionadas por Leydesdorff pode levar a um novo e complexo equilíbrio dinâmico, envolvendo as trajetórias e os regimes de mudança nos sistemas onde emergem. Entretanto, em sistemas complexos, variáveis independentes em um momento podem ser tornar dependentes em outro, ou seja, podem se auto-organizar pelo fato de que os incentivos à mudança são distribuídos. Por consequência, os mecanismos da economia política e de mercado não as controlam, mas oferecem um *feedback* que permite e obriga o desenvolvimento de conhecimento tecnológico e científico<sup>120</sup>.

Em complemento ao raciocínio, pode-se dizer que o conector entre a tecnologia da informação, as alterações organizacionais e o crescimento de produtividade é, em grande parte, a concorrência global. Isso significa que, à economia industrial, a opção é ingressar em um processo de globalização ou desaparecer. Aliás, essa perspectiva de alterações estruturais causou o que comumente foi chamado de *destruição criativa*, com efeitos fundamentais em grandes setores da economia global, fazendo com que o primeiro estágio da revolução da

---

<sup>117</sup>Idem, p.135.

<sup>118</sup>LEYDESDORFF, Loet. Op. cit., 2006a, p.44.

<sup>119</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.137-138.

<sup>120</sup>LEYDESDORFF, Loet. Op. cit., 2006b, p.1.

informação se constituísse em vantagens e também desvantagens para o progresso econômico<sup>121</sup>.

Em tal contexto, considera-se que a economia global é aquela onde os componentes centrais têm capacidades institucionais para trabalhar em unidade e tempo *real* ou *escolhido*, em escala planetária. Por outro lado, considera-se que a interdependência global dos mercados financeiros é decorrente da desregulamentação e liberalização dos mercados, da criação de uma infra-estrutura tecnológica, da natureza dos novos produtos financeiros (como os derivativos), das movimentações especulativas financeiras e, finalmente, da intervenção de firmas de avaliação do mercado mundial, como a Standard & Poor ou Moody's<sup>122</sup>. Essa interdependência condiciona as políticas monetárias e as taxas de juros em todos os países da rede, demonstrando que a globalização desses mercados é a espinha dorsal da nova economia global. Já em relação ao comércio internacional, este passa por uma profunda transformação, tendo o componente de conhecimento quanto a bens e serviços como sendo o fator decisivo no valor agregado, determinante para capacidade exportadora de cada unidade<sup>123</sup>.

Tais fatos determinam que a nova divisão internacional de mão-de-obra mantenha o domínio qualitativo dos países da OCDE, em razão da intensidade do aprofundamento tecnológico e do comércio de serviços. De outro lado, a formação de blocos regionais, que parecia indicar um caminho para a uma estrutura regionalizada do comércio, apresentou-se, em verdade, como uma configuração de padrões de comércio em *camadas* e *redes*, o que não permite observar os países como unidades de comércio e concorrência independentes<sup>124</sup>.

Na economia “real”, as multinacionais apresentam papel importante, pois formam redes descentralizadas e organizadas em unidades semi-autônomas, em uma verdadeira “rede global” que é disseminada por territórios de todo o mundo, tendo uma geometria variável em cada unidade. Esse novo sistema de produção depende de alianças estratégicas de cooperação entre empresas, decorrentes da necessidade de uma forma flexível de acesso à tecnologia. Essa configuração, distribuída desigualmente no globo, dá forma ao novo padrão de produção global e comércio internacional. Em síntese, Castells afirma que

o que é fundamental nessa estrutura industrial, bem ao estilo de uma teia, é que ela está disseminada pelos territórios em todo o globo e sua geometria muda constantemente no todo em cada unidade individual. [...] Para que a empresa opere em uma geometria de produção e distribuição tão variável, há necessidade de uma forma flexível de gerenciamento que depende da flexibilidade da própria empresa e

---

<sup>121</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.140-141.

<sup>122</sup>Idem, p.146.

<sup>123</sup>Idem, p.150.

<sup>124</sup>Idem, p.151-156.

do acesso a tecnologias de comunicação e produção adequadas a essa flexibilidade<sup>125</sup>.

É certo que, como dito, a produtividade e a competitividade no paradigma informacional dependem da geração de conhecimentos, em um padrão de interdependência tecnológica não plenamente demonstrada pelas estatísticas<sup>126</sup>. Nesse sentido, a Comissão da União Européia, em estudo anteriormente mencionado, assim se posicionou:

A criação de tecnologias e pesquisa de mercado sobre novos produtos e processos se constitui na principal força do crescimento econômico, da competição e do emprego. Elas são a melhor maneira de modernizar as empresas européias, o que a Europa deve fazer para melhorar sua posição competitiva<sup>127</sup>.

Entretanto, essa proposta reflete uma dinâmica de exclusão dos interesses de um número significativo de pessoas, em razão de sua concentração em determinados contextos e países de economia avançada, fazendo com que a globalização seletiva da ciência desestimule a globalização da tecnologia. Até porque, a pesquisa acadêmica avançada é necessária, mas não suficiente, para o ingresso na era informacional, pois esse processo necessita da conexão entre pesquisa tecnológica e o setor industrial, relação esta que esteja suportada por políticas nacionais e internacionais adequadas. Percebe-se, assim, que o Estado continua tendo papel importante no fornecimento de recursos humanos e infra-estrutura tecnológica, não obstante o fato de que o desenvolvimento científico e tecnológico desigual deslocaliza a lógica da produção nacional, transportando-a para as redes globais multilocalizadas<sup>128</sup>. Castells afirma, assim, que

a globalização econômica completa só poderia acontecer com base nas novas tecnologias da comunicação e da informação. Os sistemas avançados de computação permitiam que novos e potentes modelos matemáticos administrassem produtos financeiros complexos e realizassem transações em alta velocidade. [...] As redes transnacionais de produção de bens e serviços dependia de um sistema interativo de comunicações e da transmissão de informações para garantir círculos de retorno, e gerar a coordenação de produção e distribuição descentralizadas<sup>129</sup>.

Essa lógica teve impulso determinante na década de 90, quando se expandiu por todo o globo por meio de pressão política de organismos internacionais como o FMI, o Banco

<sup>125</sup>Idem, p.164.

<sup>126</sup>Idem, p.165.

<sup>127</sup>UNIÃO EUROPÉIA. Comissão da União Européia. **Towards a European Research Area**. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/research/era/pdf/com2000-6-en.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2007. Tradução Livre de: "By creating new products, processes and markets research and technology provide one of the principal driving forces of economic growth, competitiveness and employment. They are the best way of modernizing European companies, which Europe must do to improve its competitive position".

<sup>128</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.167-170.

<sup>129</sup>Idem, p.178.

Mundial e a OMC, objetivando a liberalização das economias nacionais. Isso foi possível porque, naquela década, grande parte do mundo em desenvolvimento e economias em transição dependia de auxílios econômicos e quem perdesse a confiança do FMI tornava-se um pária financeiro. A OMC, criada em 1994, veio completar, no aspecto comercial, esse quadro instrumental<sup>130</sup>.

Dessa forma, políticas liberalizantes foram implantadas, com a promessa de um novo começo, o que ocorreria com apoio das potências mundiais e que, ao final, realizaria milagres econômicos e institucionais nos países envolvidos. Ironicamente, em muitos desses países, essa guinada histórica ocorreu pelas mãos de reformadores que provinham da esquerda em sua maioria, rompendo com seu passado ideológico. Assim, a economia foi criada por uma clara e planejada política, apesar de não poder ser desfeita dessa maneira, já que a configuração em rede do sistema faz com que qualquer nó desconectado passe a ser ignorado, enquanto os recursos permanecem a circular no resto da rede<sup>131</sup>.

Castells afirma, portanto, que essa nova economia é, sem dúvida, capitalista, porém distinta daquele modelo clássico keynesiano da primeira modernidade. Pela primeira vez, todo o mundo é capitalista ou dependente da rede global capitalista, que tem um grande potencial de indução a um período longo de crescimento econômico, com a ressalva de que contém, em si, processos estruturalmente excludentes<sup>132</sup>.

### 1.2.3.2 O trabalho na sociedade informacional

No capitalismo “pesado” da primeira modernidade o trabalho era visto como meio de aumento de riqueza, sendo valorizado pela sua contribuição à manutenção da ordem e normatização do destino humano. Havia uma espécie de compromisso metafísico com esse “instituto”. Nas palavras de Bauman, na modernidade simples foram atribuídos ao trabalho

muitas virtudes e efeitos benéficos, como, por exemplo, o aumento da riqueza e a eliminação da miséria; mas subjacente a todos os méritos atribuídos estava sua suposta contribuição para o estabelecimento da ordem, para o ato histórico de colocar a espécie humana no comando de seu próprio destino<sup>133</sup>.

---

<sup>130</sup>Idem, p.181-182.

<sup>131</sup>Idem, p.184-188.

<sup>132</sup>Idem, p.202-203.

<sup>133</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., p.157.

Porém, agora, no mundo humano labiríntico da pós-modernidade, o trabalho já não tem aquele significado, constituindo apenas um episódio isolado, como o resto da vida, sendo os atos de trabalho mais parecidos com estratégias de um jogador, que estabelece objetivos de curto prazo a cada rodada. O trabalho perde, portanto, sua centralidade. Hoje, simplesmente se espera que ele seja satisfatório por si mesmo e não pelos resultados que pode gerar para a humanidade, para a nação ou para as futuras gerações. Difere-se, nesse sentido, da situação típica dos dois últimos séculos, nos qual havia a pretensão de se ordenar a rotina de forma a evitar o acidente e a contingência, fazendo com que tudo se aperfeiçoasse e se tornasse mais útil e eficaz<sup>134</sup>.

Como já visto, é apropriado o uso do nome de Ford para designar o capitalismo pesado, principalmente pela intenção implícita no projeto de se atar o capital ao trabalho em um casamento divino: os trabalhadores precisavam do emprego; o capital dependia dos empregados para produção e crescimento<sup>135</sup>. Entretanto, ainda que naquela época também houvesse incertezas, hoje elas são de natureza diferente e apontam para a “individualização” das biografias, que divide e turva a idéia de um “interesse comum”, o qual acaba por perder seu valor prático – processo o qual será mais bem fundamentado no segundo capítulo. De toda forma, pode-se dizer que a nova mentalidade é de “casamentos” de curto prazo, onde “flexibilidade” é *slogan* principal<sup>136</sup>.

Essa flexibilidade, em um sentido mais amplo, acaba significando a liberdade do capital proporcionada pela desregulamentação dos mercados e pelas novas tecnologias de informação e comunicação, resultando em efeitos que terminam por atingir inclusive a política, pois as instituições locais competem com a velocidade quase instantânea dos atores capitalistas, em uma batalha que não podem vencer<sup>137</sup>. Dessa forma, logo se vê que a principal maneira com que a globalização afeta a sociedade é por meio das transformações tecnológicas e administrativas das relações produtivas, que ocorrem em uma estrutura mais ampla tendente à individualização do trabalho e fragmentação das sociedades<sup>138</sup>.

Assim, uma vez que, na economia em rede, tanto a produção industrial quanto a rural e de serviços são baseadas em conhecimentos, não haveria que se falar em uma época pós-industrial, mas sim em *informacionalismo*, que é o elemento transversal a todos os setores, inclusive o não-industrial. Castells complementa esse raciocínio afirmando que a suposição

---

<sup>134</sup>Idem, p.159-160.

<sup>135</sup>Idem, p.166.

<sup>136</sup>Idem, p.169-170.

<sup>137</sup>Idem, p.172.

<sup>138</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.265.

básica da teoria pós-industrial de que há migração do trabalho da indústria para os serviços não condiz com a realidade, ao menos se for tomada como base uma economia globalizada – no sentido da soma de todas as economias do mundo – e não um país especificamente<sup>139</sup>.

Esse equívoco ocorreu tanto porque os estudos foram realizados inicialmente nos EUA, desconsiderando a rede transnacional interdependente de produção, como porque as estatísticas utilizavam critérios ambíguos, mascarando as verdadeiras transformações. Além disso, a percepção original da teoria pós-industrial imaginava uma expansão das profissões ricas em informação, que na prática terminou por vir acompanhada de semelhante aumento das profissões não-qualificadas, tendendo o sistema a uma estrutura polarizada dos níveis de mão-de-obra, com redução da camada intermediária<sup>140</sup>.

Pode-se dizer, no entanto, que esses elementos, ao contrário do preconizado pela teoria pós-industrial, não levam a um modelo único de sociedade informacional. Assim, a diminuição significativa da mão-de-obra industrial e aumento daquela vinculada aos serviços, em geral refere-se a uma política e a um contexto social, cultural e político específico, representando uma readequação da rede em algum outro nó<sup>141</sup>. Isto significa que cada país, de acordo da maneira como se insere e é inserido na rede, acaba por participar do sistema mundial de uma forma muito específica.

Demonstração dessa circunstância se dá pela verificação de que sociedades igualmente informacionais possuem estruturas ocupacionais marcadamente diferentes. Nesse sentido é importante ressaltar que essas sociedades informacionais certamente são desiguais, mas isso ocorre menos em razão da nova estrutura econômica do que das discriminações relativas à força de trabalho referentes à etnia, à nacionalidade e ao sexo. Essas características estão embutidas e se articulam em uma rede em que há o ressurgimento do trabalho autônomo e da situação profissional mista, o que somente se tornou possível por meio da utilização e difusão das tecnologias de informação e comunicação<sup>142</sup> - que viabilizou, por exemplo, o teletrabalho.

Em contraste, vê-se uma tendência de migração cada vez maior da mão-de-obra, surgindo um sistema de camadas de múltiplas conexões entre milhões de pessoas de várias culturas e entre fronteiras. Na verdade, a economia global não se refere a todas as economias, territórios e atividades, não obstante afete, direta ou indiretamente, a vida de todas as pessoas<sup>143</sup>. Essa interligação, desigual, acaba tendo por característica uma assimetria entre os

---

<sup>139</sup>Idem, p.268.

<sup>140</sup>Idem, p.268-269.

<sup>141</sup>Idem, p.280.

<sup>142</sup>Idem, p.281-285.

<sup>143</sup>Idem, p.172-173.

países. Existe, assim, um grupo de territórios e povos pertencentes à rede mundial de fluxos que se articula com outros grupos os quais, não tendo valor na rede, são descartados – e isso faz surgir um sistema instável, dinâmico, seletivo e exclusionário. Portanto, ainda que a maior parte das pessoas não trabalhe para a economia global, todos os processos econômicos e sociais acabam tendo relação com sua lógica dominante<sup>144</sup>, ainda que seja pela exclusão.

Por outro lado, nas sociedades informacionais o emprego rural tende à eliminação, com leve declínio do emprego industrial e aumento dos serviços relacionados à produção, saúde e educação, assim como do emprego de baixa qualificação em setores varejistas e de serviço<sup>145</sup>. Empiricamente, observa-se no mercado de trabalho um rápido aumento de administradores, profissionais especializados e técnicos, além da formação de um proletariado “de escritório”. Isso confirma a ocorrência de um fenômeno: acréscimos simultâneos no topo e no pé da escala social, vislumbrando-se uma perigosa estratificação e polarização do sistema<sup>146</sup>. Em relação a essa tendência estrutural de polarização, Lash faz o alerta de que

se a classe média transformada trabalha nas estruturas de informação e comunicação, e a classe trabalhadora reflexiva para e com essas estruturas, então há uma terceira classe paradigmática na modernidade reflexiva que está fundamentalmente excluída do acesso às estruturas da I&C [informação e conhecimento]. Se a classe média pós-industrial (especialmente) e a classe trabalhadora aumentada (marginalmente) são os “vencedores da reflexividade” da ordem capitalista informacional atual, então esta terceira classe rebaixada do proletariado clássico da modernidade simples são os “perdedores da reflexividade”, o terço inferior e em grande parte excluído das “sociedades de dois terços” da nossa virada do século XXI. Uma grande porção desta nova classe baixa está fundamentalmente na posição do que faz sentido chamar de “subclasse”<sup>147</sup>.

Ocorre, ainda, que, diante do aumento de produtividade em razão das inovações tecnológicas e organizacionais, os trabalhadores migram da produção direta, do cultivo, da extração e da fabricação para o consumo de serviços e trabalhos administrativos, acabando por ampliar substancialmente a gama de atividades econômicas e o universo profissional, em um processo de compensação quantitativa, mas não necessariamente qualitativa<sup>148</sup>. Esse processo acontece, principalmente, porque os Estados não conseguem proteger seus cidadãos dos efeitos nocivos da globalização, já que, com receio de serem sumariamente excluídos da rede, evitam qualquer movimento que denote falta de hospitalidade aos interesses do capital, o

---

<sup>144</sup>Idem, p.175-176.

<sup>145</sup>Idem, p.288.

<sup>146</sup>Idem, p.290.

<sup>147</sup>LASH, Scott; URRY, John. Op. cit., p.158.

<sup>148</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.292.

que em geral significa menos impostos e regras, objetivando a criação de um mercado flexível de trabalho<sup>149</sup>.

Além dessa mitigação do poder do Estado, os indivíduos, com um horizonte temporal altamente limitado pela instabilidade no emprego (quando será a próxima rodada de demissões?) e a necessidade de salvar a própria “pele”, têm dificuldade de encontrar tempo para as questões coletivas. Dessa forma, todo prazer e benefício deve ser imediato, se possível instantaneamente consumido para abrir espaço para novas experiências em curto tempo. É um mundo, portanto, repleto de *insegurança* e *incerteza*, combinadas com a falta de garantias. Como não se tem segurança de longo prazo, parece fazer sentido buscar aquela satisfação instantânea, pois seu adiamento perdeu o fascínio<sup>150</sup>, ou seja, a precariedade do mercado de trabalho transborda *para* e é reforçada *pela* política da vida. Laços e parcerias são, dessa maneira, vistos unicamente como *produtos de consumo*<sup>151</sup>.

Entretanto, não há dúvidas, conforme já mencionado anteriormente, que as diferentes formas de composição desses processos (sua extensão e profundidade) ocorrem de acordo com as especificidades de cada país, *dependendo da sua posição na economia global*, pois se um país adota um modelo de “economia de serviços” significa que um necessário papel de produção industrial será aproveitado por outro país. Eis a razão pela qual as estruturas laborais dos EUA e do Japão, por exemplo, representam diferentes maneiras de articulação na economia global<sup>152</sup>.

A compreensão de todas essas ocorrências, de globalização financeira e produtiva, induz a um questionamento que Castells explicita: haveria também uma força de trabalho global? Parece existir, na verdade, um mercado global apenas para uma pequena fração de profissionais de alta especialização, restando o mercado local para a maioria da população mundial, principalmente no campo. Entretanto, os empregos locais – inclusive os rurais – ainda que ausentes de uma relação direta na teia econômica mundial, acabam dependentes da evolução e comportamento de segmentos da rede, em uma clara interdependência global da força de trabalho na economia informacional<sup>153</sup>.

Essa integração simultânea do processo produtivo e a desintegração da força do trabalho, todavia, não é consequência *necessária* do paradigma informacional, mas resultado de políticas de governos e empresas que escolheram uma “via baixa” na transição,

---

<sup>149</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., p.172.

<sup>150</sup>Idem, p.185.

<sup>151</sup>Idem, p.187.

<sup>152</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p.295-296.

<sup>153</sup>Idem, p.297-301.



principalmente em busca de lucros de curto prazo. Essas diversificadas e descentralizadas políticas, governamentais e privadas, são fontes básicas do impacto da tecnologia na organização da produção e do trabalho, o que faz do modelo um tecido complexo de interação entre transformação tecnológica, política das relações industriais e ação social conflituosa<sup>154</sup>. Esse novo modelo aumenta a importância dos *recursos intelectuais* de trabalhadores autônomos e instruídos, que possam e queiram programar e decidir seqüências completas de trabalho. Por outro lado, faz desaparecer trabalhos que possam ser pré-codificados e programados para execução por máquinas, deixando mais tempo para utilização do potencial humano em atividades que exijam capacidades de *análise, decisão e reprogramação* em tempo real<sup>155</sup>.

Esse processo informacional de organização da produção em zonas de concentração especializada é determinado, principalmente, pelo fato de que não somente o valor agregado se dá pela inovação, mas também porque essa inovação depende de pesquisas executadas eficientemente e com sistemas de *feedback*, o que só pode ocorrer, em geral, em tais organizações complexas. A tecnologia é decisiva, nesse contexto, porque determina aquela capacidade de inovação, permite a correção de erros e oferece a flexível e adaptável infraestrutura para a produção<sup>156</sup>.

A ascensão dessa nova classe, o trabalhador de conhecimento – termo criado por Peter Drucker – representa oportunidades, mas com mais força significa um árduo desafio, tendo em vista que as novas vagas exigem qualificações que a maioria das pessoas não tem ou não conseguem adquirir. Afinal, os empregos passam a exigir “uma boa quantidade de educação formal e a habilidade de adquirir e aplicar conhecimento teórico e analítico. [...] Acima de tudo, exigem que se tenha o hábito do aprendizado contínuo”, afirma Drucker<sup>157</sup>. Esse fato determina que o trabalhador de conhecimento passe a ter acesso ao trabalho, emprego e função social em razão direta de sua educação formal, resultando em que

a educação se tornará o centro da sociedade do conhecimento, e a escola sua instituição-chave. Que tipo de conhecimento é necessário para todos? O que é “qualidade” em aprendizado e ensino? Todas essas preocupações se tornarão, inevitavelmente, fundamentais à sociedade do conhecimento, e questões políticas essenciais. Na verdade, talvez não seja fantasia prever que a aquisição e distribuição de conhecimento formal ocupará, na política da sociedade do conhecimento o lugar

---

<sup>154</sup>Idem, p.304-305.

<sup>155</sup>Idem, p.306.

<sup>156</sup>Idem, p.307-308.

<sup>157</sup>DRUCKER, Peter. **O melhor de Peter Drucker: o homem, a administração, a sociedade**. São Paulo: Nobel, 2002, p.430.

ocupado pela aquisição e distribuição da propriedade e renda, nos dois ou três séculos que chamamos a Era do Capitalismo<sup>158</sup>.

Para que o sistema funcione, portanto, há necessidade de um alto nível de qualificação da força de trabalho que lhe permita agir livre e cooperativamente, em interação e constante processamento de informação entre trabalhadores, administração e máquinas. Na base desse processo, por sua vez, há uma crescente rotinização e automação, que racionaliza o procedimento por inteiro. Porém, ao contrário do que muitos imaginam, esse novo padrão flexível, inclusive de trabalhos autônomos, não parece levar ao fim dos empregos, já que análises empíricas demonstram que, quando um progresso tecnológico substitui o trabalho por novas ferramentas, as atividades migram de um tipo para outro<sup>159</sup> (ainda que não para as mesmas pessoas, em razão do nível de acumulação do conhecimento pela educação formal).

Na verdade, a maior parte das vagas das novas atividades sequer existe hoje. Entretanto, não há evidências estatísticas de que a evolução tecnológica induza o desemprego, que em geral ocorre muito mais por políticas macroeconômicas incorretas e ambientes desestimulantes. Um horizonte de redução potencial do emprego ocorrerá somente em uma conjunção de expansão da demanda sem aumento de produtividade, aliada a uma ausência de providências institucionais, como a redução da jornada de trabalho. Parecem, portanto, serem exageradas as previsões e os temores em relação à automação e ao emprego na era informacional, sobre os quais pesam variáveis específicas em relação a setores e empresas. Isso acontece porque a rápida transformação tecnológica em geral esteve associada ao aumento da demanda e da produção, que não obstante representar menos trabalho por unidade de produção, significa também a necessidade de mais tempo de trabalho em termos absolutos<sup>160</sup>.

Em síntese, não existe relação entre difusão de tecnologia e níveis de emprego na economia vista no todo, pois empregos são extintos e criados, variando de setores, regiões e países de acordo com as políticas, estratégias e competitividade na economia global, apesar da tecnologia modificar profundamente a natureza do trabalho e forma de produção. Esse processo, sem contraposições, poderá levar a uma perigosa dualização da estrutura social<sup>161</sup>.

Nesse novo mundo, a forma tradicional de trabalho, de período integral e carreira única ao longo da vida, não será dominante, caminhando-se para uma deterioração das condições de vida e trabalho a um número grande de trabalhadores, como resultado da

---

<sup>158</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>159</sup>CASTELLS, Manuel. *Op. cit.*, p.310-316.

<sup>160</sup>Idem, p.319-325.

<sup>161</sup>Idem, p.328.

reestruturação da relação capital-trabalho, da utilização de poderosas ferramentas informacionais e da forma característica de empresa em rede. É assim que a produtividade e a lucratividade aumentam, mas que tem por conseqüência uma perda de proteção institucional dos trabalhadores, que dependem cada vez mais de negociações individuais, em um processo de desagregação do trabalho – introduzindo-se assim, em todos os âmbitos, a chamada Sociedade em Rede<sup>162</sup>.

#### 1.2.4 O limiar de uma nova ordem

Como visto, as redes baseadas no conhecimento hoje estruturam a nova organização social e sua lógica altera a operação e os resultados da produção, do poder, da política e da cultura. Essas redes são estruturas com capacidade ilimitada de expansão, tendo por exigência apenas a possibilidade dos *nós* compartilharem códigos de comunicação, fazendo com que os seus detentores assumam o poder, pois é por meio deles, os códigos compartilhados, que as sociedades se orientam<sup>163</sup>.

A conseqüência é a formação das relações sociais, em todo planeta, em torno do modo capitalista de produção, o qual, todavia, é diferente de seus predecessores por ser global e estar estruturado em uma rede de fluxos financeiros, cuja interação com as empresas constitui-se a base do processo de acumulação de riqueza. Além disso, esses fluxos não seguem simplesmente a lei da oferta e da procura, pois se submetem a turbulências imprevisíveis e incalculáveis, induzidas pela psicologia tanto quanto pelos processos econômicos<sup>164</sup>.

Assim, uma meta-rede se forma por interesses capitalistas globais e por setores que compartilham valores, porém não sem conflito com os trabalhadores, que perdem sua identidade, suas condições de trabalho e seus interesses em razão da crescente *individualização, diferenciação e segmentação* do mercado laboral, com conseqüente desagregação globalizada da mão-de-obra<sup>165</sup>.

Por outro lado, a cultura torna-se deslocalizada e intemporal, mediada por sistemas eletrônicos interativos incluídos em um hipertexto audiovisual digitalizado, enquanto a

---

<sup>162</sup>Idem, p.345-350.

<sup>163</sup>Idem, p.565-566.

<sup>164</sup>Idem, p.567-570.

<sup>165</sup>Idem, p.571.

política é modelada pela mídia eletrônica. Por todas essas razões, as bases significativas da sociedade – tempo (intemporal) e espaço (de fluxos) – são transformadas, representando uma alteração qualitativa da experiência humana<sup>166</sup>. As implicações e conseqüências para a ação no espaço público e para a democracia nessa nova ordem é o tema do próximo capítulo.

---

<sup>166</sup>Idem, p.572-573.

## 2 DEMOCRACIA NA ERA DA INFORMAÇÃO

Neste segundo capítulo segue-se procurando colacionar informações essenciais à compreensão das estruturas e contextos em que os sistemas democráticos se desenvolvem na alta modernidade. Pretende-se descrever alguns aspectos teóricos que envolvem a questão da democracia, ainda que não seja possível elencar todas as variáveis, pois este objetivo, além de incompatível com a proposta do trabalho, encontraria um terreno já amplamente explorado. Afinal, como bem afirmou Bobbio, “se recolhêssemos tudo o que foi escrito sobre as transformações da democracia ou sobre a democracia em transformação teríamos material suficiente para lotar uma biblioteca”<sup>167</sup>.

Portanto, apenas para colocar na correta perspectiva a proposta ora apresentada, se objetivará, ultrapassando as questões mais ou menos consensuais sobre a democracia, a contextualização deste tema a partir da visão teórica apresentada no primeiro capítulo, ou seja, descrever os principais aspectos que envolvem a participação popular na política da sociedade em rede. Para isso, é importante compreender a nova forma como as pessoas se organizam e se relacionam no espaço público, eis que o surgimento de novas identidades e a individualização das biografias na nova modernidade reflexiva e fluida são elementos determinantes, direta ou indiretamente, da política contemporânea. Além disso, considerando que, ao menos até o momento, a política está primordialmente relacionada com a estrutura do Estado, é prudente apresentar alguns questionamentos e conclusões pertinentes ao papel dessa instituição na Era da Informação e como o desafio ao seu poder influi e modifica os sistemas democráticos.

Compreender a constelação do Estado na grande rede de fluxos de poder globalizado, onde há uma nova relação tempo/espaço, permitirá apreender aspectos críticos que se ligam diretamente aos processos democráticos. Dúvidas quanto à legitimidade do sistema representativo seduzem a apresentação de novas propostas que, contudo, devem ser construídas com muito cuidado, pois se a democracia é hoje insuficiente, sua instabilidade é demasiada para haver o questionamento de alguns de seus aspectos fundamentais, tais como as eleições e os partidos.

Dessa maneira, deve ser lembrado que indivíduos e grupos de interesse, que se formam em torno de identidades primárias como a nação, a raça, a religiosidade e a

---

<sup>167</sup>BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.21.

sexualidade, constituem-se em variável inevitável a ser debatida. Isso porque, assim como o Estado se modifica, também a sociedade se organiza de uma nova maneira. Este não é fato irrelevante. Ao contrário, determina profundamente o significado da política e a validade das regras democráticas, fazendo ver o abismo que vai se formando entre as instituições estáticas da modernidade e as necessidades dinâmicas da sociedade em rede.

A democracia e seu sistema de ação na modernidade, assim como a sua transformação na modernidade tardia, também serão abordados, com destaque à descrição e menção de seus déficits e promessas não cumpridas, principalmente em relação à questão da representatividade e regra da maioria em um contexto de fragmentação e complexificação das sociedades. Assim, é de se compreender que a análise que ora se apresenta será guiada pela teoria de base que sustenta este trabalho, buscando chegar ao terceiro capítulo com uma estrutura suficientemente conexa, de maneira a fazer uma ponte entre os aspectos transicionais paradigmáticos da Sociedade e do Estado com as oportunidades à democracia digital proporcionada pelas TICs. É certo que muita importância teria, em relação às teorias expostas no trabalho, uma confrontação e uma complementação com o pensamento, por exemplo, de Habermas ou Rawls (dentre outros), quanto à democracia deliberativa, porém esta tarefa exigiria muito mais tempo que o típico de uma dissertação, expandindo indevidamente a sua extensão e ficando fora do foco da base teórica adotada. Esta, todavia, parece uma tarefa interessante para um eventual aprofundamento da temática a ser promovida em outra pesquisa ou prosseguimento e aperfeiçoamento desta.

Em síntese, portanto, descritos o Estado, o indivíduo e a democracia nas sociedades da informação e do conhecimento, ainda que reconhecidos os riscos, mas ressaltando as oportunidades, busca-se vislumbrar de que maneira as novas alternativas se relacionam com o surgimento de ideais emancipatórios e novas identidades, bem como evidenciar as possibilidades de aprofundamento dos processos democráticos. Essa contextualização permitirá o entendimento das propostas de reformulação dos procedimentos políticos por meio das novas tecnologias de informação e conhecimento, e de como uma articulação entre o sistema político ortodoxo e a política desespecializada pode reforçar e propagar ideais democráticos em todos os espaços das relações sociais. Em outras palavras, busca-se um entendimento consolidado quanto aos aspectos primários que determinam a crise da democracia representativa e o surgimento de novos espaços subpolíticos, embriões de uma política simbólica que, ao mesmo tempo em que agrava a perda de legitimidade dos sistemas tradicionais, cria novas oportunidades de participação popular.

## **2.1 A estrutura-ação das relações sociais no espaço público contemporâneo**

### **2.1.1 Considerações iniciais**

Foram apresentados conceitos básicos sobre a condição pós-moderna das sociedades da informação e do conhecimento, descrevendo-se aspectos importantes sobre a revolução da informação que serve de base à transformação paradigmática contemporânea. Na seqüência, enfoca-se a questão das relações políticas na Era da Informação, o que exige o trânsito por uma ampla gama de conceitos e construções teóricas que vão da forma como as pessoas se relacionam no espaço público até a crise dos sistemas democráticos, o qual é decorrente, dentre outras razões, da perda de legitimidade do Estado-nação como mediador fiável da pacificação social e dos interesses públicos.

Nesta primeira parte do segundo Capítulo, portanto, será debatida a forma como, em um ambiente de *riscos e incertezas da nova realidade reflexiva e fluida* contemporânea, a individualização das biografias interfere na maneira e na intensidade com que se participa dos processos políticos e de que forma uma nova relação cultural entre o tempo e espaço se constela com esse fenômeno. O surgimento de um novo indivíduo, que não tem alternativa senão construir sua própria história a partir de uma grande variedade de possibilidades oferecidas pela (pós) modernidade capitalista, determina o estabelecimento de um ser que busca nas identidades primárias reencontrar referências que lhe ofereçam segurança e conforto.

Por estas razões, também o tema das novas identidades são essenciais para a compreensão da democracia nas sociedades contemporâneas, ainda mais quando o próprio direito é posto em questionamento e confrontado com possibilidades plurais de composição de litígios fora do Estado.

Segue, portanto, uma proposta de se colher diversas percepções sobre os indivíduos, sua formação em grupos e possíveis formas alternativas de regulação social, objetivando alcançar a segunda parte deste Capítulo com uma visão macro acerca das relações Sociais na esfera pública da modernidade tardia.

### 2.1.1 Riscos e incertezas na nova realidade reflexiva e fluida

Como visto no primeiro capítulo, diversas teorias foram desenvolvidas para determinar as características da “condição pós-moderna” das sociedades nesse período de transição. Duas construções teóricas sobre a realidade contemporânea importam fortemente ao trabalho por significar a identificação de novas formas de relações sociais e políticas: a que indica a *reflexividade* e a que afirma a *fluidade* das relações sociais neste início do século XXI.

Inicia-se, portanto, resgatando a idéia que permeia o capítulo anterior (de transição paradigmática), porém dessa vez agregando novas variáveis – os riscos e incertezas característicos da nova sociedade. A inclusão desses novos elementos é que determina a localização topográfica do conteúdo neste segundo capítulo do trabalho – que já ingressa na forma de articulação política – ainda que se mantenha estreita relação com as teorias transicionais do primeiro capítulo. Nessa perspectiva, é pertinente a observação de Franz Josef Brüseke, que assim afirma:

Nos parece que o já mencionado clima de crise e incerteza que precedeu e acompanhou o fim do comunismo soviético e o paralelo desenvolvimento tecnológico em escala global encontrou um público, também, teoricamente cada vez mais inseguro e ávido para abraçar novos paradigmas. Descobrir “riscos” como Beck ou perceber a situação histórica como “intransparente” como Habermas são somente sintomas de um estado de espírito caracterizado pela consciência da contingência da modernidade e pela crescente “incredulidade nas meta-narrativas” das quais Lyotard fala<sup>168</sup>.

Não desconsiderando este posicionamento crítico – pertinente, diga-se de passagem – serão apresentadas proposições que buscam explicar o contexto atual justamente a partir da concepção de existência de uma *insegurança generalizada*, referenciando-se, desde logo, aos escritos de Bauman e à sua teoria da *modernização líquida*. Sobre o importante momento de transição atual, afirma o sociólogo que

a passagem do capitalismo pesado ao leve, da modernidade sólida à fluida, pode vir a ser um ponto de inflexão mais radical e rico que o advento mesmo do capitalismo e da modernidade, vistos anteriormente como os marcos cruciais da história humana, pelo menos desde a revolução neolítica<sup>169</sup>.

<sup>168</sup>BRÜSEKE, Franz Josef. **Risco e Contingência**. Disponível em: <[http://www.socitec.pro.br/e-prints\\_vol.1\\_n.2\\_risco\\_e\\_contingencia.pdf](http://www.socitec.pro.br/e-prints_vol.1_n.2_risco_e_contingencia.pdf)>. Acesso em 13 out. 2007.

<sup>169</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2001, p.146.



O autor cunha, assim, um metafórico termo para caracterizar as novas realidades, comparando-as com os fluidos, uma vez que as mesmas não se atêm a qualquer forma e estão sempre prontas e propensas a mudar. A metáfora assim se fundamenta:

Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas "por um momento"<sup>170</sup>.

Esta é uma maneira de Bauman ilustrar a idéia de que as formas sociais já não seguem um padrão rígido, estando mais próximo de uma estrutura claramente *volátil e imprevisível*, que se ajusta conforme a situação de cada momento, trazendo consigo a insegurança e a incerteza como elementos constantes. A modernidade sempre teve como característica um processo de liquefação das instituições, mas que, na sua primeira fase, estava mais vinculado ao repúdio à tradição, eliminando as obrigações sem relevância que dificultavam o cálculo estritamente racional das decisões humanas<sup>171</sup>. Aliás, essa característica da modernidade simples possibilitou a dominação da racionalidade instrumental e determinou o papel primordial da economia na constituição de uma nova ordem social<sup>172</sup>.

Na modernidade líquida, porém, qualquer idéia de construção de uma nova e melhor ordem já não está no horizonte da ação política. Aqueles poderes de liquefação da primeira modernidade, antes no nível macro do sistema e da política, agora passaram ao nível micro da sociedade e da política da vida<sup>173</sup>, o que Ulrich Beck intitula de *subpolítica*.

Nesse contexto, a flexibilidade que o tempo adquiriu e o acesso à rápida mobilidade transformaram-se em ferramentas de dominação e poder, levando ao fim do secular Panóptico e sua era de engajamento mútuo entre capital e trabalho, permitindo o surgimento de “senhores ausentes”, que se movem leves e confiantes da desnecessidade de se ocupar com a responsabilidade de administração, gerenciamento e bem-estar de qualquer lugar especificamente<sup>174</sup>. Hoje, curiosamente, são os poderosos que evitam o durável, enquanto a base da pirâmide luta por suas frágeis e transitórias posses,<sup>175</sup> algo que pode ser caracterizado pelo sugestivo nome de uma “Era do Acesso”, para se utilizar terminologia popularizada por Jeremy Rifkin. Aliás, sobre essa esquizofrenia social, essa desordem temporal entre as

---

<sup>170</sup>Idem, p.8.

<sup>171</sup>Idem, p.9.

<sup>172</sup>Idem, p.10.

<sup>173</sup>Idem, p.14.

<sup>174</sup>Idem, p.20.

<sup>175</sup>Idem, p.21.

peças comuns e aquelas que detêm e controlam os códigos da rede e, portanto, do poder, Rifkin afirma que

nossa sociedade continua a agir como se as relações de propriedade fossem fundamentais quando, na realidade, as forças econômicas estão tornando a propriedade física, no mínimo, menos relevante [...] Precisamos repensar o contrato social do começo ao fim se quisermos lidar seriamente com os impactos de um mundo baseado mais no acesso que na propriedade<sup>176</sup>.

Vive-se a transição de um mundo capitalista industrial para um capitalismo cultural, onde o mercado está se apropriando das culturas, que é sua matéria prima, transformando tudo em *commodities*<sup>177</sup>. Na verdade, está-se deixando para trás a vinculação à propriedade para se criar uma dependência cada vez maior de acesso a experiências de vida, mais valendo a garantia do acesso que ter o bem propriamente dito. Assim se constitui, figurativamente, uma economia sem peso, onde a tendência é transformar tudo em serviços<sup>178</sup>.

Por outro lado, pode-se falar em uma nova forma de modernização *reflexiva* (proposição de Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash), que igualmente bem explora a insegurança generalizada em razão da falta de referências teóricas em um novo mundo em desordem. “Modernização reflexiva” refere-se, assim, à circunstância em que há uma *autoconfrontação* da sociedade com os efeitos não previstos da modernidade simples. Tem pouco a ver, portanto, com um processo de compreensão cognitiva, aparentemente subentendido no termo “reflexão”, e mais a ver com a tentativa de lidar, desordenadamente, com os *riscos* criados pela própria modernização. Em outras palavras, “modernização reflexiva” significa o enfrentamento dos *efeitos da sociedade de risco*, os quais não foram resolvidos pela sociedade industrial e cujas instituições não estão preparadas para a mudança que se apresenta na pós-modernidade<sup>179</sup>. Sob essa perspectiva, Beck esclarece:

Por um lado, a sociedade ainda toma decisões e realiza ações segundo o padrão da velha sociedade industrial, mas, por outro, as organizações de interesse, o sistema judicial e a política são obscurecidos por debates e conflitos que se originam do dinamismo da sociedade de risco [...] [modernização reflexiva] Este conceito não implica (como pode sugerir o adjetivo "reflexivo") *reflexão*, mas (antes) *autoconfrontação* [...] Sendo assim, "modernização reflexiva" significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e

<sup>176</sup>RIFKIN, Jeremy. Op. cit., p.70.

<sup>177</sup>Idem, p. 114.

<sup>178</sup>Idem, p. 6.

<sup>179</sup>BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.12.

assimilados no sistema da sociedade industrial - como está avaliado pelos padrões institucionais desta última<sup>180</sup>.

A teoria considera que uma série de modificações na sociedade contemporânea ocorreu fora das estruturas da modernidade simples, como uma consequência da própria modernidade, ou seja, a transição se deu fora das estruturas ortodoxas da política, contrariando as previsões, inclusive da sociologia clássica. Segundo Beck, portanto, a reflexividade se apresenta em uma sociedade caracterizada pelo gerenciamento do risco. Por *sociedade de risco* entende-se “uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial”<sup>181</sup>.

Nesse sentido, é importante mencionar que a capacidade de ação humana determinada pela ciência moderna não foi acompanhada pela capacidade de previsão dessas ações, fazendo com que a previsão da ação científica seja sempre menos científica que a ação em si mesma<sup>182</sup>. Disso resultou em que a modernidade acabou por gerar perigos imprevistos e que já não consegue mitigar, uma vez que, como já dito, ainda toma decisões segundo padrões da velha sociedade industrial. Todo esse processo de modernização reflexiva, segundo Giddens, ocorre de duas formas, em uma hermenêutica dupla: a primeira por meio do próprio agente social e, em segundo, através dos sistemas especialistas, os quais se interinfluenciam. Beck entende, por outro lado, que a essa característica reflexiva resulta em uma liberdade crescente em relação aos sistemas especialistas, em uma visão crítica dos mesmos, contrapondo e indicando a necessidade de se caminhar em direção à subpolítica, a qual se desenvolve fora das instituições políticas tradicionais<sup>183</sup>.

Assim, para efeito de compreensão da modernização reflexiva, deve-se olhar não para a realidade visível, mas para as condições estruturais da reflexividade, uma articulação de redes globais e locais de estruturas de informação e comunicação. As oportunidades de vida dependem cada vez mais do lugar do indivíduo no “modo de informação”, uma questão de acesso às novas estruturas informacionais<sup>184</sup> e cada vez menos em seu lugar geográfico. Trata-se, nesse caso, da forja de novas sociedades – que passam a se basear, como já visto, na informação e no conhecimento. Ulrich Beck, no que parece o estabelecimento de uma ligação

---

<sup>180</sup> Idem, p.16.

<sup>181</sup> Idem, p.15.

<sup>182</sup> SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.58.

<sup>183</sup> BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.142.

<sup>184</sup> Idem, p.147.

entre a concepção de reflexividade da modernidade com a visão da “era do acesso” e da “era da informação”, afirma que

na modernidade reflexiva, as oportunidades de vida – o resultado de quais devem ser os vencedores da reflexividade e quais os perdedores da reflexividade - dependem, em vez disso [em vez das estruturas sociais], do seu lugar no "modo de informação". Na modernidade reflexiva, as oportunidades de vida são uma questão de acesso, não ao capital produtivo ou às estruturas da produção, mas, em vez disso, do acesso e do lugar nas novas estruturas de informação e comunicação.<sup>185</sup>

Entretanto, o que acontece quando a modernidade reflete sobre si mesma, nos moldes que propõe a teoria? Primeiramente, pode ser considerado que se a modernização resulta no aumento da *individualização* – tema que será abordado mais à frente – os indivíduos estarão cada vez mais livres para se opor às conseqüências distróficas da modernização, situação propícia a uma política de *democracia radical, plural, enraizada no localismo* e nos *interesses pós-materiais dos movimentos sociais*<sup>186</sup>. O poder político transitaria das estruturas simples para a subpolítica. Para caminhar nesse sentido, em uma primeira fase, estruturas políticas da modernidade reflexiva substituiriam as relações de poder tradicionais, porém sem alterá-las, o que demonstraria que, na modernidade reflexiva, a *individualização* é o motor das mudanças sociais<sup>187</sup>.

Em assim ocorrendo, as estruturas *políticas* da sociedade industrial, paradoxalmente, estariam se tornando um *não-político* e o que não era político, em uma mudança de categoria, passaria a se constituir o novo campo *político*. Dessa forma, Beck afirma que se procura o político, muitas vezes, no lugar errado, nas tribunas erradas e nas páginas erradas dos jornais. O autor esclarece esse posicionamento alertando que

um ponto importante aqui é que quanto mais este processo avança, o que ele significa e para onde ele conduz mais depende das decisões políticas, que não podem ser simplesmente aceitas, mas devem ser formadas, programaticamente planejadas e transformadas em possibilidade para a ação. A política determina a política, ampliando-a e lhe concedendo poder. São essas possibilidades de uma política da política, uma (re)invenção do político após sua morte, que devemos ampliar e esclarecer<sup>188</sup>.

Por essas razões, Beck sustenta que a capacidade emancipatória da política ficou limitada porque sua existência foi reduzida a uma prática social setorial e especializada,

---

<sup>185</sup>Idem, ibidem.

<sup>186</sup>Idem, p.139.

<sup>187</sup>Idem, p.138-139.

<sup>188</sup>Idem, p.30.

rigidamente regulando a participação dos cidadãos nessa prática e deixando de fora da intervenção popular amplas áreas da prática social<sup>189</sup>.

Por outro lado, ainda como consequência da reflexão da modernidade sobre si própria, considerando-se que a prática política passa por uma transição que ocorre, em parte, ao largo das instituições, parece correto afirmar-se que a classificação da política em direita e esquerda já não é possível. Da mesma forma, já não é possível a classificação dicotômica entre conservador e socialista, entre o retraimento e a participação política. Isso porque todos são radicais e conservadores, ecológica e antiecológicamente, política e não-politicamente, tudo ao mesmo tempo, fazendo desaparecer a clareza daquelas classificações diante da ambivalência de uma modernidade fluida e disforme<sup>190</sup>.

Nesse contexto, o fluxo e a aquisição de informações, deve-se destacar, são matérias-primas da produção reflexiva. O treinamento e o acesso a essas estruturas envolvem um progresso da nova classe trabalhadora “reflexiva” em relação ao proletariado clássico “fordista”. Por essas razões, a falta de acesso à informação gera o que se pode chamar de “subclasse”, que inclui os “pobres do gueto”, mas que incorpora também grande parte do “terço excluído” da “sociedade da informação”, a parte inferior do mercado de trabalho que não tem acesso ao sistema<sup>191</sup>, conforme visto no primeiro capítulo.

Portanto, uma vez que a sociedade civil, e a própria esfera pública, se torna mais envolvida com as tecnologias de informação e comunicação, essa exclusão (a falta de acesso) é também uma exclusão da cidadania, exclusão política e cultural da sociedade civil. A cidadania, que na modernidade simples referia-se a uma relação com o Estado-nação, na modernidade reflexiva está ligada ao indivíduo e seu direito de acesso às estruturas de informação<sup>192</sup>.

Por tudo quanto já mencionado, é de se dizer, segundo seus autores, que a idéia de modernização reflexiva significa, acima de tudo, uma “reforma da racionalidade”, que permita lidar com a *ambivalência* em uma modernidade, que está abolindo suas próprias categorias de ordenação. Nessa nova modernidade, tudo é um pouco político e, portanto, nada mais é político<sup>193</sup>. Essa despolitização é sempre perigosa, sendo nesse sentido que se deve estabelecer uma *política da política*. Sabe-se que a política oficial opera no sistema de regras da sociedade industrial e do Estado-nação. Já a política que altera regras, a *subpolítica* – no

<sup>189</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.113.

<sup>190</sup>BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.217.

<sup>191</sup>Idem, p.158.

<sup>192</sup>Idem, p.161.

<sup>193</sup>Idem, p.47.

sentido da política subsistêmica autônoma – almeja a citada “política da política”. Assim, a distinção entre política oficial e subpolítica é a distinção entre política *simples*, dirigida por regras rígidas, e a política *reflexiva*, que altera e constrói novas regras<sup>194</sup>.

Beck afirma, assim, que há o início de uma nova invenção do político, onde a estrutura do Estado-nação e o sistema de regras não é o ponto de partida do novo território do político, do geopolítico ou da sociedade de risco global. Isso parece estar, ao menos em parte, em consonância com a constatação de que as Instituições – ao menos na sua forma atual e até que sejam reformuladas levando em consideração a nova estrutura social, econômica e política – permanecem incapazes de alcançar seus objetivos. Parece aceitável afirmar que é necessária a luta por *espaços, formas e fóruns* de formatação de estilo e de estrutura, dentro e fora do sistema político<sup>195</sup>. Conforme afirma Böhret,

todos os campos problemáticos, que em princípio são “negociáveis” entre os grupos de pessoas e organizações, podem ser “socializados”. Neste caso, isso significa que podem ser elaborados no sistema de negociação multilateral, com a participação do Estado. Isso, cada vez mais também diz respeito à estrutura jurídica, na qual se confere, especialmente ao agente governamental, o controle central do contexto<sup>196</sup>.

Essa percepção não leva apenas à necessidade de redefinição das áreas de responsabilidade do Estado, mas antes a uma verdadeira revisão de tarefas supostamente “eternas” de instituições que acabam durando mais que sua utilidade. Nesse contexto, ainda segundo Beck, a política reflexiva não significaria apenas invenção, mas o desaparecimento do *político* em seu sentido clássico<sup>197</sup>.

Dessa maneira, ainda que não se chegue a uma total “desconstrução”, alguma reformulação é necessária porque se instituições alternativas que permitam essa articulação com a subpolítica não estiverem disponíveis no período de transição, começará uma fuga (em razão da necessidade de um ponto referencial na sociedade) para a simulação de antigas certezas da primeira modernidade que são, entretanto, fadadas ao insucesso. A nova ordem, portanto, deve ser criada, forjada e formada<sup>198</sup>.

---

<sup>194</sup>Idem, p.49.

<sup>195</sup>Idem, p.52.

<sup>196</sup>BÖHRET, Carl. **Die Handlungsfähigkeit des Staates am Ende des 20. Jarhundert**, manuscrito não publicado, Speyer, 1992, p. 9 e ss. *Apud*: BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.55.

<sup>197</sup>BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.55.

<sup>198</sup>Idem, p.58-59.

De toda sorte, há que se lembrar que a concepção de “reflexividade” da modernidade não é homogênea entre os autores que compartilham sua formulação. Giddens e Beck, por exemplo, apresentam distinções substantivas, pois

enquanto nas formulações de Beck a ênfase recai sobre a reflexividade racional-individual, a importância conferida por Giddens à consciência prática leva-o a destacar o papel do entorno social na produção de reflexividade, daí sublinhar a importância da reflexividade institucional. Nesses termos, a análise de Beck revela os típicos contornos de uma teoria da ação, no sentido preciso que destaca o papel ativo do sujeito, capaz de se esquivar da força de determinação das estruturas sociais, podendo mesmo transformar tais estruturas. Giddens, distintamente, mantém-se fiel ao princípio da estruturação, afrouxando a dicotomia entre agente e estrutura, mostrando que é no jogo dinâmico de sua própria incorporação à ação que as estruturas adquirem contorno e sentido.<sup>199</sup>

De qualquer forma, ressalta-se que a teoria, após uma década de sua formulação, não está imune a críticas, principalmente em relação a um eurocentrismo que a caracteriza. Nas palavras de Sergio Costa, estariam os seus principais autores, Beck, Giddens e Lash, “transformando em axioma analítico aquilo que caberia a um estudo da globalização precisamente abordar, o padrão ou os padrões pelos quais se transformam as sociedades modernas contemporaneamente”<sup>200</sup>.

Outra crítica à teoria refere-se a uma rejeição dos “especialistas” da área à tendência de produção de obras direcionadas aos leitores “leigos”, fazendo com que as mesmas, em muitos casos, possuam frágil suporte empírico, deixando nebulosas as fronteiras entre “diagnóstico de época” e “teoria social”, duas categorias que a sociologia alemã mantém desde os primeiros textos clássicos, segundo sustenta Sergio Costa. A primeira está ligada, afirma o autor, a uma maneira específica de tratar o problema de uma época determinada, “sem a pretensão do estabelecimento de postulados gerais e partindo-se de evidências que não decorrem necessariamente da investigação empírica, segundo os métodos científicos”. A segunda, por sua vez, requer “o uso sistematizado das informações, para chegar a generalizações que não dizem respeito a um caso particular, mas a movimentos mais amplos”<sup>201</sup>. Por essa razão, análises do primeiro tipo *devem ser vistas com ressalvas* ao se transportar seus conceitos entre sociedades e tempos diferentes.

O que parece importante destacar, contudo, é que os elementos sociais parecem ser representados, simbolicamente, pelo processo de “individualização” das biografias, liquefazendo as estruturas políticas tradicionais e criando um vazio de significado da política

<sup>199</sup>COSTA, Sergio. Quase crítica: insuficiência da sociologia da modernização reflexiva. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. v. 16, n. 2, nov. 2004, p.74.

<sup>200</sup>Idem, p.92.

<sup>201</sup>Idem, p.74.

como é comumente conhecida. Esses movimentos, como característica da ambivalência pós-moderna, ao mesmo tempo em que liberta os indivíduos das estruturas, também desagregam os cidadãos e dificultam a defesa do bem comum. Ou, como diz Lash, “os direitos de cidadania na modernidade simples, com seus traços de igualdade diante da lei, direitos políticos e sociais do *welfare state*, foram transformados nos direitos de acesso da modernidade reflexiva às estruturas de informação e comunicação”<sup>202</sup>.

Diante das incertezas e inseguranças de um mundo em que a única decisão que não se pode tomar é de não tomar decisão alguma, a verdadeira Política, consciente, participativa e democrática mostra-se, mais que em qualquer outro momento, como o único caminho para o resgate da capacidade de luta, lado a lado, por uma sociedade humanista, justa e solidária. Esse estímulo à ação política, entretanto, encontra-se também constringido por novas dinâmicas sociais, conforme será visto a seguir.

### 2.1.2 Articulação de interesses comuns na pós-modernidade

As substanciais mudanças na estrutura social mencionadas anteriormente são percebidas em diversos processos, a exemplo do fenômeno que os sociólogos chamam de “individualização” – não aquela do liberalismo, mas uma nova maneira de criação da “identidade” de cada pessoa. Antes, a localidade e a classe a qual cada um pertencia determinava suas características biográficas. A individualização, por sua vez, significa que hoje se escolhe, entre uma infinidade de opções, como construir a própria história.

Por essas razões, a sensação de impotência com que os indivíduos têm que lidar, ainda que, eventualmente, o façam em um contexto de “liberdade”, induz à tentativa de uma união em torno de referências culturais radicais tais como a raça, a origem, a religião ou a sexualidade. Entretanto, a marcha ombro a ombro já não tem função ou sentido em decorrência da enorme fragmentação social, isto significando que as aflições já não são aditivas, não podendo ser condensadas em interesses compartilhados<sup>203</sup>.

Assim, como será visto mais à frente, o indivíduo passa a ser o pior inimigo do cidadão, porque enquanto o cidadão deve buscar a causa e o bem comum de uma sociedade justa, vê-se que tal objetivo é incompatível com um mundo onde os benefícios do trabalho

---

<sup>202</sup>GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.161.

<sup>203</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2001, p.44.



conjunto são inferiores ao individual, situação esta que leva à corrosão e desintegração da cidadania. Esse processo leva a que, dentre outras coisas, o espaço público seja preenchido por preocupações dos próprios indivíduos, transformando o interesse público apenas na curiosidade sobre as vidas de pessoas públicas, o que as revistas e programas populares demonstram muito bem<sup>204</sup>.

A esses fatores constelam-se a crise do patriarcalismo, os novos arranjos familiares, a liberação sexual e os empregos cada vez menos estáveis, o que reforça uma percepção generalizada de *insegurança*. Já não há, nesse contexto, uma “comunidade” na qual se pode alcançar conforto e segurança. Como cada um agora é responsável pela sua própria biografia, e o fracasso não pode ser repassado a ninguém, os temas de “interesse comum” ficam sempre relegados a um segundo plano, porque serão apenas obstáculos ao sucesso pessoal.

Nesse sentido, de tempos em tempos, como soluços sociais, surge algum tema simbólico que as pessoas utilizam como materialização dessa insegurança (que possui natureza difusa e, portanto, invisível): um crime bárbaro, atos de corrupção, um ataque terrorista ou outro tema da moda – todos perfeitamente explorados exaustivamente pela mídia.

As pessoas passam, então, a se agrupar em torno desses eventos simbólicos – que na verdade representam interesses efêmeros – buscando ineficazmente o retorno a uma luta coletiva por soluções e por segurança. Ao contrário do que se possa perceber em uma análise ligeira, essa busca por articulação social, mais do que um fenômeno passageiro, tem ligação a uma inconsciente ânsia por se alcançar a razão da própria existência e um lugar no mundo, hoje sem referências<sup>205</sup>. A partir da percepção de impotência diante dos poderes globais, os indivíduos reduzem os problemas a certa quantidade de variáveis com as quais podem lidar, mas que são insuficientes para solucionar verdadeiramente os problemas. Nesse sentido, o termo alemão *Unsicherheit*, mencionado por Zygmunt Bauman, traz um significado complexo para a idéia que, em português, pode ser descrita pelas palavras “incerteza”, “insegurança” e “falta de garantia”<sup>206</sup>. Assim, os temas simbólicos apresentados pela mídia e patrocinados por pessoas sem referências de vida acabam servindo como corporificação de todos esses sentimentos de impotência<sup>207</sup>.

Neste ponto entram os fatos: pressão para endurecimento de leis, passeatas para punição exemplar de criminosos, revisão de parâmetros de segurança, discriminação de grupos etc. Exorcizam-se, assim, os medos de cada um, estabelecendo-se uma válvula de

---

<sup>204</sup>Idem, p.46.

<sup>205</sup>BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b, p.46.

<sup>206</sup>Idem, p.13.

<sup>207</sup>Idem, 2001, p.46-47.

escape das ansiedades acumuladas. Dessa forma, não há a percepção de que os problemas são muito mais “radicais” do que esses símbolos socialmente construídos fazem crer, no sentido de que a origem dos problemas está nas raízes da atual forma de organização humana, cujas experiências já estão quase totalmente privatizadas e comercializadas como *commodities*<sup>208</sup>.

Não há uma reflexão suficientemente profunda para compreender as engrenagens ocultas do Sistema. Rituais periódicos e midiáticos de exposição dos medos são superficiais e, ainda que tenham sucesso em seus objetivos imediatos, logo os laços entre os indivíduos serão desfeitos e não se alcançará resultados efetivos para diminuir a sensação geral de insegurança. Isso porque “a arte de reinventar os problemas pessoais sob a forma de questões de ordem pública tende a se definir de modo que torna excessivamente difícil ‘agrupá-los’ e condensá-los numa força política”<sup>209</sup>. O único caminho possível para se alcançar as modificações necessárias e fundamentais, alerta Zygmunt Bauman, é o resgate da verdadeira Política (com P maiúsculo, como diz o autor), uma busca intensa pelo reavivamento da ágora, aquele lugar em que as questões públicas se encontram e interagem com as questões privadas<sup>210</sup>. Deve-se, portanto, exercitar a capacidade adormecida de organização em torno de interesses de longo prazo, o que passa pelo resgate da cidadania, termo tão desgastado quanto necessário<sup>211</sup>.

Para isso, o espaço público deve ser repovoado de questões públicas, no que resta a responsabilidade de se criar firmes e permanentes pontes de ligação entre os indivíduos e a sociedade, baseadas na solidariedade. Um objetivo plausível é a institucionalização de *novos espaços* onde as idéias se formem como “valores compartilhados” para construção de uma “sociedade justa”, e que não seja habitado somente por especialistas, mas também e principalmente por cidadãos comuns.

Em síntese, a liberdade individual *de fato* e a *democracia* como sistema sólido só podem ocorrer como resultado de um trabalho coletivo<sup>212</sup>. Diante desses posicionamentos, parece correto afirmar que, enquanto não se enfrentar as verdadeiras origens das inseguranças, incertezas e falta de garantias, de maneira a viabilizar a autonomia e liberdade positiva das pessoas, as reações coletivas permanecerão a ser o que são, meros soluções ineficientes, insuficientes para guiar as sociedades para um mundo melhor e mais solidário.

Para uma compreensão sobre a proposição acima, caminha-se agora para a apresentação das teorias referentes às novas identidades, à individualização das biografias e à

---

<sup>208</sup>RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**: transição de mercados convencionais para *Networks* e o nascimento de uma nova economia. São Paulo: Pearson Education, 2001.

<sup>209</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1999b, p.15.

<sup>210</sup>Idem, p.49.

<sup>211</sup>Idem, p.45.

<sup>212</sup>Idem, p.15.

presença dos indivíduos na rede de fluxos globais, que se articula em uma renovada estrutura de espaço-tempo e altera a forma como são construídos os espaços públicos e a política na sociedade informacional.

### 2.1.2.1 Individualização das Biografias

O fenômeno que se acordou em chamar de *individualização* tem enorme importância para o entendimento da participação das pessoas na esfera pública – tema caro a este trabalho. Isso porque há uma efetiva constelação entre os diversos espaços de articulação social (como entre os espaços doméstico, da produção, do mercado, da cidadania e mundial, para usar a classificação de Souza Santos) e, assim, a forma como se produz e reproduz o indivíduo em cada espaço gera um efeito direto ou indireto nos demais. Bauman, aliás, citando Tocqueville, em passagem já referenciada, afirma que “o indivíduo é o pior inimigo do cidadão”, complementando com o pensamento de que

o “cidadão” é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à “causa comum”, ao “bem comum”, à “boa sociedade” ou “à sociedade justa”. Qual é o sentido de “interesses comuns” senão permitir que cada indivíduo satisfaça seus próprios interesses? O que quer que os indivíduos façam quando se unem, e por mais benefícios que seu trabalho conjunto possa trazer, eles o perceberão como limitação à sua liberdade de buscar o que quer que lhes pareça adequado separadamente, e não ajudarão<sup>213</sup>.

Dessa forma, diante da importância da questão da “individualização” para o tema da articulação de interesses públicos, parece ser correto iniciar com uma definição sintética do termo. Como mencionado anteriormente, não se está falando, aqui, do individualismo característico da modernidade capitalista. Individualização, para efeito deste estudo, é o processo social que leva a que cada pessoa, diante de uma infinidade de opções de estilos de vida, tenha que decidir os caminhos da construção de sua biografia de maneira desgarrada de estruturas e papéis sociais rígidos e pré-definidos, porém em um contexto de constantes incertezas e falta de segurança. A Individualização seria, portanto, a desincorporação e, após,

---

<sup>213</sup>Idem, p.45.

a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial, mas de uma maneira diferente, onde os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias<sup>214</sup>.

É sabido que na sociedade industrial clássica as formas coletivas de viver faziam supor que a classe indicava a existência de uma família nuclear, que presumia os papéis do sexo, a divisão do trabalho e também a obrigação do casamento<sup>215</sup>. “Classe e gênero projetavam-se pesadamente sobre a gama de escolhas do indivíduo”<sup>216</sup>. Hoje, essas pressuposições não são mais válidas. O indivíduo é ator, planejador, prestidigitador e diretor de sua própria biografia, identidade, redes sociais, compromissos e convicções. Assim, a biografia padronizada dá lugar a uma biografia escolhida, digamos do tipo *faça-você-mesmo*<sup>217</sup>. Nessa “terra da liberdade individual de escolher, a opção de escapar à individualização e de se recusar a participar do jogo da individualização está decididamente fora da jogada”<sup>218</sup>.

Beck clareia o tema ao diferenciar a “individualidade” do liberalismo da primeira modernidade em relação à “individualização” da modernidade reflexiva, afirmando que

agora a individualização tem um significado bastante diferente [...] A diferença está no fato de que atualmente as pessoas não estão sendo "libertadas" das certezas feudais e religiosas-transcendentais para o mundo da sociedade industrial, mas sim da sociedade industrial para a turbulência da sociedade de risco global [...] As oportunidades, ameaças, ambivalências da biografia, que anteriormente era possível superar em um grupo familiar, na comunidade da aldeia ou se recorrendo a uma classe ou grupo social, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos<sup>219</sup>.

Portanto, a partir dessas percepções, pode-se verificar que essa “individualização” das biografias estende seus efeitos não somente à vida privada, mas extrapola-os também para o campo político que, ao cabo, tem por consequência a geração de um abismo entre as instituições e os indivíduos, bem como a constituição de uma realidade social fragmentada e em constante mutação. Disso resulta que as instituições políticas, principalmente, se esvaziam de significado para grande parte das pessoas, viabilizando, assim, o renascimento não institucional do político (subpolítica), ultrapassando, portanto, as barreiras das hierarquias formais. Segundo Beck, tal fenômeno é muitas vezes mal compreendido, principalmente por

<sup>214</sup>BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.24.

<sup>215</sup>Idem, p.25.

<sup>216</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1999a, p.43.

<sup>217</sup>BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.25.

<sup>218</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1999a, p.43.

<sup>219</sup>BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.18.

aqueles que vinculam a política ao próprio Estado,<sup>220</sup> deixando de vislumbrar as possibilidades de articulação política autônomas.

Emerge desse contexto, portanto, um mundo duplo, caótico de conflitos, jogos de poder, instrumentos e arenas que se vinculam a duas épocas diferentes: a do “não ambíguo” da modernidade simples, e aquela da modernidade “ambivalente”<sup>221</sup>, gerando evidente déficit entre os problemas gerados pela modernidade e a capacidade de suas instituições em resolvê-los – algo já mencionado. Souza Santos afirma, inclusive, que na modernidade se pode achar tudo que é necessário para formular uma solução, tudo menos a própria solução<sup>222</sup>.

Nesse processo de individualização, diz Bauman, as escolhas biográficas pessoais são dificultadas pelo fato de que o mundo agora possui um gigantesco universo de possibilidades, o que, apesar de ser aparentemente interessante, não permite às pessoas saberem, por falta de referências, se suas decisões foram corretas ou equivocadas, em uma espécie de bênção mista de alegria e dúvida<sup>223</sup>. Giddens acresce que, ao contrário do imaginado pelo Iluminismo e sua confiança no progresso a partir do conhecimento, o mundo vive hoje de uma reiterada “incerteza fabricada”, onde não há alternativa senão fazer escolhas por meio de uma interpretação pessoal ativa do conhecimento especializado, determinando que se deva construir, solitariamente, a própria vida. Não há como negar, portanto, que essa estrutura social faz com que, por exemplo, a pobreza material constitua-se uma dupla discriminação, não somente por resultar na falta de acesso a bens materiais, mas também pela ausência da autonomia autoconstrutiva desfrutada por outros, ou seja, pela impossibilidade de atuar de acordo com a codificação social vigente<sup>224</sup>.

Relativamente a essa pretendida autonomia, é de se lembrar que o capitalismo pesado, ao estilo fordista, era determinado e normatizado por autoridades. Eram estas que ditavam as regras e o ritmo da totalidade da vida, diferindo fundamentalmente da modernidade leve contemporânea que, apesar de não ter abolido as autoridades, permite a co-existência de tantas que elas acabam por se auto-anular, tornando tudo ainda menos previsível<sup>225</sup>. Giddens, reforçando a idéia acima exposta, explica:

O que parece ser atualmente uma questão puramente intelectual - o fato de todas as reivindicações de conhecimento, despojadas da verdade formular, serem possíveis de correção (incluindo quaisquer metadeclarações feitas a respeito deles) - tornou-se uma condição existencial nas sociedades modernas. As conseqüências para o

<sup>220</sup>Idem, p.30.

<sup>221</sup>Idem, p.28.

<sup>222</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.74-75.

<sup>223</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1999a, p.26.

<sup>224</sup>GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., 1995, p.219-223.

<sup>225</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1999a, p.76.

indivíduo leigo, assim como para a cultura como um todo, são ao mesmo tempo liberadoras e perturbadoras. Libertadoras, pois a obediência a uma única fonte de autoridade é opressiva; provocadora de ansiedade, porque o chão desaparece sob os pés do indivíduo.<sup>226</sup>

Essa percepção do autor pode ser utilizada como base de interpretação de diversas situações vistas no cotidiano, quando decisões que são tomadas com base em um conhecimento especializado de uma determinada época posteriormente se revelam equivocadas diante de uma nova descoberta, que também não será, necessariamente, a definitivamente certa. Como decidir corretamente, ou ter a percepção que assim se decidiu, em um ambiente de tal ambigüidade? A incerteza, então, é a regra.

Exemplarmente, tem-se que uma determinada área do conhecimento científico, que busca a clareza e certeza de suas afirmações, ao aceitar a profundidade e contradições da própria construção teórica, se agir honestamente chegará paradoxalmente à conclusão de impossibilidade de se alcançar a meta científica de uma “verdade”. Estes antagonismos vão, dessa maneira, causar impactos nos guardiões da racionalidade, os especialistas, já que se questiona o quanto as atividades alternativas afetam e até irrompem as fileiras da racionalidade especializada. Souza Santos sustenta, nesse sentido, que os métodos científicos

são ambíguos, e seu uso é aceite apenas com base em muitas premissas de assentimento no seio da comunidade científica, as quais constituem a “componente tácita” do conhecimento. Pode-se, assim, concluir-se que a verdade científica é uma “verdade fiduciária” baseada na determinação da credibilidade dos cientistas e da genuinidade das suas motivações. Não há outras garantias “mais objetivas” do que esta fíducia<sup>227</sup>.

Por todos esses aspectos, um duplo processo, caracterizado pela necessidade de decisões individuais autônomas e a ausência de autoridades confiáveis a se seguir, faz com que as pessoas passem a estabelecer como parâmetro para si a vida de outras pessoas, cujas experiências práticas talvez possam ter alguma serventia às suas próprias vidas. O que se busca hoje, portanto, são exemplos – e não líderes – na esperança de que o conhecimento das experiências de outros indivíduos os auxilie na solitária tarefa de autoconstrução<sup>228</sup>.

Como consequência explícita, programas de TV trazem ao público assuntos que antes eram ocultos nas vidas privadas, tornando dizível até então indizível, em um ritual de exorcismo que permite agora que se fale de coisas que estavam destinadas ao sofrimento

<sup>226</sup>GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., 1995, p.108.

<sup>227</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.101.

<sup>228</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1999a, p.84

silencioso<sup>229</sup>. Segundo Bauman, questões desse tipo têm levado ao desaparecimento da “política como a conhecemos”, pois os problemas privados, ainda que apresentados publicamente, não deixam de ser privados, ao mesmo tempo em que expulsa questões públicas verdadeiras<sup>230</sup>.

Esse amplo contexto de incertezas e generalizada depressão, aliado ao desemprego em massa, mina a autoconfiança do povo e sugere o ressurgimento de antigas estruturas da industrialização, cujas características, entretanto, são incompatíveis e insuficientes com a ambivalência contemporânea. Deste modo, o que parece restar é o contentamento unicamente com o próprio caminho, não se almejando um grande “prêmio” ao fim da caminhada da vida, como objetivo a ser alcançado. Não há mais aonde chegar. O arquétipo dessa situação pode ser representado, em uma analogia bastante apropriada, pela atividade de comprar, pois seu código parece dominar e povoar por completo a “política-vida”, tendo seus elementos e características extrapolados ao cotidiano. Além disso – conforme já dito sobre o trabalho nas sociedades da informação – todos precisam, cada vez mais, de “competências” para alcançar o sucesso, processo que acaba ocorrendo, entretanto, por uma série de “compras” decididas diante de uma imensa lista de possibilidades, envolvendo as pessoas, assim, muito mais em torno de um papel de “consumidor” que de “produtor”<sup>231</sup>.

Como produtores, na modernidade simples, precisava-se apenas estar “conforme” as normas, ou seja, tinha-se como referência o nível dos “vizinhos”, um padrão médio que oferecia, uma vez alcançado, relativo conforto. No papel contemporâneo de consumidores, por outro lado, a orientação se dá pelos desejos e querer voláteis e ninguém mais pode ser referência para o sucesso, pois aquelas múltiplas opções de “compras” apresentam variáveis tão extensas que tornam impossível a comparação<sup>232</sup>. Como ressalta Beck,

há um desejo generalizado no mundo ocidental hoje que induz “uma vida por si mesmo”. Se um viajante na França, Finlândia, Polônia, Suíça, Inglaterra, Alemanha, Hungria, EUA ou Canadá perguntar o que move as pessoas lá, os objetivos pelos quais eles se esforçam e lutam, a resposta deve ser dinheiro, trabalho, poder, amor, Deus ou seja o que for, mas também será, cada vez mais, a promessa de “uma vida própria”. Dinheiro significa seu dinheiro, espaço significa seu espaço, de maneira que até mesmo as mais elementares coisas da vida você chame de seu. Amor, casamento e paternidade são condicionados a estarem ligados à propriedade individual, à história de vida centrífuga. Seria apenas um pequeno exagero dizer que

---

<sup>229</sup>Idem, p.82

<sup>230</sup>Idem, p.83

<sup>231</sup>Idem, p.86-87.

<sup>232</sup>Idem, p.87-90.

a luta por uma vida em particular tenha se tornado uma experiência coletiva do mundo ocidental. Isso representa os resquícios de nossos sentimentos comuns<sup>233</sup>.

Agrega-se a esse processo, ainda, a pretensão das pessoas de construírem suas vidas aos moldes de uma “obra de arte”, uma tentativa constante pela criação daquela “vida própria” citada por Beck, de forma que gere um mínimo de segurança ante as incertezas estruturais. Como não existem líderes nem padrões, as identidades dos “outros” passam a ser observadas com a finalidade de se buscar algum tipo de orientação pela experiência alheia, a qual, à distância, sempre parece sólida. Enquanto isso, a própria identidade, experimentada e vivida, em contraste com a perfeição da identidade alheia, somente se consegue manter íntegra se as pessoas permitirem-se utilizar um “adesivo da fantasia”, única maneira de superar o abismo entre a percepção da identidade idealizada do outro e a imperfeita identidade própria conhecida<sup>234</sup>.

Em razão dessa instabilidade de identidades, o caminho para sua realização, hoje em dia, é determinada caracteristicamente pela capacidade das pessoas de “irem às compras”, de ter acesso às infinitas escolhas que lhes são proporcionadas. A partilha coletiva dessa experiência absolutamente individual passa a ser condição necessária da vida. É uma tarefa em certo sentido coletiva, mas que deve ser realizada por cada um em condições diferentes, induzindo à competição e diminuindo a capacidade de cooperação e solidariedade<sup>235</sup>. Como síntese da exposição, lembra-se as palavras de Bauman:

Há um desagradável ar de impotência no temperado caldo da liberdade preparado no caldeirão da individualização; essa impotência é sentida como ainda mais odiosa, frustrante e perturbadora em vista do aumento de poder que se esperava que a liberdade trouxesse. Quem sabe não seria um remédio manter-se, como no passado, ombro a ombro e marchar unidos? [...] O problema é, porém, que essa convergência e condensação das queixas individuais em interesses compartilhados, e depois em ação conjunta, é uma tarefa assustadora, dado que as aflições mais comuns dos "indivíduos por fatalidade" nos dias de hoje são *não aditivas*, não podem ser "somadas" numa "causa comum"<sup>236</sup>.

---

<sup>233</sup>BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **Individualization**: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences. London: Sage, 2002, p. 22. Tradução livre de: “There is hardly a desire more widespread in the West today than to lead ‘a life of your own’. If a traveler in France, Finland, Poland, Switzerland, Britain, Germany, Hungary, the USA or Canada asks what really moves people there, what they strive and struggle to achieve, the answer may be money. Work, power, love, God or whatever, but it would also be, more and more, the promise of ‘a life of one’s own’. Money means your own money. Space means your own space. Even in the elementary sense of a precondition for a life you can call your own. Love, marriage and parenthood are required to bind and hold together the individual’s own, centrifugal life story. It would be only a slight exaggeration to say that the daily struggle for a life of one’s own has become the collective experience of the Western world. It expresses the remnant of our communal feeling”.

<sup>234</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1999a, p.97-98.

<sup>235</sup>Idem, p.106.

<sup>236</sup>Idem, p.44.



Por isso, no processo de “individualização”, a articulação política de interesses comuns é inviabilizada, dificultando a defesa de interesses públicos e enfraquecendo as instituições envolvidas. Essa individualização compulsória, entretanto, está contida em um fenômeno maior, onde a reflexão da própria condição é fator fundamental, como visto no início deste Capítulo. Assim, onde a individualização de fato ocorre, surge o que Beck chamou de “cultura da própria vida” ou “cultura-própria”, que adquire um duplo sentido por envolver tanto o reconhecimento de si mesmo quanto a indução de auto-orientação dos indivíduos – uns contra os outros<sup>237</sup>.

De forma complementar, Pierre Lévy descreve e sintetiza com propriedade o contexto de individualização das biografias e ausências de modelos e padrões, o qual resulta na fragmentação da estrutura social. Afirma Lévy que

nós não nos apegamos mais a um trabalho do que a uma nação ou uma identidade qualquer. Mudamos de regime alimentar, de trabalho, de religião. Saltamos de uma existência a outra, inventamos continuamente nossa atividade e nossa vida. Somos instáveis tanto em nossa vida familiar como em nossa vida profissional. Nós nos casamos com pessoas de outras culturas e de outros cultos. Não somos infieis, somos móveis. Nossa identidade é cada vez mais problemática. Empregado? Patrão? Trabalhador autônomo? Pai? Filho? Amigo? Amante? Marido? Mulher? Homem? Nada é simples. Tudo deve cada vez mais ser inventado. Não temos modelos. Somos os primeiros a entrar em um espaço completamente novo. Entramos no futuro que inventamos percorrendo a passos largos nosso planeta<sup>238</sup>.

Por essas razões, os atores sociais excluídos que resistem à individualização da identidade nesse contexto de fluxo global buscam nas comunas culturais religiosa, nacional ou territorial as principais alternativas para construção de significado, ou seja, as novas identidades são decorrentes de uma construção social que se organiza na órbita de “um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de auto-identificação: a comunidade de fiéis, os ícones do nacionalismo, a geografia do local”<sup>239</sup>. Como reforça Castells,

quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar a tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica. Quando o sustentáculo patriarcal da personalidade desmorona, as pessoas passam a reafirmar o valor transcendental da família e da comunidade como sendo a vontade de Deus<sup>240</sup>.

<sup>237</sup>BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. Op. cit., p.42.

<sup>238</sup>LÉVY, Pierre. **A conexão planetária**. o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: 34, 2001, p.17-18.

<sup>239</sup>CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2), p.84.

<sup>240</sup>Idem, p.85.

Uma surgente forma de relação social, baseada nas novas identidades, encontra-se no horizonte das sociedades da informação e do conhecimento, que articula novos conceitos sociais de tempo e espaço, com significativos impactos para a política e a democracia, conforme será visto a seguir.

### 2.1.2.2 Uma nova relação tempo-espaço

Estado, sociedade, identidades, política, democracia e globalização são termos manipulados em um ambiente equacionado em termos de tempo-espaço, ou seja, são construídos a partir de diversas noções de organização espaço-temporal das relações sociais. Espaço e tempo, portanto, possuem significados construídos socialmente, apresentando-se como as principais dimensões de articulação da vida humana: o espaço organiza o tempo na sociedade - sendo certo que ambos estão se transformando por meio do novo paradigma da informação e dos novos processos sociais<sup>241</sup>.

É importante perceber esse fato de que a relação entre o tempo e o espaço constitui-se nas coordenadas básicas dos sistemas de representação, eis que todo meio de representação deve traduzir seu objeto nessas dimensões. Dessa forma, diferentes épocas combinam essas coordenadas de maneiras diversas<sup>242</sup>, gerando uma estruturação histórica típica e - nas atuais características da pós-modernidade - identidades fragmentadas.

Isso porque, uma vez que a identidade está intimamente ligada ao processo de representação, a moldagem e a remoldagem das relações espaço-tempo simbólicos têm efeitos profundos no estabelecimento dessas identidades<sup>243</sup>. Afinal, elas são decorrentes do que Edward Said chama de “geografias imaginárias”, que fornece aos indivíduos um senso de “lugar”, de “casa/lar”, assim como sua localização no tempo por meio de tradições inventadas que ligam o seu presente ao seu passado<sup>244</sup>.

Uma vez que o desenvolvimento das tecnologias nas últimas décadas modificou a maneira como as pessoas se relacionam, seja na esfera pública ou privada, bem como alterou a percepção do tempo e do espaço, modificando a maneira como se constrói e se articulam as

---

<sup>241</sup>CASTELLS Manuel. Op. cit., 1999, p.67.

<sup>242</sup>HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, p.70.

<sup>243</sup>Idem, p.71.

<sup>244</sup>SAID, Edward. Narrative and Geography. **Nel Lef Review**, n.180, mar./abr. 1990, p. 81-100, *Apud* HALL, Stuart. Op. cit., p.71-72.

identidades básicas, não é difícil concluir que *as conseqüências sociais* da Era da Informação *são amplas e profundas*, conforme será visto nas considerações a seguir expostas.

#### 2.1.2.2.1 O ser nos espaços de fluxos de tempos intemporais

Como mencionado acima, as sociedades da informação e do conhecimento conheceram uma modificação estrutural do espaço e do tempo. Novas formas de poder, controle e influência surgiram no horizonte mundial, estabelecendo uma clara divisão entre os que navegam nos espaços de fluxos de tempos intemporais e aqueles que permanecem presos ao espaço geográfico de tempo cronológico. Essa dissociação passa a caracterizar a Era da Informação. Nesse sentido, Castells, que estruturou a proposição acima, afirma que

há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: os espaços de fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade<sup>245</sup>.

É de se lembrar, como exemplo típico dessas modificações, o preponderante processo de transformações econômicas mundiais, característico das estruturas reglobalizantes contemporâneas, a partir do qual ocorreu uma contínua expansão espacial da influência dos grupos econômicos mundiais, o que somente foi possível com o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias. Nesse contexto, o crescimento mundial fez o sistema capitalista necessitar de serviços avançados, que terminaram por se organizar em cidades às quais pode se chamar de *novas unidades do sistema*, interligadas e unificadas por meio das TICs. Na verdade, o mercado tornou obrigatória uma constelação de serviços que se complementam e que, ao final, impulsionam a inovação, que é o motor das economias avançadas<sup>246</sup> e que sustenta o crescimento econômico (com o ganho de produtividade<sup>247</sup>).

Segundo Castells, na condição de um dos elementos fundamentais à alteração da construção social da relação tempo/espaço contemporânea, essa necessidade de serviços avançados induziu a constituição de um fenômeno que altera a forma como as pessoas vivem

---

<sup>245</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.501.

<sup>246</sup>Idem, p.478.

<sup>247</sup>Idem, p.120.

e trabalham, que é o surgimento das chamadas “cidades globais”, as quais são organizações urbanas chaves que funcionam como grandes nós das relações em rede, articulando e concentrando competências e capacidades laborativas. Essas cidades globais são núcleos que geralmente coincidem e dependem da aglomeração em alguns importantes centros metropolitanos<sup>248</sup>. Friedman e Wolff, sobre o tema, assim propõem:

Nosso argumento é relativamente simples. Desde a Segunda Grande Guerra, acelerou muito o processo pelo qual as instituições capitalistas têm se livrado das limitações nacionais e criado por elas mesmas uma organização mundial dos mercados e da produção. Os principais atores responsáveis pela reorganização do mapa do mundo econômico são as corporações transnacionais, elas mesmas em conflito ácido e canibal pelo controle do espaço econômico. O sistema econômico global assume sua forma material em localidades particulares, tipicamente urbanas, que são ligadas ao sistema global de variadas formas. O modo específico de sua integração com esse sistema faz surgir uma hierarquia urbana de influência e controle. No alto desta hierarquia é encontrado um pequeno número de extensas regiões urbanas que nós podemos chamar de cidades globais. Fortemente interconectadas entre si por meio da tomada de decisões e das finanças, elas constituem o sistema mundial de controle sobre a produção e expansão do mercado<sup>249</sup>.

Nesse sentido, percebe-se que essa rede de serviços globais é extensa e complexa e, assim, a execução dos serviços avançados que lhe dão suporte fica dependente do fácil acesso a trabalhadores e fornecedores, quando e quantas vezes forem necessárias em cada situação específica, demonstrando que a cidade global já não é um lugar, mas um processo. Ou seja, ainda que as relações ocorram em nível global, a concentração espacial de conhecimentos tem o efeito facilitador de soluções tecnológicas avançadas. Foram esses serviços avançados e globalmente interligados que permitiram a criação de um novo espaço industrial, que possui capacidade organizacional e tecnológica para estabelecer a produção por unidades separadas fisicamente, mas ligadas pela telecomunicação, como visto no primeiro capítulo. Esse processo precisa de uma relação de produção em que a cultura compartilhada gere uma

---

<sup>248</sup>Idem, p.481-483.

<sup>249</sup>FRIEDMAN, John; WOLFF, Goetz. World City Formation: an agenda for research and action. In: BRENNER, Neil; KEIL, Roger (Orgs.). **The Global Cities Reader**. London: Routledge, 2006, p.58. Tradução livre de: “Our argument is a relatively simple one. Since the Second World War, the processes by which capitalist institutions have freed themselves from national constraints and have proceeded to organize global production and markets for their own intrinsic purposes have greatly accelerated. The actors principally responsible for reorganizing the economic map of the world are the transnational corporations, themselves in bitter and cannibalistic conflict for the control of economic space. The emerging global system of economic relations assumes its material form in particular, typically urban, localities that are enmeshed with the global system in a variety of ways. The specific mode of their integration with this system gives rise to an urban hierarchy of influence and control. At the apex of this hierarchy are found a small number of massive urban regions that we shall call world cities. Tightly interconnected with each other through decision-making and finance, they constitute a worldwide system of control over production and market expansion”.

sinergia, decorrente da interação dos elementos do meio, que resulte em inovações tecnológicas para todo o sistema<sup>250</sup>.

Eis porque as grandes metrópoles do mundo continuam a acumular fatores que induzem à inovação, não obstante parecer ser possível que, mediante as condições apropriadas, essa tendência possa ser alterada. Essas condições referem-se à concentração dos ingredientes que permitam a citada sinergia, em uma articulação entre o local e global. De toda forma, *ainda que alguns serviços avançados sejam concentrados em “cidades globais”*, o novo espaço industrial é horizontal, *caracterizado pela descontinuidade geográfica* e organizado por *fluxos de informações*, paradoxalmente reunindo e separando seus componentes territoriais. A nova condição tecnológica também permite a dissociação da proximidade espacial com o trabalho, com as compras, com o entretenimento e com os serviços públicos, em semelhante processo de dispersão e concentração espacial simultâneas, tendo a casa como seu centro<sup>251</sup>.

Mesmo não representando o fim das cidades, tal fato tem real impacto no espaço urbano. Portanto, a cidade informacional, decorrente da nova sociedade em rede baseada no conhecimento, caracteriza-se pelo domínio do espaço de fluxos, representado principalmente pelas megacidades, que são seus pontos nodais. Assim ocorre porque o novo espaço, por ser o suporte material das práticas globalizadas de tempo compartilhado, faz construir também um novo conceito de tempo. Isso pode ocorrer, aliás, em paralelo à manutenção de outros conceitos de espaço-tempo que lhe são anteriores<sup>252</sup>.

Nesse sentido, o espaço de fluxos possui como suporte uma camada microeletrônica, que oferece a base para essas relações sociais simultâneas, além de ser composto por outra camada constituída por seus nós de comunicação, que são centros localizados de funções estratégicas. Por fim, o espaço de fluxos é constituído por uma camada de organização espacial ordenada pelas elites gerenciais dominantes, que determinam a direção em que o espaço é articulado<sup>253</sup>. Em verdade,

a forma fundamental de dominação de nossa sociedade baseia-se na capacidade organizacional da elite dominante que segue de mãos dadas com sua capacidade de desorganizar os grupos da sociedade que, embora constituam maioria numérica, vêem (se é que vêem) seus interesses parcialmente representados apenas dentro da estrutura do atendimento dos interesses dominantes. A articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser os mecanismos gêmeos de dominação social em nossas sociedades. O espaço desempenha papel fundamental

---

<sup>250</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.476-483.

<sup>251</sup>Idem, p.482-483.

<sup>252</sup>Idem, p.487-500.

<sup>253</sup>Idem, p.501.

nesse mecanismo. Em resumo: as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história<sup>254</sup>.

Por exposto, vê-se que a *maioria das pessoas* tem seu *espaço organizado em lugares*, enquanto o *poder* está organizado no *espaço de fluxos* – o que estabelece uma esquizofrenia entre as duas lógicas com o potencial de romper os canais de comunicação na sociedade. Para que isso não ocorra, Castells sugere que devem ser construídas pontes culturais, políticas e físicas entre os dois espaços, evitando a estruturação da vida em universos paralelos do hiperespaço social<sup>255</sup>. Essa circunstância difere fundamentalmente do que existia na era da modernidade pesada, onde o poder baseava-se na territorialidade e no princípio mencionado por Bauman do “quanto maior, melhor” – maiores fábricas, imóveis, países. A rotina normatizada prendia o trabalhador ao solo. Porém, da mesma forma, os prédios e maquinários igualmente acorrentavam o capital, o qual, ainda que pretendesse ser o controlador, estava por esse fato limitado<sup>256</sup>.

Contudo, no capitalismo de “software” de hoje, nessa nova modernidade “leve”, o espaço pode ser atravessado em “tempo nenhum”, cancelando a diferença do longe e do perto, desvalorizando o espaço e desprivilegiando qualquer lugar em específico. Quem tem o domínio desse novo tempo e se move com rapidez, manda, e os que permanecem presos ao lugar, obedecem. Assim, o capital finalmente se desvinculou das responsabilidades com um lugar em especial, podendo, agora descorporificado, viajar esperançoso e confiante, enquanto o trabalho, como antes, é irrealizável isoladamente<sup>257</sup>, ou seja, “a libertação do capital em relação ao tempo e a fuga da cultura ao relógio são decisivamente facilitadas pelas novas tecnologias da informação e embutidas na estrutura da sociedade em rede”<sup>258</sup>.

Portanto, a divergência entre espaços (uma hierarquia entre as cidades globais) não é a única dissonância na estrutura de representação das sociedades contemporâneas – há também, como visto, a dissonância temporal, representada pela intemporalidade do tempo *versus* o tempo cronológico. Na verdade, ainda que as sociedades permaneçam dominadas pelo conceito cronológico do tempo, um tempo linear, irreversível, mensurável e previsível, o que ocorre agora é que esse tempo passa por uma relativização na sociedade em rede,

---

<sup>254</sup>Idem, p.504-505.

<sup>255</sup>Idem, p.518.

<sup>256</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2001, p.132.

<sup>257</sup>Idem, p.132-141.

<sup>258</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.526.

havendo uma perceptível aceleração e compressão desse tempo em todos os domínios da atividade humana<sup>259</sup>.

A situação mais evidente desse fenômeno é a circulação global de capital, onde as transações são praticamente instantâneas. Essa invalidação e manipulação do tempo pelos mercados globais é a fonte principal das crises financeiras que adentram o século XXI. A empresa em rede igualmente exerce esse controle do tempo, uma vez que este é gerenciado com recursos não-lineares, flexibilizando-o como fator diferencial em relação à temporalidade de outras empresas, redes, processos ou produtos<sup>260</sup>. Tal flexibilidade temporal também ocorre na estrutura laboral, que encolhe em número de horas por trabalhador e altera a forma de sua prestação. Há uma diversificação do tempo e horários de trabalho, de acordo com as empresas, redes, empregos, ocupações e características dos trabalhadores, de maneira que há uma tendência de que o tempo de serviço perca sua centralidade ao longo do ciclo de vida<sup>261</sup>.

Ainda como exemplo da contemporânea manipulação do tempo, há uma evidente ruptura do ritmo biológico e social, caracterizada principalmente pelas crescentes possibilidades de controle da reprodução e aumento da média de vida dos indivíduos. Como consequência, vê-se que, agora, as pessoas mais velhas possuem condições sociais e estágios biológicos de naturezas diversificadíssimas, a depender do capital social, cultural e relacional acumulado durante a sua vida<sup>262</sup>. Na outra ponta, a reprodução é cada vez mais controlada, havendo uma separação entre a reprodução biológica tradicional e a nova proposta de reprodução como resultado de uma livre escolha, hoje possível em razão das novas tecnologias de inseminação. Todos esses elementos demonstram que se caminha para eliminação do fundamento biológico no ciclo de vida, tendo por consequência a invalidação do tempo biológico humano, que é substituído por um momento de decisão existencial<sup>263</sup>.

Além disso, com o avanço das ciências médicas e o desvendar dos segredos da vida, permite-se ao ser humano a ousadia de desafiar e negar a morte, ousadia esta representada tanto pela indústria da “vida saudável” como também pela boa-fé incansável dos médicos que tentam, tanto quanto possível, afastar o fim inevitável do ser humano. Mantendo essas crenças por tempo suficiente, cria-se uma eternidade na existência terrena, exceto, é claro, como diz Castells, “naquele breve momento quando somos rodeados pela luz”<sup>264</sup>.

---

<sup>259</sup>Idem, p.525-526.

<sup>260</sup>Idem, p.529.

<sup>261</sup>Idem, p.531-538.

<sup>262</sup>Idem, p.538-539.

<sup>263</sup>Idem, p.539-542.

<sup>264</sup>Idem, p.544-547.

Por todas as razões até agora expostas, a ordem dos eventos acaba por perder o ritmo cronológico, organizando-se em seqüências temporais condicionadas à sua utilização. Eis a razão pela qual, nas sociedades atuais, se constitui, ao mesmo tempo, uma *cultura do eterno* e do *efêmero*, cuja característica de “intemporalidade” externaliza-se por formas de expressão recorrentes na cultura contemporânea, a exemplo dos videocliques e dos sons do espiritualismo eletrônico. Essa intemporalidade acontece, portanto, quando o paradigma informacional e a sociedade em rede determinam uma desordem sistêmica na ordem seqüencial de fenômenos ocorridos em um dado contexto<sup>265</sup>.

Essa confusão surge porque, conforme mencionado anteriormente, o *tempo intemporal* pertence ao *espaço de fluxos*, enquanto o *tempo biológico* caracteriza os *lugares*, ou seja, fluxos induzem tempo intemporal, enquanto lugares estão presos ao tempo biológico. O que fica evidente, pelo dito, é que *há uma diferenciação conflituosa entre interesses sociais opostos, o que equivale a uma luta pelo poder*<sup>266</sup>, já que instantaneidade e mobilidade de uns resultam na sua capacidade de impor o ritmo e a direção a outros.

Em síntese, *o novo ser pós-moderno transita entre dois mundos espacial e temporalmente diferentes* – um estático e outro dinâmico – e sua capacidade de lidar com essa estruturação é determinante para consolidar sua posição na hierarquia social. O espaço de fluxos e o tempo intemporal são dominados pelas empresas e pelo capital mundial, tornando-os inalcançáveis e inatingíveis, em contraste com a dificuldade de difusão desse modelo aos indivíduos e ao Estado-nação, que terminam por ficar em desvantagem na divisão mundial do poder. Especificamente em relação às pessoas, que permanecem se relacionando no espaço geográfico, há também outro nível de alterações substanciais que impactam sua forma de articulação política e de defesa de interesses coletivos. É o que se verá a seguir.

#### **2.1.2.2.2 Civilidade e relações interpessoais no espaço público local**

Como visto, os indivíduos ainda convivem, primordialmente, em uma localidade. Por essa razão a vida na cidade, no espaço geográfico, permanece exigindo a habilidade da “civilidade”, que é a atividade das pessoas estarem juntas, em um ato de engajamento e participação nos espaços públicos, constituindo-se em uma tarefa compartilhada para o bem

---

<sup>265</sup>Idem, p.556.

<sup>266</sup>Idem, p.557.



comum sem que haja obrigação de retirada da máscara social ou de expressão de sentimentos e angústias<sup>267</sup>. Em outras palavras, a civilidade é a capacidade dos indivíduos de representarem papéis sociais que garantam uma estrutura básica de convivência.

Hoje, diversos espaços cumprem essa função, ainda que o façam de forma muito diferente de outros tempos. Os centros de consumo, por exemplo, menos do que lugar de interação, demonstram ser espaços de exercício de uma tarefa eminentemente individual (a compra), constituindo-se, dessa forma, um *locus* onde as pessoas são chamadas a descartar seus laços, aonde elas não vão para socializar-se, pois carregam consigo as companhias que querem gozar<sup>268</sup>. Isso significa que “o espaço público - o local de encontro para a cultura - quase desapareceu, engolido por um novo conceito radical na agregação humana galgada nas relações comerciais”<sup>269</sup>.

Nestes locais de consumo, aliás, cria-se artificialmente um sentimento de conforto, com a suposição de que “somos todos iguais” e de que “temos a mesma intenção”, *como se* as pessoas fizessem parte de uma *comunidade*, porém estrategicamente evitando que os mesmos possam se confrontar com a diferença, a alteridade do outro completamente outro ou um modo diferente de viver. Portanto, o espaço público é povoado por lugares onde não se precisa enfrentar a diferença, onde não há abordagens pessoais desnecessárias e, portanto, a civilidade se torna fácil<sup>270</sup>. É também nesse sentido que se observa o fato de que “a esfera pública aberta de antigos corpos políticos liberais, o espaço criado para discussão e debates públicos cederam cada vez mais terreno à esfera administrada, dominada pela perícia técnica e por conceitos estreitos de racionalidade útil”<sup>271</sup>.

Esse processo de afastar o diferente, de evitar a chance de se encontrar estranhos além da superficialidade, segundo Claude Lévi-Strauss, utiliza duas estratégias: uma antropofágica e outra antropeômica – a primeira objetivando a aniquilação dos “outros” e a segunda a suspensão de sua alteridade<sup>272</sup>. Assim é que se constituem os “não-lugares” e os “espaços vazios”, utilizando-se a nomenclatura proposta por aquele autor. Os *não-lugares* possuem uma característica pública – como ocorre com o *La Défense*, o principal distrito de negócios de Paris – e têm uma estrutura que faz com que os estranhos possuam presença meramente física, ou seja, é dispensado o domínio da civilidade, pois não há viabilidade de encontros e interações: são apenas lugares de passagem, de trânsito, de encontros efêmeros e

---

<sup>267</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2001, p.112.

<sup>268</sup>Idem, p.114.

<sup>269</sup>RIFKIN, Jeremy. Op. cit., p.124.

<sup>270</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2001, p.116-117.

<sup>271</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.45.

<sup>272</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2001, p.118.

superficiais<sup>273</sup>. Os *espaços vazios*, por outro lado, são aqueles lugares em que, por se constituírem áreas habitadas por pessoas totalmente “outras”, são apagadas dos mapas mentais, cuja exclusão faz os demais lugares se encherem de significado. São, por exemplo, os bairros evitados e totalmente ignorados, onde sequer se cogita a possibilidade de ingresso e que, portanto, não fazem parte da geografia imaginária que constitui a identidade do indivíduo<sup>274</sup>.

A constituição desses espaços resulta no afastamento da arte da civilidade, ou seja, da capacidade de interagir com o estranho sem que a diferença seja utilizada de forma desconfortável. Isso porque essa capacidade de interação com o “diferente” não se obtém facilmente, senão com estudo e exercício, enquanto a *incapacidade* de enfrentar a pluralidade se autoperpetua e se reforça<sup>275</sup>.

Dessa maneira, diante da ruptura comunicativa, a principal forma de se garantir a fuga para um “nicho seguro” quando “ninguém sabe falar com ninguém” é a origem étnica, que tem ares de “natural”, onde “todos são parecidos com todos” e a “fala é fácil”. Assim, a política passa a ser uma valorização da “identidade” em detrimento dos “interesses comuns”, importando o que se é e não o que se faz. É a instituição da patologia do espaço público e, conseqüentemente, da política, com o esvaziamento do diálogo e da negociação<sup>276</sup>. O que se vê no espaço público hoje, portanto, é uma constelação de “zonas vivas” ou “zonas domesticadas”, como a dos distritos empresariais centrais urbanos, e de “zonas mortas” ou “zonas selvagens” dos guetos<sup>277</sup>. Em síntese,

esperava-se que o perigo viesse e os golpes fossem desferidos do lado “público”, sempre pronto a invadir e colonizar o “privado”, o “subjetivo”, o “individual”. Muito menos atenção – quase nenhuma – foi dada aos perigos que se ocultavam no estreitamento e esvaziamento do espaço público e à possibilidade da invasão inversa: a colonização da esfera pública pela privada. E no entanto essa eventualidade subestimada e subdiscutida se tornou hoje o principal obstáculo à emancipação, que em seu estágio presente só pode ser descrita como a tarefa de transformar a autonomia individual *de jure* numa autonomia *de facto*. O poder político implica uma liberdade individual *incompleta*, mas sua retirada ou desaparecimento prenuncia a *impotência prática* da liberdade legalmente vitoriosa [...] *A verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da “esfera pública” e do “poder público”*. Agora é a esfera pública que precisa desesperadamente de

<sup>273</sup> Idem, p.119-120.

<sup>274</sup> Idem, p.120-122.

<sup>275</sup> Idem, p.122-123.

<sup>276</sup> Idem, p.125-127.

<sup>277</sup> BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.161.

defesa contra o invasor privado – ainda que, paradoxalmente, não para reduzir, mas para viabilizar a liberdade individual<sup>278</sup>.

Como consequência, pode-se imaginar que as relações políticas e os sistemas democráticos são diretamente influenciados e condicionados por um profundo fenômeno contemporâneo: as novas identidades.

### 2.1.3 Ideais emancipatórios das novas identidades

Trata-se aqui de se apresentar uma descrição teórica sobre a questão da identidade – tema amplamente debatido na teoria social – e sua influência para os procedimentos democráticos. Esse debate ocorre, principalmente, tendo em vista o fato de que as “velhas” identidades estão em declínio e, em seu lugar, novas identidades fragmentárias aparecem – o que caracteriza uma “crise de identidade”. Esse fenômeno faz parte do processo mais amplo de transformação das sociedades e que abala as referências que ofereciam aos indivíduos uma âncora estável no mundo social<sup>279</sup>.

O que se percebe é que a mudança estrutural mencionada está fragmentando não somente as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, raça e nacionalidade, mas também tem modificado as identidades pessoais, causando uma “descentração” dos sujeitos e a perda de um “sentido em si”<sup>280</sup>. A compressão do espaço-tempo, conforme mencionado anteriormente, tem um impacto significativo sobre as pessoas, principalmente no que se refere ao enfraquecimento das formas nacionais de identidade cultural, em uma fragmentação de códigos culturais e multiplicação de estilos que oferecem ênfase ao efêmero, ao impermanente e ao pluralismo cultural<sup>281</sup>.

Diante da importância do tema para uma compreensão das sociedades atuais, Castells, após discutir as razões que o permitem entender existir hoje uma “Sociedade em Rede”, passa a discorrer sobre qual o papel jogado pelas identidades coletivas no mundo pós-moderno. Isso porque, como dito, uma nova forma de organização social está sendo difundida em todo mundo, abalando instituições e transformando culturas. Essa transformação se dá sob o signo da globalização, que por sua vez é desafiada por expressões poderosas de identidades

---

<sup>278</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2001, p.62.

<sup>279</sup>HALL, Stuart. Op. cit., 2007, p.7.

<sup>280</sup>Idem, p.9.

<sup>281</sup>Idem, p.70-74.

coletivas, as quais questionam o Estado-nação e colocam em xeque a noção de democracia política tradicional<sup>282</sup>.

Trata-se de um fenômeno que sugere a adoção de um novo contrato social, exigindo não somente a construção de um novo paradigma, mas também de outra agenda mundial<sup>283</sup>. Portanto, a sociedade informacional, estruturando em rede sua economia, cultura e política, confronta-se com a resistência de movimentos sociais organizados em torno de interesses comuns radicais (etnia, território, ambiente, sexualidade, região). Um verdadeiro embate entre a sociedade em rede e o poder da identidade<sup>284</sup>.

Entretanto, conforme mencionado por Docker e Fisher, esse discurso da identidade é tão antigo como a própria modernidade. Em tempos pré-modernos, a identidade não era um problema, sendo imperceptível por derivar e ligar-se a uma posição social fixa, definida por uma clara e rígida hierarquia. De acordo com a famosa parábola de Hegel, tanto o “mestre” quanto o “subordinado” tinham conhecimento de sua interdependência e não havia dúvidas quanto à sua auto-identificação – mesmo quando havia ímpetos que se traduziam em insubordinação. Em outras palavras, na sociedade européia pré-moderna, se valorizava as pessoas pelo que elas eram e pela auto-identidade construída em razão da posição social – e isto não era colocado em dúvida<sup>285</sup>.

Hoje, essa construção social é diferente, e tal ocorre por uma série de razões: seja pela individualização das biografias, seja pelo retorno a referências culturais radicais em busca de segurança, seja pela nova forma de organização fragmentária em rede dos interesses sociais, ou por outros fatores já mencionados. Em verdade, as identidades são fonte de significado e experiência de um povo e, na sociedade em rede, esse significado, que é a identificação simbólica dos atores sociais, geralmente organiza-se em torno de uma identidade primária, de caráter defensivo, em torno de princípios comunais<sup>286</sup>. Isso ocorre apesar do fato de que tanto o liberalismo quanto o marxismo imaginavam que o local e o particular seriam substituídos por identidades universalistas e cosmopolitas, ou seja, de acordo com essas “metanarrativas” da modernidade, o apego à tradição, às raízes e aos mitos nacionais seria substituído por

---

<sup>282</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.17-18.

<sup>283</sup>MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p.454.

<sup>284</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.131-136.

<sup>285</sup>DOCKER, John; FISCHER, Gerhard. **Race, Colour and Identity in Australia and New Zealand**. Sydney: University of New South Wales, 2000, p.4.

<sup>286</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.27.

identidades racionais e universalistas. Não é o que está ocorrendo com a globalização, pois suas conseqüências são muito mais contraditórias<sup>287</sup>.

Nesse sentido, como será apresentado a seguir, o tema da identidade não é questão secundária, mas primordial na compreensão da dinâmica social contemporânea. Pode ser dito, inclusive, que as modificações na constituição das identidades e a globalização são elementos dialéticos do local e do global, uma vez que as transformações em aspectos íntimos da vida se ligam à formação de amplas conexões sociais, pois “o nível do distanciamento tempo-espaco introduzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história humana, ‘eu’ e ‘sociedade’ estão inter-relacionados num meio global”<sup>288</sup>.

Assim, recorre-se, oportunamente e por uma questão didática, à tipologia das identidades apresentada por Castells. O Autor classifica as identidades surgentes em: “legitimadora” – aquela introduzida pelas instituições dominantes; “de resistência” – aquela criada por atores estigmatizados, com a finalidade de resistência à dominação, geralmente com formação de comunidades; e “de projeto” – aquelas decorrentes da ação de atores sociais que constroem nova identidade em busca da transformação de toda a estrutura social<sup>289</sup>.

Partindo dessa classificação, é necessário mencionar que a constituição de sujeitos, nesse processo de transformação social, ocorre de forma diferente do que ocorria na modernidade simples, pois não são mais formados na sociedade, mas sim como prolongamento da resistência comunal das identidades de resistência<sup>290</sup>. É essencial, portanto, como dito acima, uma análise da constituição da identidade coletiva, devendo-se mencionar, desde logo, a importância da questão do fundamentalismo religioso, do nacionalismo, da identidade étnica e da identidade territorial para o desenvolvimento do tema.

Quanto ao primeiro tópico – do fundamentalismo religioso como identidade cultural – Castells destaca que o fundamentalismo islâmico deve ser entendido não como um movimento tradicionalista, mas sim um fenômeno hipermoderno. Isso no sentido de que a construção de uma identidade islâmica reflete uma reação contra a modernização – que lhe é inalcançável – e contra os efeitos negativos da globalização, objetivando alcançar o paraíso comunal para os verdadeiros fiéis. Por outro lado, não se pode esquecer que também há o fundamentalismo cristão, como uma ânsia pela segurança proporcionada pelos valores tradicionais e instituições fundadas na verdade eterna de Deus, tendo como causas imediatas a

---

<sup>287</sup>HALL, Stuart. Op. cit., 2007, p.97.

<sup>288</sup>GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p.36.

<sup>289</sup>HALL, Stuart. Op. cit., 2007, p.24.

<sup>290</sup>Idem, p.28.

crise do patriarcalismo e também a ameaça da globalização<sup>291</sup>. São dois elementos que servem de funcionam como catalisadores de identidades em busca de referências.

Há, ainda, a construção de identidades a partir dos movimentos nacionalistas contemporâneos, baseados no anseio de expressar a própria identidade e de tê-la reconhecida de maneira concreta, fato que diferencia o fenômeno em relação aos nacionalismos de outras épocas. O novo nacionalismo objetiva não necessariamente a constituição de um Estado, mas sim regenerar a comunidade nacional pela preservação da identidade cultural de um povo, o que desvincula a idéia de nação do processo de construção do Estado-nação<sup>292</sup>. Nesse sentido, de acordo com Antônio Miranda, Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Conteúdo e Identidade Cultural da UNB,

as identidades nacionais não são nem genéticas nem hereditárias, ao contrário, são formadas e transformadas no interior de uma representação. Uma nação é, nesse processo formador de uma identidade, uma comunidade simbólica em um sistema de representação cultural. E a cultura nacional é um discurso, ou modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto as ações quanto as concepções que temos de nós mesmos<sup>293</sup>.

Para exemplificar a relativa separação da nação e o Estado (e, portanto, a possibilidade de aquela perdurar em relação a este) pode-se mencionar o caso da dissolução da União Soviética e o que ocorreu com as identidades nacionais das ex-repúblicas soviéticas. Mesmo depois de décadas de uma união em torno de um governo central, o sentimento de pertencimento a uma nação e a uma cultura específica não se perdeu<sup>294</sup>. Outro exemplo é a Catalunha, que possui relativa independência em relação ao Estado espanhol, organizando-se em torno de um território e uma língua, demonstrando a distinção entre identidade cultural e poder do Estado<sup>295</sup>.

Castells sustenta, portanto, que a Nação, na era da informação, deve ser conceituada como uma comunidade cultural construída na mente e na memória coletiva das pessoas por meio de uma história e projetos políticos compartilhados, não se constituindo, portanto, na opinião de autor, em “comunidades imaginadas”<sup>296</sup>.

Outra possibilidade de estruturação de identidade coletiva baseia-se na etnia. Refere-se, portanto, a certo tipo de vínculo primário que perde sentido quando retirado de sua origem

<sup>291</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.29-43.

<sup>292</sup>Idem, p.44-49.

<sup>293</sup>MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652000000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 out 2007.

<sup>294</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.58.

<sup>295</sup>Idem, p.68.

<sup>296</sup>Idem, p.69.

e recolocado nas relações da sociedade em rede, pois está integrado e articulado a comunas culturais mais fortes que a ele se sobrepõem, a exemplo da religião e nacionalismo. Segundo Castells, portanto, raça é um fator muito importante, mas já não é capaz de, por si só, construir significados<sup>297</sup>.

Por outro lado, existem ainda as identidades territoriais, que não induzem um padrão específico de comportamento, mas geram um sentimento de pertencimento e uma identidade cultural, dependente da existência de participação em movimentos urbanos de compartilhamento de interesses comuns. Na verdade, é de se observar que o fracasso de políticas pró-ativas exigiu do povo uma reação com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento, que é o território, em um paradoxal movimento ao local em um momento de processos cada vez mais globais<sup>298</sup>.

Em suma, como resistência à individualização das identidades nas redes globais, a alternativa foi a construção de novos significados com base na religião, nação ou território, como forma de proteção contra um mundo externo hostil. Conforme mencionado anteriormente, quando o mundo torna-se grande demais para ser controlado, os atores sociais buscam torná-lo novamente em tamanho compatível. Nesse processo, a negação das sociedades civis leva ao fechamento das fronteiras das comunas formadas em caráter de resistência. Podem, todavia, surgir identidades de projeto a partir dessas comunas, que tendem a ser a principal fonte de criação de significado na sociedade em rede<sup>299</sup>.

Interessa, nesse contexto, a relação dos movimentos sociais (que devem ser entendidos em seus próprios termos) com a nova ordem global. A desintegração dos atuais mecanismos de controle social faz as pessoas ressentirem-se do controle de suas próprias vidas, o que determina a resistência frente à dominação, com a criação de projetos alternativos que contestam a lógica da nova ordem, o que vem ocorrendo por meios inesperados. Outro ponto nodal é o questionamento do patriarcalismo, estrutura sobre as quais se sustentam todas as sociedades contemporâneas. A família patriarcal vem sendo contestada por movimentos feministas, gays e lesbianos, levando à transformação da estrutura familiar e das normas sexuais, determinando uma interação entre a sociedade em rede e o poder da identidade. As famílias, tal como são conhecidas, tendem a tornarem-se relíquia em um futuro próximo,

---

<sup>297</sup>Idem, p.71-78.

<sup>298</sup>Idem, p.79-84.

<sup>299</sup>Idem, p.84-85.

fazendo as pessoas sentirem, às vezes dolorosamente, os abalos dessa transformação. Essas modificações têm causas múltiplas<sup>300</sup>.

A primeira é a inserção da mulher no mercado de trabalho, fazendo com que a contribuição financeira das mulheres passasse a ser decisiva no ambiente doméstico. Tal fato levou ao questionamento da acumulação de afazeres domésticos<sup>301</sup>, dando suporte aos primeiros movimentos feministas. Estes, por sua vez, baseados na idéia de pôr fim à “dominação masculina”, têm caráter variado, buscando, dentre outras coisas, a igualdade, a diferenciação ou a separação em relação ao homem, mas sempre negando a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal<sup>302</sup>. As mulheres aderiram positivamente ao movimento, principalmente porque não há uma associação dessa adesão a alguma posição ideológica. O feminismo, como uma identidade coletiva, tornou-se, na verdade, o estandarte contra todas as causas da opressão feminina<sup>303</sup>. Aliás, a força e a vitalidade do movimento estão justamente na sua diversidade<sup>304</sup>, no seu poder de adaptar-se às culturas e às idades. Dessa maneira,

a defesa dos direitos da mulher é o ponto crucial do feminismo. Todas as outras premissas incluem a afirmação básica das mulheres como seres humanos e não como bonecas, objetos, coisas, ou animais, nos termos da crítica feminista clássica. Nesse sentido, o feminismo é positivamente uma extensão do movimento pelos direitos humanos<sup>305</sup>.

De toda forma, Castells manifesta a dificuldade em se estabelecer qualquer tipologia do movimento, ainda que apresente como possíveis classificações a menção a movimentos como os dos *direitos da mulher*; do *feminismo cultural*; do *feminismo essencialista*; do *feminismo lésbico*; das *identidades femininas específicas* e do *feminismo pragmático*<sup>306</sup>. Em síntese, a tarefa fundamental do movimento é descobrir a identidade feminina, destituindo as instituições sociais da marca de gênero<sup>307</sup>.

Por outro lado, como segundo fator de modificação social, existem os movimentos de liberação lésbico e gay que se consubstanciam como mais uma afronta ao patriarcalismo – uma vez que este é refém da heterossexualidade compulsória. Tais movimentos não são simples defesas do direito de escolher a quem amar, mas expressões poderosas de identidade

---

<sup>300</sup>Idem, p.191.

<sup>301</sup>Idem, p.208.

<sup>302</sup>Idem, p.210-211.

<sup>303</sup>Idem, p.219.

<sup>304</sup>Idem, p.229.

<sup>305</sup>Idem, p.230.

<sup>306</sup>Idem, p.231.

<sup>307</sup>Idem, p.237.



sexual. Contudo, como efeito do esmaecimento das fronteiras sexuais proporcionado pelo movimento, desestruturam-se a família, a sexualidade, o amor, o gênero e o poder, dando lugar, portanto, a uma crítica cultural fundamental do mundo como o conhecemos, forçando um debate amplo na sociedade. Todos esses movimentos sociais, articulados com o capitalismo informacional, determinam uma crise do patriarcalismo, o que se manifesta, principalmente, pela “crescente diversidade de parcerias entre indivíduos que querem compartilhar suas vidas e criar filhos”<sup>308</sup>, ou seja, “o que está em jogo não é o desaparecimento da família mas sua profunda diversificação e a mudança do sistema de poder”<sup>309</sup>.

Na verdade, tem-se extraído dos resíduos da família moderna uma ampla variedade de possibilidades, muitas vezes sem congruência, utilizando-se de recursos culturais, políticos, econômicos e ideológicos de maneira a criar “novas estratégias de gênero e parentesco para enfrentar os desafios, encargos e oportunidades da era pós-industrial”<sup>310</sup>. Por essas razões, a família patriarcal, em crise, exige, diante de tantos questionamentos, uma constante negociação de papéis entre seus membros, o que determina, por exemplo, o compartilhamento da criação dos filhos, os quais, aliás, conforme afirma Castells, são as principais vítimas dessa transição, pois são cada vez mais negligenciados nas atuais condições da crise familiar<sup>311</sup>.

De toda maneira, além de questionado pelos movimentos de referências identitárias já mencionados, o patriarcalismo está superado nos casos em que os lares são encabeçados por mulheres e corre grande risco nos demais lares justamente em razão da necessidade de negociações de papéis e condições impostas por mulheres e filhos<sup>312</sup>. Os homens, aliás, já não conseguem impor disciplina à família simplesmente através da recusa de aporte e sustento financeiro<sup>313</sup>. Assim, a principal habilidade que os indivíduos devem ter frente às mudanças é a dedicação à “definição de um papel” que sirva como um “microprocesso da sociedade pós-industrial”<sup>314</sup>.

Diante dessa crise da família tradicional e da fuga em direção a uma sociedade aberta pode ocorrer um caminhar em direção à violência social (como resistência ao movimento) até

---

<sup>308</sup>Idem, p.257.

<sup>309</sup>Idem, p.259.

<sup>310</sup>STACEY, Judith. **Brave New Families: Stories of Domestic Upheaval in Late Twentieth Century America**. Nova York: Basic Books, 1990, p.16. *Apud*: CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.263.

<sup>311</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.270.

<sup>312</sup>Idem, p.264.

<sup>313</sup>Idem, p.268.

<sup>314</sup>HAGE, Jerald; POWERS, Charles. **Postindustrial Lives: Roles and Relationships in the 21<sup>st</sup> Century**. Londres: Sage, 1992. *Apud*: CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.276.

que novas formas de coexistência sejam encontradas<sup>315</sup>. Essas novas estruturas pós-patriarcais dependerão, essencialmente, da forma como os movimentos se relacionarão com o Estado, que pode ser considerado como último refúgio do patriarcalismo<sup>316</sup>.

Todas essas questões, dos movimentos nacionalistas, fundamentalistas religiosos, étnicos, territoriais, lesbianos, gays e a crise do patriarcalismo, em constelação com outros fenômenos da Era da Informação, resultam, como ainda será visto na segunda parte deste Capítulo, no esvaziamento das instituições da era industrial<sup>317</sup>. Assim, projetos individualistas e identidades de resistência, que pouco se comunicam em razão de seu caráter comunal, estão difundidos nas sociedades, o que é resultante da dissolução das identidades anteriormente legitimadoras da sociedade industrial<sup>318</sup>, ou seja,

ao postular questões de ecologia e de direitos humanos, os novos movimentos sociais aspiram ao universal. Salientam o que é comum à humanidade. Em outro nível, porém, esses movimentos concentram-se na "política da diferença", que ganha tanto destaque nos escritos posmodernistas. Frisam identidades pluralistas e múltiplas, aquilo que nos divide por gênero, sexualidade, etnicidade, localidade. Em contraste com a universalidade e generalidade da economia e do meio ambiente global, eles chamam atenção para as particularidades de grupo, lugar, comunidade e história<sup>319</sup>.

A principal questão passa a ser, portanto, o surgimento de identidades de projeto, que parecem desenvolver-se justamente a partir das identidades de resistência: religiosas, nacionalistas, étnicas, territoriais, feministas e ambientalistas. Castells sustenta que *quem* ou *o que* quer que vença a batalha pelas mentes, sairá vitorioso. Isso não seria completamente percebido pelas pessoas porque as sociedades estão historicamente acostumadas às mudanças sociais condicionadas a batalhões bem ordenados, ficando perdida com as mudanças simbólicas sutis que têm alcançado dimensões cada vez maiores, determinadas por redes multiformes e distantes da cúpula do poder. É aí que nascem os embriões de uma nova sociedade, germinados nos campos da história pelo poder da identidade<sup>320</sup>.

Não parece haver dúvidas, portanto, que a construção de uma nova sociedade "requer a assimilação das reivindicações dos movimentos sociais por parte do sistema político e das instituições do Estado", ou seja, o Estado deve abrir espaço para a manifestação das identidades fragmentadas e dos movimentos sociais reativos, já que os movimentos sociais, como o de antiglobalização, por exemplo,

<sup>315</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.277.

<sup>316</sup>Idem, p.278.

<sup>317</sup>Idem, p.418.

<sup>318</sup>Idem, p.419.

<sup>319</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.196.

<sup>320</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.420-427.

vêm minando a fantasia neoliberal de implantação de uma economia global independente da sociedade por meio de uma arquitetura de informática. O grande esquema exclusivista (explícito ou implícito) de concentração de informações, produção e mercados em um segmento elitizado da população, livrando-se dos demais das mais diversas maneiras, mais ou menos humanistas de acordo com as disposições de cada sociedade, vem desencadeando, na expressão cunhada por Touraine, uma "*grand refus*". Ressalve-se, porém, que a transformação dessa rejeição na reconstrução de novas formas de controle social sobre novas formas de capitalismo, globalizado e informacionalizado, requer a assimilação das reivindicações dos movimentos sociais por parte do sistema político e das instituições do Estado<sup>321</sup>.

A proposição inclusiva constante ao final da citação acima tem como potencial meio as alternativas representadas pelas TICs. Antes de alcançar esse ponto, contudo, faz-se necessário lembrar que, como visto até agora, há uma nova maneira de articulação social, decorrente de uma diferente estrutura de ação política. Isso resulta na insuficiência das instituições da modernidade simples para solucionar problemas e questões complexas relacionadas à condição pós-moderna das sociedades contemporâneas. Isso, evidentemente, tem reflexos no papel do Estado e nos sistemas democráticos, conforme se verá a seguir.

## **2.2 Sistemas democráticos no Estado-nação em crise**

### **2.2.1 Considerações iniciais**

O Estado contemporâneo passa por uma séria crise de legitimidade, determinada pelos fluxos globais de poder e pela constante fragmentação da identidade nacional em novas identidades coletivas. A política e a democracia tradicionais, de caráter representativo, tornam-se incompatíveis com a nova estrutura social e com a cultura que se forma no ciberespaço. Nesse contexto, alternativas que resgatam radicalmente a idéia de democracia tornam-se desejáveis e aparentam ser possíveis por meio das novas TICs, o que encontra, contudo, diversos obstáculos práticos e teóricos para sua implementação.

É de se questionar: a fragmentação da sociedade em grupos de interesses muito específicos e a transnacionalização dos movimentos sociais, assim como ocorre com os mercados e as finanças globalizadas, determinará o fim do Estado-nação e, portanto, colocará

---

<sup>321</sup>Idem, p.136.

em cheque o sistema democrático? Pretende-se apresentar a seguir os contornos desse quadro e as perspectivas para o Estado, caminho que resultará no debate a ser formulado no terceiro capítulo, qual seja, a utilização da própria tecnologia de informação e comunicação para auxiliá-lo a resgatar, ao menos em parte, a legitimidade perdida, bem como permitir seu reposicionamento na rede mundial de fluxos de poder.

A tendência, portanto, é o Estado buscar a relegitimação de seu poder por meio de um posicionamento estratégico como interlocutor no espaço internacional, promovendo articulações em organismos internacionais e acordos interestatais, bem como com um contínuo processo de delegação de seu poder aos governos locais<sup>322</sup>. Em ambos os casos existem oportunidades e riscos. Pode-se imaginar um cenário em que a aproximação entre os Estados pode diminuir a desconfiança e limitar reações violentas baseadas em questões ideológicas, mas ao mesmo tempo pode determinar, muitas vezes, a cessão da soberania a organismos supranacionais, limitando o grau de liberdade das deliberações internas. A fragmentação do poder é capaz tanto de significar uma ação mais próxima das ansiedades e necessidades da população quanto constituir-se em mais um fator de enfraquecimento do poder central, o que minimizaria o poder do Estado na rede global de fluxos.

Diante de todas essas instáveis circunstâncias, nenhuma solução que pretenda uma “expansão” da democracia deve ser tomada ingenuamente, mas deve considerar o complexo rearranjo institucional, econômico, cultural, identitário e político, no sentido de se evitar caminhar em direção a alternativas que coloquem em risco os ganhos democráticos até agora alcançados. Em todo caso, há uma visão generalizada de que as democracias ocidentais passam por uma crise, ou por um “natural processo de transformação”, como prefere Bobbio, e tal fenômeno tem total relacionamento com os efeitos da transição paradigmática narrada neste trabalho, a qual é assistida cotidianamente e que gera um “ambiente de incerteza, de complexidade e de caos que se repercute nas estruturas e nas práticas sociais, nas instituições e nas ideologias, nas representações sociais e nas inteligibilidades, na vida vivida e na personalidade”<sup>323</sup>.

O desafio, portanto, é descrever e localizar a democracia no contexto atual, demonstrando-se a articulação de suas regras com as novas demandas sociais, as transformações do Estado, o surgimento de novas identidades e a necessidade de emancipação dos indivíduos em relação às velhas estruturas imóveis da modernidade, incompatíveis com as instáveis relações da atual condição pós-moderna.

---

<sup>322</sup>Idem, p.317.

<sup>323</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.258.

Se a característica mais importante da modernidade era a confiança das sociedades em si mesmas e nas instituições, agora o seu colapso enfraquece o engajamento político e a ação coletiva, conforme já demonstrou Pierre Bourdieu. O Estado, dessa forma, deixa de exercer seu poder de controle na rede e as instituições políticas restam irreversivelmente enfraquecidas<sup>324</sup>.

## 2.2.2 Fim do Estado-nação?

### 2.2.2.1 Breves considerações sobre o Estado moderno

Primeiramente, é de se ressaltar que o questionamento quanto ao destino do Estado-nação refere-se a esta instituição na condição em que é conhecida na modernidade. Isso porque o conceito atual de Estado, tido como uma entidade abstrata e separada tanto do governante quanto do governado, é resultante de um longo processo que se inicia com a recepção do direito romano nos séculos XII e XIII. Nessa época, a palavra *status* significava, originalmente, um estado de coisas, sentido largamente usado em toda a Europa medieval na literatura dirigida a magistrados e príncipes, como um estado de prosperidade em que deveriam manter as suas cidades. Nesse caminho, o Estado configurava a comunidade em geral e uma vida política bem ordenada<sup>325</sup>. De outro modo, mas não muito diferente, o Estado da república renascentista era entendido como o bem-estar geral de uma sociedade autogovernada (*optimus status reipublicae*)<sup>326</sup>.

Aquelas concepções, contudo, sofreram modificações com o advento da modernidade. Maquiavel parece ter sido o primeiro a utilizar a palavra “Estado” como termo genérico para designar um controle permanente e exclusivo sobre um território e uma população<sup>327</sup>. Ainda hoje, contudo, como nos lembra Bresser Pereira, a própria ciência política é imprecisa em conceituar o Estado moderno, inclusive algumas vezes confundindo-o com governo, do qual

---

<sup>324</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2001, p.190.

<sup>325</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.175.

<sup>326</sup>Idem, p.187.

<sup>327</sup>MATIAS, Eduardo Felipe P. Op. cit., p.62.

na verdade se diferencia<sup>328</sup>. A maior parte da doutrina contemporânea, por influência de Max Weber, entende que dois elementos básicos configuram o Estado: o monopólio da violência em seu território e um aparelho administrativo para prestação de serviços públicos<sup>329</sup>.

O Estado-nação pode ser conceituado, assim, como uma entidade política soberana constituída por uma população que habita certo território, sendo esta entidade dotada de estrutura organizacional e política, fruto de um contrato social ou de um pacto político que garante legitimidade a um governo que busca o bem público<sup>330</sup>. Eduardo Matias, em complemento, afirma que o Estado é um aparato político, o qual “teria a jurisdição suprema sobre uma área territorial demarcada e reivindicaria para si o monopólio do poder coercitivo, gozando de uma legitimidade resultante de um nível mínimo de apoio ou lealdade de seus cidadãos”<sup>331</sup>.

Por outro lado, de uma perspectiva lógico-dedutiva, pode-se dizer que o Estado contemporâneo é uma consequência político-institucional de um contrato social onde os indivíduos cedem parte de sua liberdade objetivando garantir direitos, o que configura um posicionamento conhecido como *contratualismo*; ou, ainda, de um ponto de vista lógico-indutivo, o Estado é “uma estrutura organizacional e política que emerge da progressiva complexificação da sociedade e da sua divisão em classes destinada a manter a ordem dentro da sociedade”, ou seja, o Estado seria a organização garantidora de direitos, principalmente de propriedade e os contratos, que viabilizaria o funcionamento das sociedades complexas<sup>332</sup>.

Em todo caso, certo é que o Estado constitucional do século XIX, partindo do conteúdo acima mencionado, transformou-se em um fenômeno admirável, concebido que foi como uma máquina perfeita de engenharia social. Nas palavras de Boaventura, “a sua constituição formal, mecânica e artificial, conferia-lhe uma força e uma plasticidade nunca antes conseguidas por qualquer outra entidade política”<sup>333</sup>.

Tendo-se apresentado o enquadramento geral do que se entende por Estado na modernidade, outro tema se avizinha e se apresenta, qual seja, a questão da legitimidade deste

<sup>328</sup>BRESSER PEREIRA, Luiz. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática**. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/EstadoSociedadeCivil&LegitimidadeDemocratica.p.pg.pdf>>. Acesso em 6 ago. 2007.

<sup>329</sup>MATIAS, Eduardo Felipe P. Op. cit., p.62.

<sup>330</sup>BRESSER PEREIRA, Luiz. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática**. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/EstadoSociedadeCivil&LegitimidadeDemocratica.p.pg.pdf>>. Acesso em 6 ago. 2007.

<sup>331</sup>MATIAS, Eduardo Felipe P. Op. cit., p.64.

<sup>332</sup>BRESSER PEREIRA, Luiz. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática**. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/EstadoSociedadeCivil&LegitimidadeDemocratica.p.pg.pdf>>. Acesso em 6 ago. 2007.

<sup>333</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.170.

Estado perante a Nação que representa. Para muitos autores é possível afirmar, não sem fortes argumentos contrários, que as “identidades nacionais” – características compartilhadas que oferecem unidade a um grupo de pessoas e, portanto, legitima a organização estatal – não são pré-existentes ao Estado, mas por ele criadas; a *Nação*, portanto, seria um *produto do Estado*. Essa construção teria ocorrido por meio da apreensão do tempo histórico e apropriação da tradição por uma organização estatal dominada por interesses de classe muito específicos. Seria, assim, um processo de homogeneização da população, necessária à estabilidade institucional e perpetuação de uma administração central.

Nesse sentido, Tilly afirma que “a construção da nação é somente um dos possíveis resultados da construção do Estado”. Segundo ele, os Estados em formação se apoderavam da cultura local por meio, por exemplo, da determinação de adoção obrigatória de uma religião, ao mesmo tempo em que expulsavam as minorias, estabeleciam uma língua nacional bem como uma organização de instrução pública<sup>334</sup>. Assim faziam na intenção de moldar e homogeneizar a sociedade, unificando o poder em um determinado território (ainda que Castells chegue a apresentar argumentos contrários, no sentido de ser inverídico o Estado ser capaz de construir identidade nacional por si próprio<sup>335</sup>). Quanto ao citado projeto de homogeneização que propicie um poder central, Bauman acresce que

o Estado-nação deveu seu sucesso à *supressão* de comunidades que se auto-afirmavam; lutou com unhas e dentes contra o "paroquialismo", os costumes ou "dialetos" locais, promovendo uma língua unificada e uma memória histórica às expensas das tradições comunitárias [...] Seu esforço tinha o poderoso apoio da imposição legal da língua oficial, de currículos escolares e de um sistema legal unificado [...]<sup>336</sup>.

Em uma visão alternativa, há quem sustente que, com a maior politização da população, a consolidação do Estado moderno no século XX teria se dado, na verdade, por meio de uma união dialética de interesses entre as sociedades e as autoridades do Estado, no reconhecimento da necessidade de uma ordem institucional estável para regulação da convivência. Assim, “o status de cidadão e de pertencimento à comunidade política nacional

---

<sup>334</sup>TILLY, Charles. *Apud*: KOSLINSKI, Mariane. Da modernidade à globalidade: novos espaços para a análise da esfera da ação da sociedade? In: SORJ, Bila (Coord.). **Enfoques on line**: revista eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. v.4, n.1. Rio de Janeiro: PPGSA, 2005, p.10.

<sup>335</sup>CASTELLS, Manuel. *Op. cit.*, 2001, p.56.

<sup>336</sup>BAUMAN, Zygmunt. *Op. cit.*, 2001, p.199.

torna-se a principal identidade dos indivíduos e o foco para mobilização ou união de interesses”<sup>337</sup>.

Todavia, mesmo partindo dessa consideração, de legítima formação do Estado no seio da sociedade, hoje se percebe que mesmo essa herança foi mitigada ou encontra-se em confronto com os fluxos globais econômicos e culturais. Portanto, os ideais éticos e as promessas políticas do projeto moderno tiveram que se ajustar às necessidades do capitalismo liberal<sup>338</sup>. Nesse sentido, como ressalta Boaventura,

a soberania do povo transformou-se na soberania do Estado-nação dentro de um sistema inter-estatal; a vontade geral transformou-se na regra da maioria (obtida entre as elites governantes) e na “*raison d'état*”; o direito separou-se dos princípios éticos e tornou-se um instrumento dócil da construção institucional e da regulação do mercado; a boa ordem transformou-se na ordem *tout court*<sup>339</sup>.

De toda sorte, pode-se dizer que a relação entre Estado e sociedade passa por um processo de transformação e, portanto, um Estado diferente é avistado, o qual parece estar sendo recriado de acordo com as diferentes relações de forças em nível local e mundial na grande teia global. Sobre esse Estado, que passa por uma evidente crise, é que se passa a discorrer.

### 2.2.2.2 Poder e influência do Estado na sociedade em rede

É consenso que o Estado-nação contemporâneo já não tem total controle de seus súditos, até porque a maior comunicabilidade e mobilidade física e virtual dos cidadãos subvertem a ordem e desafiam as autoridades e as regras. Dessa forma, como reiteradamente nos alerta Castells,

o controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação. A

<sup>337</sup>KOSLINSKI, Mariane. Da Modernidade à Globalidade: novos espaços para a análise da esfera da ação da sociedade? In: SORJ, SORJ, Bila (Coord.). **Enfoques on line**: revista eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, v.4, n.1. Rio de Janeiro: PPGSA, 2005, p.12.

<sup>338</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.140.

<sup>339</sup>Idem, ibidem.



apreensão do tempo histórico nacional passou a enfrentar o desafio imposto pelas identidades múltiplas definidas por sujeitos autônomos<sup>340</sup>.

Nesse contexto Castells questiona-se em relação ao Estado contemporâneo: estaria ele destituído de poder?<sup>341</sup> Da mesma forma, Zygmunt Bauman pergunta: depois da Nação-estado, o quê?<sup>342</sup> Boaventura de Souza Santos, por sua vez, coloca na pauta de suas pesquisas o tema da perda, pelo Estado, de seu estatuto de unidade privilegiada de análise e de prática social<sup>343</sup>. Em um primeiro momento, interrogações desse tipo instigam uma análise mais aprofundada quanto ao futuro papel do Estado como fonte de regras e mediador de conflitos e, portanto, como fiador da democracia – ao menos da forma como é conhecida hoje. Diante de todas as mudanças sociais, culturais e econômicas comentadas até agora, estaria o Estado-Nação fadado à extinção?

A pergunta, segundo Castells, possui uma resposta aparentemente ambígua: na sociedade interligada pela rede mundial de computadores – com todas as conseqüências decorrentes – ao mesmo tempo em que se percebe a decadência do *poder* do Estado, há que se reconhecer a manutenção da sua *influência* na rede de fluxos<sup>344</sup>. Para entender essa aparente incoerência, deve-se começar lembrando, como o faz Habermas, que o fenômeno contemporâneo da Internet tem efeitos diretos quanto ao papel do Estado, pois este novo meio de comunicação, ao mesmo tempo, ampliou e fragmentou os nexos de comunicação. Dessa maneira, ela produz, por um lado, efeito subversivo em regimes autoritários à esfera pública e, por outro, enfraquece as conquistas das esferas públicas tradicionais<sup>345</sup>, normalmente representadas – ou controladas – justamente pelo Estado. Esse é um fenômeno que acelera o processo de minimização de sua (do Estado) legitimidade originária como monopólio do espaço para exercício da política. Rifkin, aliás, aprofunda essa percepção, questionando qual o papel que resta ao Estado na nova realidade vivida:

O que, então, devemos fazer do destino do estado nação nessa nova era? Até agora, os governos estavam arraigados ao espaço geográfico. São instituições destinadas a controlar e administrar a terra. Mas, com grande parte da vida comercial e social da humanidade migrando para o mundo não-material do ciberespaço, as instituições políticas ligadas ao espaço geográfico se tornarão cada vez menos viáveis? Em um mundo em que mais atividades sociais e econômicas importantes acontecem no

<sup>340</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.287.

<sup>341</sup>Idem, p.288.

<sup>342</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1995a, p.63.

<sup>343</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.155.

<sup>344</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2001, p.287.

<sup>345</sup>HABERMAS, Jürgen. O Caos da esfera pública. **Folha de São Paulo**, São Paulo: Caderno Mais! 13 ago. 2006, p.4-5.

ciberespaço na forma de experiências culturais transformadas em *commodities*, os governos passam a ter um papel extremamente diminuído a desempenhar<sup>346</sup>.

Como se pode denotar, o controle de um território, tradicionalmente exercido pelo Estado, hoje é desafiado por múltiplos fluxos de poder. A globalização econômica, midiática e comunicacional retirou muitos dos instrumentos de dominação estatal. Como exemplo, o trânsito quase imediato de recursos financeiros internacionais cria dificuldades cada vez maiores para um controle sobre a economia interna por parte dos governos nacionais. Há, em verdade, uma intimidade entre globalização econômica e revolução tecnológica e, mesmo aceitando-se que o Estado tenha papel ativo nesses processos, ambos impactam o modelo do Estado Soberano. Tal ocorre porque, enquanto as novas tecnologias afetam o poder de controle do Estado, a globalização altera a efetividade e a autonomia do poder estatal<sup>347</sup>.

Dessa forma, a única tarefa que parece ser permitida ao Estado, e que se espera que assuma, é a garantia de um “orçamento equilibrado”, conforme nos lembra Bauman<sup>348</sup>. De acordo com o autor, esse enfraquecimento da Nação-estado é, justamente, o que a Nova Ordem Mundial precisa para se sustentar e reproduzir, em um processo onde a fragmentação política e a globalização econômica são aliadas íntimas e conspiradoras afinadas<sup>349</sup>.

Isso ocorre em um contexto onde as sociedades contemporâneas demonstram tendência ao pluralismo e ao individualismo, caracterizando-se como uma rede cada vez mais complexa (relacionada com as alterações na organização do trabalho e da tecnologia), fazendo com que a vida política, econômica e cultural seja grandemente influenciada por ocorrências e fluxos globais<sup>350</sup>. Assim, a transnacionalização da produção de bens e serviços deixa pouco espaço para o Estado-nação criar diferenças substanciais de benefícios sociais, diminuindo, portanto, as possibilidades de legitimação perante a sociedade mediante a aplicação de adequadas políticas públicas<sup>351</sup>.

Há, portanto, um fundado receio de que essa globalização econômica venha destruir a autonomia política, cultural e econômica das sociedades nacionais<sup>352</sup>, pois as empresas transnacionais e os mercados financeiros influenciam o Estado e têm o poder de, em discordando de determinada política, simplesmente retirar-se do país<sup>353</sup>, oportunidade que lhe

---

<sup>346</sup>RIFKIN, Jeremy. Op. cit., p.132.

<sup>347</sup>MATIAS, Eduardo Felipe P. Op. cit., p.143.

<sup>348</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1995a, p.74.

<sup>349</sup>Idem, p.77.

<sup>350</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.132.

<sup>351</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.297.

<sup>352</sup>MATIAS, Eduardo Felipe P. Op. cit., p.147.

<sup>353</sup>Idem, p.185-186.

foi oferecida pela fluidez característica do espaço de fluxos e do tempo intemporal da Era da Informação. Por essas razões, deve-se lembrar que

até recentemente, o cenário social, político, econômico e cultural era identificado com os Estados-nação e com seu poder para realizar objetivos e implementar políticas públicas por meio de decisões e ações livres, autônomas e soberanas, sendo o contexto internacional um desdobramento natural dessas realidades primárias. Agora, o que se tem é um cenário interdependente, com atores, lógicas, racionalidades, dinâmicas e procedimentos que se inter cruzam e ultrapassam as fronteiras tradicionais, não fazem distinções entre países, costumam colocar enormes dilemas para os governos, não hesitam em desafiar a autoridade dos *policy makers* quando lhes convém e, em muitos casos, chegam ao ponto de ignorar as próprias identidades nacionais<sup>354</sup>.

Bauman, aliás, evidenciando a transição para um novo modelo de Estado, sustenta que a antiga divisão do mundo em dois blocos ideológicos encobria as diferenças e desviava a atenção em relação às divergências mais profundas do globo, já que todo espaço fazia parte, de uma forma ou de outra, da “ordem global das coisas”<sup>355</sup>. Nesse sentido, aquele conflito bipolar da “guerra fria” acabou, como afirma Pierre Lévy, em razão, dentre outras, da “decadência do império soviético, cuja forma de organização era incompatível com a multiplicação crescente dos contatos e com a desterritorialização que é própria do período histórico atual”<sup>356</sup>. Com o Grande Cisma terminado, o mundo se tornou um campo de forças dispersas e díspares em uma vastidão modernamente inculta, decorrente da fraqueza e impotência dos agentes ordenadores habituais<sup>357</sup>. “Em poucas palavras: *ninguém parece estar no controle agora*”<sup>358</sup>. Assim, o Estado, que teve como origem justamente a avocação do direito de impor regras e determinar a ordem em certo território, encontra-se em verdadeira crise<sup>359</sup>.

É pertinente mencionar, aplicando a estrutura analítica proposta por Boaventura de Souza Santos, que as transformações decisivas na pós-modernidade ocorrem sob o signo do princípio do mercado, incutido no que o autor chama de *pilar da regulação*. Assim, a expansão do comércio global, “juntamente com a emergência de sistemas mundiais de produção e de agentes econômicos transnacionais, minou a capacidade do Estado para regular o mercado ao nível nacional”<sup>360</sup>. Por outro lado, ainda que o capital transnacional busque

<sup>354</sup>FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999. p.14. *Apud*: MATIAS, Eduardo Felipe P. Op. cit., p.188.

<sup>355</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1995a, p.66.

<sup>356</sup>LÉVY, Pierre. Op. cit., p.27.

<sup>357</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1995a, p.68.

<sup>358</sup>Idem, p.66.

<sup>359</sup>Idem, p.68.

<sup>360</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.154.

livrar-se de qualquer interferência, em seus negócios, de interesses nacionais específicos, eles estão interessados em que os Estados assumam grande parte dos possíveis custos de produção – como formação de mão-de-obra e manutenção da ordem<sup>361</sup>.

Ocorre, na verdade, que gigantescos grupos econômicos possuem uma interdinâmica que formam uma verdadeira trama de poder nas sociedades contemporâneas, “na qual o governo, o ‘soberano’ no sentido tradicional da palavra, cujo posto deveria ser *super partes*, figura como um potentado entre outros, e nem sempre é o mais forte”<sup>362</sup>. Por todas essas razões, os Estados, ainda que criados para comandar a vida em sociedade de maneira legítima, acabam perdendo parte de seu poder de fazê-lo em razão dos limites impostos pelos mercados financeiros e pelas empresas transnacionais que, contudo, não têm legitimidade para tanto<sup>363</sup>. Em suma, conforme abordagem de Boaventura,

a ideologia e a prática do neoliberalismo, em combinação com as operações transnacionais das grandes empresas e das agências internacionais, conduziram a um certo esbatimento do protagonismo do Estado-nação como actor no sistema mundial [...] de modo geral pode afirmar-se que o Estado parece estar a perder o estatuto de unidade privilegiada de análise e de prática social<sup>364</sup>.

Em outro ponto importante, deve ser lembrado que, como um forte instrumento de suporte ao comando por parte do Estado, o controle sobre a mídia tem sofrido enorme segmentação, diversificação e interatividade, dificultando seu domínio por meio de regulamentações estabelecidas tradicionalmente. A comunicação mediada por computador, aliás, está igualmente fora do alcance do Estado, em uma nova era de comunicação extraterritorial, o que tem sido um verdadeiro pesadelo para o Estado-Nação<sup>365</sup>. Kumar acrescenta que, diante dessas novas tecnologias, os Estados encontram-se impotentes, pois, como já mencionado, facilmente seus regimes de censura e vigilância são minados, ainda que a tecnologia da informação, ao substituir pesadas estruturas burocráticas das organizações mundiais, faça parecer ser possível alcançar o sonho do século XVIII de criação de uma cosmópole, com o diferencial de ser desnecessário um Estado Mundial<sup>366</sup>.

O surgimento do ciberespaço veio, nesse sentido, modificar o modelo do Estado soberano, pois esse novo espaço de comunicação contribui para perda de efetividade do poder estatal, principalmente ao se considerar a dificuldade em se regular as atividades que estão na

<sup>361</sup>FRIEDMAN, John; WOLFF, Goetz. World City Formation: an agenda for research and action. In: BRENNER, Neil; KEIL, Roger (Orgs.). Op. cit., p.60.

<sup>362</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p138-139.

<sup>363</sup>MATIAS, Eduardo Felipe P. Op. cit., p.194.

<sup>364</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.155.

<sup>365</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.302.

<sup>366</sup>KUMAR, Krishan. Op. cit., p.170.

rede – o que reduz a capacidade de controle do território e da população, um dos pilares da própria existência do Estado. Isso porque, enquanto a soberania é normalmente identificada com o território, o ciberespaço não encontra limites geográficos e, portanto, quando um Estado busca regular determinado assunto, há grandes chances de que tal proposta esteja fora de seu alcance, pois na Internet é fácil “hospedar-se” em refúgios *off-shore*, flexibilidade esta que impediria os Estados, por exemplo, de combaterem sozinhos uma vasta série de crimes. Esse contexto certamente enfraquece a capacidade regulatória do Estado<sup>367</sup>.

Avançando no pensamento, é de se perceber que, internamente, a fragmentação da sociedade em múltiplas identidades heterogêneas gera variadas e novas demandas por serviços e políticas públicas muito específicas, induzindo o Estado-nação, conforme explica Castells, a descentralizar a administração, uma vez que não tem como lidar com essa imensa diversidade de interesses. Tal dificuldade de atender simultaneamente essas exigências internas e externas leva ao que Habermas denomina “crise de legitimação” do Estado-nação<sup>368</sup>.

Exemplo da compreensão desse fenômeno, que afeta até mesmo um Estado-chave como o Estados Unidos, é simbolicamente representada pela afirmação sobre o tema contida no relatório do órgão de pesquisa e formulação estratégica daquele país, o *National Intelligence Council* – NIC, que se preocupa em formular projeções dos processos de mudanças da ordem mundial e seus efeitos para aquele país. Alerta-se no relatório:

A crescente conectividade também será acompanhada pela proliferação de comunidades virtuais transnacionais, tendência que pode complicar a capacidade dos países e das instituições globais de gerar consenso e de pôr em prática as decisões tomadas, podendo até mesmo ver desafiadas a sua legitimidade e autoridade. Grupos baseados em afinidades religiosas, culturais, étnicas ou quaisquer outras podem ficar divididos entre a lealdade ao seu país ou às outras identidades. Esses grupos terão um considerável poder para influenciar em âmbito nacional, e até mesmo global, as decisões políticas sobre um amplo espectro de temas – o que é, normalmente, uma função dos governos<sup>369</sup>.

Não parece haver dúvidas, portanto, de que as características multipolares de poder em que o Estado está inserido deixam evidentes os desafios que lhe são impostos. Nesse contexto, os limites de sua legitimidade são expressos, por exemplo, quando se discute a administração do meio ambiente planetário, onde redes transnacionais de interesse sobrepujam a má

---

<sup>367</sup>MATIAS, Eduardo Felipe P. Op. cit., p.159-167.

<sup>368</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.317.

<sup>369</sup>ESTADOS UNIDOS. Conselho de Inteligência Nacional. Mapeando o Futuro Global: relatório do projeto 2020 do Conselho Nacional de Inteligência. In: **O Relatório da CIA: como será o mundo em 2020**. São Paulo, Ediouro: 2006, p.171.

articulação interestatal<sup>370</sup>, colocando em cheque a capacidade do Estado-nação de lidar com questões consideradas como as mais importantes da atualidade, que configuram o que se pode definir, em sentido *lato*, como direitos coletivos.

Assim, espremido entre as limitações internacionais e as pressões internas de grupos de interesse cada vez mais fragmentados, o Estado *cede* parte de sua *soberania* para formação de blocos multinacionais (garantindo assim sua durabilidade), bem como busca *descentralizar* suas atividades típicas internas a administrações locais. Essa tentativa de relegitimação acaba tendo, paradoxalmente, um alto preço em razão da redução da importância do Estado na rede de fluxos de poder, comprometendo sua legitimidade e agravando ainda mais sua ineficácia e incapacidade<sup>371</sup>. Pode-se afirmar, portanto, que os governos nacionais não só são muito pequenos para enfrentar as forças globais como também muito grandes para administrar a vida das pessoas<sup>372</sup>. Em consequência, “é muito freqüente a afirmação de que se verificou uma impetuosa internacionalização dos fenômenos políticos, econômicos e socioculturais, que reclama ou causa a ultrapassagem, mais ou menos relativa, da Nação e do Estado nacional em sucessivos domínios”<sup>373</sup>.

Castells afirma, dessa maneira, que “o que realmente importa é que o novo sistema de poder é caracterizado [...] pela pluralidade das fontes de autoridade (e, acrescentaria, de poder), sendo o Estado-Nação apenas uma dessas fontes”. Como se vê, o Estado encontra-se submetido a uma rede de fontes de autoridade da qual é apenas um dos nós, sofrendo uma concorrência de várias formas de poder: ONGs, redes criminosas, movimentos étnicos, redes de capital e de produção, religiões, mídia, mercado financeiro etc<sup>374</sup>. Torna-se, assim, complexo o papel do Estado, que tem que se equilibrar nos âmbitos global e local em uma geometria variável. Passa, portanto, de sujeito soberano a ator estratégico, permanecendo a exercer influência considerável, mas sem o poder de, por si só, buscar soluções isoladas de uma ação coordenada com macroforças supranacionais e com microprocessos subnacionais<sup>375</sup>. Pode-se afirmar, então, que

o Estado mantém seu papel central no controle territorial e na regulação das populações. Uma vez que as pessoas são menos móveis que o dinheiro, as mercadorias e as idéias, elas permanecem nacionalizadas e o Estado continua a ser

---

<sup>370</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.310.

<sup>371</sup>Idem, p.314.

<sup>372</sup>Idem, p.319.

<sup>373</sup>SÁ, Luiz. **Soberania e integração na CEE**. Lisboa: Editorial Caminho, 1987, p.20. *Apud*: MATIAS, Eduardo Felipe P. Op. cit., p.147.

<sup>374</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.353.

<sup>375</sup>Idem, p.357.

a agência, com legitimidade internacional, responsável por regulamentar e prover cidadania à população nos contornos de seu território<sup>376</sup>.

Buscando responder, assim, ao questionamento quanto ao fim do Estado-nação, é de se ressaltar que, de fato, *ele perdeu grande parte de seu poder econômico*, permanecendo, contudo, *com relativo controle sobre os sujeitos*. Nas palavras de Luis Carlos Cancellier de Olivo, a “vantagem competitiva do Estado em relação a seus parceiros privados é que ele ainda tem na representação política a sua fonte de legitimidade”<sup>377</sup>. Em síntese, o Estado-nação perde poder, porém mantém influência na rede de fluxos global e local, influência essa, contudo, que possui equilíbrio frágil, principalmente em termos de legitimação dos sistemas democráticos.

Por tudo quanto mencionado, pode-se claramente vislumbrar a direta relação entre a estrutura e o funcionamento do Estado-nação e os sistemas de democracia representativa vinculados a processos políticos tradicionais. Assim, por consequência, a crise do Estado acaba representando, também, a crise do sistema democrático, situação que será abordada no tópico que se segue.

### 2.2.3 Limites das democracias liberais

A questão posta até o momento trilha um caminho que parte das transformações sociais, culturais e econômicas da pós-modernidade, passando pelos impactos institucionais desse processo, o que leva o raciocínio, inevitavelmente, ao tema da democracia na sociedade em rede. Não poderia ser diferente: uma vez que a autoridade do Estado-nação, fiador da democracia representativa, é posta em dúvida, como ficam a política e a defesa de interesses coletivos na esfera pública? Modificada a estrutura e a forma de ação coletiva, é possível manter as mesmas regras democráticas? Quais as oportunidades e os riscos à democracia nesse novo contexto?

Esses são questionamentos comumente feitos nos países democráticos ocidentais, realidade esta que se constela com uma generalizada descrença no sistema político tradicional como mediador fiável dos interesses comuns, pois a imagem dos partidos e dos parlamentos

<sup>376</sup>KOSLINSKI, Da Modernidade à Globalidade: novos espaços para a análise da esfera da ação da sociedade? In: SORJ, Bila (Coord.). Op. cit., p. 15.

<sup>377</sup>OLIVO, Luis. **Reglobalização do Estado e da sociedade em rede na era do acesso**. Florianópolis: Boiteux, 2004, p.119.

está cada vez vinculada mais a grupos de interesses que à vontade popular, denegrindo o sistema representativo e colocando-o em foco de críticas.

Como exemplo representativo, José Saramago, comunista convicto, tem permeado suas obras de ficção com temas críticos à democracia. Afirma que o faz, porém, sempre em busca de seu aprofundamento e não sua reversão. Sobre a questão democrática, afirma o vencedor do prêmio Nobel de literatura que

pensávamos ter avançado, mas, na realidade, recuamos. Falar de democracia se tornará cada vez mais absurdo se nos obstinarmos em identificá-la com instituições que respondem por partidos, parlamentos ou governos, sem proceder a um exame do uso que estes últimos fazem do voto que lhes permitiu o acesso ao poder. Uma democracia que não faz autocrítica está condenada à paralisia. Não concluam que sou contra a existência de partidos: sou militante de um deles. Nem pensem que abomino parlamentos: eu os apreciaria mais se se dedicassem mais à ação do que à palavra. E também não imaginem que sou o inventor de uma receita mágica que permitirá aos povos que vivam felizes sem governos. O que me recuso a admitir é que só seja possível governar e desejar ser governado segundo os modelos democráticos vigentes, incompletos e incoerentes<sup>378</sup>.

Por outro lado, em contraste com o escritor português, Norberto Bobbio considera-se um “defensor das regras do jogo”. Argumenta que todas as alternativas ao sistema democrático representativo, pelo menos as tentadas até agora, levaram a formas autoritárias de poder e, em vez de aprofundar, acabaram por inviabilizar o governo do povo. Dessa maneira, com todas as imperfeições, a democracia exercida por meio de representantes, desde que ladeada de certos requisitos, como liberdade e pluralismo, ainda é insuperável<sup>379</sup>. De toda forma, afirma Bobbio, não obstante a democracia ocidental estar doente, como se evidencia facilmente, a atual situação não configuraria sua derrocada, mas sim um processo natural de transformação que ocorre desde seu início. Não se pode negar, contudo, a existência de obstáculos ao aprofundamento da democracia, a exemplo do que se pode chamar de “poder invisível”, praticado por fortes grupos de interesse. Esse poder tem mostrado todo o potencial de corrupção e tem sido, de fato, fonte de descredibilidade para o sistema. Esse poder, entretanto, ainda segundo Bobbio, acabaria sendo contrabalanceado pela alternância de grupos de poder, sendo este equilíbrio plural, aliás, o único mecanismo eficaz que a democracia teve, até agora, para efetivamente se concretizar<sup>380</sup>.

Porém, desde os escritos de Bobbio sobre o “futuro da democracia”, há cerca de 30 anos, a crise do sistema representativo e as transformações sociais se aprofundaram. Em

---

<sup>378</sup>SARAMAGO, José. **O que é, afinal, democracia?** Le Monde Diplomatique. Edição de Agosto de 2004. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2004-08,a961>>. Acesso em 30 jul. 2007.

<sup>379</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.71-73.

<sup>380</sup>Idem, p.9-11.



verdade, conforme visto no primeiro capítulo, na década de 80 do século XX ainda não se havia sentido todos os efeitos das modificações estruturais trazidas pelas novas tecnologias e pela globalização. A revolução digital, gestada entre as décadas de 50 e 70, expandiu-se primeiramente nos meios acadêmicos e militares, passando de maneira fulminante pelo mercado financeiro a partir do final dos 70. Porém, nos anos 80, ainda estava praticamente confinada às grandes empresas e instituições. Somente a partir de meados da década de 90 do século XX e do início do século XXI é que as TICs foram popularizadas, modificando não somente a forma como é criado o conhecimento, são desenvolvidas armas de guerra, se executam instantaneamente transações financeiras, ou se horizontaliza e globaliza a produção, mas também como se produzem e reproduzem as relações sociais, com todas as conseqüências desse processo.

Portanto, Bobbio não captou na plenitude, ao menos nos seus escritos do início dos 1980, a complexa modificação social que se seguiria. Diz-se na plenitude porque ele já se questionava, de uma forma pessimista, sobre as possibilidades democráticas decorrentes das tecnologias computacionais, as quais intitulava de *computadorcracia*<sup>381</sup>. Alertava para o risco de que essas tecnologias tivessem a propriedade muito mais de possibilitar ao governo controlar o povo do que o povo controlar o governo<sup>382</sup>, constituindo-se, assim, um risco à democracia sobre o qual se deveria debruçar com cautela.

De qualquer forma, os elementos básicos conceituais de Bobbio servem como suporte inicial para uma análise contemporânea da democracia que, sendo sempre um ideal e nunca uma obra pronta, está continuamente sujeita a um exercício de raciocínio conjuntural sobre seu futuro. Os posicionamentos do filósofo italiano, contudo, serão complementados por novas visões, à luz de teorias recentes, conforme se verifica a seguir.

### **2.2.3.1 A democracia e suas promessas não cumpridas**

Partindo do conceito procedimental de Bobbio, pode-se dizer que democracia é um conjunto de regras que prevêm como e quem está autorizado a tomar decisões coletivas, ressaltando-se que todo grupo social é obrigado, para manter a vida coletiva, a tomar decisões

---

<sup>381</sup>Idem, p.26.

<sup>382</sup>Idem, p.31.

que vincule seus membros<sup>383</sup>. Entretanto, o reconhecimento deste caráter procedimental do termo não leva (ou não deve levar) à desconsideração do aspecto substancial da democracia e os seus efeitos na vida das pessoas. Antes disso, viabiliza uma compreensão de questões práticas sobre o tema e que, muitas vezes, para grande prejuízo do Estado democrático, é simplesmente negligenciada e minimizada diante de metanarrativas ideológicas que mascaram movimentos autoritários.

Historicamente falando, a construção do conceito moderno de democracia advém de uma visão individualista das relações políticas, que considera a sociedade como fruto da vontade dos indivíduos. Essa percepção, segundo Bobbio, tem por base três posições da filosofia social moderna: o *contratualismo*, que sustenta a existência do estado da natureza antes da sociedade civil; a *economia política*; e a *filosofia utilitarista* de Bentham e Mill, que parte da idéia de que o alcance do bem comum se dá pela soma dos bens individuais<sup>384</sup>. Em relação a esta última questão, Daniela Cademartori ressalta que, “para propor seu princípio limitador da autoridade da sociedade sobre o indivíduo, Stuart Mill partiu das premissas da defesa incondicional da liberdade de pensamento e discussão e do respeito à individualidade, um dos elementos do bem-estar”<sup>385</sup>.

Nesse passo, e pensando no indivíduo como soberano de sua própria vida, a doutrina democrática imaginou um estado sem intermediários. Entretanto, segundo Bobbio, o que se viu na prática dos povos foi a ocorrência justamente do oposto, ou seja, a formação de grupos que terminaram por protagonizar a vida política das sociedades democráticas. Essa defasagem entre a proposta conceitual e a evidência concreta do déficit representativo da democracia é resultado, principalmente, do fato de que a soberania popular era, em princípio, um modelo teórico de uma sociedade monista, enquanto a sociedade real, cada vez mais complexa diante dos avanços do capitalismo, é essencialmente pluralista<sup>386</sup>.

Não se pode deixar de reconhecer, assim, que a tendência dos regimes democráticos representativos é a formação de grupos de interesse, o que parece ser incompatível com o princípio da representação política, que pressupõe a defesa de interesses gerais e não particulares. A alternativa encontrada para buscar minimizar a vinculação de interesses ilegítimos aos cargos públicos eletivos foi oferecer aos representantes mandatos livres, significando isso dizer que, ainda quando eleito por um grupo, ao assumir o cargo o

---

<sup>383</sup>Idem, p.18.

<sup>384</sup>Idem, p.22-23.

<sup>385</sup>CADEMARTORI, Daniela. **O diálogo democrático**: Alan Touraine, Norberto Bobbio e Robert Dahl. Curitiba: Juruá, 2006, p.75.

<sup>386</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.23.

mandatário passe a ser representante do conjunto social. Esse, aliás, é até hoje um princípio da representação, mas que lamentavelmente é clara e reiteradamente descumprido, pois o que se verifica é a consubstanciação de mandatos imperativos, que terminam por representar interesses particulares, ainda que, em tese, sejam livres. A democracia real, por esta razão, frustra mais uma de suas promessas, que é a de *superação do poder oligárquico*<sup>387</sup>.

Ainda na ótica de Bobbio, outra dissociação das promessas democráticas e a realidade dos sistemas políticos contemporâneos é a onipresença insistente de um *poder invisível*, mas penetrante, que é oculto, porém de imensa influência nos destinos do Estado e da própria Nação. Essa estrutura é claramente contrária à democracia, até mesmo porque, conforme afirma Daniela Cademartori, “embora ao termo democracia possam ser dados os mais diversos significados, em nenhum deles pode se deixar de incluir a visibilidade ou a transparência do poder”<sup>388</sup>. Tal dissociação constela-se com o fato de que, onde o governo assume também a economia, as formas de exercer a política extrapolam os meios típicos administrativos, constituindo um novo espaço onde a *gestão de centros do poder econômico acaba por se subtrair*, formal ou substancialmente, *ao controle democrático e judicial*<sup>389</sup>. A história democrática, aliás, é repleta de fatos misteriosos, o que faz refletir sobre a fragilidade e vulnerabilidade das instituições democráticas<sup>390</sup>.

Essa circunstância faz também saltar aos olhos, diante da dificuldade de sua superação, outro abismo, que é o *déficit da educação para a cidadania*, algo perceptível pela apatia política até mesmo nas democracias consolidadas. Há, como se percebe cotidianamente, uma diminuição generalizada do voto de opinião e aumento do voto de permuta, ou voto clientelar<sup>391</sup>, decorrente principalmente do fato de que “quem usufrui dos direitos políticos pensa em deles fazer um uso pessoal em função do próprio interesse”<sup>392</sup>, levando a uma conseqüente distorção do sistema representativo. Na verdade, “podem-se identificar manifestações de crescente alienação política em todo o mundo, à medida que as pessoas percebem a incapacidade de o Estado solucionar seus problemas, e vivenciam o instrumentalismo cínico praticado por políticos profissionais”<sup>393</sup>. Nesse sentido, Merquior, citado por Cademartori, afirma que “em suma, a prática real das liberdades políticas não correspondeu ao sonho de Mill de educação através da democracia: a apatia, em vez do

<sup>387</sup> Idem, p.24-26.

<sup>388</sup> CADEMARTORI, Daniela. Op. cit., p.190.

<sup>389</sup> BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.103.

<sup>390</sup> Idem, p.105.

<sup>391</sup> Idem, p.33.

<sup>392</sup> TOCQUEVILLE, Alexis. **Discurso sulla rivoluzionae sociale, in Scrittropolitici, a cura di N. Matteucci**, v. I, Utet, Torino, 1969, p.271. *Apud*: BOBBIO, No Berto. Op. cit., p.33.

<sup>393</sup> CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.381.

civismo inspirado, difundiu-se, largamente inculcada pelos *mass media* e pela indústria cultural”<sup>394</sup>.

Apesar de todas essas dificuldades, Bobbio entende que os déficits do projeto democrático da modernidade não foram suficientes para transformar os regimes democráticos em regimes autocráticos<sup>395</sup>. Entretanto, o objetivo de manter vivos e expandir os princípios da democracia exige a presença e a articulação de *cidadãos ativos* e, para que isto, deve-se evidenciar que as lutas históricas que levaram às regras democráticas são decorrentes, principalmente, do ideal de *tolerância*, de *não-violência*, de *renovação gradual da sociedade* por meio do *livre debate* e, também, do *ideal de irmandade*, que une todos os homens em um destino comum<sup>396</sup>. Esses são ideais que devem ser reiteradamente lembrados e valorizados.

Por outro lado, parecendo contrastar com essa visão procedimental da democracia, Boaventura afirma estarem as sociedades no ápice de um processo de degradação da tensão entre a *regulação* e a *emancipação*, que na modernidade capitalista se caracterizou pela preponderância de energias regulatórias – aliás, um obstáculo à emancipação, segundo o autor. Estar-se-ia, portanto, diante de uma transição paradigmática, devendo as lutas sempre objetivar a expansão de espaços públicos não estatais e republicizar o espaço estatal, que estaria hoje dominado por grupos privados. Boaventura propõe, assim, um processo de radicalização da democracia<sup>397</sup>.

Como se percebe, há uma generalizada descrença nos processos políticos tradicionais. Diante dessa crise representativa e da ânsia por ampliação dos espaços públicos, pergunta José Saramago: O que fazer então? O escritor, contestando propostas de manutenção das regras atuais, procura responder argumentando que as pessoas devem parar de

considerar a democracia como um valor adquirido, definido de uma vez por todas e intocável para sempre. Num mundo em que estamos habituados a debater qualquer assunto, um único tabu persiste: a democracia. Salazar (1889-1970), o ditador que governou Portugal por mais de quarenta anos, afirmava: “Não se questiona Deus, não se questiona a pátria, não se questiona a família”. Nos dias de hoje, Deus é questionado, a pátria é questionada e, se não questionamos a família, é porque ela própria se encarrega de fazê-lo. Mas não se questiona a democracia. Então, digo: questionemos a democracia em todos os debates. Se não encontrarmos um meio de a reinventar, não perderemos apenas a democracia, mas a esperança de ver um dia os

<sup>394</sup>MERQUIOR, José. **O liberalismo**: antigo e moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p.211. *Apud*: CADEMARTORI, Daniela. Op. cit., p.127.

<sup>395</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.37.

<sup>396</sup>Idem, p.39.

<sup>397</sup>SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p.15.

direitos humanos respeitados neste planeta. Isso seria o fracasso mais estrondoso de nossos tempos, o sinal de uma traição que marcaria a humanidade para sempre<sup>398</sup>.

Em relação a essa proposta de reflexão e reinvenção da democracia, Bobbio sustenta, de forma muito incisiva, que, primeiramente, quem não compreender que sistema democrático é um conjunto de regras de procedimento, onde a regra da maioria é a principal, não sabe nada a respeito da democracia. Assim, ainda que uma democracia que não questiona seus próprios princípios possa acabar por se descaracterizar como tal, certamente isso ocorrerá caso ela coloque em dúvida certas regras que lhe são fundamentais, a exemplo daquela principal (a regra da maioria)<sup>399</sup>.

Compreender a regra da maioria, portanto, é fundamental para analisar a democracia nas sociedades contemporâneas. Entretanto, essa tão importante regra, sobre a qual se construiu a democracia moderna, não possui uma conceituação fácil, diante da polissemia do termo. Mesmo diante dessa dificuldade, uma definição é proposta por Campilongo, que afirma ser a regra da maioria

uma técnica rápida de tomada de decisões coletivas que maximiza a liberdade individual e assegura a ampla e igual participação política dos cidadãos, aproximando governantes e governados por meio de uma prática social de legitimação eventual, finita no espaço e no tempo, que sujeita as decisões à contínua revisão e mantém a sociedade unida<sup>400</sup>.

Ainda conforme Campilongo, essa regra, apesar de fundamental ao processo democrático, possui também suas limitações, as quais são potencializadas à medida que as sociedades se tornam mais complexas e fragmentadas. É o caso, por exemplo, da definição de *quem é chamado a decidir* cada tema – já que essa escolha pode predeterminar o conteúdo da decisão final. Nesse caso, não se olvida que a regra da maioria pode ser utilizada em dois planos, sendo o primeiro na escolha, pelo povo, dos legisladores e governantes, e o segundo como regra decisória no parlamento e instâncias coletivas. Em ambos os casos, contudo, a decisão majoritária carrega consigo esse predeterminante elemento de “quem escolhe”<sup>401</sup>.

Outra limitação da regra da maioria refere-se à questão de *o que se escolhe*. Uma vez que o Estado tem que lidar com dilemas das sociedades informatizadas, tecnológicas e cibernéticas, e tendo em vista a necessidade de investimento em áreas especializadas, como biotecnologias e energia nuclear, pode-se abrir um questionamento sobre a legitimidade da

<sup>398</sup>SARAMAGO, José. **O que é, afinal, democracia?** Le Monde Diplomatique. Edição de Agosto de 2004. Disponível em: < <http://diplo.uol.com.br/2004-08,a961>>. Acesso em 30 jul. 2007.

<sup>399</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.65-68.

<sup>400</sup>CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito e democracia**. São Paulo: Max Limonad. 2000, p.38.

<sup>401</sup>Idem, p.46.

regra da maioria para decisões dessa ordem, que exigiriam conhecimento técnico. Por outro lado, deixar a decisão aos técnicos, em uma discussão vertical e exclusiva, representaria um risco à democracia, a qual, ao contrário, deve ser horizontal e inclusiva. O dilema fica sedimentado, portanto, entre o estabelecimento da democracia majoritária ou de uma tecnocracia elitista<sup>402</sup>, contexto que leva a sérias divergências teóricas e ideológicas (Bobbio afirma, inclusive, que tecnocracia e democracia são antitéticas<sup>403</sup>).

Já em relação a um aspecto técnico do tema, segue Campilongo, a regra da maioria também tem dificuldade em identificar a intensidade das preferências, o que põe em dúvida as suas virtudes democráticas. A distorção pode ser brutal, na medida em que “a maioria de um só voto é tudo, a minoria de um só voto é nada, ‘51 = 100 e 49 = 0’”. Além disso, a decisão binária de aprovação/desaprovação, sim/não etc, simplifica demasiadamente questões que são cada vez mais complexas, o que pode ser ainda mais deficitário em situações com alternativas superiores a duas, “quando a regra da maioria nem sempre expressa com nitidez as expectativas majoritárias”<sup>404</sup>.

Outra aporia que se apresenta refere-se à discussão quanto à possibilidade de o voto da maioria justificar um regime totalitário. Sobre o tema, Dahl afirma que “as democracias tendem para expansão, e não limitação, do alcance e efetividade das proteções legais aos direitos políticos primários”<sup>405</sup> e, portanto, uma vez que a negação dos princípios vai contra sua própria natureza, a regra da maioria encontra, aí, mais um limite à sua atuação.

Soma-se a essas mais uma questão que merece destaque, qual seja, a necessidade de limitação prática da decisão majoritária a fatos reversíveis e corrigíveis, pois se fosse lícito criar, no presente, situações imutáveis no futuro se estaria impedindo a possibilidade de alternância através do tempo. Assim, tendo como exemplo emblemático a questão ecológica, seria “inaceitável que o maior número conjuntural suprima esse direito das futuras majorias”<sup>406</sup>.

Além disso, Campilongo lembra que, ainda quando o critério majoritário seja aplicado na esfera pública, termina por vincular muitos aspectos da vida privada às decisões coletivas – o que traz o dilema da separação entre um e outro. Questões como aborto ou desapropriação podem gerar, pelo alto grau de possibilidade de divergência entre os espaços privado-

---

<sup>402</sup>Idem, p.47.

<sup>403</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.34.

<sup>404</sup>CAMPILONGO, Celso Fernandes. Op. cit., p.48-49.

<sup>405</sup>DAHL, Robert. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 27-28. *Apud*: CAMPILONGO, Celso Fernandes. Op. cit., p.50.

<sup>406</sup>CAMPILONGO, Celso Fernandes. Op. cit., p.50.

individual/público-coletivo, decisões não reconhecidas como legítimas pelos afetados<sup>407</sup>, configurando nova aporia à regra e limitação à sua prática. Nesse sentido, a circunscrição da regra majoritária à área pública significa, por um lado, a limitação da atuação do Estado, impedindo-o de interferir sobre assuntos privados e, por outro, leva a que certos grupos privados não possam impor seus interesses à vontade majoritária. Alguns grupos, entretanto, tais como grandes conglomerados econômicos, conseguem extrapolar essa limitação e, portanto, a regra acaba por perder grande parte de seu potencial legitimador<sup>408</sup>.

Outro importante limite à regra majoritária diz respeito à possibilidade de limitação de direitos humanos por decisões da maioria. Tal fato coloca em destaque a necessidade de a regra se fazer sempre acompanhada da estrita proteção das minorias. Portanto, “a regra da maioria tem um limite claro: não é legítima – nem ela nem nenhuma outra – para condicionar, suprimir ou reduzir os direitos essenciais da pessoa humana”<sup>409</sup>.

Por fim, a soberania da maioria provoca uma “crise de racionalidade” diante de sociedades complexas e de interesses altamente fragmentados, pois essa circunstância leva a demandas contraditórias e excludentes, resultando na ineficiência das regras fixas e hierarquizadas – inadequadas, portanto, a questões não rotineiras e não padronizáveis<sup>410</sup> que são típicas das sociedades que se formam e se articulam em redes de identidades segmentadas. Em resumo, conclui Campilongo, “desde que conjugadas, a regra e seus limites são necessários e indispensáveis à democracia. Porém, incontáveis situações contemporâneas apontam para outras formas, mais legítimas e eficazes, de agregação de interesses”<sup>411</sup>.

De toda forma, mesmo considerando todas as citadas limitações à regra da maioria, *Bobbio parece rezear as tentativas “ingênuas” de expansão da democracia que venham a negligenciar as “regras do jogo”, uma vez que, tal atitude, ainda que carregada de nobres intenções, é extremamente perigosa se vier a colocar em questão aspectos básicos do sistema democrático, como são as regras da maioria e a da eleição geral*<sup>412</sup>.

Aliás, a percepção daquelas imperfeições na regra da maioria e a visão generalizada de perda de legitimidade dos sistemas democráticos representativos podem levar à idéia da necessidade de superação do modelo, trocando-o por um totalmente novo e mais “democrático”. Identifica-se na obra de Bobbio, como mencionado acima, que há um grande perigo nessa flexibilização das regras fundamentais dos sistemas democráticos atuais e, dessa

---

<sup>407</sup> Idem, p.50-51.

<sup>408</sup> Idem, p.51-52.

<sup>409</sup> Idem, p.52-53.

<sup>410</sup> Idem, p.53.

<sup>411</sup> Idem, p.54.

<sup>412</sup> BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.82.

forma, toda proposta de alteração das regras deve ser muito bem debatida, sob pena de se abrir espaço para soluções insustentáveis, levando a um beco sem saída e a um retrocesso democrático<sup>413</sup>.

Afinal, as relações políticas na democracia contemporânea têm como atores primários os partidos e como mais importante componente as eleições. Por essa razão, mudar a forma e os atores da política implicaria em mudar, nos mínimos detalhes, as regras do jogo, o qual vive em um equilíbrio bastante instável. Deve-se ter em mente que o sistema democrático, mesmo que submetido a um processo de deterioração em razão de suas falhas, tem resistido bravamente, assim como os partidos, que articulam e tornam possíveis os consensos necessários à estabilidade das sociedades<sup>414</sup>.

Dessa maneira, sobre a propagação de propostas “inovadoras”, Bobbio sustenta que as novas vias até agora apresentadas não conduziram muito longe, principalmente pela falta de articulação entre as alternativas e a lógica do sistema, não se podendo perder de vista, em nenhum momento, que as liberdades de associação e opinião são condições necessárias para o funcionamento da democracia, pois permitem aos atores exprimirem demandas e tomar decisões após criteriosa avaliação<sup>415</sup>. Em suma, Bobbio afirma que, fora das regras do jogo, rompidas as regras principais como a das eleições, não se sabe as conseqüências, pois, ainda que o que temos hoje é pouco e incerto, as alternativas parecem apenas nos colocar na estrada da desilusão<sup>416</sup>.

Além disso, na busca por alternativas e por novas propostas democráticas tendentes à democracia direta, as quais parecem ser uma pretensão hegemônica hoje em dia, o autor sustenta que é preciso ter como norte o fato de que nem tudo é política e que a integral politização da vida leva a anulação do indivíduo e a indevida supremacia do Estado<sup>417</sup>. Se a política está em todo lugar, não está em lugar algum, sendo anulada em prejuízo das questões de interesse coletivo. Dessa maneira, deve-se ressaltar, desde logo, que “quando se fala no ‘fim da história’, no ‘fim das ideologias’, no advento das sociedades ‘pós-modernas’ – conceitos deliberadamente polêmicos porque, entre outras razões, prospectivos –, a vigilância quanto à intangibilidade dos princípios democráticos deve ser redobrada”<sup>418</sup>.

A tendência ora apresentada, de busca generalizada da expansão da democracia, ocorre justamente em um momento em que o regime representativo encontra-se em grande

---

<sup>413</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>414</sup>Idem, p.68-70.

<sup>415</sup>Idem, p.71-73.

<sup>416</sup>Idem, p.82.

<sup>417</sup>Idem, p.76.

<sup>418</sup>CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Op. cit.*, p.124.



questionamento. As perspectivas, portanto, são diversas, e sua análise é o objeto do próximo tópico.

### **2.2.3.2 Degradação e impasse de legitimidade da democracia representativa: perspectivas**

Serão colacionadas, na seqüência, propostas de articulação da política e da subpolítica a partir das construções teóricas já mencionadas, como a sociedade em rede e a modernização reflexiva, com intuito de se demonstrar a formação do raciocínio que levará à consubstanciação de alternativas democráticas baseadas nas novas tecnologias de informação e comunicação – a surgente democracia digital.

Inicia-se relembrando, sinteticamente, que os déficits do sistema representativo tradicional são agravados pelo fato de que o projeto político democrático de dois séculos atrás foi formulado para sociedades menos complexas que as de hoje, e os problemas atuais exigem competências técnicas cada vez mais especializadas<sup>419</sup>. Busca-se soluções, portanto, nos chamados “sistemas especialistas”, levando a uma perigosa tecnocracia e ao distanciamento em relação a um governo democrático ideal. Aliás, como visto no início do segundo capítulo, na atual fase reflexiva da modernidade, a mudança estrutural das relações humanas obriga a *ação* a se libertar da *estrutura*, ou seja, obriga as pessoas a se libertarem das expectativas normativas das instituições da modernidade. Como ressalta Lash, “este foco nas instituições (alternativas e democráticas) carrega consigo uma grande confiança nas fontes competitivas de especialização e nos sistemas especialistas competitivos”<sup>420</sup>.

Nesse sentido, para Beck e Giddens, reflexividade envolveria a "democracia representativa" contida em novas instituições, onde o público leigo votaria em formas de especialização competitivas. Lash, contudo, alerta quanto aos riscos dessa situação, pois a mesma resultaria em pouco espaço para a democracia participativa da política leiga e dos movimentos sociais do cotidiano informal<sup>421</sup>. A história mostra que, pelo menos até agora, o que houve na verdade foi um aumento da burocracia e a formação de uma estrutura piramidal

<sup>419</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.33-34.

<sup>420</sup>BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.237-238.

<sup>421</sup>Idem, p.238.

do sistema político, com o poder indo do vértice à base, enquanto em uma sociedade democrática o movimento deveria ser o contrário<sup>422</sup>. Nesses termos, pode-se dizer que

o movimento da democracia é ascendente: do povo em direção à autoridade. A tecnocracia pressupõe o inverso: dos técnicos à maioria. A democracia implica participação e discussão horizontal e inclusiva. A decisão técnica é vertical e exclusiva, tomada pelos que monopolizam ‘o discurso competente’ dos saberes científicos<sup>423</sup>.

Lash, ultrapassando visões conservadoras das relações políticas, sustenta que essa fixação nos aspectos formal e institucional, em detrimento dos social e cultural, não corresponde a um mundo cada vez mais desorganizado. As pessoas são obrigadas a se libertar das estruturas normativas da modernidade simples em seu processo de autoconstrução identitária (a individualização das biografias já mencionada), o que indicaria a tendência a uma valoração mais acentuada na dimensão estética (hermenêutica) dessa condição<sup>424</sup> e, por outro lado, denotaria uma tendência ao distanciamento em relação às instituições modernas não permeáveis a esse processo. De outro lado, aos déficits e obstáculos da representação política soma-se uma situação que se costuma chamar de “ingovernabilidade” da democracia, decorrente principalmente do fato de que o Estado liberal, ao emancipar a sociedade civil do sistema político, permitiu que as demandas livres aumentassem em número e urgência, criando, portanto, uma defasagem entre o mecanismo da imissão e o mecanismo da emissão, ou seja, o sistema democrático viabiliza uma demanda fácil de serviços públicos, enquanto torna a resposta difícil<sup>425</sup>.

Vive-se, de fato, em um contexto social não previsto pelo Iluminismo, que imaginava que, quanto mais se acumulasse conhecimento sobre o mundo, mais se poderia controlá-lo, o que não ocorreu. Assim, nesse mundo descontrolado, a democracia possui, evidentemente, um papel fundamental, e de fato hoje ela é muito popular. Mas não se pode esquecer que, até pouco tempo, mesmo nos países ocidentais, a democracia não era um valor compartilhado ou promovido, pela direita ou pela esquerda<sup>426</sup>. Entretanto, agora, quando a democracia está em seu auge, é quando mais se vê manifestações de descontentamento com a representação política. Nesse sentido, Giddens afirma, e muitos poderão discordar radicalmente, que a idéia da democracia, por muitos vista, metaforicamente, como uma flor delicada, mais se assemelha

<sup>422</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.33-34.

<sup>423</sup>CAMPILONGO, Celso Fernandes. Op. cit., p.47.

<sup>424</sup>BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.237.

<sup>425</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.36.

<sup>426</sup>GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.227.

com uma planta forte. A difundida percepção da democracia representada por uma flor delicada passa pela idéia de que ela, se não constantemente cuidada, termina por morrer. A visão de planta forte, por outro lado, vê a democracia como uma planta que desenvolve brotos mesmo em terreno completamente infértil<sup>427</sup>. Com essa “teoria da planta forte”, Giddens sugere que estejam ocorrendo mudanças profundas fora do Estado, onde as transformações da vida se desenvolvem nos domínios do que se convencionou chamar de “subpolítica”<sup>428</sup>. O Autor chama a atenção, portanto, a essa construção teórica – debatida anteriormente – sobre a qual Beck afirma que a mesma se diferencia da “política” primeiramente

porque se permite que os agentes *externos* ao sistema político ou corporativo apareçam no cenário do planejamento social [...] E, em segundo, porque não somente os agentes sociais e coletivos, mas também os indivíduos, competem com este último e um com o outro pelo poder de conformação emergente do político<sup>429</sup>.

Essa subpolítica se estrutura fora do Estado, mas em constelação com ele, em um momento onde as instituições democráticas passam pela já mencionada crise de legitimidade decorrente de uma série de fatores internos e externos, o que acaba causando, e é causado por, uma transformação negativa da percepção popular sobre a representatividade política. Nesse contexto, Bobbio afirma que, nas democracias ocidentais, ainda o que assegura a unidade da sociedade e a legitimidade do soberano é o poder legislativo<sup>430</sup>, mesmo que, na prática, o que se verifica é o prevailecimento, nesse espaço, dos interesses individuais sobre os públicos, processo no qual se enfraquece a política em um Estado já combalido. Conforme ressalta Mezzaroba, de toda forma,

a partir do surgimento dos Partidos Políticos e da consolidação de seu papel, originalmente instrumental de representação, o modelo das Democracias Representativas recebe uma caracterização especial pela inserção das instituições político-partidárias como medianeiras da relação representante-representado<sup>431</sup>.

Bobbio corrobora, afirmando que os partidos jogam especial papel por serem os intermediários dos consensos, legitimando o sistema democrático<sup>432</sup>, ainda que se observe que os mesmos, como efeito colateral da formação de grupos, terminem por aprofundar a fragmentação da sociedade. Nesse sentido, a democracia de partes decorrente da

---

<sup>427</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>428</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>429</sup> BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.34.

<sup>430</sup> BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.131.

<sup>431</sup> MEZZAROBA, Orides. **Introdução ao direito partidário brasileiro**. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p.83.

<sup>432</sup> BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.70.

fragmentação social dificulta o ideal da unidade estatal, uma vez que as sociedades parciais não foram eliminadas pela democracia e o sistema convive ainda com a formação de grandes organizações para defesa de interesses econômicos, em uma trama de poder no qual o Estado-nação, que deveria estar acima das partes, acaba sendo mais um nó da rede.

Aditivamente, em mais um movimento de degradação do sistema democrático representativo, o que se observa, mesmo nas democracias consolidadas, é a formação, entre os partidos e os eleitores, de um verdadeiro “mercado político”, onde estes se tornam clientes daqueles, em típica relação de natureza privada. Isso demonstra o equívoco do pressuposto democrático de que os indivíduos escolheriam sempre os “melhores” representantes<sup>433</sup>. Como faz lembrar Bauman, presencia-se “uma patologia do espaço público que resulta numa patologia da política: o esvaziamento e a decadência da arte do diálogo e da negociação, e a substituição do engajamento e mútuo comprometimento pelas técnicas do desvio e da evasão”<sup>434</sup>.

É assim que o voto de opinião se torna menos freqüente, enquanto aumenta o voto de permuta, decorrente da malícia dos eleitores e da habilidade dos partidos. Esse mercado político passa a ser, assim, uma característica da democracia (ainda que, evidentemente não daquela imaginada por Rousseau ou pelos que acreditam que o simples aumento da participação é solução para todos os problemas). Considera-se que essa relação é *de mercado* em razão do fato de que o consenso, sendo uma prestação positiva, exige uma contraprestação e, quando há prestação e contraprestação, configura-se um contrato bilateral. Na democracia, o mercado político seria formado, assim, por tantos acordos bilaterais quantos eleitores existam<sup>435</sup>.

Todo o contexto até agora desenhado, de turbulência social e desconfiança dos sistemas, acabou por favorecer um reavivamento do contratualismo, que questiona o problema da legitimidade do poder e permite a busca por um novo começo, uma idéia de um novo contrato originário<sup>436</sup>. Nesse sentido, entender o Estado como fundado em um contrato social significa defender, de acordo com Bobbio, a causa do poder ascendente, ou seja, de que o poder vai se mover de baixo para cima, fundamentando a democracia<sup>437</sup>. O renascimento do contratualismo, em uma versão que se pode chamar de neocontratualismo, é, portanto, uma proposta de um novo pacto social global de pacificação e de constituição de uma nova ordem,

---

<sup>433</sup>Idem, p.139.

<sup>434</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op.cit. 2001, p.127.

<sup>435</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.141.

<sup>436</sup>Idem, p.144.

<sup>437</sup>Idem, p.145.

o que ocorreria diante das fragilidades crônicas do poder público nas sociedades complexas<sup>438</sup>. Esse movimento destaca o fato da existência de outros modos de formação da vontade coletiva além daqueles ortodoxos, a exemplo de acordos e negociações, o que resulta, diante da crise do Estado, na abertura de novas técnicas de resolução de conflitos, distantes da regra da maioria<sup>439</sup>.

É de se perceber, por tudo quanto mencionado, que, apesar das profundas modificações das relações humanas das últimas décadas, os sistemas políticos atuais ainda são baseados em formas organizacionais e estratégias da era industrial e, portanto, vêm se tornando politicamente obsoletos, ainda mais quando sua autonomia é negada pelos fluxos de informação dos quais dependem. Esta, aliás, é uma das principais fontes da crise da democracia na Era da Informação<sup>440</sup>. Dessa forma, a perda de legitimidade dos sistemas políticos ocorre principalmente porque as democracias ocidentais são caracterizadas pelo fato de que as elites políticas não agem mais como emanações do corpo eleitoral, ou seja, se dissociaram de suas bases de tal forma que não reconhecem e não são reconhecidos pelos cidadãos. “Para elas [as elites políticas], o povo são sempre os outros. Em nome de sua competência, elas acreditam saber guiá-lo para longe dos ‘erros fatais das reivindicações impossíveis’”<sup>441</sup>. Anne-Cécile Robert, sobre essas características atuais do sistema político, afirma ainda que

o impasse da democracia representativa havia sido previsto pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793, redigida por Condorcet e Robespierre, ao enunciar o “direito à insurreição, quando os direitos do povo forem violados” [...] É urgente atrelar-se ao restabelecimento da democracia – papel central do sufrágio universal direto, debate público livre e racional. O fosso que se cava, sob nossos olhos, em todo o mundo ocidental, entre os corpos representativos e o corpo social abre uma zona de incertezas para as liberdades já fragilizadas pela ofensiva dos mercados<sup>442</sup>.

Esse distanciamento entre o corpo político e os cidadãos termina por representar, na rotina dos povos, uma descrença profunda nas instituições e nos sistemas democráticos. Como exemplo, baseada em uma pesquisa do IBOPE, recentemente a revista *Veja* estampou em sua capa o pensamento dos brasileiros quanto aos seus políticos: eles seriam *desonestos*, *insensíveis* e *mentirosos* (a pesquisa foi realizada entre os dias 23 e 25 de janeiro de 2007,

<sup>438</sup>Idem, p.143.

<sup>439</sup>CAMPILONGO, Celso Fernandes. Op. cit., p.119.

<sup>440</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.368.

<sup>441</sup>ROBERT, Anne-Cécile. **Onde está o povo?** Le Monde Diplomatic. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-11,a779>>. Acesso em 3 ago. 2007.

<sup>442</sup>ROBERT, Anne-Cécile. **Onde está o povo?** Le Monde Diplomatic. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-11,a779>>. Acesso em 3 ago. 2007.

tendo-se ouvido 1.400 moradores de capitais, periferia e interior das cinco regiões brasileiras)<sup>443</sup>.

A reportagem interna da revista menciona que as seguintes respostas e seus percentuais surgiram em relação à pergunta “na sua opinião, os deputados e senadores brasileiros:” a) representam e defendem mais os interesses e desejos da sociedade – 3%; b) representam e defendem mais os interesses de grupos políticos – 31%; c) representam e defendem mais os seus próprios interesses – 63%; d) não sabe/não opinou – 3%. Quanto à pergunta para escolha de três características que definem os parlamentares brasileiros, dentre as alternativas que continham termos como “honestos”, “dedicados” e “sinceros”, entre outros, teve-se como as cinco principais respostas as seguintes características: desonestos – 55%; insensíveis aos interesses da população – 52%; mentirosos – 49%. Em quarto e quinto lugares ficaram, ainda, oportunistas – 45%; e preguiçosos – 31%. Em síntese, em uma escala de 0-10, o político brasileiro recebeu uma nota média de 3,9 pela sua atuação<sup>444</sup> – reprovado, portanto. A mídia especializada reproduz e reforça essa percepção, a exemplo de matéria escrita pelo jornalista Clovis Rossi, para a Folha de São Paulo, onde o mesmo afirma que não se sente

confortável em delegar "decisões sobre o orçamento público" aos deputados/senadores, porque temo que a maioria não vá agir em função do interesse público, mas por apetites pessoais. É urgente, pois, "politizar" a política, para devolver a ela "o sentido forte e civilizado do termo" [...]. Repito: o mundo político dissociou-se completamente da sociedade. Gira em órbita própria, cuidando de seus próprios interesses - políticos, eleitorais, econômicos, financeiros. Nada a ver com o interesse público. [...] Mexa-se, meu caro<sup>445</sup>.

O que se vê, de forma generalizada, é a descrença nos parlamentos e nas pessoas que deveriam representar os interesses do povo, situação da qual decorre a lamentável falta de estímulo à participação política. A mídia apresenta uma sucessão vertiginosa de escândalos que anestesia as pessoas, em um círculo que gera ainda mais alienação e menos controle social sobre as atividades políticas. Por todas essas razões, têm-se falado e escrito muito sobre as possibilidades de democracia direta e, nesse campo, as alternativas proporcionadas pelas novas tecnologias são as mais efusivamente defendidas. Assim, algumas considerações básicas sobre o conceito e o contexto das alternativas de democracia direta e deliberativa se fazem necessárias.

<sup>443</sup>REVISTA **Veja**, Edição 1.993, ano 40, n. 4, de 31 jan. 2007.

<sup>444</sup>Idem, p.50-51.

<sup>445</sup>ROSSI, Clovis. Vassoura e detergente neles. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Caderno principal, 12 abr. 2007, p.2.

Nesse sentido, Bobbio sustenta que é consenso de que se tem, freqüentemente, buscado a expansão da democracia, de forma que a democracia representativa seja complementada ou mesmo substituída pela democracia direta<sup>446</sup>. O autor afirma, contudo, que democracia direta, se tomada em seu sentido puro, quer significar que o indivíduo participa ele mesmo das deliberações, não existindo, portanto, qualquer intermediário entre as pessoas e o Estado<sup>447</sup>. Parece correto dizer que a democracia direta deve ser vista, portanto, como uma situação ideal, um referencial para certas ações de expansão democrática – e não uma situação realística de execução prática, ao menos com a estrutura das sociedades atuais. Isto porque, em uma condição extrema, a democracia direta se constituiria em uma impraticável participação de todos os cidadãos em todas as decisões coletivas – algo que, mesmo que tecnologicamente possível hoje, possui requisitos e conseqüências complexos, sobre o qual há muito que se debater. Bobbio afirma, nesse sentido, que “se por democracia direta entende-se literalmente a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a ele pertinentes, a proposta é insensata”<sup>448</sup>.

Por outro lado, a democracia representativa, que se caracteriza pelo fato de que decisões coletivas são tomadas por pessoas eleitas, e não diretamente<sup>449</sup>, em sua versão pura igualmente se apresenta como um ponto meramente referencial, pois a plenitude do sistema jamais poderá ser alcançada. Por essas razões, entre a democracia representativa pura e a democracia direta pura existem infinitas combinações, podendo haver, na prática, uma tendência mais para uma ou para outra opção, ou seja,

entre a democracia representativa pura e a democracia direta pura não existe, como crêem os fautores da democracia direta, um salto qualitativo, como se entre uma e outra existisse um divisor de águas e como se a paisagem mudasse completamente tão logo passássemos de uma margem à outra. Não: os significados históricos de democracia representativa e de democracia direta são tantos e de tal ordem que não se pode pôr os problemas em termos de ou-ou, de escolha forçada entre duas alternativas excludentes, como se existisse apenas uma única democracia representativa possível e apenas uma única democracia direta possível [...] Exatamente porque entre a forma extrema de democracia representativa e a forma extrema de democracia direta existe um *continuum* de formas intermediárias [...] Isto implica que, de fato, democracia representativa e democracia direta não são dois sistemas alternativos [...] mas são dois sistemas que se podem integrar reciprocamente<sup>450</sup>.

---

<sup>446</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.41.

<sup>447</sup>Idem, p.51.

<sup>448</sup>Idem, p.42.

<sup>449</sup>Idem, p.44.

<sup>450</sup>Idem, p.52.

O que se percebe é que tem ocorrido nas sociedades avançadas um processo de democratização e expansão do poder ascendente, em uma ampliação da esfera das relações *políticas* para a das *relações sociais*, onde o cidadão é compreendido na variedade de *status* e de seus papéis específicos (sua identidade). Existe, assim, o desenvolvimento de uma democracia que ocupa espaços até agora dominados por organizações de tipo hierárquico ou burocrático<sup>451</sup>. Essa é uma tarefa em construção e se pode apenas afirmar que

se o avanço da democracia for de agora em diante medido pela conquista dos espaços até então ocupados por centros de poder não democrático, tantos e tão importantes ainda são estes espaços que a democracia integral (posto que seja meta desejável e possível) ainda está distante e é incerta<sup>452</sup>.

Diante de tais considerações, vê-se que, se em um lado as democracias modernas apresentam a idéia de contrato social e de consenso de todos os indivíduos, em outro são pressionadas por forças incontroláveis por meio das instituições do Estado Constitucional Moderno, em razão principalmente da força da economia capitalista globalizada, que termina por desmentir a pretensão de que se possa ter capacidade de autocontrole. “É exatamente neste ponto que a Sociedade se habilita para criticar a Democracia Representativa Moderna e propor outras hipóteses de Contratação Social e outras possibilidades de representação política”<sup>453</sup>.

Nesse sentido, Scott Lash afirma que uma articulação teórica focada na questão puramente cognitiva, com uma crença nos sistemas especialistas ou nas instituições de democracia representativa, deixa pouco espaço para uma verdadeira “democracia participativa”, algo já mencionado em outra oportunidade<sup>454</sup>. Aliás, os movimentos sociais de *identidades múltiplas*, principalmente aqueles que se articulam como interesses relativos às identidades de projeto (pela classificação de Castells) questionam justamente a construção de uma *identidade nacional* e o fortalecimento da cidadania tradicional. Tal ocorre em um delicado momento em que o aparato instrumental do Estado está comprometido pela globalização, pela economia integrada em escala global e pela dificuldade no controle das informações<sup>455</sup>.

---

<sup>451</sup> Idem, p.54-55.

<sup>452</sup> Idem, p.57.

<sup>453</sup> DAHRENDORF, Ralf, FURET, Françoise; GEREMEK, Bronislaw. **La Democracia en Europa. Org. de Lucio Caracciolo**. Madrid: Alianza Editorial, 1992, p. 22. *Apud*: CRUZ, Paulo; SIRVENT, José, 2006. **Ensaio sobre a necessidade de uma teoria para a superação democrática do estado constitucional moderno**. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8276>>. Acesso em 6 ago. 2007.

<sup>454</sup> GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Op. cit., p.238.

<sup>455</sup> CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.288-289.



Nessa perspectiva, Castells agrega a idéia de reconstrução da democracia como um fenômeno de “política simbólica” e, nesse aspecto, a idéia da comunicação eletrônica como meio de aprimoramento da participação política e comunicação horizontal entre os cidadãos é bastante comentada na literatura<sup>456</sup>. Isso porque o acesso digital a informações facilita sua difusão, com a possibilidade, ainda, de amplo debate em fóruns eletrônicos, permitindo aos cidadãos formar “suas próprias constelações políticas e ideológicas, passando ao largo de estruturas políticas já estabelecidas, criando, portanto um campo político flexível e adaptável”.

O Estado, portanto, buscaria reconstruir sua legitimação por meio das redes transnacionais e integrando sociedades civis locais. Todavia, o novo sistema de poder vigente na Era da Informação é caracterizado por uma pluralidade de fontes de autoridade, sendo o Estado apenas uma delas, como um nó de uma rede mais abrangente, colocando em questionamento uma soberania absoluta. Como já mencionado nesse trabalho, os Estados transformam-se, assim, de Estados soberanos a atores estratégicos<sup>457</sup>. Todos esses fenômenos levam a uma crise da democracia e a uma indefinição da cidadania, tendo em vista a diluição do controle social e debilidade da representatividade política tradicional, baseada nas organizações e estratégias da era industrial, obsoleta diante dos fluxos informacionais<sup>458</sup>.

Nesse mundo de Estado em declínio, estar ou não no poder político ortodoxo não diferencia as possibilidades de acesso ao dinheiro e ao poder, ou ainda a contribuição para causas humanitárias. Como desdobramento, há uma migração da participação social para a política simbólica, em mobilizações em torno de um único tema, do localismo e da política de referendo<sup>459</sup>. Diante dessa diversidade de fenômenos, Castells aponta três alternativas básicas para a nova política democrática: a primeira é a *recriação do Estado local*, cujo limite é dado pela acentuada fragmentação do Estado-nação; uma segunda é o *desenvolvimento da política simbólica* e mobilização em torno de causas “não-políticas”, que poderiam integrar o processo de reconstrução da democracia na sociedade em rede; e a terceira é *oportunidade oferecida pela comunicação eletrônica para aprimorar a participação política e comunicação horizontal entre os cidadãos*<sup>460</sup>.

Assim, se a representação política e os responsáveis pela tomada de decisão tiverem condições de estabelecer uma relação com essas novas fontes de contribuição de cidadãos

---

<sup>456</sup>Idem, p.409.

<sup>457</sup>Idem, p.321-357.

<sup>458</sup>Idem, p.366.

<sup>459</sup>Idem, p.395.

<sup>460</sup>Idem, p.409-412.

interessados em política, um novo modelo de sociedade civil pode ser reconstruído, possibilitando a popularização da democracia pela via eletrônica<sup>461</sup>. Nesse sentido,

a globalização da informação e da comunicação sugere a possibilidade de uma nova estrutura de cidadania e democracia nas quais até agora mal se pensou. Simultaneamente, a crescente privatização e individualização que a tecnologia da informação também promoveu apontam uma direção diferente e quase oposta: para o esvaziamento e diminuição da esfera pública nas sociedades ocidentais contemporâneas<sup>462</sup>.

Essa paradoxal situação se agrava em razão de que as formas subpolíticas de mobilização, voltados para temas específicos e política não-partidária, vêm ganhando legitimidade e vêm questionando a política formal. Ao atingirem o objetivo de introduzir novos processos e questões políticas, agravam a crise da democracia liberal, ao mesmo tempo em que estimulam o surgimento do que ainda está por vir: a democracia informacional<sup>463</sup>. Dessa maneira, e já caminhando para o tema do terceiro capítulo, é de se dizer que, graças às novas tecnologias, se observa que os processos de criação do tecido social têm-se baseado em redes interconectadas, menos hierarquizadas e mais descentralizadas. O potencial das comunicações se amplia e os custos diminuem, a publicação e distribuição da informação se simplificam e a tomada de decisões comunitárias e o teletrabalho em grupo tornam-se possíveis<sup>464</sup>.

As Sociedades da Informação e do Conhecimento avançam rapidamente nas mãos da Internet. Contudo, as redes ainda não conseguiram democratizar o mais importante: a própria democracia. Assim, os sistemas políticos atuais seguem baseados na democracia representativa e em partidos políticos, que são sempre desejáveis ante qualquer tipo de autocracia, mas que ainda estão longe de representar o conteúdo ideal da palavra “democracia”: o governo do povo, da cidadania<sup>465</sup>. O contexto tecnológico, social e institucional das alternativas e práticas de democracia digital é, portanto, o objeto do próximo capítulo.

---

<sup>461</sup> Idem, p.411.

<sup>462</sup> KUMAR, Krishan. Op. cit., p.172.

<sup>463</sup> CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2000, p.412.

<sup>464</sup> HERNANDO, Diego; GONZÁLEZ, David. **Profundización democrática en la era Internet**. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/gt.php?lengua=es&id=65>>. Acesso em 6 set. 2007.

<sup>465</sup> HERNANDO, Diego; GONZÁLEZ, David. **Profundización Democrática en la Era Internet**. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/gt.php?lengua=es&id=65>>. Acesso em 6 set. 2007.

### **3 OPORTUNIDADES DEMOCRÁTICAS NO ESPAÇO PÚBLICO VIRTUAL**

Até o momento, foi possível acompanhar as imensas transformações que têm ocorrido em diversos campos da vida humana, fazendo perceber que a profundidade das mudanças é suficiente para abalar as instituições modernas e, por conseqüência, afetar a forma de ação política e o funcionamento dos sistemas democráticos. Forças ascendentes da subpolítica são uma realidade com a qual as estruturas tradicionais têm imensa dificuldade em lidar – e até mesmo compreender. Esforços nesse sentido são evidentes, especialmente nos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que possuem planejamentos de longo prazo para um posicionamento estratégico na rede mundial de fluxos.

A questão que surge, então, é: poderiam as novas tecnologias de informação e comunicação viabilizar a construções de novos processos e sistemas institucionalizados que venham garantir o aprofundamento da democracia em benefício do interesse coletivo? Esse questionamento tem como pano de fundo uma revolução informacional sem precedentes, a qual aproxima países, empresas e pessoas. É de se afirmar, portanto, que ao presente estudo importa, especialmente, analisar as novas possibilidades de ação política nos sistemas democráticos tradicionais, ou seja, busca-se entender os elementos básicos que indiquem de que maneira a democracia é “impactada” pelas novas tecnologias e qual o padrão que as sociedades da informação e do conhecimento estão seguindo para lidar com essa realidade. Considere-se, como já dito, que não é a tecnologia que determina a sociedade, mas esta se reconstrói fazendo uso daquela para alterar a maneira como produz bens, cultura e política, enfim, alterar sua forma de articulação com todo um universo de relações sociais.

Com essa finalidade, são alcançados temas mais específicos sobre o horizonte de implantação do que se pode denominar, em sentido amplo, de uma “democracia digital”. Este termo possui uma conceituação que abrange um imenso leque de ações e processos, o que inclui desde informações e serviços estatais disponibilizados na Internet até o modelo de negócios da TV (digital) aberta adotado em cada país. Em tal sentido, é pertinente mencionar que, por uma escolha metodológica, se quer restringir a idéia de democracia digital à participação e/ou deliberação dos indivíduos acerca de questões de caráter público em estruturas institucionais. Isto porque, diante da mencionada extensa gama de possibilidades de

interação oferecidas pelas TICs, a ação coletiva de grupos de interesse articulados no ciberespaço (que pode ser caracterizada como subpolítica, para usar a nomenclatura de Beck), decorrente de movimentos sociais organizados em torno de temas variados e muito específicos, não é objeto de análise.

Essa escolha não quer significar a desconsideração quanto à importância desse fenômeno que se expande pelo “terceiro setor”. Porém, esta investigação intenciona a análise sobre as possibilidades de horizontalização da democracia no espaço da cidadania por meio de novos canais de comunicação eletrônica que permitam um fluxo multidirecional das informações entre os indivíduos. Este desafio, ainda que exclua diversos outros panoramas possíveis, tem já uma enorme extensão, suficiente para ocupar as preocupações que estimulam a redação deste capítulo. Dessa maneira, serão explorados, a partir de todas as considerações teóricas apresentadas até o momento, temas como a cultura da virtualidade real, modelos e tipos de democracia digital, as oportunidades práticas abertas pelas novas mídias e, finalmente, experiências de governos na utilização da Internet como meio de viabilização de uma democracia cada vez mais participativa e eventualmente deliberativa.

### **3.1 Contexto institucional, cultural e tecnológico da democracia digital**

#### **3.1.1 Considerações iniciais**

Como mencionado anteriormente, o termo democracia digital (ou suas variáveis, tais como, entre outras, *democracia eletrônica* e *ciberdemocracia*, que aqui serão tomadas por sinônimos) pode significar muitas coisas e, portanto, faz-se necessário delimitar sua extensão. Assim, partindo do pressuposto já delineado no segundo capítulo, é de se dizer que a democracia exercida no ciberespaço *não* quer significar, obrigatoriamente, democracia direta, pois esta representaria a participação de todos os cidadãos em todas as decisões coletivas, o que não é o caso. Ao contrário, a democracia eletrônica *pode* estar amplamente vinculada à democracia representativa ante a potencialidade de o voto tradicional ser convertido em deliberação remota por meio de voto eletrônico, assim como as consultas públicas podem adquirir um caráter mais amplo e aberto via Internet, agregando-se aos processos de formulação de políticas públicas e elaboração de leis.

Serão discutidas, portanto, questões que auxiliarão na verificação quanto à validade da democracia digital para ampliar as possibilidades de participação popular no debate para construção e execução de leis e políticas públicas. Essa possibilidade representaria um meio caminho entre a democracia representativa e a democracia direta, dando-se maior valor ao debate público que à deliberação autônoma por meio de representantes. Evidentemente, como ressaltou Bobbio em posicionamento já mencionado, existe um *continuum* entre o que se poderia denominar de democracia representativa pura e democracia direta pura, em um universo de possibilidades ainda mais extenso em razão, principalmente, da flexibilidade das TICs. Assim, a proposição ora assumida é apenas uma dentre as diversas possibilidades de introdução das tecnologias nos sistemas democráticos, o que ficará mais bem desenhado a partir da apresentação das experiências práticas a serem descritas na segunda parte deste Capítulo.

Justamente pelas razões acima expostas – vale a pena *mais uma vez* se ressaltar – a presente análise descritiva será focada em ações que se articulem com a política tradicional e que sejam recepcionadas, ou tenham o potencial de o ser, pelas instituições estatais envolvidas com os processos de formulação de leis ou políticas públicas. Ainda que seja instigante ingressar no tema da formação de redes de cidadãos e de comunidades virtuais patrocinadas por movimentos sociais, essa não é uma vertente incluída no trabalho, conforme dito anteriormente. Esses não são temas, contudo, desconexos com as questões apresentadas – ou menos importantes – porém sua complexidade merece um estudo em particular.

Ainda como questão introdutória, é correto, para que haja clareza na exposição, serem estabelecidos alguns conceitos antes de se continuar na trajetória escolhida, em particular no que se refere aos termos *ciberespaço* e *democracia digital*. O primeiro foi cunhado pela primeira vez no romance “Neuromante”, de 1984, cujo autor, William Gibson, o utilizava para designar o universo das redes digitais, um espaço de conflito entre multinacionais e países em busca do controle da nova fronteira econômica e cultural. Na obra, ciberespaço é representado por fortalezas de informações e ilhas de dados, onde alguns heróis têm a capacidade de ingressar e transitar “fisicamente” naquele universo metafórico, *o que tornou a informação* contida nas redes, que é normalmente algo invisível e abstrato, em um lugar *perceptível* e *sensível*<sup>466</sup>. Pierre Lévy, fazendo referência ao romance, apresenta sinteticamente o que entende por ciberespaço: ele é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. Esse espaço

---

<sup>466</sup>LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999, p.92.

inclui os sistemas de comunicação eletrônicos baseados em codificação digital, que por sua vez condiciona, ainda segundo o autor, o “caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço”<sup>467</sup>. Por outro lado, o conceito do segundo termo, *democracia digital*, é tão variado quantos o são os sinônimos e os modelos teóricos que venha a representar. Como será visto mais adiante, cada proposta tipológica de democracia digital trás consigo uma visão das coisas do mundo, um projeto ideológico e seus valores. A já antiga (e, diga-se, aparente) dicotomia entre democracia representativa e democracia direta também se mostra neste caso, significando dizer que as propostas práticas para democracia digital estão ligadas a um conceito permeado, na maioria das vezes, por uma ideologia pré-determinada.

De toda sorte, conforme mencionado no segundo capítulo, tendo Bobbio como referência, parte-se da compreensão de que o aprofundamento da democracia deve obedecer a certos limites, sob pena de um abalo significativo nas bases do sistema e a conseqüente criação de contextos que podem possibilitar arroubos autoritários ou totalitários. Imagina-se, portanto, algum tipo de combinação dos insuficientes, mas necessários, sistemas políticos representativos com as oportunidades geradas pelas novas tecnologias informação e comunicação, ainda que sejam reconhecidas as imensas variáveis possíveis decorrentes da combinação e recombinação dos elementos constitutivos das estruturas democráticas institucionalizadas.

Feitas essas observações, pode-se dizer que *democracia digital*, em sentido prático, é o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e de comunicações mediadas por computador (CMC) em todos os tipos de mídia (como a Internet, *broadcasting* e telefonia digital) com propósito de fortalecer a democracia política e a participação dos cidadãos na comunicação democrática. Complementarmente, Hacker e Van Dijk conceituam o termo como um “conjunto de propostas de práticas democráticas sem limites de tempo, espaço e outras condições físicas, usando TIC ou CMC, sem que isso constitua uma substituição das práticas analógicas da política tradicional”<sup>468</sup>.

Tem-se comumente divulgado as grandes possibilidades oferecidas pela democracia digital e, nesse contexto, muitos posicionamentos podem ser considerados hiperbólicos e

---

<sup>467</sup>Idem, p.92-93.

<sup>468</sup>HACKER, Kenneth; VAN DIJK, Jan. What is Digital Democracy? In: HACKER, Kenneth; VAN DIJK, Jan (Orgs.). **Digital Democracy: Issues of Theory and Practice**. London: Sage, 2000, p. 1. Tradução livre de: “[...] a collection of attempts to practice democracy without the limits of time, space and other physical conditions, using ICT or CMC, instead, as an addition, not a replacement for traditional ‘analogue’ political practice”.

irrealistas, conseqüência, em geral, da falta de dados confiáveis ou da utilização de modelos simplistas sobre a comunicação humana e sobre os sistemas políticos. É necessário, portanto, que sejam desfeitos alguns mitos para que as verdadeiras oportunidades geradas pelas TICs e CMCs façam parte de um projeto de construção de uma democracia digital genuína e factível<sup>469</sup>. Por essa razão, maior atenção deve ser dada aos usos políticos das novas tecnologias de comunicação, como a Internet, tendo-se sempre em mente que, enquanto alguns vêm essas possibilidades como uma forma de revitalização da democracia, outros as percebem como perigos evidentes – conseqüência da instrumentalidade da tecnologia, que pode ser tanto usado para o “bem” quanto para o “mal”.

De toda forma, assim como propõe Hacker e van Dijk, assume-se que há duas maneiras básicas para se estudar esse contexto: por meio da *análise teórica* e, também, pela *observação das práticas* da democracia digital – considerando-se sempre as conseqüências do uso das tecnologias para a cultura política existente, para a transformação estrutural da esfera pública e o desenvolvimento da democracia digital<sup>470</sup>. Diante dessas questões, e objetivando o aprofundamento do tema, passa-se à contextualização da democracia digital diante das propostas relacionadas ao ambiente cibernético e as questões institucionais, culturais e tecnológicas decorrentes dessa realidade – a análise teórica – para somente depois se alcançar a descrição e análise de proposições práticas ligadas ao tema.

### 3.1.2 Relações políticas no ciberespaço

“A Internet é o tecido de nossas vidas”<sup>471</sup>. Essa emblemática frase de Castells simboliza bem o *frisson* nos meios acadêmicos que causa essa inovadora forma de comunicação em rede, que hoje se expande exponencialmente e tende a alcançar, nas próximas décadas, a maior parte do globo e grande parte das atividades humanas cotidianas, tais como estudar, comprar, conversar, divertir-se e, por que não, participar da política e dos processos democráticos.

---

<sup>469</sup>HACKER, Kenneth; VAN DIJK, Jan. What is Digital Democracy? In: HACKER, Kenneth; VAN DIJK, Jan (Orgs.). Op. cit., p.2.

<sup>470</sup>Idem, p.5.

<sup>471</sup>CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.7.

Já se percebe que a Grande Rede está se libertando dos pesados computadores e migrando para todos os tipos de dispositivos, de geladeiras e mesas a roupas e porta-retratos. Segundo Bill Gates, está-se caminhando para um contexto de *pervasive computing*, que poderia ser traduzido em algo como “computação onipresente”<sup>472</sup>. Não há dúvidas que um contexto como esse gera evidentes conseqüências para as sociedades e os indivíduos. Na verdade, a formação de redes, que são nada mais que conjuntos de *nós* interconectados, não é algo novo para a humanidade (ainda que, diante das extraordinárias ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias – e energizadas pela Internet – muitas alterações vêm ocorrendo no cotidiano das gentes e muito mais se avizinha no horizonte). Isso porque, antes da revolução informacional das últimas décadas, e na maior parte da história humana, as redes humanas já existiam. Elas giravam em torno da vida privada, mas, em regra, eram suplantadas em razão da escolha de outro método para execução de tarefas – o vencedor, e ainda predominante, método hierárquico e racional, o qual era mais apropriado para o alcance de metas específicas e complexas<sup>473</sup>, em contraste com a incipiência das antigas redes.

Contudo, as novas tecnologias, e em particular a rede mundial de computadores, permitem às redes contemporâneas exercerem sua flexibilidade e adaptabilidade, ao mesmo tempo em que, diferentemente dos antigos arranjos, possibilita a gestão e coordenação de tarefas complexas, em uma combinação que oferece organização superior para a ação humana. A Internet, nesse sentido, é o primeiro meio de comunicação que viabiliza a ligação de muitos com muitos em escala global. Sua difusão numérica, espantosamente rápida, a faz ter imensa importância por significar, acima de tudo, um salto qualitativo do uso das redes<sup>474</sup>.

Como todo sistema tecnológico, diz Castells, a Internet foi socialmente produzida e seus construtores moldaram o meio de maneira a representar seus valores e crenças. Assim, ela é representada, hoje, por uma estrutura de quatro camadas hierarquicamente dispostas, decorrentes de um ambiente cultural específico (principalmente californiano, das décadas de 1960 e 1970): a cultura tecnomeritocrática, a cultura *hacker*, a cultura comunitária virtual e a cultura empresarial – as quais contribuem para uma ideologia libertária que tem vínculo direto com o desenvolvimento tecnológico da Internet<sup>475</sup>. Em síntese,

a cultura da Internet é uma cultura feita de uma crença tecnocrática no progresso dos seres humanos através da tecnologia, levado a cabo por comunidades de *hackers* que prosperam na criatividade livre e aberta, incrustada em redes virtuais que pretendem

---

<sup>472</sup>GATES, Bill. A hora da colheita. **Revista Veja Tecnologia**. Edição n. 2022. Ed. Abril, ago. 2007. p.71.

<sup>473</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.7.

<sup>474</sup>Idem, p.7-8.

<sup>475</sup>Idem, p.34-35.



reinventar a sociedade, e materializada por empresários movidos a dinheiro nas engrenagens da nova economia<sup>476</sup>.

Essas características estão evidentes, por exemplo, em recente matéria assinada por Kevin Kelly, o ensaísta que ajudou a criar a renomada revista *Wired*, intitulada “a tecnologia nos faz melhores”, na qual ele expressa um projeto de construção, por meio da tecnologia, de um futuro melhor para as pessoas. Diz Kelly na oportunidade: “nosso trabalho coletivo é substituir tecnologias que limitam nosso poder de escolha por aquelas que o ampliam”<sup>477</sup>, fazendo transparecer uma proposta aonde a tecnologia venha proporcionar novas escolhas e amplie as possibilidades e diversidades de opiniões. Nesse sentido, afirma Kelly, a tecnologia pode tornar uma pessoa melhor, “mas somente se oferecer a ela novas oportunidades. Oportunidade de obter excelência com a mistura única de talentos com que nasceu. Oportunidade de ser diferente dos seus pais. Oportunidade de criar algo”<sup>478</sup>.

É justamente sobre o algo novo criado, e o que se está por criar, no âmbito das comunicações mundiais mediadas por computador e das novas tecnologias direcionadas à ampliação da participação democrática, é que se passa a escrever.

### 3.1.2.3 Construindo a virtualidade real

A Internet, como base de uma comunicação “virtual” – em oposição à comunicação face a face – vem se caracterizando como uma forma cada vez mais “comum” de interação social e, assim, passa a fazer parte do cotidiano das pessoas de tal maneira que o virtual não pode ser ligado a algo “inexistente” ou “imaterial”, como o termo poderia erroneamente ser interpretado. Dito isto, o que se observa é que, apesar da já mencionada idéia original dos pioneiros da Rede de melhorar o mundo, a difusão em massa do meio e a apropriação e transformação da base tecnológica por grupos heterogêneos em todo o mundo produz uma associação de novos padrões de interação social totalmente inesperados e paradoxais. Ao mesmo tempo em que se interpreta esse fenômeno como o resultado de um “processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade”, o mesmo também é visto como a difusão de padrões de isolamento social, ruptura da

---

<sup>476</sup>Idem, p.53.

<sup>477</sup>KELLY, Kevin. A tecnologia nos faz melhores. **Revista Veja Tecnologia**, Edição n. 2022. Ed. Abril, ago. 2007. p.47.

<sup>478</sup>Idem, p.49.

comunicação social e da vida familiar, em uma espécie de sociabilidade aleatória que induziria o abandono das interações face a face em ambientes reais<sup>479</sup>.

Assim, a Internet foi (e, em alguns casos, continua sendo) acusada de manter as pessoas em fantasias *online*, fora do mundo real. Segundo Castells, trata-se de um debate falacioso porque fundado em pesquisas realizadas em um momento inicial em que a Internet ainda não havia se massificado e, portanto, o universo das experiências era reduzido aos pioneiros da rede. Além disso, e tal fato é fundamental, a sociabilidade das comunidades em rede foi submetida a comparações que tinham por parâmetro, em geral, uma comunidade imaginada, “uma sociedade local harmoniosa de um passado idealizado”, em contraste com um alienado e solitário “cidadão da internet”, estereotipado pelos *nerds* – situação que não representa os paradigmas atuais. Isso porque a realidade social da virtualidade da Internet agora é outra. Pode-se dizer que a Rede foi apropriada pela prática social e, hoje, os seus usos são primordialmente instrumentais – ligados ao trabalho, à família e à vida cotidiana – ou seja, ela passou a ser uma extensão da vida em todos os seus aspectos e sob todas as suas modalidades<sup>480</sup>.

Portanto, o início da Internet fez nascer uma noção difusa de construção do que se passou a chamar de “comunidades virtuais”, termo ambíguo que teve o mérito de colocar em evidência os novos suportes tecnológicos para a sociabilidade, mas que induziu uma confusão quanto ao tipo de “comunidade” a que se referia. Tal ocorreu principalmente em razão das fortes conotações ideológicas do termo, pois o debate sobre o *comunitarismo* é antigo entre os sociólogos, referindo-se, em regra, à perda de formas significativas de vida devido ao surgimento das metrópoles e o conseqüente enfraquecimento dos laços sociais<sup>481</sup>.

Na teoria social, a comunidade idealizada, tradicional – com a qual se compara as comunidades virtuais – seria resultado de uma estrutura humana natural, onde não haveria motivo para reflexão, crítica ou experimentação de seus membros, pois ela seria fiel ao seu modelo ideal. Esse modelo fechado pressupõe que o grupo seja distinto de outros agrupamentos humanos (e, portanto, visível somente em contraste com o diferente), que seja pequeno o suficiente a ponto de estar sempre à vista de seus membros e que seja auto-suficiente<sup>482</sup>. Elas devem oferecer todas as atividades e atender a “todas as necessidades das pessoas que fazem parte dela”, de forma que “a pequena comunidade é um arranjo do berço

---

<sup>479</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.98.

<sup>480</sup>Idem, p.98-99.

<sup>481</sup>Idem, p.105.

<sup>482</sup>BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.17.

ao túmulo”<sup>483</sup>. Essa comunidade *tradicional*, portanto, depende do bloqueio da comunicação com o mundo exterior e sua unidade  produto de sua homogeneidade, de sua *mesmidade*<sup>484</sup>.

Em razão dessas características, essa mesmidade  desmontada quando suas condições vo desaparecendo, ou seja, quando o “de dentro” e o “de fora”, o “nós” e “eles” vão-se embaando, em um processo relacionado com a intensificação da comunicação com o exterior. Rachaduras nos seus muros de proteção tornaram-se evidentes, por exemplo, com o surgimento dos primeiros meios de transporte mecânicos, que possibilitaram que a informação viajasse mais rápido que as mensagens orais do círculo da mobilidade humana “natural”<sup>485</sup>. Nesse caminho, pode-se dizer que

o golpe mortal na “naturalidade” do entendimento comunitário foi desferido, porém, pelo advento da informática: a emancipação do fluxo de informação proveniente do transporte dos corpos. A partir do momento em que a informação passa a viajar independente de seus portadores, e numa velocidade muito além da capacidade dos meios mais avançados de transporte (como no tipo de sociedade que todos habitamos nos das de hoje), a fronteira entre o “dentro” e o “fora” não pode mais ser estabelecida e muito menos mantida<sup>486</sup>.

Dessa maneira, aquelas formas territoriais de comunidades – as tradicionais – apesar de não terem desaparecido por completo, desempenham hoje um papel secundário na estruturação das relações sociais das sociedades avançadas. Isso não significa que não haja sociabilidade baseada em lugares, mas quer dizer que as sociedades não evoluem em direção a um padrão homogêneo de relações sociais.

Para a compreensão das *novas formas de interação social* na era da Internet, portanto, deve-se *reformular o conceito de comunidade*, mitigando seu componente cultural. Isso significa dizer que a comunidade formada no ciberespaço não  equivalente  idéia original de uma comunidade tradicional e, portanto, não se deve transportar observações e conceitos de um universo para o outro. Assim, uma apropriada definição contemporânea para comunidade – a vinculada às redes –  aquela proposta por Barry Wellman, para quem “comunidades são redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um senso de integração e identidade social”<sup>487</sup>. Aprofundando o raciocínio, pode-se afirmar que a transformação das relações nas sociedades complexas  decorrente da substituição de

<sup>483</sup>REDFIELD, Robert. **The Little Community e Peasant Society and Culture**. Chicago: University of Chicago, 1971, p.4 e ss. *Apud*: BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2003, p.17.

<sup>484</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2003, p.17.

<sup>485</sup>Idem, p.18.

<sup>486</sup>Idem, p.18-19.

<sup>487</sup>WELLMAN, Barry. Physical Place and Cyberplace: the rise of networked individualism. **International Journal of Urban and Regional Research**, 1 (edição especial sobre redes, classe e lugar), p. 1. *Apud*: CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.106.

*comunidades espaciais* por interações em *redes* como forma fundamental de sociabilidade, sendo que esse novo padrão é construído a partir da família nuclear em casa, de onde as redes são formadas de acordo com os interesses e valores particulares de cada membro<sup>488</sup>.

Por todas essas razões, hoje em dia é difícil denominar a Internet como um meio *especial* de relações sociais. Isso porque essa mídia possui uma imensa variedade de alternativas cotidianas de comunicações mediadas por computador, tais como salas de bate-papo, *e-mails*, mensageiros instantâneos, voz sobre IP e vídeo conferência, dentre outros possíveis na sua estrutura flexível. A Internet, portanto, está definitivamente se integrando ao padrão normal da vida social<sup>489</sup>. O que se verifica, como consequência desse importante fenômeno, é que essas circunstâncias levam a uma tendência dominante de ascensão do *individualismo*, cujo padrão dominante são as relações terciárias<sup>490</sup>, as quais Wellman chama de “comunidades personalizadas”. Essa tendência não configura, contudo, uma cética perda da comunidade, nem seu utópico ganho, mas sim uma transformação complexa e fundamental da natureza das comunidades, partindo de grupos para formação de redes sociais<sup>491</sup>. Nesses termos, pode ser dito que, quando uma rede de computadores conecta pessoas, não há dúvidas que vem a formar uma rede social. Assim como máquinas conectadas por cabos formam uma rede de computadores, uma rede social é um grupo de pessoas conectadas por relações sócio-significativas<sup>492</sup>.

É diante desses fatos que se questiona o papel das novas formas de comunicação via Internet, de grande importância quando se quer analisar as possibilidades democráticas de tal mídia. Estudos têm demonstrado que a Internet é eficaz para a manutenção de laços fracos, que em outra situação seriam perdidos, cuja fragilidade decorre principalmente do fato de que raramente resultam em relações pessoais duradouras. Isso é viabilizado porque as pessoas podem facilmente entrar e sair da rede, onde não necessariamente revelam sua identidade, percorrendo-a em diferentes padrões *online*. Contudo, ainda que conexões específicas não sejam duráveis, o fluxo é constante e muitos utilizam a Internet como uma das suas manifestações sociais, com reiterado destaque do individualismo característico do movimento<sup>493</sup>. Pode-se afirmar, portanto, que a preponderância da sociabilidade individualista resulta, dentre outras razões, do fato de as pessoas estarem cada vez mais organizadas em

<sup>488</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.107.

<sup>489</sup>WELLMAN, Barry. The Global Village: Internet e community. **The Arts & Science Review**, v.1, n. 1. Toronto: Toronto University, 2004, p.29.

<sup>490</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.107.

<sup>491</sup>WELLMAN, Barry. Op. cit., 2004, p.29.

<sup>492</sup>WELLMAN, Barry. An Electronic Group is Virtually a Social Network. In: KIESLER, Sara. **Culture of the Internet**. New Jersey: Laurence Earlbaum, 1997, p.179.

<sup>493</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.108-109.

redes sociais mediadas por computador, devendo-se considerar, de toda sorte, que a tecnologia não é o *padrão* desse processo, mas o *meio* que oferece o suporte material para a difusão desse tipo de relação social. Considere-se, contudo, que essa situação ainda se constela com a ocorrência de comunicações físicas, em um sistema final sobre o qual se pode referenciar como *híbrido*<sup>494</sup>.

Por outro lado, também quanto aos laços fortes a Internet parece ser positiva, tendo em vista que as variadas formas de família, característica das sociedades pós-modernas, são auxiliadas pelo uso, por exemplo, do *e-mail*, que surge como um fácil instrumento de “estar ali” à distância e como uma forma de interação mais profunda quando não se dispõe de energia em determinado momento<sup>495</sup>.

Essa tendência de triunfo do indivíduo gera custos ainda não claros para a sociedade<sup>496</sup>. De toda sorte, é certo que as novas formas de comunicação até agora mencionadas fazem surgir, neste início de século, uma forma diferente de interação entre os dois lados do cérebro, as máquinas e os contextos sociais, em uma mudança fundamental no caráter da comunicação humana, que agora ocorre por meio de texto, imagens e sons em um mesmo sistema<sup>497</sup>. É nesse sentido que pode ser dito, como o faz Postman, citado por Castells, que “nós não vemos... a realidade... como ‘ela’ é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura”<sup>498</sup>. Como ressalta Aires Rover,

a linguagem é um sistema de símbolos através do qual torna-se possível a comunicação entre as pessoas. É o ponto de partida de todo processo de desenvolvimento do conhecimento. Além de permitir o intercâmbio de informações, é através dela que se dá o controle do conhecimento nela veiculado<sup>499</sup>.

Assim, uma vez que a mídia, detentora privilegiada da linguagem e da comunicação, representa o tecido simbólico da vida humana, ela “tende a afetar o consciente e o comportamento como a experiência real afeta os sonhos, fornecendo a matéria-prima para o funcionamento de nosso cérebro”<sup>500</sup>. Castells afirma, categoricamente, que por influência

<sup>494</sup>Idem, p.109.

<sup>495</sup>Idem, ibidem.

<sup>496</sup>Idem, p.111.

<sup>497</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.413.

<sup>498</sup>POSTMAN, Neil. **Amusing ourselves to death**: Public Discourse in the Age of Show Business. New York: Penguin Books, 1985, p.15. *Apud*: CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.414.

<sup>499</sup>ROVER, Aires José. **Informática jurídica no direito**: inteligência artificial, introdução aos sistemas especialistas legais. Curitiba: Juruá, 2001.

<sup>500</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.422.

desse novo sistema de comunicação – onde há articulação de interesses sociais, políticas de governo e estratégias de negócio – faz surgir uma nova cultura, que chama de “a cultura da virtualidade real”<sup>501</sup>, a qual será mais bem explicitada adiante.

Diante da observação da evolução histórica dessas mudanças que culminam no atual processo de transformações culturais, parece correto fazer uma *brevíssima* digressão sobre as transformações da comunicação no último século. É de se lembrar que o sistema de comunicação anterior, baseado na mente tipográfica e na ordem do alfabeto, já havia sido abalado pela televisão, a qual ainda hoje possui papel importante na modelagem da linguagem de comunicação na sociedade<sup>502</sup>. Dessa forma, o tratamento do texto, mesmo tendo envelhecido em razão do florescimento das tecnologias em rede, alcançou novo patamar de usabilidade justamente pela difusão da tecnologia digital. Isso porque a desmaterialização do texto revolucionou a sua distribuição e também o modo como as pessoas o organizam e o produzem. Houve uma clara modificação da maneira como se constrói mentalmente um texto como resultado do fato de que “o papel obriga a uma pré-elaboração mental da frase, de sua estrutura e de suas palavras, antes mesmo de ser inscrita na folha, quando o computador, pelo fato de apagar sem deixar traços, vos libera desta precaução” – configurando a tela, portanto, uma “superfície mental sem igual”<sup>503</sup>.

Por outro lado, enquanto a escrita favorece uma exposição sistemática, a onipresente TV possui uma linguagem informal e hoje ainda é o palco principal da maioria dos processos que se pretende comunicar à sociedade, seja na política, nos negócios, no esporte ou na arte. É um mundo de característica binária, onde ou se está dentro o se está fora, sem meio termo<sup>504</sup>. Castells afirma que, ao contrário da noção corrente de passividade do telespectador diante do aparelho de recepção, não há dúvidas de que as informações transmitidas pela TV são assimiladas pelas pessoas de uma forma não totalmente passiva, uma vez que as imagens são códigos cujo conteúdo é completado com diferentes significados culturais específicos de cada telespectador. Assim, ainda que um mesmo conteúdo seja enviado a um grande número de pessoas, o resultado final - a mensagem, portanto - é variável de acordo com o universo cultural e significativo do receptor<sup>505</sup>.

---

<sup>501</sup>Idem, p.415.

<sup>502</sup>Idem, p.417.

<sup>503</sup>BIASI, Pierre-Marc. *Apud*: GALLIAND, Etienne. As Novas Técnicas de Informação e de Comunicação e do Universo Escrito. In: TRAMONTE, Cristiana; SOUZA, Marcio (Orgs.). **A comunicação na aldeia global**. Petrópolis: Vozes, 2005, p.222.

<sup>504</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.417-421.

<sup>505</sup>Idem, p.420.

Essa concepção faz parecer correta a afirmação de inexistir uma cultura de massa, já que cada local ou cultura modifica a significação final da mensagem, isto é, uma vez que os receptores tenham alguma “autonomia para organizar e decidir seu comportamento, as mensagens enviadas pela mídia deverão interagir com seus receptores e, assim, o conceito de mídia de massa refere-se a um sistema tecnológico, não a uma forma de cultura, a cultura de massas”<sup>506</sup>. Ainda assim, como já dito, há que se lembrar que o tecido simbólico da vida é constantemente influenciado e construído pela mídia, já que a mesma acaba por fornecer a matéria-prima para o funcionamento do cérebro humano. Uma vez parecendo ser incorreta a aceitação de uma cultura de massa, o que se percebe pela evolução da mídia é, ao contrário, uma constante segmentação da audiência por nichos de ideologias, valores, gostos e estilos de vida, fazendo com que a descentralização, diversificação e adequação ao público-alvo sejam o futuro da televisão<sup>507</sup>.

Considerando-se estes aspectos, e após essa rápida digressão sobre as mídias, a mencionada tendência característica de segmentação da audiência, iniciada na TV, foi altamente potencializada pela Internet, principalmente porque a maior parte das comunicações na rede ocorre de maneira espontânea e não-organizada, diversa quanto à finalidade e adesão. Essa abertura à diversidade é consequência da já mencionada concepção inicial da Internet, de origem tanto militar como contracultural, esta última evidenciada principalmente pelas características de informalidade e capacidade auto-reguladora de comunicação do meio<sup>508</sup>.

A comunicação mediada por computador - CMC, assim, tem por características mais evidentes a *penetrabilidade*, a *descentralização* e a *flexibilidade*, alastrando-se pelo tecido social como microorganismos, carregando culturalmente embutidas em sua estrutura as propriedades de interatividade e de individualização<sup>509</sup>. É assim que se abre espaço, hoje, à formação da sociedade interativa. Nesse aspecto, as características da CMC acima mencionadas são requisitos essenciais do atual fenômeno de formação de comunidades virtuais, em geral organizadas em torno de interesses comuns bastante específicos, emergindo assim uma nova forma de sociabilidade e de vida adaptadas ao novo ambiente tecnológico *online*<sup>510</sup>.

Tal característica é de especial importância quando se imagina a interação política no ciberespaço. Aliás, essa abertura estrutural da comunicação mediada pelo computador pode

---

<sup>506</sup>Idem, p.420.

<sup>507</sup>Idem, p.422-425.

<sup>508</sup>Idem, p.439-441.

<sup>509</sup>Idem, p.442.

<sup>510</sup>Idem, p.443.

significar uma oportunidade de reversão dos jogos de poder tradicionais no processo comunicacional, melhorando o *status* de grupos comumente subordinados. Esta perspectiva pode ser vista em conjunto com a potencial utilização das tecnologias na democracia local, especialmente com experimentos de *participação eletrônica dos cidadãos*, demonstrando grande leque de alternativas para formação de redes de computador para o debate local auto-organizado e público<sup>511</sup>.

Como se vê, há referência a processos que não ocorrem no espaço geográfico, em relações face a face, mas são gestados e organizados em torno de comunidades interligadas por interesses múltiplos no ciberespaço – em um mundo virtual que se apresenta com tal força na cultura humana que passa a constituir a sua própria realidade. Tendo em vista todas as características abordadas acima, que induzem a transformação cultural em consequência das novas formas de comunicação no ciberespaço, passa-se a melhor explicar o que se entende pelo surgimento da *cultura da virtualidade real*, passo essencial para compreensão da democracia digital como complemento factível aos sistemas políticos institucionalizados tradicionais.

### 3.1.2.3.1 Por que “cultura da virtualidade real”?

É necessário lembrar, logo de início, que a comunicação, conforme ressalta Castells, tem o potencial de moldar a cultura, e isso ocorre, principalmente, em razão do fato de que as pessoas não vêm ou têm acesso diretamente à “realidade”, mas sim à sua representação mental e ao que “ela” significa na linguagem. Portanto, a realidade é sempre mediada por uma interface de significados simbólicos ou, em outros termos, as culturas são processos de comunicação. E, uma vez que todas as maneiras de se comunicar são baseadas na produção e consumo de sinais, não há como haver uma separação entre “realidade” e representação simbólica<sup>512</sup>.

Por isso, pode-se dizer que as sociedades sempre existiram em um ambiente simbólico e, portanto, o que é historicamente específico (e que o torna único) no novo sistema de comunicação, caracterizado pela integração na rede de todos os modos de comunicação, “não é a indução à realidade virtual, mas a construção da realidade virtual”. Castells busca explicar

---

<sup>511</sup>Idem, p.445-446.

<sup>512</sup>Idem, p.459.



a proposição: o virtual é, segundo o dicionário, o que existe na prática, porém não estrita ou nominalmente, enquanto considera-se como real aquilo que existe de fato. A partir desses conceitos, é possível dizer que “a realidade” sempre foi virtual uma vez que sempre foi percebida por meio de símbolos e, portanto, “quando os críticos da mídia eletrônica argumentam que o novo ambiente simbólico não representa a ‘realidade’, eles implicitamente referem-se a uma absurda idéia primitiva de experiência real ‘não-codificada’ que nunca existiu”. Em síntese, “toda realidade é percebida de maneira virtual”<sup>513</sup>.

A partir dessa percepção, Lévy pergunta: “você acredita que o mundo seja inerte, pesado, mecânico, substancial e morto? Você acredita que o mundo seja *real*?”. Pode parecer uma pergunta estranha à primeira vista, por tocar em premissas normalmente inquestionáveis. Mas o filósofo lembra que “para a consciência, suas sensações, seus desejos, sua imaginação, suas inferências, seu discurso perpétuo e plural, sua lógica, seu delírio de significação, sua busca de sentido para a consciência, insisto, o mundo é virtual”<sup>514</sup>. Portanto, ao criar uma nova cultura, diferentes relações sociais e fatos percebidos diretamente na vida das pessoas, as novas mídias terminam por criar um sistema que gera uma virtualidade *real*, pois os novos espaços cibernéticos são

um sistema em que a própria *realidade* (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência<sup>515</sup>.

Nessa experiência cibercultural há, portanto, uma inédita inclusão de todas as mensagens no próprio meio, porque ele fica tão abrangente, diversificado e maleável que absorve elementos multimídia de toda experiência humana, o presente, o passado e o futuro<sup>516</sup>. Além disso, como a Rede é um espaço não-territorial e sua superfície não é um recurso escasso, quem ocupa muito espaço na Internet não tira nada de alguém, havendo sempre mais um lugar para todas as culturas e singularidades, constituindo-se o ciberespaço uma terra aberta aos sentidos. Conforme explica Lévy, a Rede anuncia e constrói a unificação de todos os textos em um único hipertexto, o texto humano<sup>517</sup>.

Justamente em razão da imensa diversidade, multimodalidade e versatilidade do espaço cibernético é que é possível abarcar e integrar todas as formas de expressão.

---

<sup>513</sup>Idem, p.459.

<sup>514</sup>LÉVY, Pierre. Op. cit., 2001, p.137.

<sup>515</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.459.

<sup>516</sup>Idem, ibidem.

<sup>517</sup>LÉVY, Pierre. Op. cit., 2001, p.141.

Entretanto, o preço para a inclusão no sistema, afirma Castells, é a adaptação à sua lógica, que é de produção e distribuição horizontal e descentralizada multinodal do tipo da Internet. Não há dúvidas de que essa inclusão da maioria das expressões culturais nesse sistema de comunicação eletrônica tem impactos significativos para as formas e processos sociais<sup>518</sup>.

Em síntese, vê-se que, coloquialmente, “virtual” tem um significado parecido com “quase” ou “pseudo” realidade, o que não se repete no sentido filosófico do termo. O virtual, ao servir de meio e forma de interação entre as pessoas, através de comunicação mediada por computador, por exemplo, passa a constituir a própria realidade. Por essas razões, a mudança da comunicação para uma rede global eletrônica tem o potencial de mudar também a cultura – uma nova cultura que de fato existe e que determina as vidas humanas, suas alegrias, tristezas, sucessos e projetos, fazendo surgir, portanto, a “cultura da virtualidade real”.

### 3.1.3.3 Debate cívico na esfera pública virtual

Os conflitos humanos são inevitáveis e ocorrem cotidianamente nas sociedades. Para solução dessas questões só há dois caminhos possíveis: por meio de uma forma destrutiva, com a eliminação dos adversários, ou pela forma negociada, na busca do bom entendimento e conciliação. No primeiro caso, a conseqüência é a guerra, enquanto no segundo, constitui-se a política como um meio de busca de uma solução pacífica dos conflitos<sup>519</sup>. Assim, deve ser lembrado que, hoje em dia, as divergências sociais são mediadas e administradas, em regra, por políticos profissionais<sup>520</sup>.

Tendo em vista o fato de que a Internet vem se tornando um meio de comunicação onipresente, é certo que os processos políticos a utilizam – e assim o farão cada vez mais – como instrumento de informação, organização e dominação da sociedade. Assim, diante desse fato, questiona-se: esse uso ocorre somente de forma instrumental ou há uma transformação qualitativa do sistema político-social no ciberespaço, a ponto de afetar as regras do jogo?<sup>521</sup> Há dois aspectos correlatos ao tema que podem auxiliar a busca por respostas: a questão da formação de comunidades de cidadãos participativos – e a sua importância para a dinâmica política tradicional; e a prática da política informacional. Há outro elemento, com intersecções

---

<sup>518</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.461.

<sup>519</sup>MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. **Breviário da cidadania**. Brasília: Senado Federal, 2006, p.231.

<sup>520</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.114.

<sup>521</sup>Idem, ibidem.

com ambos os temas, que se refere aos movimentos sociais em rede, mas que, conforme mencionado no início deste Capítulo, não será objeto de estudo, por fugir ao foco central proposto.

Deve-se verificar, assim, as possibilidades e perspectivas para a democracia na Internet a partir do questionamento quanto à forma e à titularidade da opinião expressa e as características técnicas e deliberativas da Rede – o que leva ao tema da opinião pública *bruta* e *refinada*, mencionada por James Fishkin. Nesse sentido, os sistemas democráticos, até hoje, vivem em um dilema constante, que é da decisão entre dois tipos de instituições distintas: aquelas que expressam a opinião pública em geral (sujeita a condições desfavoráveis à reflexão por envolver leigos) e aquelas que expressam uma opinião pública ponderada (e, portanto, tecnocrática). A dúvida reside no fato de que a opinião pública leiga é geralmente tida como pouco informada ou engajada, enquanto a opinião refinada poderia ampliar a visão dos problemas, pois é obtida “após haver sido testada, pensada e comparada com argumentos e informações oferecidos conscientemente por outros que tenham uma visão oposta, num contexto onde a informação relativamente confiável seja disponibilizada”<sup>522</sup>.

Extensa literatura reflete esse dilema, que agora é reforçado em razão do aparecimento de novas possibilidades de participação política descentralizadas (opinião pública geral), oferecidas pelas TICs, o que tem gerado expectativas enormes quanto ao potencial de revitalização das instituições e das práticas democráticas. Para melhor equação desse dilema deve-se analisar a Internet a partir de três aspectos que a caracterizam: primeiro, considerando que ela é um “complexo de conteúdos”; segundo que a mesma é um “ambiente de conexão”; e, terceiro, que tal mídia é um “sistema de interações”<sup>523</sup>.

A primeira característica, de *retenção de conteúdos*, é decorrente, conforme sustenta Rousiley Maia, da capacidade da Internet de interligar informações e conhecimentos disseminados em uma imensa teia descentralizada, que não respeita distâncias ou fronteiras, formando um volumoso estoque de informações de toda natureza e tipo de objeto. Isso a faz diferente de outras mídias tradicionais, como rádio, TV e jornais, principalmente por criar um denso ambiente de informações plurais e de origens múltiplas – em contraste com a produção centralizada e unidirecional das mídias de massa que monopolizam e controlam a

---

<sup>522</sup>FISHKIN, James. Possibilidades democráticas virtuais – perspectivas da democracia via Internet. In: CEPIK, Marco; EISENBERG, José (Orgs.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p.17-18.

<sup>523</sup>MAIA, Rousiley. Redes Cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p.46.

informação<sup>524</sup>. Castells afirma que, diante dessa imensa diversidade da mídia e da possibilidade de se visar o público alvo, no novo sistema “a mensagem é o meio”<sup>525</sup>. Ainda de acordo com Maia, a Internet também é um *ambiente de interconexão*, o que significa dizer que as novas tecnologias permitem colocar parceiros em contato por meio de ações recíprocas e vínculos variados, representando um potencial inédito de interação, se comparado com os meios tradicionais. Portanto, na Rede, qualquer um pode ser emissor; o emissor também pode ser receptor; e qualquer receptor pode prover e distribuir informações, próprias ou de terceiros. Em uma terceira dimensão, além de se constituir um *inovador meio de comunicação entre indivíduos*, a Internet é também uma arena privilegiada para conversação coletiva. É, portanto, um espaço onde as discussões políticas podem se desenvolver com baixo custo e com interações intensas por meio de troca de informações, consultas e debates, o que pode ocorrer de forma direta, contextualizada, rápida e sem obstáculos burocráticos – completa Maia<sup>526</sup>.

Em síntese, parece haver de fato um *potencial* enorme de resgate do espaço público por meio da Internet, pois ela tem por característica uma natureza anarquista (portanto pouco disposta ao controle), permite interações diretas entre opiniões individuais, possibilita que o conteúdo primário obtenha contribuições de seus leitores e garante a longevidade dos materiais<sup>527</sup>. Considerando essas características, não é de se espantar o entusiasmo com que a Internet foi referenciada como um grande meio de resgate dos processos democráticos, entusiasmo este, contudo, que pode levar diversos equívocos<sup>528</sup> porque, como ressalta Postman, toda difusão de uma nova tecnologia resulta em vencedores e perdedores<sup>529</sup>. De toda forma, esperava-se – e ainda se espera – que a Internet fosse – e ainda seja – um meio ideal para promoção da democracia. Com a dedicação dos governos, poderiam ser disponibilizados na rede diversos serviços, os registros públicos e todas as informações não sigilosas poderiam ser difundidas, bem como a interatividade tornaria possível às pessoas a solicitações de informações, expressão de idéias e pedidos de respostas pessoais de seus representantes.

---

<sup>524</sup>Idem, p.46-47.

<sup>525</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p.425.

<sup>526</sup>MAIA, Rousiley. Redes Cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). Op. cit., p.47.

<sup>527</sup>THORNTON, Alinta. **Does Internet Create Democracy?** Disponível em <<http://www.zip.com.au/~athornto/thesis7.htm>>. Acesso em 10 set. 2007.

<sup>528</sup>MAIA, Rousiley. Redes Cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). Op. cit., p.47-48.

<sup>529</sup>POSTMAN, Neil. **Five Things We Need to Know About Technological Change**. Disponível em: <<http://itrs.scu.edu/tshanks/pages/Comm12/12Postman.htm>>. Acesso em 1 mar. 2007.

Entretanto, a realidade demonstra que esse é um ideal ainda distante do cotidiano da maior parte dos cidadãos<sup>530</sup>.

Na verdade, os governos, em geral, usam a Internet primordialmente como um quadro de avisos – principalmente para divulgar informações sobre suas ações – mas geralmente sem possibilidade de qualquer tipo de interação entre o cidadão e os administradores. Parlamentares, por sua vez, que costumam ter seus próprios sítios, dão pouca atenção ao *design*, conteúdo ou às respostas dadas aos cidadãos por meio digital – ou seja, há difusão do uso da Internet, mas a relação com as pessoas continua ocorrendo tendo por base práticas políticas tradicionais<sup>531</sup>. O que se vê, portanto, é que a situação de *perda de legitimidade* dos sistemas democráticos representativos e a *indiferença* das pessoas perante seus representantes, mencionadas no segundo capítulo, fazem com que *poucos de fato utilizem*, nos dois lados da conexão, o canal interativo e multidirecional fornecido pela Internet. Na Rede, ao mesmo tempo em que os políticos apenas divulgam suas ações e respondem burocraticamente, os cidadãos têm visto pouco sentido em gastar energias em questões políticas, ou seja, “a Internet não pode fornecer um conserto tecnológico para a crise da democracia”<sup>532</sup>, pois essa solução deve ser decorrente de uma mudança da própria cultura política e institucional, fruto de uma genuína articulação social.

De toda forma, ainda que fique claro ser árido o terreno em que circulam as idéias de promoção da democracia por meio dos canais digitais interativos de comunicação, existem diversas possibilidades realísticas de produção e difusão desse ideal. Segundo Jerry Mechling, há esperanças, principalmente levando em consideração que, se o governo eletrônico fosse uma viagem à lua, se estaria apenas nos primeiros segundos do caminho e, portanto, ainda que se tenha iniciado o movimento com as propostas pioneiras, existe um longo caminho até o destino. Conforme destaca Mechling, o que se percebe é que, na verdade, os governos têm se concentrado apenas em fornecer os seus tradicionais serviços – agora por um novo meio – na intenção reduzir o tempo das idas-e-vindas aos órgãos estatais. Entretanto, as grandes oportunidades democráticas da Internet estão mais à frente – não em uma mudança quantitativa, mas qualitativa dos sistemas. Assim, não seria ainda hora de complacência ou sonolência em relação às alternativas potenciais da Rede<sup>533</sup>.

---

<sup>530</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.128.

<sup>531</sup>Idem, p.129.

<sup>532</sup>Idem, ibidem.

<sup>533</sup>MECHLING, Jerry. Information Age Governance: just the start of something big? In: KAMARCK, Elaine C; NYE JR., Joseph S. **Governance.com**: democracy in the information age. Washington, DC: Brookings Institution, 2002, p.141-142.

Essa defasagem entre o potencial e o que de fato tem se realizado é resultado, principalmente, de uma “visão fraca” da governança eletrônica, já que não há uma compreensão clara pelos políticos e administradores de que as tecnologias de informação e comunicação podem ser – além de catalisadoras de serviços públicos personalizados, holísticos, efetivos e criativos – instrumentos de formação de redes sociais e políticas que viabilizem novas formas de participação democrática<sup>534</sup>.

Nos termos já apresentados, demonstra-se que as características da Internet são suficientemente complexas para que não haja uma compreensão puramente instrumental dessa nova mídia, aos moldes de um metafórico martelo. Acaso se faça uso da Rede tão somente com intuito de substituir atividades que são feitas normalmente por outros meios, então seus efeitos podem ser considerados apenas uma mera ferramenta. Entretanto, como visto, existem diversos aspectos da Internet que possibilitam novas maneiras de interação e relações de poder. Mark Poster, por essas razões, em relação ao potencial democrático da Internet, sustenta que a pergunta que dever ser feita sobre a democracia na Rede é: “existem novos tipos de relação ocorrendo dentro dela que sugerem novas formas de configurações de poder entre pessoas que se comunicam? Em outras palavras, existe uma nova política na Internet?”<sup>535</sup>.

Uma forma de ordenar uma resposta é afastar temporariamente a discussão da tecnologia em si para colocar em foco a questão da esfera pública, no sentido de se verificar a extensão da possível ligação entre democracia e Internet. A metáfora espacial da esfera pública, aliás, é apropriada ao enquadramento da natureza política da Internet, sugerindo uma arena de discussões públicas. Assim, perguntas interessantes podem aparecer, como em relação a quais os tipos de debates podem se desenvolver nessa esfera pública e, em razão da inexistência de relações face a face, que tipo de comunidade pode dela surgir. São necessárias, portanto, algumas considerações sobre essa nova esfera de interações públicas.

### **3.1.3.3.1 Considerações sobre a esfera pública virtual**

Qualquer reconceituação de democracia passa pela questão da esfera pública<sup>536</sup>. Lembrando as palavras de Bauman, citadas no segundo capítulo, as pessoas têm perdido a

---

<sup>534</sup>LAWSON, George. *Apud*: FREY, Op. cit., p.147.

<sup>535</sup>POSTER, Mark. **Ciberdemocracia**: a Internet e a esfera pública. Disponível em <members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13\_markposter.htm>. Acesso em 11 set. 2007.

<sup>536</sup>POSTER, Mark. **Ciberdemocracia**: a Internet e a esfera pública. Disponível em <members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13\_markposter.htm>. Acesso em 11 set. 2007.

capacidade de “civilidade”, ou seja, de ter a habilidade em lidar com o diferente sem que essa diferença sirva de razão para exclusão do *outro* e, portanto, de negação ao diálogo. Como consequência dessa incapacidade, o espaço público passou a ser povoado por lugares onde não se precisa enfrentar a diferença, onde não há abordagens pessoais desnecessárias e, portanto, a civilidade se torna fácil<sup>537</sup>, frágil e insuficiente.

Assim, as relações sociais aparentam não ter sequer um nível básico de interatividade – algo que há algum tempo era normal e que tinha como lugares privilegiados a Igreja, a praça pública, a esquina etc. Eis que inexistem hoje, portanto, um *locus*, uma matriz fundamental à democratização da política. Aqueles antigos locais privilegiados de interatividade social ainda existem fisicamente, mas não servem mais à discussão política nem à ação<sup>538</sup>. Agora eles são “não-lugares”, para seguir a classificação de Claude Lévi-Strauss em relação às estratégias antropofágica de aniquilação dos “outros” e de suspensão de sua alteridade<sup>539</sup>.

Diante dessas circunstâncias, o *que é e onde está* a esfera pública no mundo pós-moderno? Para John Hartley, hoje a mídia é a esfera pública, ou seja, “televisão, jornais populares, revistas e fotografia, a mídia popular dos modernos periódicos, são o domínio público, os lugares e os meios pelos quais o público é criado e nos quais têm vida”<sup>540</sup>. Mark Poster, sobre o tema, cita Habermas e suas percepções acerca da esfera pública democrática, tendo-a como um domínio de conversação não-coagida e direcionada a um acordo pragmático (visão, aliás, criticada por muitos, sob o argumento de que é contrafactual, um ideal impossível de se alcançar)<sup>541</sup>. De toda sorte, Habermas buscou estabelecer um conceito a-histórico da esfera pública, conceituando-a como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos”<sup>542</sup>. O autor entende, assim, que a opinião pública faz supor a existência de discussão pública e de um ambiente discursivo e argumentativo onde se possa alcançar

<sup>537</sup>BAUMAN, Zygmunt. 2001, p.116-117.

<sup>538</sup>POSTER, Mark. **Ciberdemocracia**: a Internet e a esfera pública. Disponível em <members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13\_markposter.htm>. Acesso em 11 set. 2007.

<sup>539</sup>BAUMAN, Zygmunt, 2001, p.118.

<sup>540</sup>HARTLEY, John. **The Politics of Pictures**: the creation of the public in the age of popular media. New York: Routledge, 1992, p. 1. *Apud*: POSTER, Mark. **Ciberdemocracia**: a Internet e a esfera pública. Disponível em <members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13\_markposter.htm>. Acesso em 11 set. 2007.

<sup>541</sup>POSTER, Mark. **Ciberdemocracia**: a Internet e a esfera pública. Disponível em <members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13\_markposter.htm>. Acesso em 11 set. 2007.

<sup>542</sup>HABERMAS, Jürgen. Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN, C. (Ed.), Habermas and the public sphere. Cambridge: MIT Press. *Apud*: MAIA, Rousiley. **Democracia e a internet como esfera pública virtual**: aproximando as condições do discurso e da deliberação. Disponível em <www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf>. Acesso em 11 set. 2007.

coletivamente um consenso ou concordância sobre determinado assunto<sup>543</sup>. Esfera pública, portanto, seria um *locus* da comunicação, “os espaços nos quais as pessoas discutem questões de interesse comum, formam opiniões ou planejam a ação”<sup>544</sup>.

Diante dessa conceituação, surge um problema fundamental que lhe é anterior, referente à própria definição do que é *público*<sup>545</sup>. A teoria liberal sempre recorreu a uma antiga separação grega entre o ambiente doméstico (*oikos*) e o político (eclésia), sendo este o lugar de resolução dos assuntos referentes aos membros da pólis. Entre as duas esferas, contudo, existia uma terceira, intermediária, que garantia uma transição suave entre as duas outras, uma esfera de comunicação. Tratava-se da ágora, cuja função principal era manter a pólis e seus membros autônomos – nela, esperava-se que os interesses privados se adaptassem às necessidades/exigências/pressões do público, ao mesmo tempo em que referido local exercesse uma função pedagógica/esclarecedora/penetrante sobre questões públicas. Segundo Bauman, o público e o privado encontravam-se, um como guia e outro como guiado – ou seja, respectivamente, como professor e aluno, como pai e filho. “O ‘público’ era o sujeito primordial da ação e o ‘privado’, o objeto dessa ação”<sup>546</sup>. Nesse contexto, qualquer projeto de autonomia é ambíguo porque, para a sociedade ser independente, ela precisa de indivíduos independentes, e estes só podem ser livres numa sociedade autônoma, situação a qual “lança dúvida sobre a preocupação da teoria política em geral – e da teoria da democracia em particular – com a separação entre os domínios público e privado e sua independência mútua”<sup>547</sup>.

Os novos meios eletrônicos de comunicação, em especial a Internet, vieram ampliar esses problemas. Agora, “falar em público”, no sentido face-a-face, é confundido com as formas eletrônicas de troca de símbolos, onde o discurso se revela apenas em *pixels*, os quais são gerados a partir de pessoas distantes, que muitas vezes nunca tiveram um encontro pessoal. Assim, questiona Mark Poster: quais as condições, quem fala, como se relaciona com as máquinas, que requisitos subjetivos, corpóreos e técnicos são necessários para o discurso democrático e a ação emancipadora nessas novas formas de discursos mediados

<sup>543</sup>MARINHO, Karla. **Ciberpolítica**: do debate na esfera pública virtual à disputa pelo poder. Disponível em: <[www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=247](http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=247)>. Acesso em 20 out. 2007.

<sup>544</sup>MAIA, Rousiley. **Democracia e a internet como esfera pública virtual**: aproximando as condições do discurso e da deliberação. Disponível em <[www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf](http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf)>. Acesso em 11 set. 2007.

<sup>545</sup>POSTER, Mark. **Ciberdemocracia**: a Internet e a esfera pública. Disponível em <[members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13\\_markposter.htm](http://members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13_markposter.htm)>. Acesso em 11 set. 2007.

<sup>546</sup>BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 1999b, p.92-103.

<sup>547</sup>Idem, p.92.



eletronicamente?<sup>548</sup> Levando em consideração a influência das mídias tradicionais, é de se afirmar que há muito tempo as máquinas assumiram a função de interface política, a exemplo do papel da televisão na formação da opinião pública. O que ocorre de diferente, agora, é que as máquinas possibilitam novas formas de diálogos descentralizados e, portanto, novas maneiras de se construir grupos políticos<sup>549</sup>. A possibilidade de concretização de uma grande assembleia, assim, caracteriza a Internet com uma “propriedade fundamental para o estabelecimento de um espaço argumentativo digital, o que tornaria o computador um meio de comunicação diferenciado em termos políticos”<sup>550</sup>.

Eis que se forma, portanto, a partir das novas tecnologias, um novo espaço e uma nova maneira de discussão das questões de interesse comum, de formação de opiniões e de planejamento de ações coletivas, o que ocorre em um ciberespaço organizado em redes. Em síntese, é isso que caracteriza o que pode ser classificado como a “esfera pública virtual”, a qual deve ser entendida em consonância com a já mencionada “cultura da virtualidade real”, uma vez que as relações sociais ocorridas no ciberespaço têm efeitos determinantes no rumo do debate político e da formação da opinião pública. Essa esfera pública virtual, institucionalizada como novo palco da política e dos processos democráticos, pode ser organizada em torno de valores específicos e se desenvolver de acordo com a cultura de um determinado grupo humano, o que resulta em diferentes estruturas. A variedade de possibilidades indica a necessidade de se apresentar uma classificação do que pode ser chamada de “democracia digital” e sua relação com um projeto de governança eletrônica.

### 3.1.4 Governança eletrônica e e-democracia: estruturas e estratégias

Verificou-se, até esse ponto, que as novas formas de organização social e econômica mundial, que caracterizam as sociedades da informação e comunicação, resultam em dificuldades para as instituições políticas modernas e, em especial, para a legitimidade dos processos democráticos. Também foi visto que a comunicação *virtual*, longe de ser o oposto

---

<sup>548</sup>POSTER, Mark. **Ciberdemocracia**: a Internet e a esfera pública. Disponível em <members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13\_markposter.htm>. Acesso em 11 set. 2007.

<sup>549</sup>POSTER, Mark. **Ciberdemocracia**: a Internet e a esfera pública. Disponível em <members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13\_markposter.htm>. Acesso em 11 set. 2007.

<sup>550</sup>MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates Políticos na Internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião pública**, Campinas, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762006000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 set. 2007.

do *real*, passou a constituir o próprio tecido social, tornando-se uma verdadeira esfera pública que oferece todo o potencial e a flexibilidade das novas tecnologias à construção de radicais experiências democráticas.

Entretanto, a chamada “democracia digital” está ainda longe de se apresentar de forma generalizada no cotidiano da política. Não obstante essa constatação prática, os sistemas de participação e gestão cidadã baseados em TICs têm sido referenciados, em abstrato, como a salvação da crise de legitimidade, confiança e participação das instituições democráticas representativas. Diversos e variados nomes designativos desses sistemas têm surgido, a exemplo de *teledemocracia*, *ciberdemocracia*, *e-administração*, *e-democracia*, *e-governo*, *governo eletrônico*, *governo digital*, *democracia eletrônica*, *democracia digital*<sup>551</sup> e mais uma série de termos que vêm freqüentando os noticiários e os livros acadêmicos.

A indefinição conceitual de tais termos prejudica o desenvolvimento da área, pois se pode facilmente intitular uma nova iniciativa como de “avanço na democracia digital” sem que, de fato, contenha os requisitos necessários para tal<sup>552</sup>. Além disso, para o fortalecimento do debate teórico, igualmente é necessário que existam conceituações claras, ou seja, é preciso, na construção da tipologia e classificação da democracia digital, definir-se apropriadamente as categorias com as quais será possível distinguir os diferentes movimentos e determinar as nuances do fenômeno estudado<sup>553</sup>.

Nesse sentido, não obstante a grande variedade de termos, pode-se utilizar, como conceito paradigmático sintético de democracia digital, aquele proposto pela equipe do *program on information resources policy*, de Harvard, que afirma ser a democracia digital “a troca de idéias e opiniões como parte de processo democrático realizado por meio da Internet”<sup>554</sup>. Deve-se ressaltar, contudo, uma diferenciação conceitual fundamental entre *democracia digital* e *governo eletrônico*. Isso porque, enquanto democracia digital (*e-democracy*) se refere a processos e estruturas que oferecem suporte à interação eletrônica entre o governo e o cidadão como parte de um processo democrático, o governo eletrônico (*e-*

<sup>551</sup>CARRACEDO, Jose David. **Conceptualizaciones e Clasificaciones de los Modelos de Democracia Digital**. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/grup.php?idioma=es&id=3>>. Acesso em 3 fev. 2007.

<sup>552</sup>CARRACEDO, Jose David. **Conceptualizaciones e Clasificaciones de los Modelos de Democracia Digital**. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/grup.php?idioma=es&id=3>>. Acesso em 3 fev. 2007.

<sup>553</sup>HAGEN, Martin. **A Typology of Electronic Democracy**. Disponível em: <[http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag\\_en.htm](http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag_en.htm)>. Acesso em 12 set. 2007.

<sup>554</sup>BUTHER, Joseph *et al.* **Digital Democracy: voting in the information age**. Disponível em <[http://pirp.harvard.edu/pubs\\_pdf/butcher%5Cbutcher-p02-7.pdf](http://pirp.harvard.edu/pubs_pdf/butcher%5Cbutcher-p02-7.pdf)>. Acesso em 12 set. 2007. Tradução livre de “[...] the exchange of ideas and opinions as part of the democratic process conducted over the Internet.”

*government*) é a utilização de um padrão de negócios eletrônicos na administração estatal<sup>555</sup>. Há, ainda, uma divergência conceitual entre governo eletrônico e governança eletrônica. Na literatura, tais termos muitas vezes parecem se confundir, ora sendo utilizados como sinônimos, ora como subconjuntos. Na conceituação da UNESCO, tomou-se a governança eletrônica como termo mais abrangente, que engloba as atividades de governo eletrônico. Assim, a governança eletrônica, tomada naquele sentido amplo, pode ser estruturada em três dimensões distintas: a *e-administração pública*, a qual é associada à melhoria de processos governamentais com a utilização das TICs; *e-serviços públicos*, referentes à melhoria e diversificação dos meios de prestação de serviços ao cidadão; e *e-democracia*, associada à possibilidade de maior participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre políticas públicas<sup>556</sup>.

A governança eletrônica refere-se, portanto, a estruturas e processos necessários para que sejam oferecidos serviços públicos (aos cidadãos, empresas e ao próprio governo), objetivando a colaboração com os parceiros privados, assim como a condução de transações em uma entidade organizacional (o Estado) e participação democrática. Em tal caminho, a governança eletrônica – onde se insere a democracia digital – poderia ser conceituada como “a aplicação de mídias eletrônicas em (1) a *interação* entre *governo* e cidadãos e *governo* e empresas, assim como (2) *ações* internas *de governo* para simplificar e melhorar aspectos democráticos, administrativos e de negócios da governança”<sup>557</sup>. Para melhor compreensão, aproveitando-se das considerações de Michel Backus, considere-se o termo *interação* como referente à entrega de produtos e serviços, troca de informações, comunicação, transações e integração de sistemas. *Governo*, por sua vez, refere-se a níveis (p. ex., nacional, estadual e municipal) e a ramificações (p. ex., parlamento, judiciário e executivo) das *ações governamentais*, as quais são todos os processos de interações intergovernamentais na estrutura administrativa. Por fim, *mídias eletrônicas* podem ser exemplificadas pelas TICs<sup>558</sup>.

---

<sup>555</sup>BACKUS, Michiel. **E-Governance and Developing Countries**: introduction and examples. Disponível em: <[www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf](http://www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf)>. Acesso em 22 set. 2007.

<sup>556</sup>BARBOSA, Alexandre; FARIA, Fernando; PINTO, Solon. Governança Eletrônica no Setor Público. In: KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria (Orgs.). **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo**: subsídios e programa e-Brasil. São Caetano do Sul: Yendis, 2007, p.520.

<sup>557</sup>BACKUS, Michiel. **E-Governance and Developing Countries**: introduction and examples. Disponível em: <[www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf](http://www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf)>. Acesso em 22 set. 2007.. Tradução livre de “In this report e-governance is defined as the application of *electronic means* in (1) the *interaction* between *government* and citizens and *government* and businesses, as well as (2) in internal *government operations* to simplify and improve democratic, government and business aspects of Governance”.

<sup>558</sup>BACKUS, Michiel. **E-Governance and Developing Countries**: introduction and examples. Disponível em: <[www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf](http://www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf)>. Acesso em 22 set. 2007.

Em síntese, o objetivo estratégico da governança eletrônica é simplificar a administração para todos – governo, cidadãos e empresas – isto significando que as novas mídias têm o *potencial de* estimular a “boa governança”. Boa governança, por seu turno, pode ser entendida como uma maneira das autoridades públicas cuidarem melhor de questões econômicas, políticas e administrativas, sejam em nível nacional, estadual ou municipal<sup>559</sup>.

Além disso, governança eletrônica também pode ser vista a partir da perspectiva do fluxo de informações. Há uma difundida tipologia das formas de relacionamento na Internet entre as instituições comerciais privadas e entre estas e os indivíduos, a qual é expressa pelas denominações B2B (*business to business* – entre empresas) e B2C (*business to consumer* – entre empresas e o consumidor). Uma adaptação dessa concepção resultou na menção às ações de governança digital na forma de serviços G2G (*government to government* – governo para governo), G2B (*government to business* – governo para empresa) e G2C (*government to citizen* – governo para cidadão)<sup>560</sup>. Existe, ainda, a possibilidade comunicação direta entre os cidadãos, vislumbrando-se o que poderia ser considerado como C2C (*citizen to citizen* – cidadão para cidadão). Considerando-se a diferenciação já apresentada entre democracia digital e governança eletrônica, ter-se-ia a seguinte esquematização desta última:

Quadro 1 - Principais grupos de interação na governança eletrônica.

Classificação	Governança Eletrônica	
	e-Democracia	Governo eletrônico
<b>Fluxo da Informação</b>		
<b>Externo</b>		
<b>G2C: Governo para Cidadão</b>	X	
<b>G2B: Governo para Negócios</b>		X
<b>C2C: Cidadão para Cidadão</b>	X	
<b>Interno</b>		
<b>G2G: Governo para Governo</b>		X

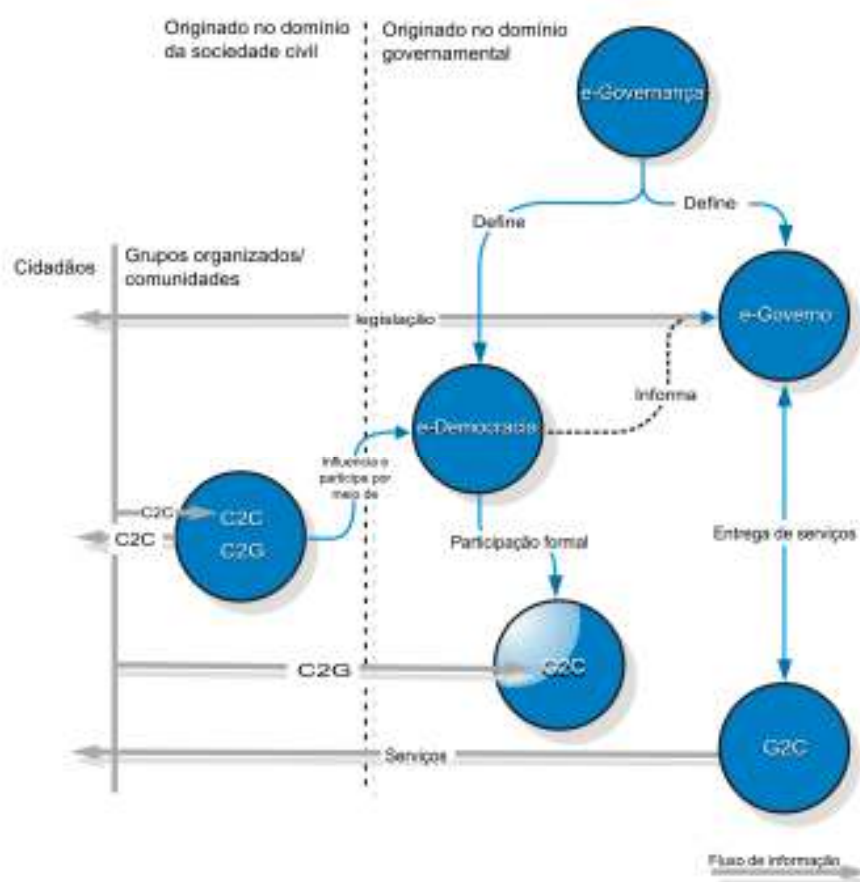
Fonte: Complementado e adaptado de BACKUS, Michiel. **E-Governance and Developing Countries: introduction and examples**. Disponível em: <[www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf](http://www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf)>. Acesso em 22 set. 2007.

<sup>559</sup>BACKUS, Michiel. **E-Governance and Developing Countries: introduction and examples**. Disponível em: <[www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf](http://www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf)>. Acesso em 22 set. 2007.

<sup>560</sup>BACKUS, Michiel. **E-Governance and Developing Countries: introduction and examples**. Disponível em: <[www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf](http://www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf)>. Acesso em 22 set. 2007.

Utilizando-se dessa classificação, uma estrutura de fluxos de informações da governança eletrônica que parta de um contexto de democracia eletrônica centrado no cidadão pode ser representada pelo seguinte diagrama:

Figura 4 - Situando a e-democracia em um contexto centrado no cidadão.



Fonte: Adaptado de WILLIAMSON, Andy. **Disruptive spaces and transformative praxis: reclaiming community voices through electronic democracy.** Disponível em: <[http://www.edemocracy.co.nz/documents/cirn06\\_williamson.pdf](http://www.edemocracy.co.nz/documents/cirn06_williamson.pdf)> Acesso em 22 set. 2007.

Diante de tal exposição, e tendo-se mencionado as possibilidades de fluxo de informação na estrutura da governança eletrônica, situando a e-democracia nesse contexto, segue-se a apresentação de diversas propostas tipológicas para a democracia digital e, na

seqüência, algumas considerações acerca das estratégias de chamamento dos cidadãos à participação na formulação e execução de políticas públicas.

### 3.1.4.1 Principais Tipologias e Modelos para e-Democracia

Como mencionado anteriormente, a conceituação de termos é importante para o estudo de objetos específicos. Da mesma forma, a construção de tipologias serve a uma análise estruturada e apurada de um tema específico. Por tal razão, passa-se a apresentar os principais tipos e modelos de democracia digital difundidos atualmente. Lembra-se inicialmente, contudo, que qualquer proposta tipológica acaba partindo de certos parâmetros escolhidos *a priori*, o que inevitavelmente restringe o universo possível de alternativas. Nesse sentido, a classificação da democracia digital pode partir da análise de diversos fatores, como por exemplo: da realidade técnica e suas possibilidades; de políticas concretas desenvolvidas em relação com as TICs; de objetivos sociais que impliquem no uso da telemática e etc<sup>561</sup>. Por essa razão, diversos autores chegam a diferentes tipologias, justamente por realizarem sua tarefa a partir de perspectivas não coincidentes.

Tendo-se estabelecido essas balizas iniciais, pode-se dizer que, dentre as principais classificações para democracia eletrônica, em concordância com as sínteses feitas tanto por Fernando Harto de Vera quanto por José David Carracedo, destacam-se quatro em especial. São as tipologias desenvolvidas por Martin Hagen, as de Bellamy, Hoff, Horrocks e Tops, as de Subirats e as de van Dijk. Tratam-se, na verdade, de classificações que não se excluem, mas se complementam, uma vez que apenas assumem perspectivas diferentes do mesmo objeto, conforme mencionado anteriormente.

Inicia-se, assim, com a tipologia pioneira formulada por Martin Hagen em meados da década de noventa, a qual foi pensada e adequada ao sistema político norte-americano para formação do que o autor chama de uma “teoria americana de democracia digital”<sup>562</sup>. Ele descreve três tipos de democracia eletrônica, cada qual representando uma forma diferente de se perceber as realidades política e democrática e as oportunidades oferecidas pelas TICs: a

<sup>561</sup>CARRACEDO, Jose David. **Conceptualizaciones e Clasificaciones de los Modelos de Democracia Digital**. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/grup.php?idioma=es&id=3>>. Acesso em 3 fev. 2007.

<sup>562</sup>HAGEN, Martin. **A typology of electronic democracy**. Disponível em: <[http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag\\_en.htm](http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag_en.htm)>. Acesso em 12 set. 2007.

*teledemocracia*, representando a pretensão de superação do sistema democrático representativo por um sistema de democracia direta, com a utilização das novas tecnologias para realização de votações eletrônicas e o ativismo político por meio de melhor informação; a *ciberdemocracia*, conseqüência da expansão da Internet, tendo por finalidade a busca de uma verdadeira democracia por meio da organização do espaço virtual, situando o ativismo político e a discussão como forma de participação política. A preocupação maior da ciberdemocracia é (re)criar comunidades (virtuais ou não) como estruturas a partir da qual possam ser enfrentadas as formas centralizadas de governo; e, como última classificação, Hagen cita a *democratização eletrônica*, que pretende aperfeiçoar e melhorar a democracia representativa pela expansão dos canais e fluxos de informação por meio da utilização das TICs. Essa proposta destaca, portanto, a importância das redes de telecomunicação como ferramentas de fortalecimento da sociedade<sup>563</sup>.

Quadro 2 - Tipologia de Democracia Eletrônica proposta por Martin Hagen.

CONCEITO	TELEDEMOCRACIA	CIBERDEMOCRACIA	DEMOCRATIZAÇÃO ELETRÔNICA
<b>Principais aspectos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CMC pode “ligar tempo e espaço” e criar formas de partição política que há muito se acreditava praticamente impossível</li> <li>• Formas tradicionais de democracia representativa não conseguem lidar com a complexidade da era da informação, são necessárias e –via CMC e outras mídias interativas – são possíveis formas locais de democracia e “empoderamento” do indivíduo.</li> <li>• O uso democrático das mídias é necessário como contrabalanço dos “abusos” da mídia em razão de objetivos comerciais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de comunidades virtuais e físicas são os objetivos principais da democracia do Séc. XXI.</li> <li>• Informação se torna o principal recurso econômico, negócios E os indivíduos podem maximizar seus próprios bens via CMC.</li> <li>• CMC permite formas descentralizada e auto-dirigidas de governo, enquanto protege efetivamente contra abusos estatais de autoridade (como censura, invasão de privacidade, etc.)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas de informações políticas permitem maior e mais livre acesso às informações governamentais.</li> <li>• Reuniões eletrônicas municipais podem criar ligações necessárias entre o público e os representantes para deliberar sobre questões públicas e criar um novo senso de comunidade entre o eleitorado</li> <li>• Em razão de que os grupos de interesses e etc podem diminuir os custos de organização e transação, a sociedade civil pode ser fortalecida via CMC</li> </ul>
<b>Formas principais de participação política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Discussão</li> <li>• Voto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão</li> <li>• Atividade política</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Discussão</li> </ul>
<b>Formas preferenciais de democracia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representativa</li> </ul>

Fonte: Adaptado de: HAGEN, Martin. **A typology of electronic democracy**. Disponível em: <[http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag\\_en.htm](http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag_en.htm)>. Acesso em 12 set. 2007.

Uma segunda possível tipologia é aquela apresentada por Christine Bellamy, em trabalho conjunto com Jens Hoff, Ivan Horrocks e Pieter Tops. Segundo os autores, não há uma busca de tipos ideais na classificação por eles formulada, mas sim uma tentativa

<sup>563</sup>HAGEN, Martin. **A typology of electronic democracy**. Disponível em: <[http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag\\_en.htm](http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag_en.htm)>. Acesso em 12 set. 2007.

compreender como a utilização das TICs afeta as práticas e discursos contemporâneos sobre a democracia, em uma abordagem derivada “de uma perspectiva que situa tanto a prática quanto a retórica das políticas democráticas e de seus contextos históricos específicos”<sup>564</sup>. A proposta utiliza como critérios de classificação as seguintes variáveis: a visão sobre a cidadania; o valor democrático predominante; o nexos político; a forma de participação; o intermediário político; e a norma procedimental envolvidos na questão. Cada um dos quatro modelos apresentados, derivados desses critérios, lida de uma maneira específica com as ameaças e oportunidades das TICs frente à democracia. Resulta dessa formulação a seguinte classificação: a *democracia dos consumidores*; a *democracia elitista*; a *democracia neo-republicana*; e a *ciberdemocracia*<sup>565</sup>. Passa-se a uma breve descrição de cada um desses tipos apresentados por Bellamy, Hoff, Horrocks e Tops.

O primeiro tipo, intitulado *democracia de consumidores*, compartilha com a democracia elitista a aceitação acrítica da institucionalidade das democracias, inclusive o papel dos parlamentos, das eleições e dos partidos políticos<sup>566</sup>. Possui como características principais, portanto, a valorização do voto e das eleições como elementos mais importantes da vida política e a predominância da burocracia no funcionamento das democracias, razão pela qual entende ser importante oferecer aos indivíduos o maior grau de informação possível, em quantidade e qualidade. O uso das TICs, assim, deve servir à criação de canais de comunicação para que os cidadãos possam transmitir as suas demandas com segurança e rapidez até as instâncias decisórias<sup>567</sup>.

Já a *democracia elitista* tem origem no pensamento social-democrata, desenvolvendo-se a partir da afirmação de que a população está mais interessada em direitos socioeconômicos que em maior participação ou aprofundamento das liberdades civis. Centra a atenção, portanto, na composição dos especialistas responsáveis pela harmonização dos interesses em competição, o que ocorre por meio da institucionalização dos interesses corporativos. O uso das TICs nesse modelo refere-se, dessa forma, à melhora da qualidade

<sup>564</sup>BELLAMY, Christine. Modelling Electronic Democracy: towards democratic discourses for an information age. In: HOFF, Jens; HORROCKS, Ivan; TOPS, Pieter (Orgs.). **Democratic Governance**: technologically mediated innovations in political practice in Western Europe. London: Routledge, 2000, p.33. Tradução livre de: “[...] from a perspective which situates both the practice and rhetoric of democratic politics in their specific historical contexts”.

<sup>565</sup>HOFF, Jens; HORROCKS, Ivan; TOPS, Pieter (Orgs.). Op. cit., p.33-35.

<sup>566</sup>CARRACEDO, Jose David. **Conceptualizaciones e clasificaciones de los modelos de democracia digital**. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/grup.php?idioma=es&id=3>>. Acesso em 3 fev. 2007.

<sup>567</sup>HARTO, Fernando (2006). Tipologías y Modelos de Democracia Electrónica. In: **Primer Congreso sobre Internet, derecho y política**: las transformaciones del derecho y la política en la sociedad de la información. IDP - UOC. Revista de Internet, Derecho y Política. N.2, p.40. Disponível em <<http://www.uoc.edu/idp/2/dt/esp/harto.pdf>>. Acesso em 12 set. 2007.



dos sistemas representativos, a exemplo da descentralização dos locais de votação, o uso da Internet nas eleições, as conversas interativas *online* entre representantes e eleitores e os fóruns e debates eletrônicos. Objetiva o reforço dos fluxos de informação e comunicação verticais, em detrimento dos horizontais<sup>568</sup>.

Quadro 3 - Tipologia de e-Democracia proposta por Bellamy, Hoff, Horrocks e Tops.

	<b>Consumidor</b>	<b>Demo-elitista</b>	<b>Neo-republicana</b>	<b>Ciberdemocrática</b>
<b>Perspectiva sobre a cidadania</b>	(Neo-liberal)	(Pluralista) Liberal	Republicana/social-democrata	Comunitária/democrática radical
<b>Valor democrático dominante</b>	Liberdade de escolha	Eficácia	Deliberação e participação	Comunidade, aceitação da diversidade
<b>Nexo político</b>	“O momento da verdade” (relação produtor/consumidor)	Discurso dos especialistas	Esfera pública, meios de comunicação	Debate eletrônico (Internet)
<b>Forma central de participação política</b>	Escolha de serviços públicos	Criação de consenso, <i>lobbying</i>	Debate público, associações	Debate virtual, ações virtuais e reais
<b>Principal intermediário político</b>	Declarações de serviços, dados de consumo	Instituições de negociação e campanha	Reuniões, audiências (reais e virtuais)	Redes eletrônicas, comunidades eletrônicas
<b>Norma de procedimento dominante</b>	Desenvolvimento de capacidades (direitos)	Desenvolvimento de sistema político adaptável	Desenvolvimento de identidades, desenvolvimento de sistema político adaptável	Desenvolvimento de identidades, desenvolvimento de capacidades (competências)

Fonte: BELLAMY, Modelling Electronic Democracy. *Apud*: HARTO, Fernando (2006). Tipologías y Modelos de Democracia Electrónica. In: **Primer Congreso sobre Internet, derecho y política**: las transformaciones del derecho y la política en la sociedad de la información. IDP - UOC. Revista de Internet, Derecho y Política. n. 2, p.41.

Outra tipologia apresentada por Bellamy é a da *democracia neo-republicana*, que propõe o fortalecimento institucional da sociedade civil, com destaque para a qualidade da participação em nível micropolítico e local. Baseia-se, assim, em uma concepção ativa da cidadania ligada a três antecedentes tradicionais da teoria política: o resgate de valores comunitários, o pensamento aristotélico – defensor de uma vida ativa na pólis – e o humanismo marxista e sua proposta de promoção de uma sociedade civil autônoma. A partir dessa visão eclética, concebe-se a política como uma atividade compartilhada que busca superar o individualismo. Quanto ao uso das TICs, espera que as mesmas possam construir uma réplica eletrônica da *Ágora* ateniense, ou seja, a criação de uma esfera pública virtual mediada por redes de telecomunicação, onde se possa expressar a cidadania ativa<sup>569</sup>.

<sup>568</sup>HARTO, Fernando (2006). Tipologías y Modelos de Democracia Electrónica. Op. cit., p.40.

<sup>569</sup>Idem, p.41.

O último modelo apresentado por Bellamy na obra editada por Hoff, Horrocks e Tops trata da *ciberdemocracia*, um modelo que se afirma estar ainda em formação e, portanto, sujeito a modificações<sup>570</sup>. Diferentemente do modelo anterior, a ciberdemocracia é deslocalizada, já que as intermediações são virtuais, característica que torna problemática a análise desse modelo. As redes de cidadãos giram em torno de questões relacionadas a temas específicos, tendo como fundo teórico a identidade, o objeto e o sujeito da análise da pós-modernidade e suas dinâmicas em redes<sup>571</sup>. Nesta perspectiva, as cibercomunidades poderiam substituir a política tradicional que, em crise, vem gerando uma frágil coesão à base da marginalização do *outro* diferente<sup>572</sup>.

Joan Subirats afirma, contudo, que a tipologia apresentada acima encontra dificuldades ao ser transposta para a realidade, o que o levou a indicar uma classificação alternativa, partindo “da idéia de que as novas formas de comunicação e informação que brindam as novas tecnologias, influem, e podem influir muito mais, nos atuais processos de reestruturação e redefinição das variáveis principais dos sistemas políticos europeus”<sup>573</sup>.

Joan Subirats propôs, então, introduzir novos critérios à equação, de maneira a aclarar as fronteiras que permaneciam difusas, articulando a tipologia de forma mais próxima da prática cotidiana. Incluiu, assim, a divisão entre políticas públicas (*policy*, em inglês) e política referente às relações entre estado e cidadão (*polity*, em inglês). Considerou, igualmente, as possibilidades de melhoria e inovação das instituições parlamentares atuais, de forma a explorar meios alternativos de tomada de decisões e de gestão de políticas públicas, de maneira a incorporar uma cidadania plural, característica de uma concepção aberta das responsabilidades coletivas em relação aos espaços públicos. Ao misturar esses critérios, Subirats aponta quatro estratégias ou discursos políticos diferentes para relacionar as TICs, os sistemas democráticos e seus processos de gestão e decisão<sup>574</sup>. De acordo com o autor, portanto, pode-se “operacionalizar o tema tratando de relacionar em um quadro as distintas

---

<sup>570</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>571</sup>CARRACEDO, Jose David. **Conceptualizaciones e Clasificaciones de los Modelos de Democracia Digital**. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/grup.php?idioma=es&id=3>>. Acesso em 3 fev. 2007.

<sup>572</sup>HARTO, Fernando (2006). Tipologías y Modelos de Democracia Electrónica. Op. cit., p.41.

<sup>573</sup>SUBRATS, Joan. **Los Dilemas de una Relacion Inevitable**: innovacion democratica y tecnologías de la información y de la comunicación. Disponível em: <<http://www.democraciaweb.org/subirats.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2007.

<sup>574</sup>HARTO, Fernando (2006). Tipologías y Modelos de Democracia Electrónica. Op. cit., p. 42; CARRACEDO, Jose David. **Conceptualizaciones e Clasificaciones de los Modelos de Democracia Digital**. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/grup.php?idioma=es&id=3>>. Acesso em 3 fev. 2007.

alternativas que relacionam o uso das TICs com os processos de inovação democrática<sup>575</sup>, no que apresenta a seguinte proposta:

Quadro 4 - Modelos de democracia eletrônica de Subirats

Graus de inovação democrática e de aceitação de processos participativos e pluralistas	USO TIC	
	<i>Policy</i>	<i>Polity</i>
Baixa	1 Mecanismos consumeristas	2 Mudanças no elitismo democrático
Alta	3 Redes pluralistas de prestação de serviços	4 Processos de democracia direta

Fonte: Adaptado de SUBIRATS, Joan. **Los Dilemas de Una Relacion Inevitable**: innovacion democratica y tecnologías de la información y de la comunicación. Disponível em: <<http://www.democraciaweb.org/subirats.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2007.

Por último, mas não menos importante, serão descritos os modelos de Jan van Dijk, que constrói sua proposta com base nas modelos democráticos de David Held, analisando-os em uma perspectiva da teoria da comunicação<sup>576</sup>. O autor, partindo do questionamento se as democracias avançadas estão mudando de forma imperceptível com o uso diário das TICs, apresenta modelos construídos tendo por critério a dinâmica do sistema político. Van Dijk entende que somente um sumário analítico das concepções de democracia permite lidar com a amplitude do tema. Utilizando cinco dos nove modelos ideais de Held, e acrescentando um, estabelece um marco a partir do qual analisa o uso das TICs na política, o que faz tendo por referência duas dimensões fundamentais: a do significado (democracia representativa/democracia direta) e a do objetivo (formação de opinião/processo de decisão). Dessa maneira, o autor chega à seguinte tipologia: *democracia legalista*; *democracia plebiscitária*;

<sup>575</sup>SUBIRATS, Joan. **Los Dilemas de una Relacion Inevitable**: innovacion democratica y tecnologías de la información y de la comunicación. Disponível em: <<http://www.democraciaweb.org/subirats.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2007. Tradução livre de: “Podemos operacionalizar el tema tratando de relacionar en un cuadro las distintas alternativas que relacionan el uso de las TIC con los procesos de innovación democrática”.

<sup>576</sup>HARTO, Fernando (2006). Tipologías y Modelos de Democracia Electrónica. Op. cit., p.36.

*democracia competitiva; democracia libertária; democracia pluralista; e democracia participativa*<sup>577</sup>.

Iniciando pelas características da *democracia legalista*, é de se dizer que esta é uma classificação baseada no modelo liberal clássico, que por sua vez se fundamenta em uma concepção procedimental da democracia, na separação dos poderes e no estabelecimento de freios e contrapesos entre eles. O centro do sistema político é o julgamento dos interesses heterogêneos e dos sistemas complexos através de representantes. Portanto, esse sistema vê as TICs como instrumento para solucionar a defasagem informacional – entre ricos e pobres de informação – o que pode ocorrer com o suporte de mais e melhor informação para os representantes, administradores e cidadãos e pelo surgimento de interatividades. Dessa forma, pode-se criar um governo transparente, mas não controlado pela sociedade, ou seja, o controle das aplicações fica sempre subordinado às elites políticas e administrativas<sup>578</sup>.

O segundo modelo apresentado, de *democracia competitiva*, é igualmente baseado em uma visão procedimental da democracia representativa, onde a eleição é considerada a mais importante ação no sistema político e, portanto, a burocracia, os partidos políticos e os líderes com autoridade são fundamentais. O sistema competitivo se confia, assim, nos líderes e nos especialistas, que regulam o aparato do Estado, disputam interesses e solucionam conflitos com negociação e comando. Tem como prática-modelo os sistemas presidenciais – principalmente os bi-partidários – com tendências populistas. Neste tipo, as TICs são primordialmente utilizadas nas eleições e nas campanhas de informação<sup>579</sup>. Portanto, o acesso à mídia de massa e a sistemas avançados de informação pública serve, antes de tudo, “para dirigir-se a uma audiência segmentada e permitir assim a diversificação das mensagens em função das características do eleitorado, maximizando desse modo a obtenção de apoios e votos”<sup>580</sup>.

Já a *democracia plebiscitária*, o terceiro modelo apresentado por van Dijk, propugna que o desenho e o uso de canais diretos de comunicação entre os líderes políticos e os

---

<sup>577</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007. Trata-se de pré-publicação original do Capítulo 3 da obra: HACKER, Ken; VAN DIJK, Jan. **Digital Democracy, Issues of Theory and Practice**. London: Sage, 2000.

<sup>578</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>579</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>580</sup>HARTO, Fernando (2006). Tipologías y Modelos de Democracia Electrónica. Op. cit., p. 37. Tradução livre de: “[...] para dirigirse a una audiencia segmentada y permitir así la diversificación de los mensajes en función de las características del electorado, maximizando de este modo la obtención de apoyos y sufragios”.

cidadãos podem transformar a visão da política e da democracia. Sustenta, inspirando-se na ágora ateniense e no fórum romano, que as decisões por meio de representantes devem ser reduzidas ao mínimo necessário, enquanto as decisões plebiscitárias elevadas ao máximo possível. As possibilidades práticas trazidas pelas TICs estimularam reviver as pretensões originais do modelo e, assim, a idéia de teledemocracia foi reconstruída, baseada na proposta de um sistema de votação e opinião pública eletrônica. Busca-se, portanto, criar canais de consulta em massa e sistemas públicos horizontais de informação – onde a informação institucional é desacreditada e relegada a um plano inferior<sup>581</sup>.

Nos modelos de van Dijk apresentados até agora (competitivo, legalista e plebiscitário), não se apresenta nenhuma instância intermediária entre o Estado e o sistema político representativo, de um lado, e o cidadão, do outro. O quarto modelo proposto, a *democracia pluralista*, contudo, dá especial importância às organizações e associações civis. A proposta indica, assim, que o sistema político deveria consistir na maior quantidade de centros de poder e de administração possíveis, opondo-se à visão centralista dos modelos legalista e competitivo (que são representados por uma pirâmide). No sistema plural, o Estado deveria atuar como árbitro, pois a formação de opinião na sociedade civil é mais importante que a tomada de decisão no governo Central. É uma espécie de meio termo entre a democracia representativa e democracia direta. Duas características da nova mídia interessam especificamente ao modelo: a multiplicação de canais de informação e discussão política pluriforme; e redes de comunicação interativa, que se adaptam perfeitamente à sua concepção de política. Seus instrumentos favoritos são: correspondência eletrônica, listas de discussão, teleconferência e sistemas de suporte à decisão sobre problemas complexos<sup>582</sup>.

O penúltimo modelo apresentado por van Dijk, de *democracia participativa*, é semelhante à pluralista em diversos aspectos, a exemplo de ser uma combinação entre democracia representativa e democracia direta e de ter uma ênfase muito grande no aspecto substantivo do modelo democrático. O grande diferencial, contudo, é a mudança de foco das organizações para os cidadãos, ou seja, tem a cidadania como seu objetivo central. Propõe uma democracia direta, não no sentido plebiscitário, mas em uma proposição de cidadania ativa decorrente da idéia de que a vontade do povo não é a soma das vontades individuais e sim decorrente de significados construídos pelo debate coletivo (inspiração em Rousseau,

---

<sup>581</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>582</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

portanto). A conseqüência lógica desse modelo é a opção por aplicações das TICs que tornem os cidadãos mais ativos, a exemplo das campanhas de informação computadorizadas e dos sistemas de informação pública em massa (construídos de tal forma que auxiliem na redução da diferença entre os que têm mais e os que têm menos informação e que sejam de fácil uso). Discussões eletrônicas são tomadas apenas como segunda opção, mas condicionado a que não seja um debate elitista. São condições pouco alcançadas até o momento<sup>583</sup>.

O último modelo apresentado por van Dijk, o único não inspirado na obra de Held, é ligado ao que parece ser o modelo gestado pelos pioneiros das comunidades na Internet e pelos movimentos sociais radicais das décadas de sessenta e setenta do século passado: é a chamada *democracia libertária*. Ela é próxima ao modelo pluralista e plebiscitário, já que é tributária de comunidades virtuais, tele-eleições e teleconversações. O que a torna diferente é a ênfase nas possibilidades de politização anônima dos cidadãos através das TICs, com destaque para a Internet. Esse modelo libertário entende que o problema principal dos sistemas tradicionais são o seu centralismo, sua burocracia e a obsolescência das instituições políticas representativas. Assim, a democracia institucionalizada, por não conseguir resolver a maior parte dos complexos problemas contemporâneos, poderia ser superada por meio de uma combinação entre “democracia de Internet” e livre mercado, o que alguns chamam de “ideologia californiana”. Para isso, deveriam ser utilizadas as TICs para tornar os cidadãos bem informados por meio de um avançado sistema de informações livres e confiáveis, bem como torná-los capazes de debater essas informações através de grupos de discussão, salas de bate-papo, correio eletrônico, etc. Finalmente, devem estar em posição de expressar suas opiniões por meio de eleições e de votações virtuais. Essas características tornam o modelo vinculado tanto a um conceito procedimental quanto substancial de democracia<sup>584</sup>.

---

<sup>583</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>584</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

Quadro 5 - Tipos de democracia eletrônica propostos por Jan van Dijk.

<i>Objetivos Principais</i>  <i>Meios Principais</i>	<i>Formação de opiniões</i>		<i>Tomada de decisões</i>
	<b>Democracia Representativa</b>  <b>Democracia direta</b>		
Pluralista			Competitiva
	Participativa	Libertária	Plebiscitária

Fonte: Adaptado de VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

Por tudo quanto mencionado, percebe-se que os debates sobre as aplicações de TICs aos sistemas políticos das democracias oscilam entre duas posições extremas: por um lado, há aqueles que defendem seu uso para melhoria dos sistemas representativos; e, de outro lado, há os que pretendem suplantar a democracia representativa em direção à democracia direta. Entre as posições antagônicas, ficam os que pretendem uma combinação das possibilidades para formação de um novo tipo de democracia que aproveite as vantagens dos dois sistemas<sup>585</sup>.

Cada concepção elabora e apóia as aplicações tecnológicas que mais se adaptam aos objetivos que proclamam e, portanto, sua apresentação importa na medida em que mostra os potenciais caminhos a seguir, conforme as proposições de cada sociedade. Nestes termos, para compreender o potencial democrático das TICs e responder ao questionamento básico proposto neste estudo é necessário verificar a direção, o fluxo e a intensidade das relações políticas contidas nas alternativas apresentadas, pois somente assim se completará o silogismo almejado. Passa-se, portanto, à análise das aplicações práticas em uma perspectiva da teoria da comunicação sugerida por Jan van Dijk.

<sup>585</sup>HARTO, Fernando (2006). Tipologías y Modelos de Democracia Electrónica. Op. cit., p. 42.

### 3.1.4.2 Aplicações tecnológicas a partir de modelos baseados no conceito de comunicação

Observando a tipologia apresentada anteriormente, parece evidente que a direção das relações da informação e da comunicação entre os diversos atores do sistema político constituem um fator decisivo de interpretação dos potenciais democráticos das TICs<sup>586</sup>. Dessa maneira, após uma descrição dos modelos de fluxo de informação possíveis, serão elencadas as alternativas práticas às quais cada um se liga. É certo, como mencionado anteriormente, que muitos esperam que a horizontalização do fluxo de informações seja uma conseqüência do processo de implantação das novas tecnologias nas estruturas políticas, enquanto outros pretendem a manutenção do sistema vertical, já que a representação e administração institucional não poderiam, em princípio, ser suspensas facilmente ou enfraquecidas sem riscos à democracia<sup>587</sup>.

Nos termos propostos por van Dijk, para colocar esse tema em uma boa perspectiva é conveniente resgatar conceitos da ciência da comunicação, em especial os conhecidos quatro padrões de tráfego de informações: *alocução* (exposição), *consulta*, *registro* e *conversa*ção. Deve-se agregar, ainda, os conceitos de *nível de interatividade* – os quais são adequados e necessários para uma análise da questão política nas novas mídias<sup>588</sup>. Os quatro padrões de tráfego de informações mencionados são apropriados, acima de tudo, em razão da grande variedade de utilização das TICs na política, servindo tal padronização para estabelecer um guia entre as infinitas possibilidades<sup>589</sup>.

A *alocução* (exposição), por exemplo, ganhou imensa importância no século XX com a massificação do rádio, da televisão e outras mídias, as quais têm importante papel de coordenação nas sociedades. Esse padrão quer significar uma distribuição simultânea de informação para expectadores e ouvintes locais por meio de um centro que serve como fonte de, e agência de decisão para, difusão da informação. As novas mídias não alteram esse

<sup>586</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of democracy and concepts of communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>587</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of democracy and concepts of communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>588</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of democracy and concepts of communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>589</sup>VAN DIJK, Jan. **The Network Society**. London: Sage, 1999, p.10



padrão, com exceção de que as “velhas” transmissões podem oferecer mais oportunidades de escolha aos expectadores, a exemplo do sistema *pay-per-view*, onde se pode co-decidir sobre a informação a ser recebida como reação às perguntas previamente colocadas pelo emissor central<sup>590</sup>.

O segundo padrão, fortalecido pelas novas mídias, é o de *consulta*, que se refere à seleção de informação por (primariamente) unidades locais, que decidem sobre o assunto, o tempo e a velocidade da recepção, consultando um centro que se mantém como sua fonte. Exemplos de mídias antigas de consulta são os livros, jornais, revista, áudio e vídeo. Exemplos de novas mídias de consulta são as enciclopédias em DVD, serviços de informação de TV a cabo, TV interativa e, é claro, os diversos sítios de informação na Internet. Em geral são mídias conectadas, que permitem diversas consultas no centro da mídia antiga<sup>591</sup>.

Oportunidades de fortalecimento do padrão de *registro* também ocorrem por meio das novas mídias. Por “registro” quer-se falar acerca da coleta de informação por um centro que determina o assunto, o tempo e a velocidade da informação, a serem alimentadas por um número de unidades locais descentralizadas, que são a fonte da informação e, às vezes, tomam a iniciativa desta coleta<sup>592</sup>. Este padrão sempre foi um dos preferidos dos governos e administrações públicas da democracia tradicional, que o utiliza principalmente por meio de eleições. Na democracia virtual, as TICs indicam que ele está ainda mais forte – principalmente nas democracias do tipo legalista e plebiscitária, ainda que de perspectivas totalmente diferentes (Estado forte *versus* democracia direta)<sup>593</sup>. Pelo exposto, percebe-se que as atividades de registro já eram executadas pelas mídias antigas, mas ganham grandes oportunidades com as novas tecnologias<sup>594</sup>.

O último padrão de tráfego de informações, a *conversação*, incita a imaginação daqueles que almejam aprofundar ainda mais a democracia<sup>595</sup> – sendo, portanto, o mais importante para efeito deste estudo. Conversação é a troca de informações por duas ou mais unidades, significando uma mídia compartilhada – em contraste com o sistema tradicional portador de um centro – bem como significa a autodeterminação quanto ao conteúdo, tempo e

---

<sup>590</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>591</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>592</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>593</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>594</sup>VAN DIJK, Jan. Op. cit., p.11.

<sup>595</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

velocidade da informação e da comunicação. Dessa maneira, não só os canais de conversação são alargados, mas também passam a conter mais dados. As novas mídias representam um salto qualitativo, pois permitem combinações de fala, dados e texto em uma única mensagem, enquanto a mídia antiga (telégrafo, telefone) oferecia espaço apenas para fala e poucos dados<sup>596</sup>. Na democracia tradicional, a conversação era uma questão de encontros públicos e trocas pessoais entre cidadãos, representantes e servidores públicos, enquanto na democracia virtual os sistemas de contato via correio eletrônico, teleconferências e grupos de discussão são adicionados, ou até mesmo substituem as trocas orais tradicionais<sup>597</sup>.

A partir desses conceitos de *fluxos de informações*, portanto, as aplicações de TICs na política e democracia podem, *exemplificativamente*, oferecer as seguintes alternativas: *Exposição* - campanhas eletrônicas computadorizadas, campanhas de informação computadorizadas, centros de informação e serviços civis computadorizados; *Consulta* - sistemas de informação pública em massa, sistemas públicos avançados de informação (Internet e etc); *Registro* - sistemas de registros para o governo e administração pública, consultas públicas computadorizadas, votação eletrônica, referendo eletrônico, eleições eletrônicas; *Conversação* - sistema de quadro de recados, listas de discussão, teleconferência e correspondência eletrônica, governo municipal eletrônico, sistema de suporte à decisão coletiva<sup>598</sup>.

Como se vê, o apelo principal da democracia digital é o potencial de reforçar políticas *interativas* entre cidadãos, representantes, administradores e servidores públicos. Entretanto, o que significa exatamente essa almejada *interatividade*?<sup>599</sup> Pierre Lévy faz lembrar que, mesmo em frente à televisão sem controle remoto, os indivíduos decodificam, interpretam, participam e mobilizam seu sistema nervoso de muitas maneiras, e sempre diferentemente de outras pessoas, ou seja, a reapropriação e a recombinação do conteúdo da mensagem são um parâmetro essencial para avaliar a interatividade de um produto<sup>600</sup>, ainda que se considere que isso possa ocorrer em graduações diversas.

---

<sup>596</sup>VAN DIJK, Jan. Op. cit., p.12.

<sup>597</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>598</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>599</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>600</sup>LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999, p.79.

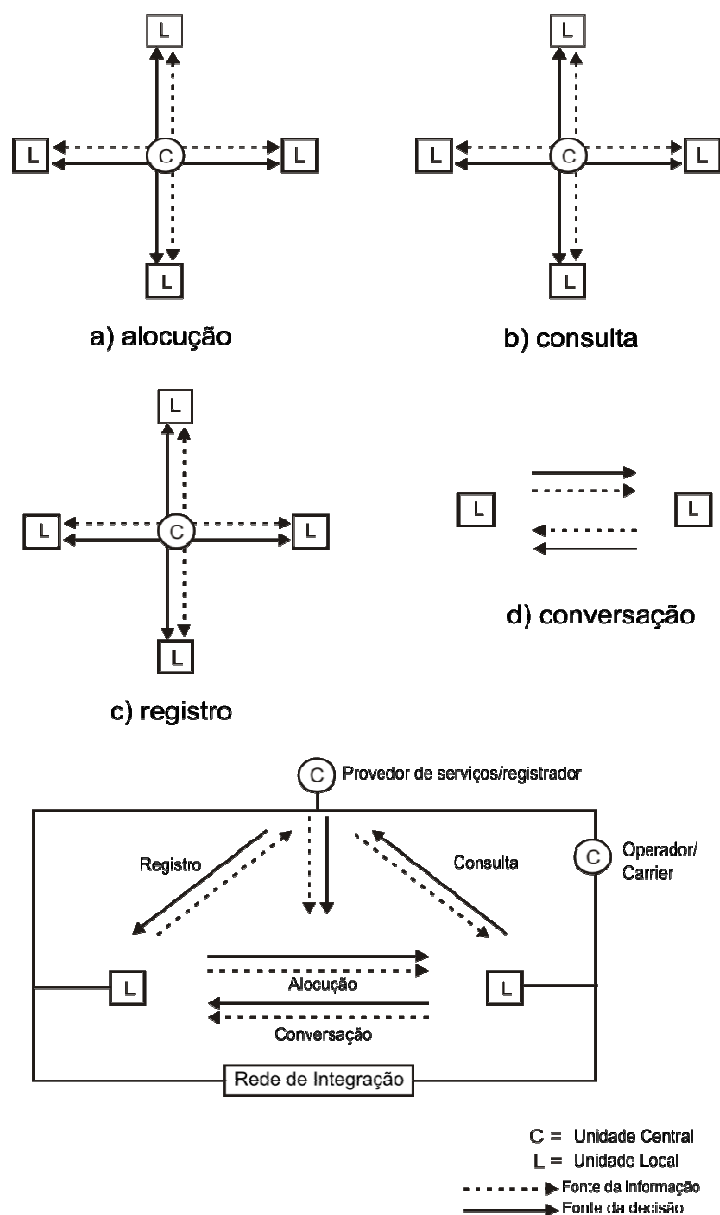


Figura 5 – Os padrões de integração de tráfego de informações em rede.

Fonte: Adaptado de VAN DIJK, Jan. **The network society**. London: Sage, 1999, p.11.

Segundo van Dijk, a mais promissora elaboração do citado conceito de interação é a que menciona a existência de “níveis de interatividade”. Podem ser mencionados três patamares distintos no que concerne à interatividade: comunicação de duas vias (não interativo); comunicação reativa (semi-interativa); e comunicações totalmente interativas. A interatividade é, portanto, um grau onde os interlocutores têm controle sobre o que podem trocar em um discurso múltiplo<sup>601</sup>.

<sup>601</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

Conforme a proposição acima, a interatividade não é uma característica da mídia em si, mas do fluxo da informação. Dessa maneira, pode-se elaborar o conceito de um modelo relacional a partir de quatro níveis específicos desse fluxo: o *temporal*, o *espacial*, o de *ação* e o *mental*. O nível primário do sistema é a normalmente territorial comunicação pessoal – ou comunicação de duas vias – considerada a dimensão espacial da questão. O segundo nível é a comunicação síncrona, onde a interatividade pode ser claramente quebrada pela demora na reação ou na reação à reação do diálogo, nível este que configura a dimensão temporal da questão. O terceiro nível é a autonomia dos interlocutores, ou seja, a capacidade que têm de influir no espaço, tempo e conteúdo da comunicação – o que caracteriza o nível de ação. O último e mais alto nível de interatividade é a compreensão do contexto e a troca de conhecimento – a dimensão mental do sistema – que até agora só foi alcançada por meio de comunicação face-a-face. As mídias interativas atuais ainda estão em algum lugar do terceiro nível, já que as técnicas de inteligência artificial ainda são insuficientes (ao menos por enquanto) para que se alcance o quarto nível acima mencionado<sup>602</sup>.

Com esses conceitos apresentados, van Dijk afirma que se pode imaginar algumas atividades proporcionadas pelas novas mídias e, dessa maneira, construir três modelos *ideais* sobre suas aplicações em relação à política e ao sistema democrático: o modelo de *marketing*, o modelo *infocrático* e modelo de *Internet*<sup>603</sup>, classificados justamente pela direção do fluxo de informações.

Instituído na década de noventa do século passado, o modelo de maior potencial, segundo van Dijk, é o *modelo de Internet*, o qual pretende que a informação e a comunicação política ocorram de forma horizontal, sendo desenvolvido em cima de características específicas da Grande Rede, ou seja, relaciona-se fortemente ao fato de que as comunicações nesta mídia são públicas, abertas, não-controladas e baratas. O padrão tem o potencial de oferecer aos cidadãos, portanto, a oportunidade de discutir todos os tipos de questões sociais e políticas, bem como acessar informações de incontáveis fontes, através de um meio interativo que atinge, ao menos, o nível três antes mencionados<sup>604</sup>.

---

<sup>602</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>603</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>604</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

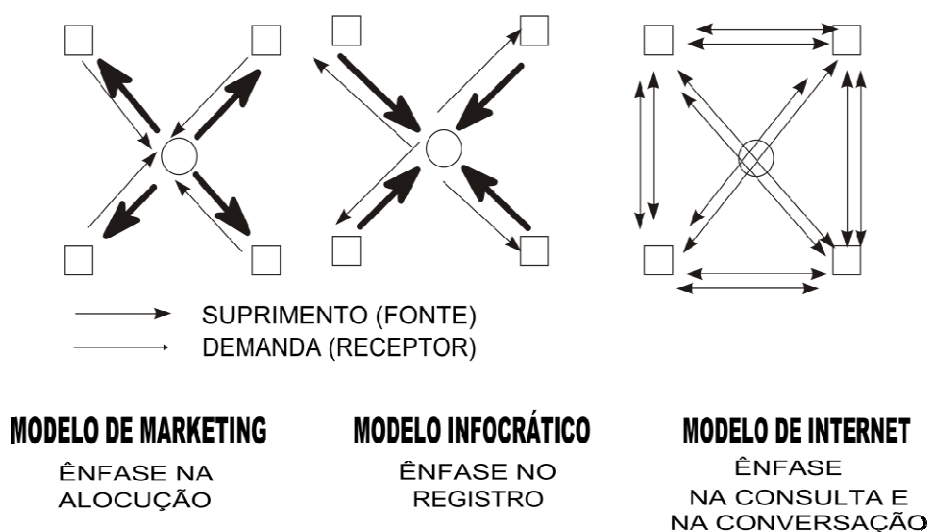


Figura 6 - Três Modelos da Supervia da Informação.

Fonte: Adaptado de VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

Dois outros padrões, para as perspectivas futuras da democracia virtual, são também discutidos, porém com menor frequência: o *modelo de marketing* e o *modelo infocrático*. No primeiro tem-se principalmente o suporte comercial, a exemplo do que se pode obter com a televisão interativa, correspondendo mais, portanto, ao atual sistema das mídias de difusão em massa e às contemporâneas práticas políticas institucionais. Nele, o centro de difusão permanece sendo os grandes provedores, o que significaria, para o sistema político, uma predominância de campanhas oficiais e, acima de tudo, pressões corporativas e civis de grupos de todo tipo<sup>605</sup>. O modelo de *marketing* é reforçado por um terceiro modelo ideal, o *infocrático*, que é decorrente, fundamentalmente, da substituição dos burocratas tradicionais por uma infocracia crescente, ainda que ambos continuem a competir e trabalhar juntos na troca de informações sobre os cidadãos. O controle máximo da organização é o objetivo principal desse sistema, que busca apenas a extensão das práticas atuais das aplicações em TICs e não sua substituição, ou seja, utilizam principalmente as tecnologias que transferem mais informações sobre as unidades locais para o centro, com mero retorno da demanda

<sup>605</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

gerada. São exemplos a coleta *online* de taxas para serviços sociais, de registros da população etc. Somente muito depois é que aparecem prioridades para transparência e controle sobre a administração e o governo por parte dos cidadãos<sup>606</sup>.

Certamente que, na prática, o futuro da política e da democracia no ciberespaço será constituído de uma combinação desses três modelos ideais, não sendo claro qual será preponderante<sup>607</sup>. De toda forma, os modelos, tipologias e aplicações das TICs na política e nos processos democráticos apresentados demonstram a importância de seu estudo, principalmente por permitir identificar as funções e as características a serem desenvolvidas pelas novas mídias, permitindo imaginar a multiplicidade de modelos políticos passíveis de serem instituídos em cada sociedade. Demonstra, acima de tudo, que o debate deve ser o mais amplo e plural possível, para que o modelo e o resultado final dos projetos de democracia digital sejam compatíveis com as aspirações democráticas que os movem.

### 3.1.4.3 Convidando os cidadãos à e-participação

Cada vez mais governos e parlamentos pelo mundo têm se comprometido em facilitar e aprofundar a participação pública, mapeando formas de tornar mais fácil o acesso às informações estatais e de garantir aos cidadãos a possibilidade de apresentarem seus pontos de vista sobre as formulações e execução de políticas públicas<sup>608</sup>. Especificamente no âmbito da OCDE, diversas pesquisas têm sido desenvolvidas no sentido de ofertar aos seus países membros orientações da forma como podem ser realizadas ações para viabilizar novas relações governo-cidadão. Há uma busca constante em se responder ao questionamento básico que permeia os estudos na área, que se refere a *como fortalecer as relações com os cidadãos*, propondo a OCDE que tal deva acontecer a partir de três níveis complementares de ação: a *informação*, a *consulta* e a *participação*.

---

<sup>606</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>607</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>608</sup>MACINTOSH, Ann; MALINA, Ann; WHYTE, Angus. **Designing E-Democracy in Scotland**. Disponível em: <[http://www.ltsotland.org.uk/Images/27\\_261\\_tcm4-115474.pdf](http://www.ltsotland.org.uk/Images/27_261_tcm4-115474.pdf)>. Acesso em 22 set. 2007.

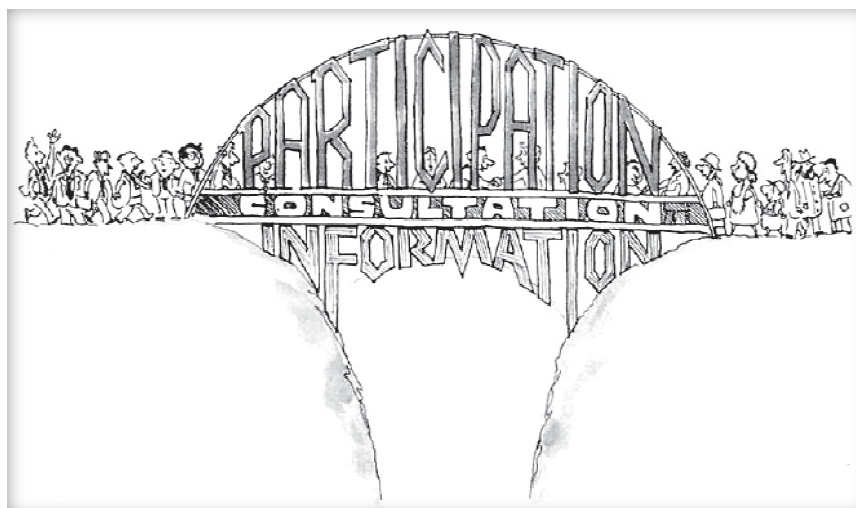


Figura 7 - Três níveis para fortalecimento das relações com o cidadão.  
 Fonte: OECD. **Citizens as Partners**: OECD handbook on information, consultation and public participation in policy-making. Paris: OECD, 2001, p.17.

O primeiro nível, de *informação*, é implantado quando o governo dissemina informações sobre políticas públicas por iniciativa própria e os cidadãos as acessa por demanda e, portanto, há um fluxo de uma via apenas; o segundo, de *consulta*, ocorre no momento em que o Estado solicita um *feedback* sobre as ações públicas, fornecendo de antemão as informações que serão utilizadas na formação de opinião, o que cria uma relação limitada de mão-dupla; e, em terceiro, a *participação* ativa, nível em que os cidadãos são ativamente envolvidos na decisão e formulação de políticas públicas, o que significa que eles próprios propõem, formulam e decidem em conjunto com o governo tais ações, o que pode ser considerada uma relação avançada de mão-dupla<sup>609</sup>, uma representação análoga ao *modelo de Internet* da democracia digital proposto por van Dijk.

Na busca desse engajamento público, diversas experiências de aplicação das TICs como instrumento de aprofundamento da democracia estão em desenvolvimento em grande parte do mundo. Muitos pesquisadores, dessa forma, buscam sistematizar propostas técnicas que visem ampliar a possibilidade de sucesso dos projetos colocados em prática. Nesse sentido, há certo consenso de que é impossível falar sobre participação eletrônica sem se falar no engajamento político em geral, já que a tecnologia é apenas um facilitador ou um novo método de participação. A participação eletrônica (e-participação), por sua vez, é o termo

<sup>609</sup>OECD. **Citizens as Partners**: OECD handbook on information, consultation and public participation in policy-making. Paris: OECD, 2001, p.15-16.

utilizado para fazer referência às contribuições dos atores sociais ao processo político democrático através das novas tecnologias<sup>610</sup>.

Estudos têm sido desenvolvidos, ainda, para compreender como conduzir consultas aos cidadãos, o que tem servido de base para o desenvolvimento de propostas e-participação. Observou-se que os sistemas que dão suporte à participação eletrônica devem ser desenvolvidos de maneira a ultrapassar as barreiras culturais associadas a essa nova maneira de se trabalhar, ou seja, devem ser desenvolvidos levando em consideração as características específicas do novo meio, principalmente em razão da variedade dos atores envolvidos e da natureza complexa da proposta. Nesse contexto, podem ser identificados cinco grandes desafios para a participação cidadã na esfera pública virtual<sup>611</sup>.

O primeiro deles refere-se à questão de *escala*: na perspectiva do cidadão, como a tecnologia pode evitar que a voz individual não se perca no debate em massa? Uma abordagem possível é desenvolver um sistema que permita ao indivíduo encontrar pessoas que compartilham seus pontos de vista, demonstrando a necessidade de que a tecnologia ofereça os meios de que a voz individual no espaço público virtual se desenvolva dentro de uma comunidade. Por outro lado, de uma perspectiva governamental, há o desafio de ouvir e responder a cada indivíduo, o que exige canais efetivos de *feedback*. Assim, parece correto fomentar o desenvolvimento de comunidades e oferecer ferramentas de participação eletrônica para dar suporte a uma participação coletiva<sup>612</sup>, de maneira a se alcançar tanto os objetivos dos indivíduos quanto os dos governos.

O segundo desafio é desenvolver nos cidadãos *capacidades* e interesse em uma *participação ativa* através de aplicações tecnológicas que encorajem a deliberação pelos cidadãos sobre questões públicas, o que requer a disponibilidade de informações acessíveis e compreensíveis, bem como de uma nova geração de fóruns de discussão mediados. Esse fator possui uma agravante representada pelo desinteresse dos mais jovens pela política tradicional, demonstrando ser necessário o desenvolvimento de ferramentas que não só incentivem a participação, mas que também façam os mais novos compreender o processo de deliberação coletiva e cidadania participativa<sup>613</sup>.

A *coerência* desses sistemas é o terceiro desafio que se apresenta, de forma que os governos devem ter uma visão holística do ciclo de deliberação sobre as questões públicas.

---

<sup>610</sup>MACINTOSH, Ann. Using Information and Communication Technologies to Enhance Citizen Engagement in the Policy Process. In: OECD. **Promise and Problems of E-Democracy**: challenges of online citizen engagement. Paris: OECD, 2003, p.20.

<sup>611</sup>Idem, ibidem.

<sup>612</sup>Idem, p.20-21.

<sup>613</sup>Idem, p.21.



Desta maneira, as TICs podem servir como suporte aos processos de informação, consulta, participação, análise, *feedback* e avaliação, no sentido de garantirem que o *input* de conhecimento em cada estágio de construção das políticas públicas estejam disponíveis nas fases subseqüentes. Deve-se considerar, assim, *se* e *como* técnicas de difusão de conhecimentos podem auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas<sup>614</sup>.

O quarto desafio é a *avaliação* da e-participação, para verificação do que foi conseguido alcançar e para compreensão dos benefícios e impactos que tenham ocorrido com a aplicação da tecnologia no processo político. Isso porque, conforme se vai adotando as TICs para uma maior participação, faz-se necessário verificar se o sistema está alcançando os objetivos dos cidadãos e dos governos<sup>615</sup>.

Por fim, o quinto desafio é garantir o *compromisso* em todos os níveis. Os governos precisam adaptar suas estruturas para o novo processo de deliberação, de maneira a viabilizar que os resultados das consultas sejam analisados, disseminados e utilizados efetivamente pela estrutura estatal. Este compromisso deve ser amplamente divulgado e validado regularmente – com benefícios evidentes para todos os envolvidos<sup>616</sup>.

Estabelecidos os principais desafios à implantação de propostas de democracia eletrônica, é preciso ter-se claras as alternativas possíveis, pois os projetos, na forma como são colocados em prática, seguem um padrão que reflete até que ponto uma determinada sociedade pretende induzir a participação pública. Nesse sentido, experiências em várias partes do mundo têm buscado, por meio das tecnologias digitais, alternativas ainda não muito claras, e nem um pouco consolidadas, de democracia eletrônica.

Klaus Frey exemplifica experiências formuladas em algumas cidades, como a rede *Iperbole*, de Bolonha, e a rede *NuvaNet*, de Espoo, na Finlândia. Nesta última, um *site* e uma revista *online* permitem a participação de jovens da cidade em uma plataforma chamada *IdeaFactory*, que os possibilita apresentar suas idéias e moções junto às autoridades locais. Trata-se de uma rede baseada na transparência pública, estimulando processos reflexivos e interativos, já que os encaminhamentos são sempre precedidos de ampla discussão no meio virtual. A experiência demonstra ser essencial, neste tipo de sistema, uma estreita vinculação entre o processo de deliberação virtual e o processo real de tomada de decisões por parte das

---

<sup>614</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>615</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>616</sup>Idem, *ibidem*.

autoridades<sup>617</sup>, o que permite aos participantes formar uma percepção de valor e significado das redes para a comunidade.

Já em Bolonha, outra iniciativa de democracia digital ganha proposições bastante ousadas. O governo local promoveu um amplo programa de inclusão digital e criou um portal contendo informações administrativas e políticas importantes para a população, com a disponibilização de uma rede de caráter aberto e encontrando novas maneiras de criação de redes sociais, principalmente por meio de fóruns de discussão livres ou ordenados por moderadores devidamente treinados.

Em importante proposta de estudo, Joss Hands, por meio de uma pesquisa realizada em 469 *web sites* de governos locais na Grã-Bretanha, identificou que, para formação de verdadeiros espaços públicos deliberativos, devem existir, necessariamente, alguns elementos básicos, tais como: adequada provisão de informação; oportunidade de discussão dos problemas sem a coerção de outros cidadãos; regras que facilitem o processo deliberativo; e a oportunidade de influenciar os políticos nos procedimentos democráticos formais<sup>618</sup>.

A partir dessas primeiras menções às iniciativas práticas da democracia digital, conclui-se ser necessária uma descrição mais pormenorizada de iniciativas reais de propostas baseadas em novas tecnologias de informação e comunicação, de maneira a consolidar todas as questões teóricas até agora expostas. Este é o desafio da segunda parte deste capítulo.

## 3.2 A prática da democracia digital

### 3.2.1 Considerações Iniciais

Tendo-se apresentado termos e conceitos ligados à democracia digital, inclusive no que se refere à formação de uma cultura virtual nas sociedades contemporâneas, à tipologia e aos modelos propostos e um chamamento à participação política ativa, o caminho natural é a investigação de como têm sido desenvolvidas soluções práticas de aplicação das tecnologias de informação e comunicação como indutor de maior participação política nas questões de

---

<sup>617</sup>FREY, Klaus. Governança eletrônica. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Humanitas, 2002, p.154-155.

<sup>618</sup>JOSS, Hands. **E-deliberation and Local Governance**. First Monday, v. 10, n. 7. Disponível em <[http://www.firstmonday.org/issues/issue10\\_7/hands](http://www.firstmonday.org/issues/issue10_7/hands)>. Acesso em 10 nov. 2006.

ordem pública. Afinal, deve-se considerar sempre as conseqüências do uso das tecnologias para a cultura política existente, para a transformação estrutural da esfera pública e o desenvolvimento da democracia digital, o que é melhor verificado a partir da análise de suas práticas correntes.

### 3.2.2 Lições de experiências concretas

A crise do sistema democrático representativo é consensual e sua ocorrência pode ser facilmente verificada por uma simples consulta aos jornais ou a partir de diálogos informais na maior parte do ocidente. Essa percepção foi analisada neste trabalho, ficando evidenciado que a apatia política dos cidadãos é resultado de um processo longo e complexo de transformação das sociedades contemporâneas, tendo por plano de fundo a revolução da informação, a reestruturação capitalista e a fragmentação social.

O Estado-nação, sob pressão das redes de fluxos globais de poder, sente a necessidade de retomar ou, ao menos, manter a influência e controle sobre as pessoas e o território que lhes são vinculados. Contudo, a maioria das instituições estatais permanece presa às estruturas e aos projetos modernos, incapazes de lidar com a complexidade das demandas e interesses fragmentados e deslocalizados. Por essa razão, há um forte movimento que vem procurando estabelecer programas e metas para construção das “sociedades da informação”, patrocinadas, induzidas e fomentadas justamente pelos Estados em busca de relegitimação perante sua nação.

A lógica da difusão e implantação da democracia digital segue, contudo, a mesma hierarquia da economia global, ou seja, realiza-se primordialmente nos países desenvolvidos. Pesquisa finalizada no ano de 2005, onde houve a análise dos portais de e-governo dos 191 membros da Organização das Nações Unidas, resultou no relatório intitulado *Global e-Government*, produzido pela ONU. O relatório estabeleceu um mapa bastante significativo sobre a situação da governança eletrônica no mundo, ou seja, quanto ao acesso e ao uso de TICs para prover serviços estatais básicos<sup>619</sup>. Anuncia uma expansão do uso das novas tecnologias pelos países em desenvolvimento, mas os países com alto índice de difusão do governo eletrônico permanecem sendo representados por aqueles que já possuem uma

---

<sup>619</sup>ONU. **Global E-Government Readiness Report 2005**: from e-government to e-inclusion. New York: ONU, 2005, p.xi.

predominância econômica e científica. Assim, de acordo com o *ranking* do “E-government Readiness”, em 2005 os Estados Unidos se apresentava como o líder da governança eletrônica no mundo, com o índice de 0.9062, seguido por Dinamarca (0.9058), Suécia (0.8983) e o Reino Unido (0.8777). Também foram destaque no estudo a Coreia, Singapura, Estônia, Malta e Chile, todos eles entre os 25 países *e-ready*<sup>620</sup>.

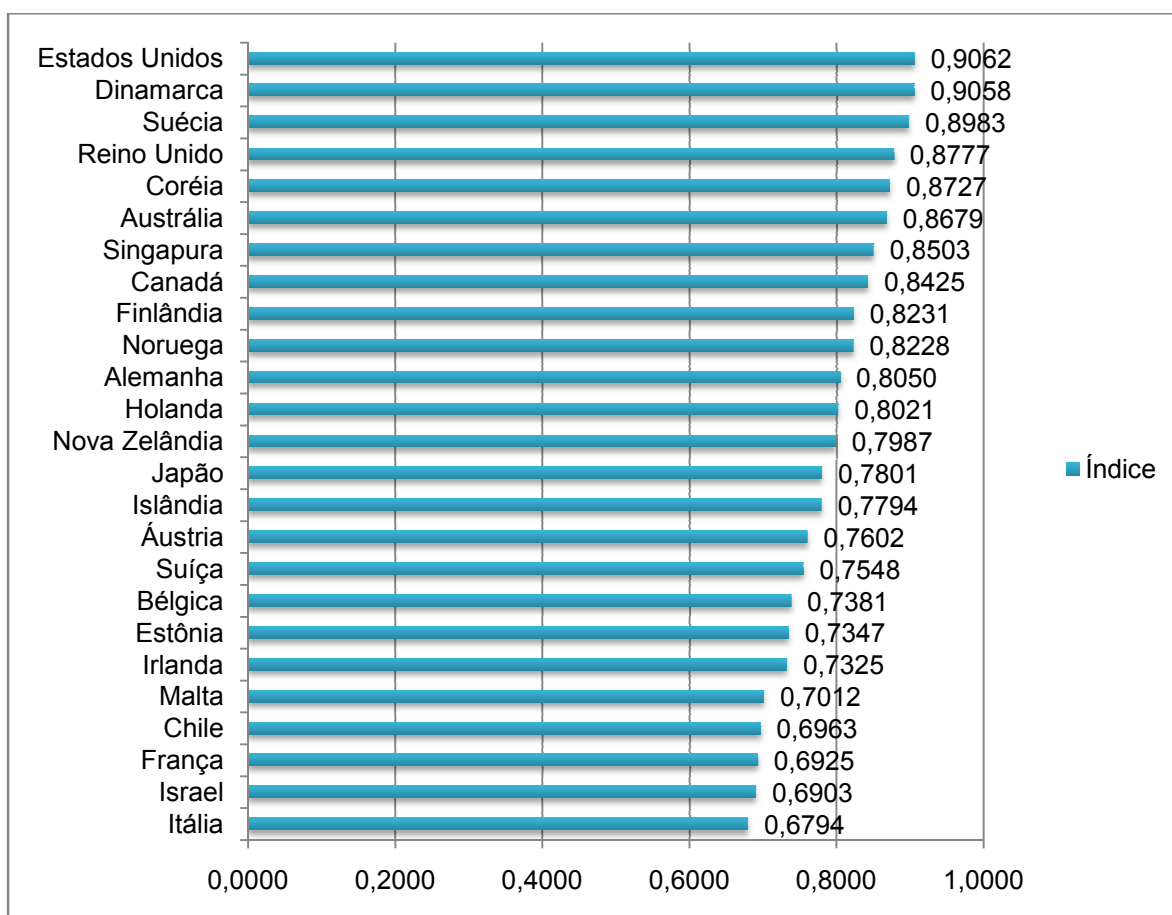


Figura 8 - Índice de e-governança 2005.

Fonte: Adaptado de ONU. **Global E-Government Readiness Report 2005**: from e-government to e-inclusion. New York: ONU, 2005, p.26.

Conforme ressaltado pelo relatório, programas de e-governo variam bastante de país para país e, assim, o “como” daquilo que os países decidem mostrar em seus portais é decorrente de “o que” se tem em foco e “o porquê” se quer focar nessas questões<sup>621</sup>. O *ranking* da ONU apresentado acima representa o grau de desenvolvimento do governo eletrônico (que engloba G2G, G2B e G2C). Entretanto, a questão da democracia eletrônica tem outra hierarquia por ser apenas uma das aplicações possíveis no contexto da governança

<sup>620</sup>ONU. Op. cit., 2005, p.xii.

<sup>621</sup>Idem, ibidem.

eletrônica. Portanto, no que se refere à *e-participação* (governança eletrônica voltada para e-democracia), o relatório da ONU apresenta uma estrutura diferente. Outro quadro do relatório levou em consideração o grau de relevância e utilidade dos instrumentos de e-participação nos portais ao redor do mundo, bem como a qualidade dos esforços para promoção da participação eletrônica na tomada de decisão sobre as questões públicas<sup>622</sup>. Sob essa perspectiva, têm-se os seguintes índices:

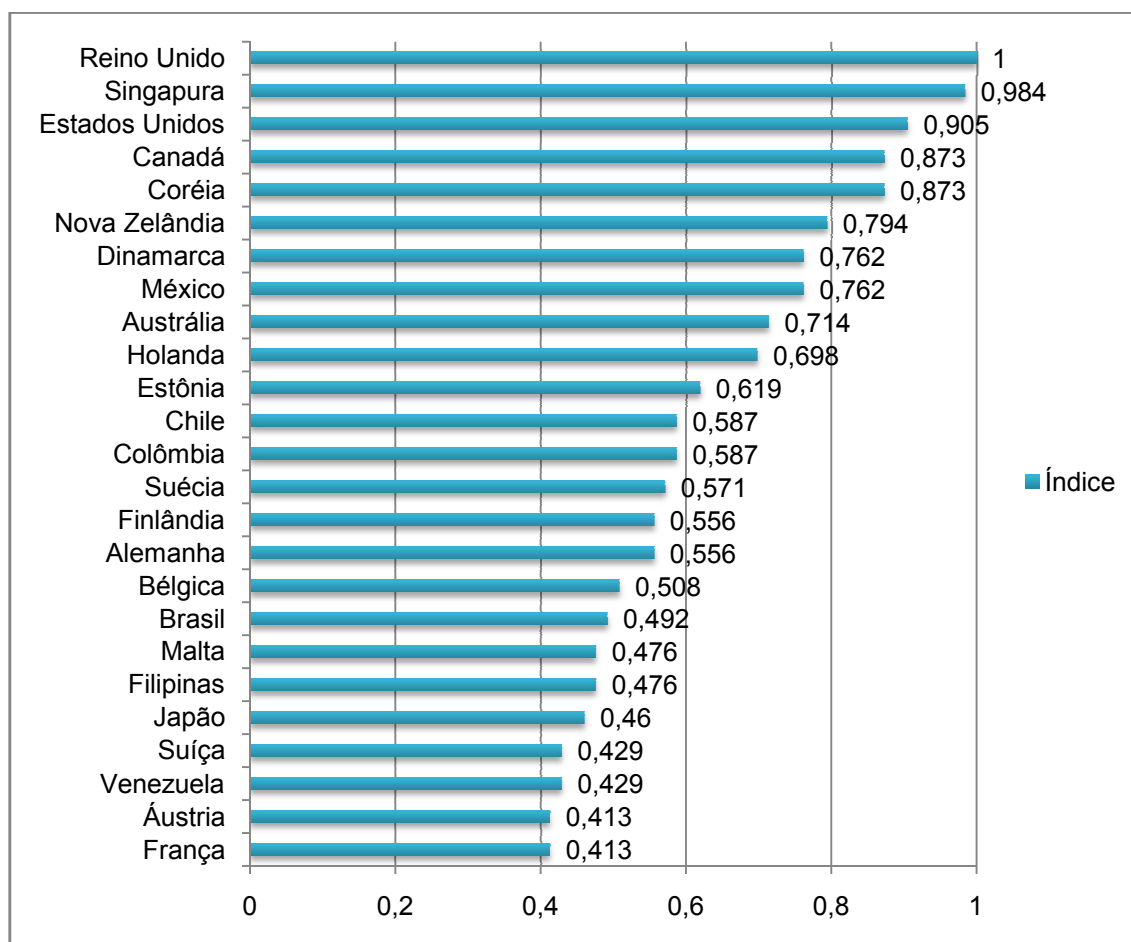


Figura 9 - Índice de e-participação 2005. 25 principais países.

Fonte: Adaptado de ONU. **Global E-Government Readiness Report 2005: from e-government to e-inclusion**. New York: ONU, 2005, p.95.

Vê-se que a ordem se altera. Neste caso, o Reino Unido, como em anos anteriores, alcança o maior índice e é a referência para todos os outros países (índice 1,0000). Em segundo lugar, com notável desempenho, aparece Singapura (0,9841) e em terceiro EUA (0,9048). A Coréia também teve ótima *performance*, avançando de 12º em 2003, para 6º em

<sup>622</sup>Idem, p.93.

2004 e 4º em 2005, com índice de 0.8730. O Brasil, que no outro quadro não figurava entre os 25 primeiros, aqui aparece na 18ª posição, com o índice de 0.492.

Considerando que a e-participação inclui serviços de e-informação, e-consulta e e-deliberação, pode-se dizer que ela representa a maturidade do uso de TICs em e-governança, tendo por finalidade a criação de uma parceria entre o governo e os cidadãos para participação e deliberação nas questões públicas. Isso envolve o uso de TICs que permitam ao governo consultar opiniões dos cidadãos e levá-las em consideração na tomada de decisão – e isso é uma ferramenta-chave para promoção da inclusão participativa<sup>623</sup>. Em tais termos, levando-se em conta que o Reino Unido representa o estado-da-arte no que se refere à e-democracia, passa-se à descrição de ações práticas daquele país que tenham por objetivo a expansão da e-democracia, para depois apresentar-se breve quadro da situação brasileira.

### 3.2.2.1 Democracia digital no Reino Unido

O Reino Unido (RU) é possuidor de um grande portfólio de experiências práticas de e-democracia – aliás, o mais profícuo e eficiente do mundo, conforme já mencionado. Nele existem diversas iniciativas, governamentais e não-governamentais, que buscam estudar e desenvolver ferramentas de participação democrática por meio das novas tecnologias de informação e comunicação. A melhor fonte de informações sobre a e-democracia no Reino Unido provém da instituição chamada *Hansard Society*, que recebeu a delegação do Ministério da Justiça do Reino Unido para realizar uma análise independente de como o governo pode usar as TICs para proporcionar o engajamento público. O projeto delegado é resultado de uma iniciativa do *Department for Constitutional Affairs* (DCA) do parlamento britânico, que determinou ao Ministério mencionado que se desse início ao programa que posteriormente foi denominado de *Digital Dialogues*.

Nesse sentido, pode-se dizer que o referido programa é uma unidade de pesquisa e desenvolvimento de formas inovadoras de utilização das novas tecnologias que possam conectar as instituições políticas e o cidadão, encorajando a participação no processo democrático<sup>624</sup>. A *Hansard Society*, por sua vez, é uma entidade filantrópica de educação que envolve acadêmicos, jornalistas, servidores públicos, sindicatos, associações de classe,

---

<sup>623</sup>ONU. Op. cit., 2005, p.101.

<sup>624</sup>Disponível em: <<http://www.hansardsociety.org.uk/programmes/e-democracy>>. Acesso em: 22 de set. 2007.

indústria, comércio, grupos de interesse e outros interessados nos processos políticos e na promoção de uma democracia efetiva<sup>625</sup>.

A fase 1 da pesquisa encomendada ocorreu entre dezembro de 2005 e junho de 2006, tendo desenvolvido estudo de caso em seis iniciativas envolvendo áreas transversais de agências e ministérios do governo central do RU, utilizando-se de aplicações baseadas na *web* tais como *blogs*, fóruns, enquetes e salas de bate-papo. A avaliação levou em consideração a análise estatística dos sítios experimentais, além de entrevistas e pesquisas com responsáveis públicos e usuários<sup>626</sup>. O relatório parcial da primeira fase revelou que o engajamento dos cidadãos pode valorizar a formulação de políticas públicas, bem como aumentar a eficácia governamental, em razão, principalmente, dos benefícios no acesso à informação e à transparência da atividade pública. A maioria das pessoas atraídas pela participação *online* nas consultas públicas e deliberações políticas nas experiências do RU eram usuários regulares da Internet, ainda que a grande parte não tivesse um histórico de participação política e, portanto, pode-se considerar que foi o mecanismo *online* que os atraiu para as iniciativas<sup>627</sup>.

Nas atividades estudadas, os cidadãos foram convidados a se envolver com questões complexas, além de deliberar e procurar soluções acordadas com os representantes do governo. Foi possível observar, por meio de dados estatísticos de acesso, que a maioria das pessoas preferiu manter-se como observadora do processo em vez de participar diretamente da deliberação, apesar de suas visitas regulares aos sítios para acompanhamento das atividades. O *feedback* demonstrou a satisfação com a deliberação baseada em texto, mas as pessoas expressaram interesse em um maior uso de conteúdo áudio-visual<sup>628</sup>.

De toda forma, de acordo com o relatório parcial da *Hansard Society*, o ceticismo sobre o valor da participação *online* no processo político, representado pela resistência à participação na deliberação, demonstrou-se passível de ser resolvido logo no começo com o esclarecimento quanto ao seu potencial de influência no resultado final. Isto poderia ser alcançado por meio de processos de *feedback* no final de cada exercício de participação. Além disso, segue o relatório, para credibilidade das propostas o engajamento público deve ser liderado pelos ministros e pelo responsável por cada projeto discutido, enquanto o acesso desses aos conhecimentos técnicos deve ser garantido por equipes específicas à disposição. É essencial, também, que os fóruns de discussão sejam ordenados por um moderador e

---

<sup>625</sup>Disponível em: <[http://www.hansardsociety.org.uk/about\\_us/who\\_we\\_are](http://www.hansardsociety.org.uk/about_us/who_we_are)>. Acesso em: 23 de set. 2007.

<sup>626</sup>HANSARD SOCIETY. Digital dialogues Interim Report, December 2005 – August 2006, p.4. Disponível em: <<http://www.digitaldialogues.org.uk/interimreport>>. Acesso em 12 out. 2007.

<sup>627</sup>Idem, p.4-5

<sup>628</sup>Idem, p.5.

facilitador da deliberação, função que deve ser exercida por técnico com conhecimentos sobre a política pública objeto da consulta. Com essas considerações, a fase 1 da pesquisa demonstra que simplesmente construir um sítio de Internet não é o mesmo que promover a participação *online*<sup>629</sup>.

The screenshot shows the 'Discussions' page on the Communities and Local Government website. The page is organized into two main forum categories: 'Fire and resilience' and 'Local government'. Each category contains a table of forum threads. The 'Fire and resilience' section has one thread titled 'Future of the 2008 Fire and Rescue Service National Framework'. The 'Local government' section has three threads: 'Councillors Commission', 'New-look Local Government Pension Scheme (LGPS) post-consultation', and 'Community Empowerment'. A right-hand sidebar contains 'Shortcuts' and 'Popular tags'.

Forums	Last post	Threads	Posts
<b>Future of the 2008 Fire and Rescue Service National Framework</b> This forum is for anyone with an interest in the Fire and Rescue Service National Framework to contribute their ideas and suggestions for the 2008 Framework.	<b>Re: Future of the 2008 Fi...</b> by <a href="#">Talia Watson</a> 27/09/2007 6:18 PM	1	2

Forums	Last post	Threads	Posts
<b>Councillors Commission</b> Welcome to the Councillors Commission forum. Each month from April to Sept 2007 we will present a different a question for discussion.	<b>Re: Should councillors be...</b> by <a href="#">Jeffral</a> 27/09/2007 7:24 PM	4	11
<b>New-look Local Government Pension Scheme (LGPS) post-consultation</b> This forum will give you the opportunity to talk to other members across England and Wales and to pose questions about scheme reforms.	<b>Re: New-look Local Govern...</b> by <a href="#">mikew1</a> 09/10/2007 2:36 PM	1	7
<b>Community Empowerment</b> Welcome to the community empowerment forum where you can share your feedback on the new Community Empowerment Action Plan.	<b>Share your views on 'An A...</b> by <a href="#">Ernie Hasen</a> 19/10/2007 11:21 AM	1	1

Figura 10 - Sítio central de fóruns de discussão sob responsabilidade do governo do Reino Unido.  
Fonte: Disponível em: <http://www.communities.gov.uk/forums>. Acesso em: 21 out. 2007.

O referido estudo da *Hansard Society* indica, ainda, que se o aprofundamento e o alargamento da participação também é um objetivo, são necessárias campanhas de divulgação que tragam tráfego para site, mantenham o interesse e publicisem os resultados. Ainda, uma vez que os participantes podem não ser acostumados a deliberação, um guia e fontes de informação beneficiam o processo de engajamento. Entretanto, como conclusão parcial, considerou-se no relatório parcial que a participação *online* não é um substituto dos métodos tradicionais, devendo servir como complemento de uma ampla campanha de engajamento<sup>630</sup>. Os *blogs*, por sua vez, mostraram-se apropriados quando a participação já vem de longa data, enquanto os fóruns são bons para deliberações estruturadas e periódicas que exijam a integração de grandes grupos. Tem-se, complementarmente, a alternativa das salas de bate-papo, úteis em eventos em tempo real (podendo ser combinado com outras aplicações). Com essas ferramentas, as bases de cidadãos criadas em uma determinada iniciativa devem,

<sup>629</sup>Idem, ibidem.

<sup>630</sup>Idem, ibidem.



segundo o estudo britânico, ser estimuladas a participar de outras interações, tendo-se em conta que os é recomendável iniciar os exercícios em pequenos grupos e ganhar escala de acordo com a demanda. O relatório parcial da fase 1 do *Digital Dialogues* verificou, ainda, que o governo e o público têm um interesse antigo em aumentar a interação *online* e que isso, agora, se tornou possível por meio das novas tecnologias. Por fim, constatou-se que planejamento e liderança são necessários para qualquer projeto na área, devendo-se sempre estabelecer claramente e manter em fácil acesso os termos, condições e políticas de moderação. Dessa forma, as oportunidades de participação nos processos políticos *online* devem ser abertas para todos e ter a maior transparência possível<sup>631</sup>.

Após o estabelecimento dessas considerações parciais, iniciou-se a fase 2 do programa, que foi desenvolvido entre agosto de 2006 e agosto de 2007, envolvendo, na oportunidade, 12 estudos de caso. Utilizando-se como base as indicações parciais da primeira fase, revelou-se que os cidadãos são muito interessados em receber informações diretamente dos responsáveis públicos, bem como de participar de discussões *online* que julgam importantes para eles e que acreditem poder influenciar no resultado final. Assim, o interesse público de participação espelha o crescimento do uso da Internet para comunicação, sendo que o Governo do RU, por sua parte, reconheceu, nas experiências, o valor de se prover aos cidadãos verdadeiras oportunidades nos processos de desenvolvimento de políticas públicas e a possibilidade de influir nos gastos públicos<sup>632</sup>.

Na segunda fase algumas novas considerações foram agregadas às da primeira, a exemplo da não-identificação de suficientes ligações entre atividades *on* e *offline*. Tendo em vista que os casos estudados pelo *Digital Dialogues* foram coordenados por pessoal próprio do governo (que adaptou sua experiência ou desenvolveu novas capacidades), demonstrou-se necessária uma adaptabilidade dos times, ficando o sucesso condicionado aos recursos da equipe e o seu nível de compromisso, que acaba por variar muito dentro do governo – conforme anuncia o relatório<sup>633</sup>.

Outra descoberta da pesquisa demonstra que a participação *online* tem menos a ver com tecnologia e mais com a qualidade do conteúdo, interação e resultados. Segundo o relatório da segunda fase, os casos estudados mais bem recebidos foram aqueles onde os representantes do governo eram participantes ativos e não meros espectadores. Igualmente, os maiores casos de sucesso não foram necessariamente os que tiveram grande número de

---

<sup>631</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>632</sup>Idem, p.8.

<sup>633</sup>Idem, p.4.

participantes, pois o bom desempenho mostrou-se relacionado a *quem* se envolveu no processo de debate, à *razão do envolvimento* e ao *que aconteceu* como resultado do exercício. Além disso, uma vez que a influência de longo-termo da participação na política pública não é clara para as pessoas, gerenciar informações de retorno, ou seja, oferecer informações sobre as conseqüências do exercício, é um componente essencial para uma boa participação<sup>634</sup>.

De toda forma, as iniciativas de e-participação mostraram possuir boa relação custo-benefício. A maioria dos casos estudados pelo *Digital Dialogues* foi desenvolvida usando *software* livre, o que reduziu custo e permitiu a customização das aplicações para alcançar as necessidades de cada órgão, departamento ou ministério. Além disso, as atividades foram bem recebidas pelos cidadãos, que demonstraram interesse participar novamente e indicaram o exercício para outras pessoas<sup>635</sup>. Por fim, confirmando observações da primeira fase, as pessoas mais assistiram do que contribuíram nas atividades desenvolvidas. O ceticismo sobre a credibilidade dos exercícios, assim como a baixa eficácia e a falta de conhecimentos e habilidades com as ferramentas, dissuadiu a participação, ainda que as comunidades *online* criadas em torno de um tema demonstrassem possuir o potencial de retomar o diálogo em momentos apropriados do ciclo de construção da política pública<sup>636</sup>.

Após as duas fases acima mencionadas, a iniciativa *Digital Dialogues* segue para a terceira, que se estenderá de agosto de 2007 a agosto de 2008. Entretanto, já na segunda fase foi possível estabelecer algumas *recomendações* baseadas nos estudos e avaliações realizadas, que podem auxiliar no avanço das iniciativas baseadas em TICs. A primeira recomendação apresentada pela *Hansard Society* é que se deve promover a *inovação*, pois o governo necessita dessa cultura, principalmente no que se refere à participação do público. A inovação pode viabilizar ao governo o aprendizado de tomar decisões embasadas, bem como motivar as pessoas a interagir com órgãos e representantes. Por outro lado, as iniciativas devem *ser escaláveis*, o que significa a necessidade de lançamento de exercícios pilotos seguidos de uma avaliação criteriosa dos resultados, observando-se a demanda para adaptar recursos e determinar expansões ou reinícios. O Estado deve *respeitar*, ainda, *as regras de interação* vigente em um determinado grupo, buscando entender como as pessoas se relacionam, de maneira a resistir à tentação de colonizar o espaço e impor sua forma de fazer as coisas.

---

<sup>634</sup>Idem, ibidem.

<sup>635</sup>Idem, ibidem.

<sup>636</sup>Idem, ibidem.

**Digital Dialogues**

Home Interim Report Second Phase Report

**Ministry of JUSTICE**

**HANSARD SOCIETY**

**OVERVIEW**

Digital Dialogues is an independent review of ways in which central government can use information and communication technology (ICT) to enable and enhance public engagement. It has been commissioned by the [Ministry of Justice](#) and is carried out by the [Hansard Society](#).

Phase Three case studies include:

- Downing Street – [DebateMapper](#);
- Sustainable Development Commission Panel on Aviation – [www.sd-commission.org.uk/pages/sd\\_panel.html](http://www.sd-commission.org.uk/pages/sd_panel.html);
- Foreign and Commonwealth Office Blog – <http://blogs.fco.gov.uk>;
- Department for Work and Pensions generationXperience Blog – [www.generationxperience.net](http://www.generationxperience.net);
- Communities and Local Government;
- Department of Health;
- Office of the Children's Commissioner.

The initiative has three basic aims:

- To promote awareness of online engagement technology and techniques available to central government;
- To embed online engagement skills in central government;
- To evaluate a series of case studies in order to benchmark administrator and user demographics, attitudes and behaviours.

Figura 11 - Reprodução da página principal da iniciativa *Digital Dialogues* (RU).  
 Fonte: <<http://www.digitaldialogues.org.uk/>>. Acesso em 21 out. 2007.

A pesquisa também recomenda que antes de lançar um exercício de participação *online* deve-se, primeiramente, *desenvolver as propostas com os pretensos usuários* – perguntando que tipo de atividade eles querem, de que maneira a discussão deve ocorrer e em que tipo de plataforma. Isso não é suficiente, contudo, sem um *treinamento de pessoal* já que, como visto, o sucesso do projeto está muito mais ligado ao conteúdo, interatividade e habilidades do que à tecnologia em si. Além disso, as iniciativas devem ser resultado de uma *ação estratégica* de governo, pois as melhores atividades serão aquelas fruto das escolhas mais planejadas sobre o objetivo, métodos e o ponto do ciclo da política pública em que será aplicada. As aplicações têm que ser, ainda, *interativas*, já que a participação deve ser uma experiência ativa e entusiástica, onde as pessoas percebam a efetiva influência no encaminhamento das questões consultadas. Nesse sentido, diz o relatório, consultar a população sobre seus pontos de vista e depois ignorá-las gera perda de confiança tanto no processo quanto nas instituições envolvidas.

O relatório final da segunda fase da iniciativa *Digital Dialogues* traz algumas outras recomendações complementares, de grande importância para o desenvolvimento de experiências práticas de democracia digital. Faz lembrar, por exemplo, da necessidade de *mostrar o trabalho realizado*, ou seja, divulgar o que aconteceu com as sugestões provenientes de cada atividade de e-participação. Se não foi útil, é importante explicar o porquê, o que também deve ser feito quando tenha efetivamente influenciado no processo de tomada de decisão. Sugere-se no relatório, ainda, a realização de *avaliação* constante das atividades, internas e externas, compartilhando os resultados, pois tal atitude pode permitir que outros setores da Administração Pública aprendam com os sucessos e as falhas apresentadas. Com tal providência, a população, igualmente, pode acompanhar as atividades do governo e fazer seus próprios julgamentos sobre o que está ou não funcionando.

Por último, mas não menos importante, há indicação da necessidade de se trabalhar em grupo, pois foi observada uma grande fragmentação das ações estatais em campos específicos, o que leva à replicação e ineficiência dos esforços. A estruturação de um departamento transversal, que lidere e coordene os recursos de maneira a maximizar a efetividade e sustentabilidade da proposta, mostrou-se de extrema importância. Todas essas recomendações apresentadas, afirma o relatório, não são exaustivas, mas oferecem os princípios fundamentais para o governo perpetuar o momento do engajamento *online* e começar a mudar o destino da participação democrática em geral<sup>637</sup>.

O que as iniciativas do RU demonstram é que há, de fato, um campo promissor de participação cidadã por meio das TICs, o qual se encontra extremamente subutilizado. O Estado tem muito a ganhar com essas iniciativas, pois pode se apresentar como interlocutor eficaz e executor confiável de políticas públicas socialmente construídas e amplamente legitimadas. Tal tarefa, contudo, somente é possível com adequados planejamento, monitoramento e avaliação, de maneira a levar em consideração a atratividade e necessidades do público. Por parte do cidadão, uma vez detentor das habilidades necessárias e havendo confiança de que seus esforços serão considerados, há uma excelente recepção das iniciativas. Nesse contexto, o RU mostra-se exemplar e indica a outros países a direção a ser seguida no que se refere à implantação da democracia digital.

---

<sup>637</sup>HANSARD SOCIETY. Digital Dialogues Second Phase Report, August 2006 - August 2007, p. 6/7. Disponível em: <<http://www.digitaldialogues.org.uk/secondreport>>. Acesso em 15 out. 2007.

### 3.2.2.2 Estágio da e-democracia no Brasil

O Brasil, como visto pelas estatísticas apresentadas anteriormente, encontra-se em estágio intermediário quando se considera os graus de inovação e execução de programas de governo eletrônico. O país segue, entretanto, o rápido desenvolvimento do e-governo na América Latina, parcialmente em razão, segundo o Banco Mundial, da desregulamentação da indústria da telecomunicação e a privatização dos sistemas, que impulsionaram o acesso a e-serviços na última década. Essa transição tecnológica serviu para alterar a visão e capacidade dos países de reforçar seus programas de e-governo, a exemplo do Chile, México e do próprio Brasil, os quais têm expandido a oferta de serviços *online*<sup>638</sup>.

Fazendo breves parênteses, é interessante ressaltar que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi contemporâneo de Manuel Castells na Universidade de Paris em 1967, onde trabalharam juntos. Em 1968, FHC, já de volta ao Brasil, chegou a convidar Castells, então exilado no Chile (ele havia participado dos movimentos estudantis que sacudiram Paris naquele ano e, por essa razão, fora expulso da academia francesa), para ser professor na Universidade de São Paulo, o que acabou não acontecendo em razão de intervenção militar na USP e o conseqüente exílio do próprio FHC<sup>639</sup>. Esse relacionamento, no entanto, se manteve nas décadas seguintes, com o brasileiro ainda hoje se referindo ao espanhol como “meu velho companheiro”<sup>640</sup>. Nesse sentido, no mesmo ano em que Castells lançou seu livro “Sociedade em Rede” (1996), FHC, já presidente do Brasil, esteve na Universidade de Stanford, na Califórnia, tendo proferido a palestra “A Revitalização da Arte da Política”<sup>641</sup>, oportunidade em que citou Castells, o qual leciona na vizinha universidade de Berkeley. Aliás, o prefácio da edição brasileira do “Sociedade em Rede” é de FHC, bem como o prefácio do segundo volume da “Era da Informação” – O Poder da Identidade – é de Ruth Cardoso, esposa do ex-presidente.

É de se supor, portanto, que as pesquisas de Castells tenham influenciado, de alguma maneira, as ações do ex-presidente. De fato, no primeiro mandato de FHC, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) lançou o programa “Sociedade da Informação”, iniciado com os

<sup>638</sup>BANCO MUNDIAL, Global e-government readiness report 2005, p.48. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan021888.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2007.

<sup>639</sup>INCE, Martin. **Manuel Castells: life and work**. Disponível em: <[http://www.polity.co.uk/content/BPL\\_Images/Content\\_store/Sample\\_chapter/9780745628486%5C001.pdf](http://www.polity.co.uk/content/BPL_Images/Content_store/Sample_chapter/9780745628486%5C001.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2007.

<sup>640</sup>CARDOSO, Fernando. **O Brasil a caminho da sociedade do conhecimento**. Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/publi/ep/EP0029.pdf>>. Acesso em 23 out. 2007.

<sup>641</sup>CARDOSO, Fernando. **A Revitalização da arte da política**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/publi\\_04/colecao/global4.htm](https://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/global4.htm)>. Acesso em 23 out. 2007.

trabalhos do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), ainda em 1996. O objetivo era estabelecer as bases de uma ação estratégica nacional para integrar e coordenar os serviços de informação e comunicação, de maneira a impulsionar a pesquisa e a educação. No ano de 2000, já no segundo mandato de Fernando Henrique, o MCT lançou o “Livro Verde”, elaborado pelo Grupo de Implantação do Programa e por representantes da iniciativa privada e do setor acadêmico – sob a organização de Tadao Takahashi. A obra indicava as metas de implementação do Programa bem como apresentava a consolidação das possíveis aplicações das TICs para o governo eletrônico<sup>642</sup>. Tendo em vista o fato de que o maior problema brasileiro era, e continua sendo, a imensa desigualdade social, o Livro Verde reflete a grande preocupação com a exclusão digital (*digital divide*). Referindo-se à universalização dos serviços, afirma-se:

No novo paradigma gerado pela sociedade da informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos. É urgente trabalhar no sentido da busca de soluções efetivas para que as pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões tenham amplo acesso à Internet, evitando assim que se crie uma classe de “info-excluídos”<sup>643</sup>.

Seis anos depois, na pesquisa sobre o uso das TICs no Brasil de 2006 realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, tal preocupação continua na pauta. Aliás, o primeiro artigo apresentado no relatório da pesquisa – o qual é intitulado “Internet para todos, esse é o desafio do Brasil” – demonstra esse fato. O texto, sem contradizer as preocupações que o título sugere, sustenta a existência de uma evolução do acesso às tecnologias da informação e comunicação, o que demonstraria a importância dos programas de incentivo à aquisição de computadores e o estímulo ao uso da Internet implementados recentemente pelo Governo Federal<sup>644</sup>.

---

<sup>642</sup>SANDENBERG, Ronaldo. Apresentação. In: TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000, p.v.

<sup>643</sup>TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000, p.31.

<sup>644</sup>BALBONI, Mariana (Coord.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e TIC Empresas 2006. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2007, p.29.

Tabela 1- Proporção de Domicílios com Acesso à Internet no Brasil (dados 2006).

Percentual (%) Percentage (%)	Sim Yes	Não No	Não sabe / Não respondeu Doesn't know / Did not respond
<b>TOTAL</b>	<b>14,49</b>	<b>85,35</b>	<b>0,15</b>
<b>REGIÕES DO PAÍS REGION</b>			
Sudeste <i>Southeast</i>	18,74	81,00	0,26
Nordeste <i>Northeast</i>	5,54	94,37	0,09
Sul <i>South</i>	16,90	83,07	0,03
Norte <i>North</i>	6,15	93,79	0,06
Centro-Oeste <i>Center-West</i>	13,05	86,88	0,06
<b>RENDA FAMILIAR INCOME</b>			
< R\$ 300,00	0,46	99,42	0,13
R\$ 301,00 - R\$ 500,00	1,22	98,76	0,03
R\$ 501,00 - R\$ 1.000,00	8,90	91,07	0,03
R\$ 1.001,00 - R\$ 1.800,00	27,33	72,39	0,28
R\$ 1.801,00 +	50,53	48,51	0,96
<b>CLASSE SOCIAL SOCIAL CLASS</b>			
A	81,49	18,51	-
B	51,22	48,74	0,05
C	12,10	87,67	0,23
DE	1,61	98,27	0,12

Fonte: BALBONI, Mariana (Coord.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2006**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2007, p.102.

Entretanto, a Tabela 1 acima apresentada, indicativa da proporção de domicílios com acesso às TICs, demonstra claramente a existência de uma imensa disparidade do acesso à Internet entre as regiões geográficas e classes sociais. Enquanto o acesso à rede entre aqueles que ganham menos que R\$ 300,00 é de apenas 0,46%, entre os que ganham acima de R\$ 1.800,00 chega a 50,53%, alcançando o alto índice de 81,49% na Classe A. Por outro lado, vê-se que o acesso à Internet nas regiões Sul e Sudeste é três vezes maior que o da região Nordeste. Nesse contexto, que pode gerar um pessimismo quanto às possibilidades democráticas das TICs no Brasil, a pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, especificamente sobre serviços *online* prestados pelo Governo Federal, revela o seguinte percentual de uso de serviços eletrônicos no país:

Tabela 2 - Serviços de Governo Eletrônico utilizados no Brasil.

e-Serviço Utilizado	Percentual sobre o total de usuários de serviço eletrônico
Consultar o CPF - Cadastro de Pessoa Física	66,60
Fazer declaração de Imposto de Renda	48,13
Buscar informações sobre serviços públicos de educação	38,87
Fazer inscrição em concursos públicos (Polícia Militar, etc.)	36,66
Pagar IPVA, multas, licenciamento de veículos	19,12
Buscar Informações sobre emprego	30,66
Buscar Informações sobre direitos do trabalhador (Previdência, etc.)	25,57
Buscar Informações sobre serviços públicos de saúde	23,09
Buscar Informações sobre como emitir documentos (RG, CPF, etc.)	17,53
Obter certidões negativas	13,53
Buscar Informações sobre programas assistenciais (Bolsa família, etc.)	12,78
Pagar taxas de serviços públicos (água, luz, etc.)	11,97
Pagar IPTU e outros impostos	7,47
Obter licenças e permissões	5,61
Fazer boletim de ocorrência	3,50
Outros	1,23

Fonte: BALBONI, Mariana (Coord.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2006**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2007, p.164-165.

Estes dados devem ser analisados tendo em perspectiva a já mencionada diferença entre governo eletrônico e democracia digital. Assim, entre as atividades mais acessadas no sistema de e-governo brasileiro, *não há nenhuma referente à e-participação (e-democracia)*, em razão de uma clara opção de se replicar no ciberespaço o padrão *offline* de serviços, sem haver inovações. É certo que todos os serviços mencionados auxiliam no aprofundamento da cidadania, mas eles estão longe de permitir a visualização de propostas inovadoras de participação na discussão, por exemplo, da execução de políticas públicas. Como ressalta Patrícia Pessi,

oferecer serviços públicos por meio eletrônicos é, em última análise, criar novos serviços de governo. Quando se sugere o necessário alinhamento dessas ações de governo com as necessidades da sociedade, parte-se de uma visão de governo orientada à participação da sociedade nas decisões e na gestão governamental<sup>645</sup>.

<sup>645</sup>PESSI, Patrícia. Serviços Públicos por Meios Eletrônicos: uma visão orientada ao cidadão. In: KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria (Orgs.). **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e programa e-Brasil**. São Caetano do Sul: Yendis, 2000. p.541.



Pessi salienta que as *estratégias* de governo eletrônico têm sido submetidas à manifestação da sociedade por meio do portal <www.governoeletronico.gov.br>. Contudo, em relação ao gigantesco universo de serviços do Estado Brasileiro, tal iniciativa é extremamente tímida e limitada a uma questão pontual e pouco representativa. Na verdade, conforme a própria autora salienta, “embora seja freqüente em alguns países, uma interação direta com a população para identificar as prioridades ainda não é comum no Brasil”<sup>646</sup>.



Figura 12 – Reprodução do portal do Governo Eletrônico Federal (Brasil).

Fonte: BRASIL. Disponível em: <https://www.governoeletronico.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2007.

Nessa perspectiva, o Programa Governo Eletrônico no Brasil é gerenciado por um comitê interministerial inserido na Presidência da República, o qual é apoiado por comitês técnicos sobre temas específicos. Envolve diversos programas que são coordenados estrategicamente por essa instância, concentrando um núcleo de projetos destinados ao Governo Federal. O Programa tem por princípios a oferta de serviços e informações ao

<sup>646</sup>PESSI, Patrícia. Serviços Públicos por Meios Eletrônicos: uma visão orientada ao cidadão. In: KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria (Orgs.) Op. cit., p.540.

cidadão, promoção do acesso à Internet, integração de sistemas, implementação de infraestrutura e utilização do poder de compra do Governo Federal para redução de custos<sup>647</sup>.

Os comitês técnicos mencionados são formados por grupos de trabalhos onde participam os órgãos envolvidos no desenvolvimento e execução dos projetos, organizando-se em torno de oito áreas temáticas: implementação do *software* livre, inclusão digital, integração de sistemas, sistemas legados e licenças de *software*, gestão de *sites* e serviços *online*, infra-estrutura em rede, relações governo para governo e gestão de conhecimentos e informação estratégica<sup>648</sup>. Como se observa, mais uma vez não há um campo específico de articulação sobre possíveis iniciativas inovadoras de e-participação (G2C), pois há claramente um foco, na maioria das iniciativas, na prestação de serviços internos, de governo-para-governo (G2G) ou, no máximo, a replicação de serviços analógicos nos meios digitais. O Tribunal de Contas da União (TCU), em análise do Programa Governo Eletrônico, manifestou-se no seguinte sentido:

Quanto à prestação de serviços públicos com foco no cidadão, o Programa tem oportunidade de melhorar seu desempenho ao orientar os órgãos públicos a terem melhor conhecimento do público-alvo de seus serviços eletrônicos, de suas necessidades e opiniões sobre a qualidade desses serviços. A identificação de serviços prioritários sob o ponto de vista do cidadão e a avaliação de sua adaptação ou implementação na Internet é uma das recomendações da auditoria que podem trazer, como benefício, maior satisfação dos usuários de serviços públicos eletrônicos<sup>649</sup>.

Apesar do TCU já contemplar uma proposta de evolução dos serviços por meio da consulta de satisfação do público-alvo, também ele não faz qualquer menção a inovações quanto à ampliação da participação popular na formulação e execução de políticas públicas ou na construção de pontes entre os parlamentos e os cidadãos.

É certo que, em relação à governança eletrônica, há boas experiências no Brasil, a exemplo do sítio [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br) (sistema público de compras) e a declaração eletrônica de Imposto de Renda, que alcançou níveis elevados de adesão. Entretanto, talvez a mais significativa iniciativa brasileira seja a utilização da chamada “Urna Eletrônica”, que é um microcomputador especializado para votação eletrônica criado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) de São José dos Campos, pela Aeronáutica e pelo Ministério do

---

<sup>647</sup>FERNANDES, Ciro. Organização do Governo Eletrônico no Brasil: situação atual, problemas e propostas. In: KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria (Orgs.). **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e programa e-Brasil**. São Caetano do Sul: Yendis, 2007, p.491.

<sup>648</sup>Idem, p.497.

<sup>649</sup>BRASIL. TCU. **Avaliação do programa governo eletrônico**. Disponível em: <[http://www2.tcu.gov.br/pls/portal/docs/page/tcu/control\\_externo/fiscalizacao/avalicao\\_programas\\_governo/sumarios/governo.pdf](http://www2.tcu.gov.br/pls/portal/docs/page/tcu/control_externo/fiscalizacao/avalicao_programas_governo/sumarios/governo.pdf)>. Acesso em 22 out. 2007.

Exército, em conjunto com o TSE. Foi utilizado experimentalmente, pela primeira vez, em 1996, sendo que, nas eleições do ano 2000, 100% das Seções eleitorais no país já utilizavam esse novo meio digital, que se mostrou eficiente e de fácil uso.

Tabela 3 - Evolução da Implantação da Urna Eletrônica no Brasil até sua Utilização Universal.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA NO BRASIL			
Eleições	1996	1998	2000
No. de Municípios	5.507	5.513	5.559
No. de Municípios com Votação Eletrônica	57	537	5.559
Eleitorado atingido	32.478.153	61.111.922	109.780.071
% do eleitorado atingido	32,07%	57,62%	100%
No. de urnas eletrônicas utilizadas	77.469	152.370	353.780

Fonte: BRASIL. TRE/SP. Disponível em: <<http://www.tre-sp.gov.br/urna/historico.htm>>. Acesso em 23 out. 2007.

Entretanto, essa iniciativa faz referência, para utilizar a já mencionada classificação de e-democracia com base no padrão de tráfego de informação, apenas à dimensão de *registro* (lembrando que os outros padrões são: *alocução*, *consulta*, e *conversaço*). O padrão de *registro* atém-se a coletar informações a partir de um centro que determina o assunto, o tempo e a velocidade da informação, enviadas por um número de unidades locais descentralizadas – neste caso as urnas eletrônicas, que são a fonte de tais informações. Como ressaltado por van Dijk, este padrão sempre foi um dos preferidos dos governos e administrações públicas da democracia tradicional, ou seja, as atividades de *registro* já eram executadas pelas mídias antigas, ganhando oportunidade de renovação com as novas tecnologias<sup>650</sup>, sem maiores inovações.

Isto demonstra que a mais visível iniciativa de e-democracia no Brasil não se refere a qualquer proposta de e-participação (a qual deve seguir, preferencialmente, o padrão de *conversaço*, cujo tráfego de informações é horizontalizado e multidirecional). Percebe-se, de acordo com o modelo proposto por van Dijk, que o Brasil segue, preponderantemente, um modelo *infocrático* de e-democracia, onde se busca o controle máximo da organização,

<sup>650</sup>VAN DIJK, Jan. Op. cit., p.11.

focado apenas na extensão das práticas atuais das aplicações em TICs – e não sua substituição. Portanto, são utilizadas, principalmente, as tecnologias que transferem mais informações das unidades locais para o centro, na condição de mero retorno da demanda gerada pelo controlador do sistema (o próprio Estado). Somente como alternativa secundária é que aparecem prioridades para transparência e controle, por parte dos cidadãos, sobre a administração e o governo<sup>651</sup>.

O que se pode destacar, de toda forma, é que há uma percepção generalizada da importância da inserção brasileira na rede global de fluxos, na condição de sociedade focada na informação e no conhecimento. Todavia, o foco tem sido a melhoria da gestão pública e a migração de serviços tradicionais para o ciberespaço, deixando-se escapar as grandes oportunidades de efetiva participação dos cidadãos nas questões públicas, proporcionadas pelas TICs. Nesse contexto, uma renovada visão de e-participação deve ser fomentada, de maneira a se promover o *modelo de Internet* de e-democracia, onde haja possibilidade de criação de fluxos de informações do Governo para o cidadão, do cidadão para o governo e entre os próprios cidadãos. Tal modelo representa uma ampla participação e a legitimação dos processos de formulação de políticas públicas e normas legais, com evidentes ganhos por todos os atores sociais envolvidos.

Como possível indutor do processo na forma acima mencionada – e tendo-se em conta que as proposições governamentais brasileiras de governança eletrônica não têm por prioridade a e-participação – destaca-se o Projeto e-Brasil, que foi lançado no 33º Seminário Nacional de Informática Pública – SECOP – no ano de 2005. Constitui-se em uma proposta de conscientização de lideranças políticas e a população sobre a importância do uso das TICs para aceleração do desenvolvimento socioeconômico e melhoria da competitividade do Brasil<sup>652</sup>.

A iniciativa gerou alguns produtos, a exemplo dos livros “Rumo ao e-Brasil” e “e-Brasil: um programa para acelerar o desenvolvimento socioeconômico aproveitando a convergência digital”, assim como um terceiro, intitulado “e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e programa e-Brasil”, publicado em setembro de 2007<sup>653</sup>. Além disso, o projeto desenvolveu o Portal e-Brasil ([www.ebrasil.org.br](http://www.ebrasil.org.br)), onde são disponibilizadas

---

<sup>651</sup>VAN DIJK, Jan. **Models of Democracy and Concepts of Communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

<sup>652</sup>Disponível em: <<http://www.tedbr.com/>>. Acesso em 22 out. 2007.

<sup>653</sup>Disponível em: <<http://www.tedbr.com/>>. Acesso em 22 out. 2007.

diversas informações sobre a iniciativa. Trata-se, portanto, de um grande esforço que busca envolver diversos atores sociais em torno do tema.

Especificamente no último livro editado, “e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo”, houve a participação de 61 autores em 40 artigos sobre variados aspectos da utilização das TICs na governança eletrônica, distribuídos pelas cerca de mil páginas da obra. Relativamente à questão do controle social das atividades públicas, os organizadores do livro, como síntese do movimento, dentre outras coisas, propuseram o desenvolvimento das seguintes atividades por parte do Poder Público:

- Realizar consultas públicas pela internet como etapa do processo decisório de políticas, sempre que previsível impacto direto sobre setores específicos da sociedade ou quando a complexidade e/ou relevância do objeto justifique a abertura da interlocução. [...] – Oferecer e desenvolver canais de comunicação eletrônica com o cidadão sob diversas formas, explorando as potencialidades das TICs e da internet: contato direto com o parlamentar e com as assessorias do Congresso, discussões, manifestações de preferência, fóruns, votações eletrônicas, encaminhamento de denúncias e acompanhamento do processo legislativo<sup>654</sup>.

Apesar do foco eminentemente desenvolvimentista e econômico das proposições do Projeto, há a integração, como visto acima, de novas perspectivas sobre o potencial de ação do Estado brasileiro, o que pode representar a semente de uma proposta de renovação mais aberta, pluralista e democrática da aplicação das TICs na governança eletrônica no país.

Assim, pelos argumentos expostos, pode-se dizer que há avanços significativos no processo de governança eletrônica no Brasil, porém a sua desarticulação com propostas inovadoras de consultas públicas por meio das novas TICs – para o auxílio na formulação e no controle de políticas públicas e normas legais – representa um equívoco fundamental e grave da política nacional de governança eletrônica. Essa defasagem decorre de uma visão utilitarista das TICs, que baseia as decisões de investimento na redução de custos e eficiência de serviços disponibilizados *online*, o que reduz sensivelmente a capacidade de se transformar os sistemas administrativos tecno-elitistas, diminuindo, igualmente, as possibilidades de aprofundamento da democracia participativa.

---

<sup>654</sup>KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria. O Projeto e-Brasil e o Programa e-Brasil. In: KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria (Orgs.). **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e programa e-Brasil**. São Caetano do Sul: Yendis, 2007, p.17-19.

### 3.2.3 O futuro da democracia na Internet

Por tudo quanto mencionado, percebe-se que a Internet, como um novo ambiente de comunicação, tem alterado significativamente todos os domínios da vida social, uma vez que a comunicação é a própria essência da atividade humana. Entretanto, como ressalta Castells, “seu resultado futuro permanece em grande parte indeterminado”, pois, uma vez que a Internet é uma tecnologia da liberdade, também “pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor” e, nesse sentido, a sociedade não mudou muito<sup>655</sup>.

Nessa perspectiva, Stephen Coleman, o grande guru da e-democracia no Reino Unido, salienta que a relação entre Internet e a democracia é muitas vezes obscurecida por metáforas. Afinal, ela é comumente referida como uma auto-estrada, a ágora, uma biblioteca, um portal, a Rede, o cérebro, enfim um universo etéreo de *bits e bytes*: assim, para alguns, a Internet é uma ciber-alma, uma mente virtual que deve ser controlada; para outros ela é uma rede sócio-neural, que permite a ligação entre todos os cantos do globo; outros ainda se referem a ela como um lugar anárquico, uma verdadeira selva hobbesiana que gera medo e clama por proteção legal. Em contraste, há uma diversidade de metáforas utópicas sobre a Internet que a concebem como um maravilhoso mundo tecnocrático que libertará a humanidade de seus fardos por meio das tecnologias onipresentes. Todavia, as metáforas nunca são neutras, pois carregaram consigo premissas ideológicas que raramente são perceptíveis. Por tal razão, elas devem sempre ser submetidas a uma interrogação intelectual. Em relação à e-democracia ocorre o mesmo e, dessa maneira, ela igualmente deve passar por uma cuidadosa análise<sup>656</sup>.

Com esse propósito, Coleman questiona: hoje em dia, aonde as pessoas vão quando querem se tornar cidadãos democraticamente participantes? Onde alguém aprende na prática a levantar um tema sobre questões políticas? A quem reclamar se a democracia é insuficiente? Não obstante as bibliotecas estarem cheias de livros sobre democracia, não há menção de um lugar específico onde se possa ir para, simplesmente, “exercer” a democracia. Na verdade, existem as seções eleitorais, mas elas só são utilizadas por um dia ao longo de vários anos e isso exige apenas alguns segundos de atividade. Evidentemente que, fisicamente, o parlamento é o que melhor representa a democracia, mas as instituições do mundo

---

<sup>655</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.225.

<sup>656</sup>COLEMAN, Stephen. The Future of Internet and Democracy Beyond Metaphors Towards Policy. In: OECD. **Promise and problems of e-democracy: challenges of online citizen engagement**. Paris: OECD, 2003, p.145.

democrático não “parecem” muito democráticas – e até mesmo suas arquiteturas em geral expressam essa autopercepção de exclusividade sobre o processo, ressalta o autor britânico. Onde então os cidadãos podem se expressar diretamente? Onde eles podem debater sobre as novas idéias, ser informado por seus representantes ou trocar experiências simplesmente porque as visões coletivas são importantes em uma democracia?<sup>657</sup>

Essa opacidade do espaço democrático está interligada com a atrofia da cultura cívica (conforme sustentado no segundo capítulo). As pessoas se sentem, em todo mundo, cada vez menos incentivada à participação política e a confiança nos parlamentos e em outras instituições democráticas está declinando<sup>658</sup>. Castells, em tom de desabafo, pergunta:

Como podemos confiar a vida de nossos filhos a governos controlados por partidos que operam usualmente em corrupção sistêmica (financiamento ilegal), inteiramente dependentes de uma política da imagem, conduzidos por políticos profissionais que só prestam contas em tempo de eleição, administrando burocracias insuladas, tecnologicamente antiquadas e em geral sem contato com a vida real de seus cidadãos?<sup>659</sup>

Coleman afirma, diante desse contexto, que democracia sem um *espaço vivo de ação* torna-se mais simbólica que participativa. Em um mundo simbolicamente democrático, a participação do cidadão é restrita ao espaço altamente regulado das eleições, onde exerce em poucos segundos seu poder, ficando na maior parte do tempo submetido, como expectador, a sofisticadas técnicas de sedução pública. Esse cidadão, afastado do processo político e confinado a votações esporádicas, forma uma relação tão fraca com a democracia que a política vai se tornando marginal<sup>660</sup>.

É nesse contexto pessimista quanto à participação política que surgem as propostas de democracia digital. Uma recorrente metáfora da e-democracia é a ágora ateniense, que trás à mente imagens de uma grande participação na esfera pública, ainda que, na verdade, o referido espaço grego estivesse longe de ser democrático ou inclusivo – o que torna a metáfora uma fantasia retórica. Stephen Coleman afirma, a partir desse ponto, que a sedução da democracia direta, misturando populismo libertário com influência romântica de Rousseau, toca os ingênuos e nostálgicos, mas a proposta, muito mais do que tentar aplicar a tecnologia nos atuais processos democráticos, parece querer antecipar, diante do novo paradigma digital, a implosão das constituições e instituições. Lembrando o posicionamento vigoroso de Bobbio

<sup>657</sup>COLEMAN, Stephen. The Future of Internet and Democracy Beyond Metaphors Towards Policy. In: OECD. Op. cit., p.146-147.

<sup>658</sup>Idem, p.147.

<sup>659</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 2003, p.229.

<sup>660</sup>COLEMAN, Stephen. The Future of Internet and Democracy Beyond Metaphors Towards Policy. In: OECD. Op. cit., p.147-148.

quanto à importância das regras do jogo democrático, isso é extremamente perigoso<sup>661</sup>. Ao mesmo tempo (a exemplo do Brasil) uma burocracia utilitária, baseada em uma agenda racional de e-governo, falha em identificar a imaginação pública e em criar serviços verdadeiramente inovadores<sup>662</sup>.

Conforme ressalta o Coleman, o dilema do pensamento originário sobre e-governo é que seus defensores não compreenderam a importância da democracia política e a maioria dos políticos e administradores imaginaram a Internet apenas como uma via de mão-única. O que está subentendido nesse limitado modelo de implantação da e-democracia é que a deliberação política deve ser privilégio de uma elite soberana, enquanto a parcela de responsabilidade do povo é simplesmente votar em seus representantes e então esperar as próximas eleições. A democracia deliberativa, entretanto, constitui-se na promessa de uma relação entre representantes e representados muito mais dialógica. É somente dessa forma que se tornará possível uma sinergia entre os desenvolvimentos democrático e digital para constituição de um renovado espaço democrático<sup>663</sup>.

Para que essa sinergia de fato ocorra, entretanto, deve-se ter especial atenção à garantia de confiabilidade desses espaços de interação. Coleman menciona, como exemplo de algo semelhante, as eleições tradicionais, onde as pessoas, mesmo sabendo que seu voto individual não determine o resultado final, confiam no sistema e dele participam. O que deve ocorrer, entretanto, é a expansão do espaço democrático para além de situações ocasionais nos dias de eleição – por meio do estabelecimento de novas propostas de deliberações públicas. Ocorre que espaços confiáveis discursivos e deliberativos não surgem espontaneamente, mas sim devem ser estabelecidos, promovidos e regulados na condição de um serviço público. Uma vez que há uma grande diversidade e graus de interesses de participação política no ciberespaço, o que é fundamental é haver a criação de serviços úteis a um ambiente democrático pluralista, disponibilizando-se, para isso, ferramentas compatíveis e adequadas de consulta e tomada de decisão<sup>664</sup>.

Entretanto, não se pode esquecer que a democracia está alicerçada em instituições do mundo real e, assim, a eficiência e transparência dos governos e dos parlamentos é peça chave para o seu sucesso, em qualquer uma de suas dimensões, diz Coleman. É certo, por essa razão, que a discussão sobre e-democracia não pode ignorar tal circunstância, o que faz ser correto

---

<sup>661</sup>BOBBIO, Norberto. Op. cit., p.71-73.

<sup>662</sup>COLEMAN, Stephen. The Future of Internet and Democracy Beyond Metaphors Towards Policy. In: OECD. Op. cit., p.148.

<sup>663</sup>Idem, p.148-151.

<sup>664</sup>Idem, p.152-153.



afirmar que o debate sobre Internet e democracia deve convergir para o debate sobre o futuro das próprias instituições democráticas. As iniciativas de democracia digital, portanto, devem envolver, necessariamente, os governos e os representantes do povo, de forma que a compreensão e a participação dos mesmos permitam que se reconheça o fato de que a interação democrática precisa de um fluxo multidirecional de informações. Sem isso os cidadãos entenderão as propostas de e-democracia como farsa e estabelecerão seus próprios fluxos de comunicação em oposição ao sistema<sup>665</sup>.

Assim, ressalta Coleman, o *feedback*, o canal de retorno às instituições, é o coração do potencial democrático da Internet, pois nunca houve uma fonte de informação que permitisse um grau tão avançado de ressonância na esfera democrática. As pessoas, no ciberespaço, têm compartilhado todo tipo de informação com uma infinita audiência, sendo tanto produtor como receptor da comunicação, mas quando chegam aos sítios governamentais sentem-se emudecidos, como se nada do que falassem pudesse trazer benefício para o processo deliberativo. Para reverter essa situação, os administradores e políticos devem resistir à ilusão de que simplesmente se tornar mais transparente é o suficiente. Mesmo sendo esse um ponto importante, a e-democracia pode agregar serviços muito mais interessantes para o cidadão. As experiências da *Hansard Society*, mencionadas anteriormente, dão conta de que as pessoas, quando incitadas, respondem positivamente à possibilidade de participar de consultas públicas, de forma que passam a ser conscientes de sua capacidade de influenciar nas políticas públicas<sup>666</sup>.

Para caminhar nesse sentido, alguns objetivos intermediários devem ser alcançados. A informação, por exemplo, deve ser disponibilizada como um recurso comum, tornando as informações primárias inteligíveis ao público, de forma que ele possa, sem intermediários, formar sua própria opinião. Deve-se, ainda, promover a integração daquelas vozes geralmente excluídas do sistema tradicional, de maneira a atrair a maior diversidade possível de opiniões. Por outro lado, a e-participação pode significar muito mais do que fóruns de discussão, pois experimentações demonstram que a inclusão de sujeitos não usuais aos sistemas tradicionais pode ser auxiliada pela redução da hierarquia *online*, como decorrência do fato de esses espaços públicos deliberativos serem menos intimidatórios. Isso, entretanto, exige propostas inovadoras que propiciem a expansão da participação, o que pode ocorrer inclusive por meio de atividades lúdicas como alternativa às consultas analógicas<sup>667</sup>.

---

<sup>665</sup>Idem, p.154.

<sup>666</sup>Idem, p.155.

<sup>667</sup>Idem, p.156-158.

Outro aspecto que deve ser observado, na orientação de Coleman, é o respeito à identidade dos cidadãos envolvidos nos processos de e-participação. Há uma tendência de se achar que a Internet é um espaço homogêneo e monocultural, razão pela qual a maioria das iniciativas que se encontram *online* não se relaciona adequadamente com as identidades culturais. Aspectos territoriais, lingüísticos e comunais, entretanto, têm o potencial de intensificar a participação, de forma que as pessoas historicamente mantidas silentes nos processos políticos passem a ser convidadas para o diálogo global da democracia<sup>668</sup>.

Diante de todas essas ponderações, os políticos podem começar a perceber que a conexão direta com os cidadãos pode ajudá-los a formular melhores legislações e políticas públicas, aproveitando suas informações e experiências. Uma nova forma de relação entre governantes e governados pode surgir a partir de um fluxo multidirecional de comunicação, aumentando, assim, a confiança nas instituições e proporcionando a relegitimação do próprio Estado. Nesse sentido, mais uma vez aproveitando os conhecimentos e proposições de Stephen Coleman, uma adequada política pública para desenvolvimento da e-democracia deve levar em consideração, ao menos, os seguintes princípios<sup>669</sup>:

- **Criar novos espaços públicos para interação e deliberação política.** Diante da defasagem de ambientes tradicionais com esse objetivo, a Internet oferece vantagens significativas para manutenção de áreas públicas de discussão e deliberação.
- **Promover um fluxo de comunicação interativo e multidirecional,** de maneira a conectar os cidadãos, os representantes políticos e os administradores.
- **Integrar os processos de e-democracia a estruturas constitucionais** mais consistentes.
- **Garantir que a integração entre os cidadãos, seus representantes e os administradores tenham um sentido.** Uma vez que se chame o público para participar do processo político, deve-se garantir que isso ocorra de uma maneira clara, efetivamente facilitada e que haja mecanismos de resposta onde os governos possam ouvir e aprender.

---

<sup>668</sup>Idem, p.159.

<sup>669</sup>Idem, p.159-160.

- **Garantir que haja quantidade suficiente de informações de alta qualidade**, de maneira que os cidadãos possam considerar as opções políticas a partir de bases confiáveis.
- Se a opinião pública será ouvida mais claramente e constantemente, deve-se **envidar esforços para que a maior gama possível de opiniões sejam integradas** na conversação democrática, inclusive aquelas tradicionalmente marginalizadas.
- **Deve-se refletir no espaço virtual a realidade geográfica e a estrutura social**, provendo-se acesso equitativo ao processo democrático para todas as áreas e todas as comunidades.

Por tudo quanto exposto, verifica-se que o caminho da expansão democrática por meio da participação na nova esfera pública virtual, utilizando-se a flexibilidade das tecnologias de informação e comunicação, exige um grande esforço e articulação social e governamental. Somente é viável mediante projetos estruturados e amplamente debatidos, resultado de um lento e difícil trabalho de inovação e alteração cultural das instituições. Como mencionado já na epígrafe deste trabalho, a e-democracia não é solução de todos os problemas da política e da democracia, mas mantém a esperança do desenvolvimento conjunto de dois grandes projetos da humanidade – a Internet e a democracia<sup>670</sup>.

---

<sup>670</sup>Idem, p.160.

## CONCLUSÕES

Como visto, analisar a democracia exige a compreensão de contextos tão variados quanto a economia, o trabalho, a política e as instituições que lhe dão suporte. Isso ocorre porque a democracia, ainda que tenha como palco as instituições políticas, acaba por espalhar seus princípios por todo o tecido social, assim como é por ele modificado. Em síntese, não é possível compreendê-la sem se atentar às múltiplas variáveis que se apresentam para a apreensão dos problemas inerentes à crise de legitimidade das instituições democráticas contemporâneas. Nesse sentido, a proposta de analisar a democracia na perspectiva das sociedades da informação e do conhecimento demonstrou-se, desde o começo, dependente de uma abordagem transdisciplinar.

Considerando-se, ainda, que os significados culturais das tecnologias são decorrentes dos usos sociais que lhes são dados, foi necessária uma abordagem sociológica sobre o tema, muito mais do que puramente tecnológica. Dessa maneira, discutindo-se desde a transformação paradigmática das sociedades contemporâneas e a democracia na era da informação até a construção de um novo espaço público virtual, objetivou-se verificar se o novo meio flexível de interação e deliberação política no ciberespaço pode contribuir para o aprofundamento dos processos democráticos nas sociedades em rede. Em outros termos, objetivou-se pesquisar as conseqüências – positivas ou negativas – do uso das novas TICs para ampliação da participação democrática nos ciclos de formulação de políticas públicas e das normas legais.

Nessa perspectiva, as considerações teóricas apresentadas ao longo do trabalho permitem formular os seguintes tópicos:

1 – Neste início de século as sociedades vivem um processo de transição fundamental, que resulta em novas estruturas e dinâmicas cultural, social e econômica que se baseiam na produção e detenção de conhecimento.

2 – Diante do avanço do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação em todos os aspectos da vida humana, o que torna a *Internet* artífice do tecido social, surge um novo padrão de interação pessoal e institucional que se organiza em redes de nós interdependentes.

3 – A modernidade gerou efeitos reflexos inesperados e imprevistos na sua origem. A condição pós-moderna resultante determina a insuficiência das instituições modernas em lidar com questões altamente complexas da sociedade de risco.

4 – A posição dos indivíduos em relação à informação e ao conhecimento determina suas oportunidades de vida. A cidadania, que na primeira modernidade referia-se a uma relação com o Estado-nação, na pós-modernidade está ligada ao direito de acesso às estruturas de informação. Nesse contexto, a falta de acesso às TICs resulta também em uma exclusão da cidadania, da política e da cultura na sociedade civil.

5 – O tempo cronológico e o espaço geográfico foram substituídos por um “tempo intemporal” e por um “espaço de fluxos”, transferindo poder e controle das sociedades para as redes globais e organizações transnacionais.

6 – O fenômeno da individualização das biografias, que se constitui no processo pelo qual as pessoas decidem o seu papel social e sua biografia desgarrados de estruturas rígidas, resulta na fragmentação social, no generalizado ceticismo em relação “causas comuns” e, portanto, no enfraquecimento da cidadania. Assim, o indivíduo se apresenta como o pior inimigo do cidadão, porque enquanto o cidadão deve buscar o bem comum, vê-se que tal objetivo é incompatível com um mundo onde os benefícios do trabalho coletivo são inferiores aos ganhos individuais.

7 – As relações interpessoais nos espaços públicos são cada vez mais caracterizadas pela desnecessidade de enfrentamento da diferença e, assim, vai-se diminuindo a capacidade de ação cívica dos indivíduos.

8 – Há uma contínua formação de comunidades estabelecidas por grupos de interesse que se organizam em torno de identidades radicais, a exemplo da origem étnica, da religião, do gênero, da sexualidade, dentre outras. Isso exige que o Estado se abra a um discurso dialético inclusivo, para que a fragmentação social não resulte em uma perigosa ruptura do diálogo.

9 – O Estado-nação, de fato, perdeu grande parte de seu poder em razão do deslocamento dos centros de decisão para redes de fluxos globais, permanecendo, contudo, com relativo controle sobre os sujeitos. Transforma-se, assim, de Estado soberano em ator estratégico.

10 – A individualização, a fragmentação social e a crise do Estado-nação são acompanhadas por uma generalizada descrença no sistema político tradicional como mediador fiável dos interesses comuns. Isso resulta em um contexto que faz surgir propostas teóricas de novos sistemas democráticos, inclusive de democracia direta. Tal circunstância pode representar um grande perigo à própria democracia se houver flexibilização de suas regras fundamentais. Por essa razão, as propostas de revitalização da participação dos cidadãos nas questões públicas devem ser amplamente debatidas pelas sociedades, com o objetivo de se

expandir o espaço público e criar instituições políticas adequadas ao contexto pós-moderno, tomando-se as precauções necessárias para não se colocar em risco os avanços democráticos já alcançados.

11 – Há uma evidente dissociação entre o corpo representativo político e o corpo social, resultando na descrença nos sistemas democráticos, na falta de estímulo à política e na geração de incertezas de liberdades já fragilizadas. Assim, é necessário criar novos espaços de interação e deliberação política que complementem a democracia representativa.

12 – A dinâmica das relações humanas na Internet estrutura a “cultura da virtualidade real”, determina o surgimento de um novo espaço público no ciberespaço e torna o computador um meio diferenciado de articulação política.

13 – A abertura da comunicação proporcionada pela Internet significa uma oportunidade de reversão dos jogos de poder tradicionais, havendo um grande potencial das redes digitais para estruturar o discurso político de forma plural e dialógica.

14 – A flexibilidade da comunicação proporcionada pela Internet não representa, por si só, o concerto tecnológico para a crise da democracia representativa nas sociedades contemporâneas, ainda que possua as características necessárias para tal fim, sob certas condições de igualdade e acesso.

15 – Uma maior participação dos cidadãos nas questões públicas depende de iniciativas inovadoras que busquem integrar as TICs aos processos de construção das políticas públicas e das normas legais. Para isso, é preciso fomentar a criação de redes sociais e políticas que viabilizem aos indivíduos a participação e as condições materiais e intelectuais adequadas para o aperfeiçoamento das relações políticas.

16 – As propostas práticas de governo eletrônico têm se concentrado em oferecer, por um novo meio *online*, os mesmos serviços já prestados *offline*. Deixa-se de aproveitar, assim, a possibilidade de interação e de um fluxo de comunicação multidirecional entre o governo e o cidadão, entre o cidadão e o governo e entre os próprios cidadãos, o que proporcionaria decisões coletivas mais plurais e participativas, legitimadas *pari passu* pela sociedade e os indivíduos diretamente afetados. É necessário, portanto, gerar na administração pública uma cultura de inovação que crie as condições institucionais necessárias a tal objetivo.

17 – Deve-se oferecer aos cidadãos, por meio da *Internet*, informações claras e completas sobre os ciclos de construção de políticas públicas e das normas jurídicas, de forma que as consultas e a participação políticas dos cidadãos ocorram de forma autônoma e consciente.

18 – Experiências práticas demonstram que as pessoas respondem positivamente às iniciativas de e-participação, cujo sucesso se mostra dependente, entretanto, menos da tecnologia e mais da qualidade do conteúdo, da interação e dos resultados práticos alcançados.

19 – Um ceticismo inicial em relação às iniciativas de e-participação pode ser superado pela cientificação personalizada dos cidadãos quanto à influência dos debates no ciclo de formação das políticas e das normas. Nessa perspectiva, o canal de retorno é fundamental para os processos de e-democracia.

20 – Sistemas inovadores que propiciem participação na nova esfera pública virtual, utilizando-se a flexibilidade das tecnologias de informação e comunicação, exigem esforço e articulação social e governamental. Somente são viáveis mediante projetos estruturados e amplamente debatidos, resultado de um lento e difícil trabalho de inovação e alteração cultural das instituições.

Todas essas considerações tópicas contemplam o objetivo estabelecido pela pesquisa que, comprovando o acerto da hipótese inicialmente formulada, apresenta as seguintes conclusões:

a) Pode-se reverter o processo de contínua perda de legitimidade dos sistemas democráticos tradicionais por meio da integração de novos canais de comunicação multidirecional aos ciclos de produção de políticas públicas e de normas legais. Esses canais, baseados nas TICs, tornam possíveis a deliberação e a interação política conjunta entre administradores públicos, representantes políticos e cidadãos, em benefício de uma coesão social que se contrapõe à tendência geral de fragmentação social e perda da capacidade de ação coletiva. Isso exige, entretanto, a mudança da cultura democrática das instituições e uma grande capacidade de gestão pública da informação e do conhecimento.

b) A construção de espaços públicos virtuais tem o potencial de resgatar a alteridade e induzir o debate político plural, de forma que é obrigação fundamental dos Estados criarem serviços inovadores de democracia digital e incluir projetos de e-participação nos planejamentos de governança eletrônica.

c) Os Estados devem proporcionar aos cidadãos oportunidades universais de acesso às TICs e a formação educacional adequada para dotá-los de habilidade de manipular o conhecimento, proporcionando, dessa forma, a inclusão de sujeitos não usuais aos sistemas políticos tradicionais.

## REFERÊNCIAS

- ALLAN, Roy. **A History of the Personal Computer**: The people and the technology. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=FLabRYnGrOcC&printsec=frontcover#PPA42,M1>>. Acesso em 14 out. 2007.
- AMIN, Ash. Models, Fantasies and Phantoms of Transition. In: AMIN, Ash (Org.). **Post-Fordism**: a reader. Oxford: Blackwell, 1994.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Post-Fordism**: a reader. Oxford: Blackwell, 1994.
- BACKUS, Michiel. **E-Governance and Developing Countries**: introduction and examples. Disponível em: <[www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf](http://www.ftpiicd.org/files/research/reports/report3.pdf)>. Acesso em 22 set. 2007.
- BANCO MUNDIAL, **Global e-government readiness report 2005**, p. 48. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan021888.pdf>>. Acesso em 15 out. 2007.
- BALBONI, Mariana (Coord.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e TIC Empresas 2006. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2007.
- BARBOSA, Alexandre; FARIA, Fernando; PINTO, Solon. Governança Eletrônica no Setor Público. In: KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria (Orgs.). **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo**: subsídios e programa e-Brasil. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.
- \_\_\_\_\_. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.
- \_\_\_\_\_. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social Moderna. São Paulo: UNESP, 1995.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **Individualization**: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences. London: Sage, 2002.
- BELLAMY, Christine. Modelling Electronic Democracy: towards democratic discourses for an information age. In: HOFF, Jens; HORROCKS, Ivan; TOPS, Pieter (Orgs.). **Democratic Governance**: technologically mediated innovations in political practice in Western Europe. London: Routledge, 2000.



BELL, Daniel. The Social Framework of the Information Society. In: FORESTER, T. (Org). **The microelectronics revolution**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

BORST, Arno. **The ordering of time**. Chicago: University of Chicago, 1994

BÖHRET, Carl. **Die handlungsfähigkeit des staates am ende des 20. Jarhundert**, manuscrito não publicado, Speyer, 1992.

BRASIL. TCU. **Avaliação do programa governo eletrônico**. Disponível em: <[http://www2.tcu.gov.br/pls/portal/docs/page/tcu/controlado\\_externo/fiscalizacao/avalicao\\_programas\\_governo/sumarios/governo.pdf](http://www2.tcu.gov.br/pls/portal/docs/page/tcu/controlado_externo/fiscalizacao/avalicao_programas_governo/sumarios/governo.pdf)>. Acesso em 22 out. 2007.

\_\_\_\_\_. TRE/SP. Disponível em: < <http://www.tre-sp.gov.br/urna/historico.htm>>. Acesso em 23 out. 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática**. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/EstadoSociedadeCivil&LegitimidadeDemocratica.p.pg.pdf>>. Acesso em 6 ago. 2007.

BRÜSEKE, Franz Josef. **Risco e contingência**. Disponível em: <[http://www.socitec.pro.br/eprints\\_vol.1\\_n.2\\_risco\\_e\\_contingencia.pdf](http://www.socitec.pro.br/eprints_vol.1_n.2_risco_e_contingencia.pdf)>. Acesso em 13 out. 2007.

BRITO, Daniel; RIBEIRO, Tânia. **A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social**. Disponível em: <[www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/836/4356/file/09.pdf](http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/836/4356/file/09.pdf)>. Acesso em 3 mar. 2007.

BURCH, Sally. **The information society/The knowledge society**. Disponível em <<http://www.vecam.org/article517.html>>. Acesso em 2 mar. 2007.

BUTHER, Joseph *et al.* **Digital democracy: voting in the information age**. Disponível em <[http://pirp.harvard.edu/pubs\\_pdf/butcher%5Cbutcher-p02-7.pdf](http://pirp.harvard.edu/pubs_pdf/butcher%5Cbutcher-p02-7.pdf)>. Acesso em 12 set. 2007.

CADEMARTORI, Daniela. **O diálogo democrático: Alan Touraine, Norberto Bobbio e Robert Dahl**. Curitiba: Juruá, 2006.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito e democracia**. São Paulo: Max Limonad, 2000

CANGIANI, Michele (Org.). **The Milano papers: Essays in Societal Alternatives**. Montreal: Black Rose, 1995.

COLEMAN, Stephen. The Future of Internet and Democracy Beyond Metaphors Towards Policy. In: OECD. **Promise and problems of e-democracy: challenges of online citizen engagement**. Paris: OECD, 2003.

CARDOSO, Fernando. **O Brasil a caminho da sociedade do conhecimento**. Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/publi/ep/EP0029.pdf>>. Acesso em 23 out. 2007.

\_\_\_\_\_. **A revitalização da arte da política**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/publi\\_04/colecao/global4.htm](https://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/global4.htm)>. Acesso em 23 out. 2007.

CARRACEDO, Jose David. **Conceptualizaciones e classificaciones de los modelos de democracia digital**. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/rup.php?idioma=es&id=3>>. Acesso em 3 fev. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

\_\_\_\_\_. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CEPIK, Marco; EISENBERG, José (Orgs.). **Internet e política** – teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

CLARKE, Simon. **The crisis of fordism or the crisis of social democracy?** [S.I]: Telos, 1990.

\_\_\_\_\_. The Crisis of Fordism or the Crisis of Social Democracy? In: KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

COSTA, Sergio. Quase crítica: insuficiência da sociologia da modernização reflexiva. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n. 2, nov. 2004.

CRUZ, Paulo; SIRVENT, José. **Ensaio sobre a necessidade de uma teoria para a superação democrática do estado constitucional moderno**. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8276>>. Acesso em 6 ago. 2007.

DAHL, Robert. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990

DAHRENDORF, Ralf, FURET, Françoise; GEREMEK, Bronislaw. **La democracia en europa**. Org. de Lucio Caracciolo. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

DOCKER, John; FISCHER, Gerhard. **Race, colour and identity in Australia and New Zealand**. Sydney: University of New South Wales, 2000.

DRUCKER, Peter. **O melhor de Peter Drucker**: o homem, a administração, a sociedade. São Paulo: Nobel, 2002.

EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Humanitas, 2002

ESTADOS UNIDOS. Conselho de Inteligência Nacional. Mapeando o Futuro Global: relatório do projeto 2020 do Conselho Nacional de Inteligência. In: **O Relatório da CIA**: como será o mundo em 2020. São Paulo, Ediouro: 2006

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999.

FERNANDES, Ciro. Organização do Governo Eletrônico no Brasil: situação atual, problemas e propostas. In: KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria (Orgs.).

**e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo:** subsídios e programa e-Brasil. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

FISHKIN, James. Possibilidades democráticas virtuais – perspectivas da democracia via Internet. In: CEPIK, Marco; EISENBERG, José (Orgs.). **Internet e política** – teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

FORESTER, T. (Org). **The microelectronics revolution**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

FREY, Klaus. Governança eletrônica. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política:** teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

FRIEDMAN, John; WOLFF, Goetz. World City Formation: an agenda for research and action. In: BRENNER, Neil; KEIL, Roger (Orgs.). **The Global Cities Reader**. London: Routledge, 2006.

GALLIAND, Etienne. As Novas Técnicas de Informação e de Comunicação e do Universo Escrito. In: TRAMONTE, Cristiana; SOUZA, Marcio (Orgs.). **A comunicação na aldeia global**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GATES, Bill. A hora da colheita. **Revista Veja Tecnologia**, Edição n. 2022. Ed. Abril, ago. 2007.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002

\_\_\_\_\_; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social Moderna. São Paulo: UNESP, 1995.

HABERMAS, Jürgen. O Caos da esfera pública. **Folha de São Paulo**, São Paulo: Caderno Mais! 13 ago. 2006.

\_\_\_\_\_. Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN, C. (Ed.), **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT Press, [S.I.]

HACKER, Kenneth; VAN DIJK, Jan. What is Digital Democracy? In: HACKER, Kenneth; VAN DIJK, Jan (Orgs.). **Digital democracy:** Issues of Theory and Practice. London: Sage, 2000.

HAGE, Jerald; POWERS, Charles. **Postindustrial lives:** Roles and Relationships in the 21<sup>st</sup> Century. Londres: Sage, 1992.

HAGEN, Martin. **A Typology of electronic democracy**. Disponível em: <[http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag\\_en.htm](http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag_en.htm)>. Acesso em 12 set. 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

\_\_\_\_\_; JACQUES, Martin. **New Times:** The Changing Face of Politics in the 1990s. London: Lawrence and Wishart, 1989.

HANSARD SOCIETY. **Digital dialogues interim report**, December 2005 – August 2006. Disponível em: <<http://www.digitaldialogues.org.uk/interimreport>>. Acesso em 12 out. 2007.

\_\_\_\_\_; **Digital dialogues second phase Report**, August 2006 - August 2007. Disponível em: <<http://www.digitaldialogues.org.uk/secondreport>>. Acesso em 15 out. 2007.

HARTLEY, John. **The Politics of Pictures**: the creation of the public in the age of popular media. New York: Routledge, 1992.

HARTO, Fernando (2006). Tipologías y Modelos de Democracia Electrónica. In: **Primer Congreso sobre Internet, derecho y política**: las transformaciones del derecho y la política en la sociedad de la información. IDP - UOC.. Revista de Internet, Derecho y Política. N.º 2, p. 40. Disponível em <<http://www.uoc.edu/idp/2/dt/esp/harto.pdf>>. Acesso em 12 set. 2007.

HERNANDO, Diego; GONZÁLEZ, David. **Profundización Democrática en la Era Internet**. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/gt.php?lengua=es&id=65>>. Acesso em 6 set. 2007.

HOFF, Jens; HORROCKS, Ivan; TOPS, Pieter (Orgs.). **Democratic Governance**: technologically mediated innovations in political practice in Western Europe. London: Routledge, 2000

HOLLOWAY, John; PELÁEZ Eloína. **Aprendendo a curvar-se**: pós-fordismo e determinismo tecnológico. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2\\_02.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2_02.pdf)>. Acesso em 13 out. 2007.

<<http://www.cseweb.org.uk>>. Acesso em 24 fev. 2007

<<http://www.sysprog.net/quothist.html>>. Acesso em 1 mar. 2007.

<<http://page.mi.fu-berlin.de/~encyclop/Engelbart.htm>>. Acesso em 2 mar. 2007.

<<http://www.bootstrap.org/chronicle/chronicle.html#2R>>. Acesso em 2 mar. 2007.

<<http://www.ideafinder.com/history/inventors/hoff.htm>>. Acesso em 3 mar. 2007.

<<http://www.ideafinder.com/history/inventions/microprocessor.htm>>. Acesso em 3 mar. 2007.

<<http://en.wikipedia.org/wiki/ENIAC>>. Acesso em 3 mar. 2007.

<[http://en.wikipedia.org/wiki/Altair\\_8800](http://en.wikipedia.org/wiki/Altair_8800)>. Acesso em 3 mar. 2007

<[http://www.w3schools.com/browsers/browsers\\_stats.asp](http://www.w3schools.com/browsers/browsers_stats.asp)>. Acesso em 14 out. 2007.

<<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em 3 mar. 2007.

<[http://en.wikipedia.org/wiki/Web\\_browser](http://en.wikipedia.org/wiki/Web_browser)>. Acesso em 3 mar. 2007.

<[http://www.w3schools.com/browsers/browsers\\_stats.asp](http://www.w3schools.com/browsers/browsers_stats.asp)>. Acesso em 14 out. 2007.

<<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em 3 mar. 2007.

<<http://www.hansardsociety.org.uk/programmes/e-democracy>>. Acesso em 22 set. 2007.

<[http://www.hansardsociety.org.uk/about\\_us/who\\_we\\_are](http://www.hansardsociety.org.uk/about_us/who_we_are)>. Acesso em 23 set. 2007.

<<http://en.wikipedia.org/wiki/Enquire>>. Acesso em 16 set. 2007.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Mosaic\\_browser\\_plaque\\_ncsa.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Mosaic_browser_plaque_ncsa.jpg)>. Acesso em: 16 out. 2007.

< <http://www.digitaldialogues.org.uk/>>. Acesso em 21 out. 2007.

<<http://www.communities.gov.uk/forums>>. Acesso em 21 out. 2007.

<<https://www.governoeletronico.gov.br>>. Acesso em 22 out. 2007.

<<http://www.tedbr.com/>>. Acesso em 22 out. 2007.

<<http://www.internetworldstats.com>>. Acesso em 23 out. 2007.

INCE, Martin. **Manuel Castells: life and work**. Disponível em: <[http://www.polity.co.uk/content/BPL\\_Images/Content\\_store/Sample\\_chapter/9780745628486%5C001.pdf](http://www.polity.co.uk/content/BPL_Images/Content_store/Sample_chapter/9780745628486%5C001.pdf)>. Acesso em 23 out. 2007.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2006.

JOSS, Hands. **E-deliberation and local governance**. First Monday, v. 10, n. 7. Disponível em <[http://www.firstmonday.org/issues/issue10\\_7/hands](http://www.firstmonday.org/issues/issue10_7/hands)>. Acessado em 10 nov. 2006.

KAMARCK, Elaine C; NYE JR., Joseph S. **Governance.com: democracy in the information age**. Washington, DC: Brookings Institution, 2002

KELLY, Kevin. A tecnologia nos faz melhores. **Revista Veja Tecnologia**, Edição n. 2022. Ed. Abril, ago. 2007.

KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria. O Projeto e-Brasil e o Programa e-Brasil. In: KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria (Orgs.). **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e programa e-Brasil**. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

\_\_\_\_\_ (Orgs.). **e-Desenvolvimento no Brasil e no mundo: subsídios e programa e-Brasil**. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

KOSLINSKI, Mariane. Da Modernidade à Globalidade: novos espaços para a análise da esfera da ação da sociedade? In: SORJ, SORJ, Bila (Coord.). **Enfoques on line: revista eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.**, v.4, n.1, Rio de Janeiro: PPGSA, 2005.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LASH, Scott; URRY, John. **The end of organized capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1987.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo: 34, 2001.

LEYDESDORFF, Loet. The Knowledge Based and the Triple Helix Model. In: DOLFSMA, Wilfred; SOET, Luc. **Understanding the dynamics of a knowledge economy**. Edward Elgard: Cheltenham, 2006a.

\_\_\_\_\_. **The Knowledge-Based Economy: modeled, measured, simulated**. Universal: Boca Raton, 2006b.

LIPIETZ, Alain. The Next Transformation. In: CANGIANI, Michele (Org.). **The Milano Papers: Essays in Societal Alternatives**. Montreal: Black Rose, p. 1996-1997.

MACINTOSH, Ann. Using Information and Communication Technologies to Enhance Citizen Engagement in the Policy Process. In: OECD. **Promise and problems of e-democracy: challenges of online citizen engagement**. Paris: OECD, 2003.

\_\_\_\_\_; MALINA, Ann; WHYTE, Angus. **Designing e-democracy in Scotland**. Disponível em: [http://www.ltscotland.org.uk/Images/27\\_261\\_tcm4-115474.pdf](http://www.ltscotland.org.uk/Images/27_261_tcm4-115474.pdf)> Acesso em 22 set. 2007.

MAIA, Rousiley. Redes Cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Humanitas, 2002

\_\_\_\_\_. **Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação**. Disponível em <[www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf](http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf)>. Acesso em 11 set. 2007.

MARINHO, Karla. **Ciberpolítica: do debate na esfera pública virtual à disputa pelo poder**. Disponível em: <[www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=247](http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=247)>. Acesso em 20 out. 2007.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates Políticos na Internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião pública**, Campinas, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762006000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 set 2007.

MASUDA, Yoneji. **The information society as post-industrial society**. Bethesda: World Futures Society, 1981.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade e suas fronteiras**. Do estado soberano à sociedade global. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MECHLING, Jerry. Information Age Governance: just the start of something big? In: KAMARCK, Elaine C; NYE JR., Joseph S. **Governance.com: democracy in the information age**. Washington, DC: Brookings Institution, 2002

- MERQUIOR, José. **O liberalismo**: antigo e moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991
- MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. **Breviário da cidadania**. Brasília: Senado Federal, 2006
- MEZZAROBA, Orides. **Introdução ao direito partidário brasileiro**. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
- MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652000000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 out 2007.
- NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. **A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade**. Disponível em: <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932004000100010&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100010&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 22 out. 2007.
- OECD. **Citizens as partners**: OECD handbook on information, consultation and public participation in policy-making. Paris: OECD, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Promise and problems of e-democracy**: challenges of online citizen engagement. Paris: OECD, 2003.
- OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **Reglobalização do Estado e da sociedade em rede na era do acesso**. Florianópolis: Boiteux, 2004.
- ONU. **Building the information society**: a global challenge in the new millennium. Disponível em: <[www.itu.int/dms\\_pub/itu-s/md/03/wsispc3/td/030915/S03-WSISPC3030915-TD-GEN-0006!R1!PDF-E.pdf](http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsispc3/td/030915/S03-WSISPC3030915-TD-GEN-0006!R1!PDF-E.pdf)>. Acesso em 3 mar. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Global E-Government Readiness Report 2005**: from e-government to e-inclusion. New York: ONU, 2005.
- PESSI, Patrícia. Serviços Públicos por Meios Eletrônicos: uma visão orientada ao cidadão. In: KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria (Orgs.). **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo**: subsídios e programa e-Brasil. São Caetano do Sul: Yendis, 2000.
- POSTER, Mark. **Ciberdemocracia**: a Internet e a esfera pública. Disponível em <[members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13\\_markposter.htm](http://members.fortunecity.com/cibercultura/vol13/vol13_markposter.htm)>. Acesso em 11 set. 2007.
- POSTMAN, Neil. **Amusing ourselves to death**: Public Discourse in the Age of Show Business. New York: Penguin Books, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Five things we need to know about technological change**. Disponível em: <<http://itrs.scu.edu/tshanks/pages/Comm12/12Postman.htm>>. Acesso em 1 mar. 2007.
- REDFIELD, Robert. **The little community e peasant society and culture**. Chicago: University of Chicago, 1971
- REVISTA **Veja**, Edição 1.993, ano 40, n. 4, de 31 jan. 2007.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**: transição de mercados convencionais para *Networks* e o nascimento de uma nova economia. São Paulo: Pearson Education, 2001.

ROBERT, Anne-Cécile. **Onde está o povo?** Le Monde Diplomatic. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-11,a779>>. Acesso em 3 ago. 2007.

ROSSI, Clovis. Vassoura e detergente neles. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Caderno principal, 12 abr. 2007,

ROVER, Aires José. **Informática jurídica no direito**: inteligência artificial, introdução aos sistemas especialistas legais. Curitiba: Juruá, 2001.

SÁ, Luiz. **Soberania e integração na CEE**. Lisboa: Editorial Caminho, 1987

SAID, Edward. **Narrative and geography**. Nel Lef Review, n.180, mar./abr. 1990.

SANDENBERG, Ronaldo. Apresentação. In: TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

SARAMAGO, José. **O que é, afinal, democracia?** Le Monde Diplomatique. Edição de Agosto de 2004. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2004-08,a961>>. Acesso em 30 jul. 2007.

SLATERRY, Martin. **Key ideas in sociology**. London: Nelson Thornes, 2003

SORJ, Bila (Coord.). **Enfoques on line**: revista eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia., v.4, n.1., Rio de Janeiro: PPGSA, 2005

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

STACEY, Judith. **Brave new families**: stories of domestic upheaval in late twentieth century America. Nova York: Basic Books, 1990.

STRINGER, Gary. **Conceptual issues in cyberspace**. Disponível em: <<http://www.services.ex.ac.uk/cmit/modules/cyberspace/webct/ch03.html>>. Acesso em 13 out. 2007.

SUBIRATS, Joan. **Los dilemas de una relación inevitable**: innovacion democratica y tecnologías de la información y de la comunicación. Disponível em: <<http://www.democraciaweb.org/subirats.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2007.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

THORNTON, Alinta. **Does Internet create democracy?** Disponível em <<http://www.zip.com.au/~athornto/thesis7.htm>>. Acesso em 10 set. 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Discorso sulla rivoluzionae sociale, in scrittipolitici, a cura di N. Matteucci**, v. I, Utet, Torino, 1969.



TRAMONTE, Cristiana; SOUZA, Marcio (Orgs.). **A comunicação na aldeia global**. Petrópolis: Vozes, 2005.

UNIÃO EUROPÉIA. Comissão da União Européia. **Towards a european research area**. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/research/era/pdf/com2000-6-en.pdf>>. Acesso em 15 out. 2007.

VAN DIJK, Jan. **Models of democracy and concepts of communication**. Disponível em: <[http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.gw.utwente.nl/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)>. Acesso em 14 set. 2007.

\_\_\_\_\_. **The network society**. London: Sage, 1999,

WEBSTER, Frank. **Theories of the information society**. London: Routledge, 2002

WELLMAN, Barry. Physical Place and Cyberplace: the rise of networked individualism. **International Journal of Urban and Regional Research**, 1 (edição especial sobre redes, classe e lugar)

\_\_\_\_\_. The Global Village: **Internet and community**. The Arts & Science Review, v.1, n. 1. Toronto: Toronto University, 2004.

\_\_\_\_\_. An Electronic Group is Virtually a Social Network. In: KIESLER, Sara. **Culture of the Internet**. New Jersey: Laurence Earlbaum, 1997.

WILLIAMSON, Andy. **Disruptive spaces and transformative praxis: reclaiming community voices through electronic democracy**. Disponível em: <[http://www.edemocracy.co.nz/documents/cirn06\\_williamson.pdf](http://www.edemocracy.co.nz/documents/cirn06_williamson.pdf)> Acesso em 22 set. 2007.